

ROMULO COSTA MATTOS

**PELOS POBRES! AS CAMPANHAS PELA CONSTRUÇÃO DE
HABITAÇÕES POPULARES E O DISCURSO SOBRE AS FAVELAS NA
PRIMEIRA REPÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gladys Sabina Ribeiro

Niterói

2008

MATTOS, Romulo Costa, 1976 -
Pelos pobres! As campanhas pela
construção de habitações populares e o
discurso sobre as favelas na Primeira
República.

Niterói: [s.n.], 2008. 2... p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal
Fluminense, Departamento de História.
Área de concentração: História Social

1. Favela – Imprensa – Primeira
República – Habitações Populares,
1905 - 1921. I. Título

ROMULO COSTA MATTOS

Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutor.
Área de Concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gladys Sabina Ribeiro (orientadora) – UFF

Prof^a. Dr^a. Magali Gouveia Engel – UERJ

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - UFF

Prof^a. Dr^a. Margarida de Souza Neves – PUC-RJ

Prof. Dr. Sidney Chalhoub – UNICAMP

Niterói
2008

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a construção social da habitação popular durante a Primeira República, período em que ocorreu o processo de recrudescimento da crise de moradias na cidade do Rio de Janeiro. A campanha pela construção de habitações populares na grande imprensa, entre 1905 e 1921, constitui o objeto específico deste trabalho. Trata-se de analisar as propostas que visavam à superação do déficit de casas populares, prestando atenção também ao desenvolvimento do discurso sobre as favelas, em um contexto marcado pela tentativa de imposição de uma ordem social capitalista e de consolidação da República no Brasil.

ABSTRACT

The theme of this research is the social construction of the popular housing during the First Republic, the period in which the process of recrudescence of the housing crisis in the city of Rio de Janeiro has occurred. The press campaign for the building of popular housing, carried out between 1905 and 1921, is the main subject of this thesis. My purpose is to analyze the political proposals that aimed the overcoming of the lack of popular houses, also focusing in the development of the discourse about the slums, in a context marked by the attempt to impose a capitalist social order and the consolidation of the Republic in Brazil.

AGRADECIMENTOS

Após 10 anos freqüentando o Departamento de História da UFF – uma década muito bem vivida, diga-se de passagem –, chegou a hora de me despedir formalmente dele. Primeiramente, cabe dizer que o objeto de estudo desta tese nasceu em um trabalho final do curso “A classe trabalhadora e suas organizações no Brasil: teses e debates recentes”, ministrado em 2004 por Marcelo Badaró Mattos, amigo e mestre. Outra afinidade que temos está na amizade incondicional com Júlia Monnerat Barbosa e Luciana Lombardo Costa Pereira, que estiveram presentes nos meus 10 anos de UFF.

Marcos Alvito – certamente, um dos professores que mais influenciaram a minha trajetória acadêmica – reapareceu pela internet no fim do meu doutorado e me ajudou o quanto pôde, mesmo estando na Inglaterra. Claudia Trindade, Mario Brum e Mauro Amoroso foram solidários no mundo profissional. Leandro Salgueirinho foi o meu braço direito na revisão e na formatação do texto final desta tese. Fernanda Vecchi Alzuguir acompanhou de perto a maior parte da elaboração deste trabalho – nesse caso, o privilégio foi meu, é claro.

O fechamento de um ciclo de 10 anos merecia ser celebrado com a banca dos meus sonhos. Assim, além do já citado Badaró, estarão presentes à solene ocasião Magali Gouveia Engel – a professora que me apresentou a Literatura como fonte histórica –, Margarida de Souza Neves – que se aposentou pouco depois de eu ter entrado na UFF, mas, em compensação, vem fazendo parte de todas as minhas bancas – e Sidney Chalhoub – o autor dos meus livros de cabeceira, com quem, inclusive, tive um rico contato numa banca de qualificação.

Gladys Sabina Ribeiro começou a me orientar ainda na iniciação científica. Foi a partir da condição de seu orientando que o curso de História passou a fazer sentido para mim. Reconheço o seu respeito às minhas escolhas acadêmicas, a confiança por ter assinado embaixo do meu trabalho e a palavra amiga nos momentos mais tumultuados do meu curso de doutorado – levou com méritos o Troféu Paciência 2008.

Na ausência do CNPq, da CAPES ou da FAPERJ, a minha mãe Vera Lucia de Vasconcellos Costa Mattos foi mais uma vez a maior agência financiadora dos meus estudos. Desde a minha infância, ela e o meu pai Ulisses Raphael Costa Mattos procuraram me proporcionar uma boa Educação, sem maiores cobranças. Então, o melhor agradecimento vai para os dois, com muita justiça, sempre.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| <i>INTRODUÇÃO</i> | 9 |
| <i>1 – HABITAÇÕES POPULARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO CRÍTICO</i> | 25 |
| <i>2 – EVERARDO BACKHEUSER E A (RE)DESCOBERTA DA CRISE HABITACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA</i> | 45 |
| 2.1. “Onde moram os pobres”: a denúncia..... | 45 |
| 2.2. A questão da habitação popular..... | 53 |
| 2.3. “Onde moram os pobres”: as segundas intenções..... | 64 |
| 2.4. A repercussão na grande imprensa: <i>O Paiz</i> x <i>Jornal do Commercio</i> | 76 |
| 2.5. As “classes perigosas” habitam as favelas: um passeio pela crônica policial..... | 94 |
| 2.6. O relatório “Habitações populares” e a definição do papel do Estado na questão da habitação popular..... | 122 |
| Anexo 1..... | 134 |
| <i>3 – UM ARTIGO E UMA PETIÇÃO: A CAMPANHA DE EVARISTO DE MORAES PELA CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA A CLASSE TRABALHADORA</i> | 142 |
| 3.1. Princípio de proteção..... | 142 |
| 3.2. Antonio Jannuzzi e Filhos..... | 148 |
| 3.3. “Antecâmaras da morte”: habitações populares e tuberculose..... | 151 |
| 3.4. Lima Barreto e as habitações coletivas..... | 159 |
| 3.5. Gil Vidal x Evaristo de Moraes..... | 162 |
| 3.6. Evaristo de Moraes e as favelas..... | 170 |
| 3.7. João do Rio e o Morro de Santo Antonio..... | 178 |
| 3.8. Lei protetora?..... | 183 |
| Anexo 2 | 192 |

| | |
|--|-----|
| 4 – LIMA BARRETO X CORREIO DA MANHÃ: A POLARIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE AS FAVELAS E AS HABITAÇÕES COLETIVAS..... | 195 |
| 4.1. A questão da habitação na grande imprensa..... | 195 |
| 4.2. Lima Barreto e o conto “O moleque”..... | 213 |
| 4.3. Lima Barreto e a revista <i>Careta</i> | 226 |
| Anexo 3..... | 236 |
| <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> | 241 |
| Anexo 4..... | 254 |
| <i>FONTES</i> | 255 |
| <i>BIBLIOGRAFIA</i> | 258 |

INTRODUÇÃO

Em 1904, a *Gazeta de Notícias* publicou um texto em que João do Rio narrava sua visita a uma habitação coletiva na Rua da Misericórdia, de acordo com a sugestão de um delegado de polícia, que o acompanhou na empreitada. É significativo que a proposta tenha partido de tal autoridade: o objetivo do passeio era conhecer um dos locais de moradia das “classes perigosas” no Rio de Janeiro.¹ Para o cronista brasileiro, essa expedição não teria nada de inusitado; pelo contrário, seria “tudo quanto há de mais literário e batido”², levando-se em consideração as experiências vividas por escritores estrangeiros como Oscar Wilde e Jean Lorrain. Vemos aqui a menção ao espetáculo da miséria nos grandes centros europeus (notadamente Londres e Paris), que explodira diante dos olhos arregalados da classe intelectual europeia no século XIX.³

João do Rio misturou as imagens de perigo às de miséria, em uma amostra da visão negativa de pobreza existente na sociedade da época: “É perigoso entrar só nesses covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria”.⁴ Licia Valladares explicou que estudar o discurso sobre a pobreza na virada do século XIX para o XX implica considerar:

[...] a questão da saúde e da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX; [...] a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; [...] o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre [...] em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho.⁵

Note-se que o estigma lançado sobre as casas populares se espraiava para as áreas ao seu redor: “trechos inteiros da calçada, imersos na escuridão, encobriam cafajestes de bombacha branca, gingando [...]”. Ou, ainda, “às esquinas, grupos de

¹ A expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingira grandes proporções na Inglaterra. GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 01. Sidney Chalhoub detalhou os significados do termo no Brasil da segunda metade do Oitocentos, tendo ressaltado a indefinição entre as classes pobres e as “classes perigosas” nos discursos de época: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 22.

² RIO, João do (Paulo Barreto). “Sono calmo”. In: RIO, João do (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 278. (*Gazeta de Notícias*, 10/06/1904).

³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982.

⁴ RIO, João do (Paulo Barreto). *op. cit.* p. 279.

⁵ VALLADARES, Licia do Prado. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ/Rio Fundo Editora, 1991. p. 84.

vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar [...]”.⁶ Com a intenção de ressaltar a presença das “classes perigosas” na habitação coletiva que visitara, o *flâneur* carioca, sem querer, mostrou como tais moradores sofriam com a perseguição da polícia. Nesse sentido, ao ser acordado por um agente, um trabalhador exclamou: “– Espero a hora do bote para a ilha. Sou carvoeiro, sim senhor... Ai! minha mãe! Vão levar-me preso!” Por sua vez, notando a presença da comitiva liderada por João do Rio, outra habitante perguntou: “– Por que será tudo isso? Vão levar-nos presas?”.⁷ Já o escritor Aluisio Azevedo abordara de forma mais objetiva os possíveis excessos da polícia contra os moradores de cortiços, em 1890:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estrupício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho.⁸

Embora o romancista naturalista tenha identificado na relação entre a polícia e os habitantes dos cortiços uma significativa “questão de ódio velho”, especificamente, na virada do século XIX para o XX, a repressão dos policiais às classes pobres era a dimensão mais imediata do projeto de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado na cidade do Rio de Janeiro.⁹ Na crônica de João do Rio, o discurso sobre as “classes perigosas” fica evidente em trechos como: “Há por aqui gatunos, assassinos, e coisas ainda mais nojentas”.¹⁰ E como as classes pobres também seriam perigosas pelo ponto de vista da higiene pública, o escritor registrou: “Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza”.¹¹ O preconceito letrado contra os moradores das habitações

⁶ RIO, João do (Paulo Barreto). *op. cit.* p. 279.

⁷ *ibid.* p. 287.

⁸ AZEVEDO, Aluisio *O Cortiço*. Rio de Janeiro: O Globo/ Klick Editora. S/D. p. 99.

⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. Ver o capítulo “... ‘Matando o bicho’ e resistindo aos ‘meganhas’”. Marcos Bretas (1997) criticou a perspectiva segundo a qual o policial seria um “oponente sempre definido da classe trabalhadora”. No entanto, quando exagerada, essa crítica pode tender a ocultar o conflito, sendo esse tipo de relacionamento social um dos mais visíveis sintomas da transformação histórica. Nesse sentido, Bretas (2000) defendeu que o exercício da repressão podia se fazer de forma embaraçosa também para os policiais, que compartilhavam as mesmas identidades culturais dos oprimidos. BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 33; BRETAS, Marcos Luís. “A polícia das culturas”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

¹⁰ RIO, João do (Paulo Barreto). *op. cit.* p. 286.

¹¹ *ibid.* p. 285.

coletivas aparecia no comentário de que tais pessoas viveriam “na mais repugnante promiscuidade”, sendo “impossível o cheiro de todo aquele *entulho* humano” (grifo nosso).¹² Nada mais que lixo, eis o que pareciam ser os moradores das moradias populares no entender de muitos intelectuais do período.

As casas ocupadas pelas classes pobres seriam sombrias e deprimentes, tendo o cronista tentado impressionar os sentidos de seus leitores: “no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal”.¹³ Por fim, em uma generalização impiedosa, sentenciava: “é tudo a mesma coisa. É ver uma, é ver todas”.¹⁴

Esse texto é significativo por mostrar a nova dimensão que a crise de moradias havia assumido no Rio de Janeiro, no contexto das reformas urbanas, a primeira grande intervenção do Estado no espaço da cidade, a qual exigiu a demolição de diversos cortiços e de outros tipos de habitação coletiva, nos quais a população pobre se abrigava. O tipo de moradia popular abordado na crônica de João do Rio, por exemplo, foi a “zunga”, nome dado às hospedarias baratas.

Vemos potencializados nesses escritos certos discursos pejorativos que acompanhavam os locais de moradia das classes pobres do Rio de Janeiro desde o século XIX. As habitações populares da cidade seriam territórios das “classes perigosas”, focos de epidemia, espaços marcados pela promiscuidade e por uma ideologizada noção de pobreza. Não por acaso, a “zunga” da Rua da Misericórdia visitada por João do Rio deve ter sido demolida ainda no período das reformas urbanas, juntamente com o Morro do Senado. Assim, era varrida do mapa da cidade mais uma tradicional área de residência da população pobre da capital da República.

Enquanto outros trechos da cidade que abrigavam moradias populares iam sumindo ao ritmo intenso das obras de reformulação urbana, ganhava força o ideal de

¹² *ibid.* p. 286.

¹³ *ibid.* p. 287. Vale ressaltar nesse trecho específico a semelhança entre as narrativas de João do Rio e Euclides da Cunha, que descrevera a população de Canudos também nos termos da miséria e da carência física de alimentos (através de grifos indicamos as palavras e as expressões repetidas pelo *flâneur*): “Nenhum rosto viril, nem um braço capaz de suspender uma arma, nem um peito resfolegante de campeador domado: mulheres, sem número de mulheres, velhas *espectrais*, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, *escaveiradas e sujas*, filhos escanchados nos quadris desnalgados, filhos encarapitados às costas, filhos suspensos aos peitos murchos, filhos arrastados pelos braços, passando; crianças, sem número de crianças, velhos, sem número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante”. CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

¹⁴ RIO, João do Rio. *op. cit.* p. 287.

interdição do centro às classes pobres. Nesse processo, a grande imprensa descobria uma nova área de cobertura para suas matérias, área cada vez mais povoada, constituída pelos subúrbios. As cartas de seus habitantes aos jornais motivaram o surgimento de colunas especializadas, que abordavam as suas demandas mais urgentes, ao mesmo tempo que acusavam a existência de numerosos atores sociais nos arrabaldes do Distrito Federal. O *Jornal do Brasil* chegou a se referir ao “ultrajante estado de abandono” em que se encontravam, pelo descuido da administração municipal, os “outr’ora fartos e salubres arrabaldes suburbanos”.¹⁵

Como se sabe, a zona suburbana era vedada a muitos trabalhadores que precisavam permanecer próximos ao centro por não poderem arcar com os custos dos transportes coletivos. Assim, as freguesias pericentrais passaram a absorver uma quantidade cada vez maior de moradores, que superlotavam as habitações coletivas existentes. Locais como a Saúde, a Gamboa, o Santo Cristo e a Cidade Nova foram redescobertos pelos diários da capital como sendo promotores de um espetáculo que, embora tradicionalmente europeu, não era nada desejado pelas elites brasileiras: o já citado espetáculo da pobreza. Os moradores dessas áreas apareciam constantemente em notícias sobre crimes bárbaros, brigas domésticas, desentendimentos entre vizinhos, disputas entre colegas de trabalho e ações audaciosas de contraventores alçados à condição de inimigos públicos de uma cidade que deveria ser, ao mesmo tempo: o foco da civilização, o núcleo da modernidade, o teatro de poder e o lugar de memória da República.¹⁶ É realmente impressionante a quantidade de “valentes” e “malandros” que existiria na Saúde, segundo a grande imprensa. Em sua coluna na *Gazeta de Notícias*, João do Rio chegou a afirmar que Carlito e Cardosinho, célebres “ultimamente, nos fatos do crime”, só seriam temidos em toda a cidade “porque eram o Carlito e o Cardosinho da Saúde”.¹⁷

Um outro artifício bastante utilizado pelos habitantes do Rio de Janeiro para permanecerem mais ou menos próximos aos seus postos de trabalho foi a moradia nas favelas, que durante as reformas urbanas tiveram a sua primeira grande expansão. Foi a partir das obras de remodelação da capital que as favelas passaram a ser consideradas como os espaços por excelência da pobreza no Distrito Federal. Uma matéria do *Correio da Manhã* sobre o Morro da Babilônia dizia: “A montanha povoa-se. É a

¹⁵ *Jornal do Brasil*. 2 de abril de 1905. apud: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 332.

¹⁶ SILVA, Marly Motta. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 09.

¹⁷ RIO, João do (Paulo Barreto). “A rua”. *op. cit.* pp. 70, 71. (*Gazeta de Notícias*, 20/ 10/ 1905).

caridade da terra... assim vai a pobreza [...] abrigando-se nos cerros, repelida [...] pelo fausto arrasador das casas humildes [...]. A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como os santos no tempo suave dos eremitas”.¹⁸ Mas, ao longo da Primeira República, o Morro da Favela foi dominando a crônica policial e, principalmente, por ser considerado um destacado território das “classes perigosas” na cidade, teve o seu nome generalizado para todos os morros tomados por “barracões” e “casebres”, nos anos 1920. Nessa década em que o vocábulo “favela” se substantivou na cidade, era possível perceber na grande imprensa que o Morro da Favela havia catalisado todo o estigma da região portuária¹⁹, tendo se tornado a capital simbólica dessa área definida por uma experiência sócio-cultural subalternizada, desenvolvida juntamente com os novos hábitos civilizadores das elites.²⁰ Nesse contexto, o *Correio da Manhã* chegou a registrar que “Nas crônicas de bairros do Rio, a Favela ficou sendo o coração da bulhenta Saúde”.²¹

Essa tradição de pensamento iniciada na Primeira República encontra ressonância no fato de que, nos dias de hoje, as percepções da violência e da criminalidade urbana no Rio de Janeiro estão relacionadas às construções de representações sociais sobre as favelas e seus moradores.²² Uma das principais agências mantenedoras do estigma sobre as favelas é, sem dúvida, a grande imprensa. Uma olhadela no maior jornal do Rio de Janeiro da atualidade, *O Globo*, revela um título

¹⁸ *Correio da Manhã*. “O Morro da Babilônia”. 02 de junho de 1907. *apud*: ABREU, Mauricio de Almeida. ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.14, n.37, 1994. p. 38.

¹⁹ O processo de generalização do termo favela foi abordado em: MATTOS, Romulo Costa. A “aldeia do mal”. *O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

²⁰ Essa definição acerca da região portuária está presente em: MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

²¹ “Uma caravana do papa mitrado do futurismo na Favela”. 19 de maio de 1926. Data citada em: ABREU, Mauricio de. *op. cit.* p. 43. Um recente estudo de História Oral mostrou não só como o estigma discriminatório que incide sobre o Morro da Providência (o antigo Morro da Favela) afeta indistintamente os seus moradores, mas também que a noção de bairro dessas mesmas pessoas engloba toda a área da Gamboa, Saúde e Santo Cristo. Segundo o depoimento de um habitante daquele morro, “ficou aquele estigma de bairro violento, de bairro de malandro. Não tem mais isso, mas a questão do estivador brigão, isso deixou aquele estigma de violência no bairro”. ÁGUEDA, Abílio Afonso da. “Morro da Providência: estigma social e ações transformadoras”. In: *Vozes do porto: memória e história oral*. THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante, SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A editora, UNI-RIO, 2005. p. 56.

²² Essa afirmação aparece de forma clara na carta enviada por um leitor ao *Jornal do Brasil*: “Por que a grande mídia não expõe a verdadeira razão de toda a violência do Rio? Todos sabem que a favelização é a raiz de todo o mal”. *Jornal do Brasil*. “Caixa de entrada”. 19 de fevereiro de 2007. p. A5.

como “Tijuca: um bairro degradado pela favelização”.²³ Ou seja, a simples existência das favelas nesse lugar teria sido capaz de degenerá-lo ou, quem sabe, rebaixá-lo. As primeiras linhas dessa reportagem são esclarecedoras: “A Tijuca, sonho da classe média desde a década de 20, vive o pesadelo de estar cercada por favelas por todos os lados”. Em outras palavras, o antigo local ocupado pela classe média teria ido do paraíso ao inferno devido à chegada desses vizinhos das camadas pobres. Percebamos também que a imagem do perigo está presente na idéia do cerco imposto por essas indesejadas moradias – não haveria para onde fugir. Por fim, cabe dizer que, nos anos 1920 – o marco temporal escolhido a bel prazer pelo(a) jornalista que escreveu a matéria –, o bairro da Tijuca convivia havia muito com as favelas.²⁴

A associação massiva entre favelas e violência urbana nas reportagens cotidianas se explica basicamente pela simplificação de que a pobreza gera violência, quando, na verdade, essa última tem sua origem na desigual dinâmica de produção da riqueza em nosso país.²⁵ Assim, não podemos deixar de apontar que o(a) autor(a) da mencionada matéria d’*O Globo* está imerso(a) em uma tradição de pensamento de mais de 100 anos sobre as favelas cariocas. Em um contexto marcado pela presença ostensiva do tráfico de drogas nos morros da cidade, debates que pareciam ter sido superados voltaram a ocupar as páginas dos jornais do Rio de Janeiro. Dentre eles, chama a atenção o que se relaciona à validade da política de remoção, que assolou o então Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970.²⁶

As contradições e os equívocos do período das remoções são conhecidos. Bastaria dizer que o programa acabou realimentando o próprio crescimento das favelas. Isso porque, em um primeiro momento, a população da área ameaçada começou a

²³ *O Globo*. “Tijuca: um bairro degradado pela favelização”. 15 de maio de 2005.

²⁴ Na década de 1920 já existiam favelas consolidadas na Tijuca, como a do Morro do Salgueiro e a do Morro da Formiga. A primeira, inclusive, era tida como emblemática, sendo referenciada como exemplo na imprensa e nos textos dos especialistas. SILVA, Maria Lais Pereira da. “Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964)”. In: ABREU, Mauricio de Almeida (org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005. p. 179.

²⁵ Além da violência, a pobreza também costuma ser relacionada à falta de higiene, conforme vemos no texto do engenheiro Marcus Quintela, no *Jornal do Brasil*: “Na verdade, sem hipocrisia ou bairrismo, o Rio está sujo e fedorento, com lixo em toda parte, mesmo com a competência da Comlurb. A pobreza mora nas favelas, sem que o poder público tome as providências cabíveis”. *Jornal do Brasil*. “Lixo, poluição, pobreza e insegurança”. 28 de março de 2007. p. A9.

²⁶ Em 2005, a campanha pela remoção de favelas d’*O Globo* – batizada de “ILEGAL. E DAÍ?” – assumiu ares de “caça às bruxas”. O jornal publicou a foto de 20 vereadores que afirmavam ser contra mudanças no critério de remoção e que tinham base eleitoral em favelas. *O Globo*. “A força do voto da favela”. 9 de outubro de 2005. Embora programas como o Favela-Bairro e o PAC reforçassem a via da urbanização de favelas, durante os preparativos dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a Prefeitura do Rio de Janeiro removeu favelas como a do Arroio-Pavuna e a do Canal do Cortado.

inchar devido à chegada dos favelados de última hora, interessados em realizar o sonho da casa própria num dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado. Mais tarde, percebendo a possibilidade de ganhos financeiros, muitos ocupantes sublocavam ou cediam os direitos de seu imóvel e voltavam para as favelas – assim como aqueles que não pagavam a prestação em dia e eram obrigados a abandonar as suas casas; ainda que tenham tido a vantagem de morar de graça por certo tempo.²⁷ Não obstante, os moradores transferidos reproduziram no plano horizontal todas as formas de associação e todas as dificuldades que existiam nas favelas de onde vieram. No caso da Cidade de Deus, acresceu-se ainda uma notável guerra de quadrilhas.²⁸ Entre 1962 e 1974, foram 80 favelas atingidas, 26.193 casas destruídas e 139.218 habitantes realocados. Em anos de ditadura militar, essa experiência foi marcada pela tortura e o assassinato de líderes favelados e pelo incêndio de favelas. Ao final daquele período, os principais objetivos haviam sido razoavelmente alcançados: a desocupação de áreas visadas pelo mercado imobiliário e a desmobilização política dos moradores das favelas.²⁹

Após esse rápido histórico, podemos conhecer um pouco da defesa pelo programa de remoção nos dias de hoje. Uma característica de tais artigos é o saudosismo dos “intelectuais-jornalistas”³⁰ em relação ao Estado da Guanabara e, mais amplamente, a um período em que a sua alegada importância ou especificidade política e cultural seria reconhecida no cenário nacional. Nesse movimento da memória, certamente propiciado pelo aumento da violência e da pobreza – aspectos tidos como entrelaçados e personificados no grande número de favelas –, Carlos Lacerda, o seu principal governante, é imortalizado como um modelo de liderança política a ser seguido. Tratar-se-ia do político que, fugindo às execráveis fórmulas populistas, teve pulso firme para comandar grandes obras públicas e enfrentar aquilo que se

²⁷ VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. pp. 14-19.

²⁸ ZALUAR, Alba. Cidade de Deus e condomínio do diabo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007. p. 35.

²⁹ BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 34-39.

³⁰ Ao utilizar essa expressão, Pierre Bourdieu referiu-se aos produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados, “que se servem de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro”. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 111.

convencionou chamar de “o problema da favela”.³¹ O seu oposto seria Leonel Brizola, também um modelo – porém, de inação –, que proporcionou um caminho quase sem volta a mui leal e histórica cidade do Rio de Janeiro.

Diretor-executivo de jornalismo da *Rede Globo* e colunista do jornal *O Globo*, Ali Kamel tentou superar o sentido pejorativo do termo “remoção”, tendo sugerido a adoção da palavra “assentamento” para a legitimação de um dos capítulos mais violentos da história da cidade:

Se o leitor perguntar a um amigo se ele é a favor da remoção de favelas, a resposta será negativa. Remoção, no Rio, é sinônimo de palavra maldita. Resumir a política de assentamento de favelados de Carlos Lacerda a uma palavra tão simples e pejorativa como remoção foi mesmo a maior arma dos oponentes do lacerdismo. Afinal, pessoas são assentadas; lixo é removido.³²

O binarismo bem/mal informou a já citada memória social da experiência governativa de Carlos Lacerda e Leonel Brizola, respectivamente: “Lacerda e Brizola não estavam apenas em extremos opostos do espectro político: o que um tentou fazer para o bem, o outro desfez, embora sem esta intenção, para o mal”.³³ Ali Kamel insistiu na reflexão sobre a diferença entre os dois modelos de gestão pública, que foram tratados como francamente antagônicos:

Dois adversários, duas trajetórias, duas maneiras de governar. Lacerda tentou resolver um problema, partindo para a ação, em benefício dos favelados. Brizola tentou a mesma coisa, mas optou pela inação, também em benefício dos favelados. Com Lacerda, a cidade saiu ganhando; com Brizola, o resultado está aí.³⁴

Vejamos nesse trecho que, inversamente, o governo que se propôs a urbanizar favelas, a regularizar a propriedade nessas áreas e a avançar no campo dos direitos humanos – tentando definir uma nova conduta para as polícias civil e militar perante tais habitantes – é tido como sinônimo de inação³⁵; já o governo que promoveu a retirada compulsória dos moradores dos morros para regiões pouco urbanizadas, afastadas do centro da cidade e de suas fontes de emprego – o que foi uma clamorosa negação ao

³¹ Uma crítica pioneira à forma como eram conduzidos os estudos que propunham soluções para o chamado “problema das favelas” é vista em: SILVA, Luiz Antonio Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 41, 1967.

³² *O Globo*. “Lacerda e Brizola”. 1º de junho de 2004.

³³ *idem*.

³⁴ *idem*.

³⁵ Apesar desses progressos na relação entre o Estado e as favelas, Marcelo Burgos apontou para duas deficiências da experiência desenvolvida por Leonel Brizola: a falta de preocupação com o problema da distância e do ressentimento em relação à institucionalidade política e a absorção da máquina chaguista, o que teria comprometido a agenda social e os programas do governador com os nomes e as práticas dos anos 1970. BURGOS, Marcelo Baumann. *op. cit.* p. 40.

direito à cidade a milhares de pessoas –, é considerado como altamente benéfico à população atingida.

A revisão histórica que possibilitou ao jornalista chegar a uma visão tão positiva do programa de remoção foi a desvinculação dos “assentamentos” realizados durante as administrações Carlos Lacerda e Negrão de Lima: “Com a vitória de Negrão de Lima, opositor de Lacerda, o programa se desvirtuou”.³⁶ No entanto, essa tentativa de tornar mais complexa a análise do processo histórico das remoções acaba promovendo a sua simplificação; afinal, no tocante às favelas, as ações de ambos os governos podem ser representadas através de um mesmo quadro de especulação imobiliária, tentativa de segregação espacial (motivada pelo estigma histórico imposto aos favelados) e incremento da construção civil, emoldurado pelo ideal desenvolvimentista de renovação urbana da metrópole.³⁷

Note-se que, no final de seu texto, Ali Kamel reiterou o objetivo remocionista de separar as classes da cidade ao considerar a melhoria dos transportes como um aspecto importante para a solução da questão da habitação: “Quarenta anos depois, não há mais solução única. Uma coisa é certa: habitação não caminha sem transporte. E remoção tem de voltar a ser chamada pelo nome certo”.³⁸ Quanto à necessidade de trocar a palavra “remoção” por “assentamento”, cabe perguntar: de que adiantaria a mudança no vocabulário se o artifício da exclusão urbana continuaria presente?

Também colunista d’*O Globo*, Arnaldo Jabor lembrou com nostalgia o Estado da Guanabara e o seu líder incontestado Carlos Lacerda:

Nosso melhor governador foi o Carlos Lacerda, nos bons tempos do Estado da Guanabara, homem inteligente e competente que foi o ódio máximo de minha juventude (podem me esculhambar, velhos comunas...), mas que nos trouxe luz, água, túneis, urbanização, o conceito de administração moderna contra a politicagem fisiológica.³⁹

Nessa citação, devemos perceber a noção superior de administrador “técnico” e “tocador de obra”, que certamente garantiria a Carlos Lacerda um lugar especial na memória política do Rio de Janeiro, ao lado de um nome como Pereira Passos, que inaugurou a corrente dos “prefeitos empreendedores”. Aqui vale apontar para a simploriedade de argumentos que reproduzem de forma acrítica o grande cacife eleitoral

³⁶ *O Globo*. “Lacerda e Brizola”...

³⁷ Os interesses que envolviam o programa de remoção foram abordados em: VALLADARES, Licia do Prado. *op. cit.* pp. 30-35.

³⁸ *idem*.

³⁹ *O Globo*. “Vamos fundar o PRJ — Partido do Rio de Janeiro”. 15 de março de 2005.

lacerdista, que era justamente o vasto programa de obras executado na Guanabara.⁴⁰ Vejamos que, para defenderem suas idéias, tanto Arnaldo Jabor quanto Ali Kamel precisam lutar contra uma memória social negativa: seja em torno de um político (Lacerda), ou de uma política (o programa de remoção). Enquanto o segundo escolheu como contraponto a administração Leonel Brizola, o primeiro adotou como elemento de contraste a vaga e depreciativa noção de “velhos comunas” – que, no caso, se contrapõe ao “conceito de administração moderno” do primeiro governador do Estado da Guanabara.

Mas o tempo idealizado da Guanabara contrasta principalmente com o tempo presente do Rio de Janeiro, uma cidade condenada pela violência, pela corrupção, pela má administração pública e pelo conluio da ordem com a “desordem”:

Nós estamos salpicados de favelas, de onde descem hordas de vagabundos de bermuda para pescar cidadãos como num parque temático, somos legislados por uma Assembléia tomada de assalto por quadrilhas impunes, temos PMs assassinados pelo tráfico cada vez mais poderoso, temos a aliança de forças repressivas e bandidagem, não temos nem uma guarda costeira, somos governados por populistas de direita, há décadas.⁴¹

O mais importante para este trabalho é destacar nesse trecho a contundente associação das favelas às “classes perigosas”. Vemos como as favelas e sua população são apresentadas como um rosto homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável. De forma unilateral e simplista, esse rosto aparece referindo-se “Àqueles que, por não conseguirem ser domesticados, ‘docilizados’ e tornados produtivos, são mostrados como ‘perigo social’, ‘fardo social’ e, por extensão, dispensáveis”.⁴²

É exatamente o tema das “classes perigosas” que evidencia a importância do estudo sobre o processo de construção social das favelas, cujo período inicial, correspondente à consolidação dessa forma geográfica e social no Rio de Janeiro, será abordado nesta tese. Assim, poderemos constatar também a semelhança de

⁴⁰ Cabe observar que um momento decisivo para a construção da imagem pública de Pereira Passos foi a comemoração do IV Centenário do Rio de Janeiro (1965), cujas comemorações foram comandadas por Carlos Lacerda. SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva. O “bota-abaixo” revisitado. O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 2003. p. 12. Uma boa análise do governo Carlos Lacerda, dentro do campo da História Política, é encontrada em: MOTTA, Marly Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

⁴¹ *O Globo*. “Vamos fundar o...”. (Arnaldo Jabor).

⁴² COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001. p. 250. Conforme já foi assinalado neste texto, os pobres seriam perigosos também pelo ponto de vista da saúde pública. Essa noção está presente no atual clamor público em torno da epidemia de dengue no Rio de Janeiro: “‘AEDES ATACA’: FAVELAS E CALOR FACILITAM A PROLIFERAÇÃO”. *O Globo*. “Erros do poder público ajudam dengue a avançar”. 19 de março de 2008.

representações realizadas no tempo presente com aquelas realizadas na Primeira República. Nesse sentido, vale confrontar discursos etnocêntricos recolhidos na grande imprensa atual – como o já citado “estamos salpicados de favelas, de onde descem hordas de vagabundos de bermuda para pescar cidadãos como num parque temático”⁴³ – com afirmações sobre os morros cariocas realizadas nos jornais dos anos 1900 – como “trânsfugas da sociedade aí campeiam livremente, afrontando os pacatos burgueses e apanhando em suas malhas os incautos”.⁴⁴ Em resumo, veremos neste trabalho o início da formação de uma tradição de pensamento sobre as favelas, que, revalorizada segundo cada contexto histórico, chega aos nossos dias de variadas formas, como, por exemplo, através da oposição binária “vagabundos”/ “cidadãos”, reproduzida por Arnaldo Jabor.

Além de flagrar os discursos sobre as favelas em seu período inaugural, o principal objetivo desta tese é analisar as campanhas da grande imprensa pela construção de habitações populares na cidade do Rio de Janeiro, entre 1905 e 1921. Assim, será visto o conflito de propostas entre os diversos grupos ou agentes sociais em torno da moradia popular e, também, quais foram aqueles que tiveram seus interesses contemplados de forma privilegiada nas leis habitacionais da Primeira República. Ao mesmo tempo, a investigação sobre a movimentação nas sociedades “civil” e “política” acerca da questão da habitação popular será uma resposta ao porquê de a mesma não ter sido, de fato, abordada de forma eficiente pelos poderes públicos e pela iniciativa privada, em tal contexto histórico.

As campanhas pela construção de habitações populares entre o fim do século XIX e o início do XX foram visitadas pela historiografia da década de 1980 sobre o Rio de Janeiro, embora nunca tenham sido o objetivo central de estudo de nenhum de seus autores. Quem mencionou a ocorrência de uma “‘campanha social’, promovida pela Liga contra a Tuberculose e por vários jornais”⁴⁵, em prol do aumento no número de moradias para as classes pobres foi Jaime Benchimol. Em sua dissertação de 1982, o pesquisador chegou a apontar para a presença de jornalistas que haviam se destacado em tal campanha na comissão de inquérito nomeada pelo Ministério do Interior para propor soluções acerca da questão da habitação, em 1905. Mas a atuação dos órgãos da grande imprensa nesse processo não foi abordada pelo autor, que se dedicou mais à

⁴³ *O Globo*. “Vamos fundar o...”. (Arnaldo Jabor).

⁴⁴ *Correio da Manhã*. “Homicídio”. 04 de janeiro de 1902.

⁴⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990. p. 286.

análise do relatório *Habitações Populares*, elaborado pela referida comissão.⁴⁶ Embora tenha refletido sobre os variados decretos que visavam à concessão de favores às empresas construtoras, o historiador centrou-se na segunda metade do século XIX, tendo sido esse também o caso do trabalho pioneiro de Lia Carvalho, de 1980.⁴⁷

Em 1984, Francisco Elia descreveu os favores concedidos pelo Estado às associações construtoras particulares, através da lei federal 2.407, de 1911, além de ter citado a experiência do Governo no sentido de construir casas para as classes pobres, durante os anos 1910. Quanto à década de 1920, mencionou a atuação da Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro – que via na concessão de incentivos fiscais à iniciativa privada o caminho para a resolução da crise habitacional – e a polêmica em torno do decreto municipal 371, de 1920 – que concedia favores de competência da Municipalidade com base na referida lei federal –, aprovado pelo Conselho Municipal e logo depois vetado por Carlos Sampaio.⁴⁸

Cabe esclarecer que também serão abordados neste trabalho a lei 2.407, de 1911, e o decreto 371, de 1920, assim como o percurso percorrido pela Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro. No entanto, a maior diferença entre a nossa tese e a dissertação de Francisco Elia está no objetivo de cada autor em relação ao tema abordado. Enquanto Elia listou os favores concedidos pela lei e pelo decreto mencionados, nossa intenção é analisar os debates que antecederam a promulgação dos mesmos e, dessa forma, realçar os grupos sociais que tiveram os seus interesses contemplados nas deliberações da “sociedade política”. É claro que outros aspectos serão beneficiados nessa proposta de investigação, como a relação dinâmica estabelecida entre as sociedades “civil” e “política” e o caráter do Estado como um

⁴⁶ Assim como Jaime Benchimol, Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril*, mencionou a existência de uma discussão sobre as habitações populares na grande imprensa, em 1905: “O problema do déficit de habitações populares na cidade foi objeto de intenso debate em 1905, final da gestão de Pereira Passos, quando o problema parece ter se agravado mais ainda; artigos intitulados ‘Casas para operários’ ou ‘Habitações operárias’ eram publicados regularmente no *Correio da Manhã* em junho, julho e agosto de 1905 – os únicos meses que cheguei a consultar”. Já em *Trabalho, Lar e Botequim*, o autor se referiu a uma série de textos de 1906, em que o *Correio da Manhã* apoiava o grande capital imobiliário em sua luta contra os corticeiros do Rio de Janeiro. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 192, 193; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. pp. 138, 139.

⁴⁷ CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

⁴⁸ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984. pp. 118-120 (década de 1910), 123-125 (anos 1920).

condensador das relações sociais.⁴⁹ Não obstante, a importância dessa discussão poderá ser vista no reforço da idéia de que as leis habitacionais não nasceram do acaso, tendo sido, pelo contrário, o resultado de uma longa discussão e negociação entre diferentes setores da sociedade, que expressavam idéias e motivações conflitantes entre si.

Em 1989, a movimentação em torno da construção de habitações populares na Primeira República foi enfocada por Eulália Lobo, Lia Carvalho e Myrian Stanley, que acompanharam as discussões em torno da lei 2.407, de 1911, utilizando os debates parlamentares e da grande imprensa. Lançando mão dos jornais operários, as autoras refletiram sobre a política de construção de vilas pelo Governo nos anos 1910, tendo identificado o conflito entre o capital privado e a ação intervencionista estatal. Já o contexto em que foi criado o decreto 371, de 1920, foi estudado através dos projetos apresentados ao Congresso Nacional e do relatório *Escorço histórico do problema de construção de casas populares do Rio de Janeiro*, elaborado pelo engenheiro italiano Antonio Jannuzzi, em 1927. Um ponto de contato entre o trabalho de Lobo, Carvalho e Stanley e esta tese de doutorado está na análise da conjuntura de 1905, embora as historiadoras tenham novamente privilegiado os documentos parlamentares.⁵⁰

Diferentemente do estudo de tais autoras, interessou-nos, acima de tudo, apontar para a existência de campanhas sistemáticas promovidas pela grande imprensa, nos contextos de 1905, 1909-1911 e 1920, que apresentavam uma ligação direta com a pressão exercida pela classe trabalhadora no espaço público. Vale enfatizar que as historiadoras fizeram uso mais demorado dos jornais quando acusaram a ocorrência de uma campanha no *Correio da Manhã*, em 1906. No entanto, essa conjuntura não nos interessa tanto quanto a de 1905, que correspondeu ao período imediatamente posterior à Revolta da Vacina e ao início da discussão que levou o Governo a elaborar um projeto de lei para combater a crise de moradias na capital.

Acreditamos que tais campanhas devam ser examinadas em suas especificidades, segundo cada conjuntura, e depois comparadas entre si, para que seja possível a elaboração de um quadro com as principais idéias acerca das habitações populares e da tentativa de superação de seu déficit no Rio de Janeiro da Primeira

⁴⁹ Essa proposta de metodologia de análise do Estado está em: MENDONÇA, Sonia Regina. “Estado e sociedade”. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História, 1998.

⁵⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Ver: capítulo 3, “O Rio de Janeiro e a reformulação do espaço urbano no século XX, 1895-1906”, capítulo 4, “A política do Marechal Hermes em relação ao operariado e à habitação popular, 1907-1914”, e capítulo 5, “A Primeira Guerra Mundial, a década de 1920 e a crise das habitações operárias, 1915-1930”.

República. Para tanto, privilegiaremos a pesquisa na imprensa, um tipo de fonte que, nos trabalhos citados, aparece de forma complementar ou periférica. Devemos lembrar que os jornais e as revistas da época estavam envolvidos com aquilo que Noam Chomsky chamou de “produção do consenso”.⁵¹ Considerando-se que as habitações coletivas e as favelas eram consideradas pelas classes dominantes como um entrave à tentativa de transformação do Rio de Janeiro em uma cidade moderna e “civilizada”, esses tipos de moradia ficaram evidenciados nos periódicos cariocas.

Por essa razão, pesquisamos todas as edições do *Correio da Manhã* durante a Primeira República (1901-1930), sendo esse um jornal que dedicava grande atenção aos temas populares e que era um dos dois mais vendidos da capital.⁵² Não obstante, nos contextos de campanha pela construção de habitações populares, consultamos os periódicos *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta de Notícias* – os mais importantes da cidade, ao lado do já citado *Correio da Manhã* –, assim como outros veículos de comunicação que iam sendo mencionados no debate – tendo sido esse o nosso procedimento em relação aos diários *A Notícia* e *O Jornal* e às revistas ilustradas *Careta*, *O Malho*, *D. Quixote*, *Renascença* e *Vida Policial*.

As discussões que antecederam o surgimento das leis habitacionais são de particular importância, à medida que as analisaremos em estreita sintonia com a movimentação da classe trabalhadora no espaço público carioca. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que, nos momentos em que a pressão da classe trabalhadora pela melhoria de suas condições de vida – incluindo-se aqui a habitação – atingia níveis mais elevados na sociedade carioca, a *esfera pública* burguesa, representada pela grande imprensa, abria espaço para a manifestação de questões relacionadas a uma *esfera pública* popular e concorrente, tendo sido esse o caso das campanhas pela construção de habitações populares na Primeira República.

⁵¹ Chomsky contou que, em 1921, o decano dos jornalistas americanos Walter Lipman sintetizou a idéia de *manufacture of consent* (fabricação do consentimento): “a população em geral não entende o que é bom para ela [...], são os membros da elite, que, portanto, precisam fabricar o consentimento”. CHOMSKY, Noam. “Entrevista”. In: BEIRÃO, Nirlando. *América: depoimentos*. São Paulo: Companhia das Letras/ Rio de Janeiro: Videofilmes, 1989. p.43.

⁵² No quesito circulação, o *Correio da Manhã* só perdia para o *Jornal do Brasil*, que também abordava preferencialmente assuntos de interesse popular. No entanto, esse último órgão era muito mais informativo do que opinativo, além de privilegiar as imagens e os classificados em sua linha editorial – características que, decerto, o impedem de ser uma fonte de referência para esta pesquisa. A discussão sobre o “campo” jornalístico e a reflexão sobre as possibilidades da grande imprensa como fonte e objeto de estudo serão realizadas no capítulo 2 deste trabalho.

Portanto, a validação dessa hipótese depende diretamente da noção de *esfera pública*⁵³, de Jürgen Habermas, como também da crítica a sua relativa homogeneidade sócio-cultural e à igualdade de *status* desfrutada em seu interior; segundo o autor, a *esfera pública* seria um espaço de atuação das camadas médias e superiores, burguesas, que compartilhariam valores, idéias e interesses. Assim, Habermas ignorou o aspecto não consensual e diverso da *opinião pública* e, por extensão, conflituoso do próprio espaço público – onde grupos distintos rivalizam-se em torno de ideais, propostas e concepções divergentes. Não atentando para a existência de outras *esferas públicas* concorrentes, o filósofo excluiu de qualquer participação crítica, organizada e regular as camadas populares, entre outros.⁵⁴

Tal proposição sustentará a análise de um contexto histórico em que a crise habitacional passou a ser vista como o problema número um da capital federal. No primeiro capítulo, veremos como o tema da habitação popular na Primeira República foi tratado pelos diversos trabalhos acadêmicos publicados a partir da década de 1980 – sendo que esse primeiro capítulo abordará ainda uma discussão de caráter mais específico, referente às favelas como uma construção histórica. Assim, observar-se-á como esta tese de doutorado se insere na tradição de estudos sobre a moradia e a urbanização na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX.

No segundo capítulo, analisaremos a campanha de Everardo Backheuser pela construção de habitações populares, em 1905, e o conflito de interesses entre os agentes do grande capital imobiliário e os proprietários de imóveis – representados,

⁵³ Resumidamente, a *esfera pública* pode ser entendida como a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, com a finalidade de discutir com a autoridade pública “as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social”. Fundado na utilização pública da razão, esse seria um espaço de mediação e de comunicação entre a sociedade civil e o poder público, no qual diferentes grupos e pessoas interagem, expressam suas opiniões, representam seus interesses e reivindicam suas idéias e aspirações. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 42.

⁵⁴ Em um livro organizado por Craig Chalhoun, pesquisadores de diferentes áreas propuseram modificações no conceito de *esfera pública*, com as quais o próprio Habermas concordou. Assim, devemos criticar ainda na obra desse último autor questões como: (a) a oposição estabelecida entre letrado e iletrado – o que desconsidera a existência da pressão popular e a atuação de grupos letrados combativos e radicais –; (b) o cunho plenamente racional e, logo, neutro da *opinião pública* – sendo essa uma visão que pode dificultar a percepção dos mecanismos de violência presentes no espaço público –; (c) a considerável ausência de fatores culturais – como o nacionalismo, a ciência e a religião –; (d) a falta do papel dos movimentos sociais na ampliação do espaço público e na construção de identidades – assim como o das eleições, o dos partidos políticos e o das associações cívicas como práticas de cidadania –; (e) a radical dicotomia entre público e privado – um ponto que sugere a ausência dos interesses privados no debate público –; (f) a idéia de que a inclusão formal no espaço público seria o bastante para assegurar na prática, e de fato, a participação. Ver: CHALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1996.

respectivamente, pelo *O Paiz* e o *Jornal do Commercio*. Acompanharemos ainda os debates em torno da intervenção do Estado, para tentar aplacar a crise de moradias no período da Reforma Passos, e o discurso sobre as favelas na crônica policial da cidade.

No terceiro capítulo, refletiremos sobre a atuação de Evaristo de Moraes em prol da transformação em lei do projeto de casas populares elaborado em 1905 (e publicado no ano seguinte). Privilegiaremos questões como a sua luta pelo “princípio de proteção” aos trabalhadores e a sua dinâmica de aproximação de distanciamento do “campo” jornalístico, nos anos de 1909 e 1911. Isso porque, ao mesmo tempo que criticava os poderes públicos pelas condições de vida dos moradores dos morros cariocas, o advogado os abordava de forma pejorativa, através de um vocabulário baseado na ideologia da Higiene e no preconceito letrado contra as classes pobres.

No quarto capítulo, abordaremos a campanha pela construção de habitações populares realizada pelo *Correio da Manhã*, em 1920, que pleiteava a ampliação dos favores concedidos pela lei 2.407, de 1911, e a aprovação do projeto 371, de 1920 – o qual complementava aquele ato legislativo ao conceder os benefícios de competência municipal às empresas construtoras. Debruçar-nos-emos também sobre o conto “O moleque”, de Lima Barreto, de 1920, e a coluna desse escritor na revista *Careta*, entre os anos de 1920 e 1921, para caracterizá-lo como um dos intelectuais que mais defenderam os moradores das favelas do Rio de Janeiro.

A respeito do recorte temporal adotado nesta tese, em 1905, houve o esforço inicial de elaboração de uma legislação habitacional para a cidade, com o surgimento de um projeto de lei, a pedido do Ministério do Interior. Já o ano de 1921 correspondeu à regulamentação da lei de casas populares, aprovada em 1911, e ao encerramento da série textos de Lima Barreto sobre as favelas, que, de forma pioneira, promoveram a sistematização dos discursos positivos acerca de seus moradores. Não obstante, a partir de 1921, iniciou-se o refluxo do movimento operário, o qual só veio a recuperar o seu dinamismo no fim da década – o que pode ter relação com a perda de ênfase das campanhas pela construção de casas populares durante a maior parte da década de 1920.⁵⁵ A história compreendida nesse período importante para o entendimento do tema da habitação no Rio de Janeiro será vista nos capítulos que se seguem.

⁵⁵ COSTA, Branno Hocherman; Freitas, Francisco Josué Medeiros de. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004. p. 139.

1 – HABITAÇÕES POPULARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO CRÍTICO

Na primeira metade da década de 1980, houve um *boom* de estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro, no qual a análise sobre a habitação popular foi privilegiada.¹ As pesquisas desenvolvidas nessa época apresentavam traços em comum, como a idéia de que o surgimento da chamada questão habitacional na capital federal estaria ligado às transformações sócio-econômicas ocorridas entre o final do século XIX e o começo do XX. Essa produção também foi influenciada pela teoria de Friedrich Engels, segundo a qual a lógica de organização espacial seguiria os interesses e as necessidades das classes dominantes e, mais amplamente, do capital, o que produziria rebatimentos no campo da moradia popular. Francisco Elia não chegou a citar o filósofo alemão, tendo, inclusive, afirmado que a complexidade dos “conflitos decorrentes dessa luta no e pelo espaço [...] não pode ser reduzida a uma determinação ou sobredeterminação de caráter puramente econômico”. Mas a influência da referida premissa de Engels é clara em seus escritos:

[...] por não ter em conta os interesses e as condições de vida das classes pobres e trabalhadoras, o processo de urbanização promoveu o arrasamento de quarteirões inteiros, repletos de habitações coletivas sem criar em seu lugar opções viáveis de moradia para os antigos habitantes. Não era só a moradia das classes pobres que estava sendo demolida sob o soar das picaretas; era todo um modo de vida, de pensar, de agir, que deixava de existir em função do arbítrio estatal e dos interesses do capital privado nacional e internacional.²

Outras características de tais obras foram a adoção da Reforma Passos como um marco temporal importante e a prioridade concedida ao centro da cidade no recorte espacial

¹ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.*; ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1995; ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.*; BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.*; ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)”. Seminário: “Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República”. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984 (mimeo.); VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985; PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

² ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* Respectivamente, pp. vii, 100. Jaime Benchimol anunciara o “implacável rigor e violência” das operações de renovação urbana que punham “abaixo bairros inteiros para satisfazer ao apetite selvagem do grande capital imobiliário e às necessidades imperiosas da cidade capitalista, com todas as suas contradições”. BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.* 1990. p. 316.

– com o adendo de que Robert Pechman analisou os subúrbios cariocas. Quanto às fontes, além do recurso aos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), houve a farta utilização do relatório *Habitações populares*, de 1906.³

Em 1980, Lia Carvalho praticamente inaugurou o recurso aos manuscritos do AGCRJ, tendo entremeado-os com relatórios científicos e publicações oficiais. Em 1982, Jaime Benchimol aprofundou essas possibilidades de pesquisa e acrescentou os periódicos da grande imprensa.⁴ Em 1983, Oswaldo Porto Rocha adicionou ao debate os livros de literatura e as letras de música popular e, em 1984, Francisco Elia contribuiu com os jornais operários, não obstante ter avançado na utilização da grande imprensa. Em 1985, a formação em Arquitetura de Lilian Vaz lhe proporcionou o trabalho com as plantas prediais e as fotografias, sendo que a preocupação com as imagens também esteve presente na reprodução de certas charges.⁵

Esse grupo de pesquisadores conseguiu constituir um subcampo valorizado nos meios científicos cariocas, notadamente, o da habitação popular na Primeira República.⁶ À exceção de Mauricio Abreu, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tais autores eram novatos nos departamentos de pós-graduação (os seus estudos eram dissertações de mestrado).⁷ Mais tarde, além de terem se identificado nos prefácios dos livros, investiram na memória de um período possivelmente heróico, em

³ *Habitações Populares*. Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

⁴ Vale ressaltar a contribuição de Benchimol à análise histórica do espaço, que partilha de identidades com a de Mauricio Abreu.

⁵ A contribuição da arquitetura no debate sobre a habitação popular na Primeira República também é vista em: ALBERNAZ, Maria Paula. *As vilas: uma contribuição à história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

⁶ De acordo com Pierre Bourdieu, o “campo” científico comporta investimentos, lucros e perdas. Assim, os subcampos considerados mais respeitáveis podem proporcionar maior acumulação de capital científico. BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

⁷ É interessante notar a especificidade do caso de Mauricio Abreu, que, além de já ser um professor estabelecido nessa época, tornou-se um dos principais autores de tal debate através da publicação de artigos e não propriamente de dissertações ou teses. A versão mais divulgada de seu aludido artigo, sendo também aquela que citaremos daqui para frente, é: ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, 1986. Esse texto foi novamente publicado na década de 2000, agora na condição de clássico: ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

que as pesquisas acadêmicas sobre o Rio de Janeiro praticamente inexistiam e o conhecimento acumulado sobre o assunto era limitado.⁸

Oswaldo Porto Rocha afirmou em 1986: “Quando defendi esta dissertação de mestrado [...] os debates sobre a cidade do Rio de Janeiro ainda estavam tomando vulto. Naquela época, em 1983, ainda era reduzido o número de estudiosos e de trabalhos elaborados”.⁹ Também em 1986, Lia Carvalho lembrou que, em 1980, fizera “um dos primeiros trabalhos com enfoque histórico sobre a questão habitacional no Rio de Janeiro no período em questão”.¹⁰ Já em 1990, Jaime Benchimol escreveu: “Naquela ocasião [1982] começavam a se impor como um promissor filão para a área acadêmica os estudos históricos sobre a cidade do Rio de Janeiro [...] Nesses últimos anos [...] brotou uma rica safra de estudos e monografias sobre a história social do Rio de Janeiro”.¹¹

O aumento no interesse pela pesquisa sobre o Rio havia sido apontado por Oswaldo Porto Rocha e Lia Carvalho, em 1986. De fato, podemos citar, nesse sentido, o seminário da “Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República”, sediado na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 25 e 26 de junho de 1984; a *Revista do Rio de Janeiro*, surgida em dezembro de 1985; e a coleção Biblioteca Carioca – criada pelo extinto Departamento Geral de Cultura, ainda no primeiro governo municipal de Marcelo Alencar –, que editava trabalhos inéditos ou esgotados sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Os dois maiores pólos de discussão sobre as habitações populares no Rio de Janeiro da Primeira República foram mesmo o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), com sua linha de História Social Urbana¹²

⁸ A memória pode ser construída por grupos nela diretamente interessados, sendo nesse caso um trabalho de “enquadramento da memória”. POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992. p. 203.

⁹ ROCHA, Oswaldo Porto. *op. cit.* p. 19.

¹⁰ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* p. 19. Em um livro de 1982, que tratava do tema da habitação no Brasil, Lia Carvalho foi a única autora citada no tópico referente à Primeira República. VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

¹¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.* p. 13. O historiador contribuiu para a mencionada profusão de estudos sobre o Rio de Janeiro em outra oportunidade: BENCHIMOL, Jaime Larry. Considerações acerca da bibliografia recente sobre a história das habitações populares e reformas urbanas no Rio de Janeiro no período 1850-1930. *História em Cadernos*, Rio de Janeiro, 4/5 (2/1), 1987.

¹² Criada em 1982, a linha de História Social Urbana ligava-se ao “conjunto de questões que dizem respeito aos processos de industrialização, empresariado, movimento operário, condições de vida, política de controle social, planejamento e administração do espaço urbano”. *Introdução à proposta de Currículo do Programa de Pós-Graduação em História*. UFF, 1989-1990. *Apud*: FRÓES, Vânia Leite (coord.). *Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995*. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996. p. XV.

e o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR), criado no âmbito da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/ UFRJ).¹³

Pulando para 1989, a precursora Lia Carvalho retornava ao tema em debate tendo como parceiras Eulália Lobo e Mirian Stanley.¹⁴ A obra resultante do encontro dessas historiadoras conservava certos aspectos verificados na produção da primeira metade dos anos 1980, tais como: o recorte temporal – que, grosso modo, se estendia das últimas décadas do século XIX até a de 1930 –; a teoria engeliana do espaço como um instrumento de controle da burguesia; o discurso higienista sobre as habitações coletivas; a idéia da crise de moradias como o resultado das transformações sócio-econômicas das últimas décadas do século XIX; o papel dos transportes na conformação do espaço urbano e na distribuição da moradia operária; e as propostas das empresas construtoras de casas populares, baseadas em incentivos fiscais.

Mas o livro promovia avanços na discussão ao não se prender ao recorte espacial do centro da cidade – tendo a sua análise atingindo substancialmente os subúrbios¹⁵ –, ao abordar satisfatoriamente a década de 1920¹⁶ – e distribuir seu esforço de análise por toda a Primeira República, sem se concentrar na Reforma Passos – e por operar uma gama variada de fontes primárias.¹⁷ Outro diferencial desse trabalho estava na utilização do conceito de classe operária em detrimento da noção de classe trabalhadora¹⁸ – como haviam feito os

¹³ Em 1987, foi aprovada a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), como unidade do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

¹⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* Eulália Lobo havia contribuído para a discussão sobre as habitações populares com dois artigos: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. La revolución industrial y la vivienda popular em Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de Índias*, Madrid, enero-diciembre, 1980, ns. 159-162; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro na década de 1880 a 1920. In: *Nova Americana*, Torino, Giulio Ernandi ed., 1981. Sep. da Nova Americana, 4, 1981. Devemos lembrar ainda a sua fundamental obra sobre a economia do Rio de Janeiro, que foi amplamente citada nos estudos aqui analisados: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro* (Vol. 2). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

¹⁵ Nesse caso, seria justo apontar novamente para o pioneirismo verificado em: PECHMAN, Robert Moses. *op. cit.*

¹⁶ Devemos lembrar aqui a dissertação de mestrado de Elizabeth Oliveira, que tratara indiretamente da questão da habitação na segunda metade dos anos 1920: OLIVEIRA, Elizabete Lira de. *Política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro: 1926-1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

¹⁷ Além do recurso aos manuscritos do AGCRJ e do aprofundamento na pesquisa das publicações oficiais, dos relatórios científicos e dos jornais operários e da grande imprensa, vemos a utilização dos documentos do Arquivo Nacional, relativos ao Registro das Companhias Industriais do Rio de Janeiro.

¹⁸ Tendência essa já verificada no trabalho de Elia. Ver: ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.*

estudos que enfocavam os trabalhadores no espaço mais amplo da reprodução da sua força de trabalho, ou de sua existência cotidiana.

Não deixa de ser curiosa a afirmação de Eulália Lobo e Lia Carvalho segundo a qual “Raros são os trabalhos que, dentro de uma perspectiva histórica, abordam a questão habitacional, para o fim do século XIX e da República Velha”.¹⁹ Isso porque, três anos antes, a primeira historiadora observara que “teses, artigos, seminários, dentro desta mesma temática, mas apresentando novas abordagens e colocando novas questões, têm contribuído para o aprofundamento do assunto”.²⁰

Chegamos a 1991 com a tese de doutoramento de Luis Cesar de Queiroz Ribeiro²¹, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), na qual podemos identificar a influência da sociologia urbana marxista francesa. O professor do IPPUR compilou dados estatísticos e documentais extraídos de censos demográficos, arquivos históricos e publicações de natureza diferenciada, tais como jornais, revistas, relatórios e levantamentos, sendo notável a quantidade de tabelas e gráficos. Embora tenha ignorado parte dos pesquisadores da primeira metade da década de 1980 – somente os seus ex-orientandos Jaime Benchimol, Lilian Vaz e Robert Pechman foram citados –, repetiu certos pontos encontrados nos estudos de tal geração. Nesse sentido, vemos a análise do deslocamento das aplicações dos excedentes do capital mercantil da cafeicultura para o espaço urbano, do desenvolvimento dos serviços urbanos a partir do fim do século XIX e da expansão das empresas construtoras de casas populares. Em compensação, aprofundou o conhecimento sobre o crescimento demográfico, predial e domiciliar na cidade entre os períodos censitários.

Mesmo sem dialogar diretamente com Eulália Lobo, Lia Carvalho e Mirian Stanley, o professor do IPPUR confirmou duas tendências presentes no livro dessas autoras: a preocupação mais equilibrada com o advento da Reforma Passos – que permitiu o avanço sobre outros contextos históricos da Primeira República – e a análise do processo de

¹⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 10.

²⁰ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* p. 19. Eulália Lobo e Lia Aquino chegaram a afirmar: “No PUR alguns pesquisadores estão tratando do tema da habitação popular, como a arquiteta Lilian Vaz e o historiador Roberto [sic] Pechman, porém os seus trabalhos ainda não estão concluídos”. No entanto, esses dois autores já haviam defendido as suas teses em 1985. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 10.

²¹ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

crescimento dos subúrbios. O interessante é que, em 1996, no prefácio do livro de Luis Cesar Ribeiro, Erminia Maricato recordou nostalgicamente o “debate rico, mas de vida curta, que ocupou alguns pesquisadores da década de 80”.²² Esse comentário não apenas nos permite verificar o reconhecimento do legado daqueles pesquisadores que concentraram sua produção entre 1980 e 1985. Ajuda-nos, principalmente, a entender as palavras de Carvalho e Lobo, proferidas em 1989, de acordo com as quais seriam poucas as obras que enfocavam a questão da habitação na Primeira República – embora a primeira historiadora tivesse louvado a profusão desses mesmos estudos três anos antes. Se, em meados do decênio de 1990, era clara a percepção de que o *boom* de trabalhos em torno daquela temática havia dado lugar a um período de relativo abandono, esse entendimento, ao que parece, já vinha se manifestando desde o final dos anos 1980.

Em 1995, uma ex-orientanda de Luiz Cesar Ribeiro voltava ao debate com uma tese de doutorado também defendida na FAU-USP. Praticando novamente uma história social da arquitetura e do urbanismo no Rio de Janeiro, Lilian Vaz²³ contribuiu para o conhecimento acerca da evolução do conceito de habitação coletiva, da década de 1850 até a de 1930. Mas a grande originalidade de seu trabalho está na investigação sobre as origens do edifício de apartamentos no Rio de Janeiro dos anos 1920 e 1930. Nesse caso, vale citar que a preocupação com a moradia não-popular também aparecera no trabalho de Ribeiro, embora esse estivesse interessado no processo de formação do mercado imobiliário – ou, mais exatamente, do capital de incorporação imobiliária residencial.²⁴ Seja como for, além da pesquisa de campo, a autora opera uma variada gama de fontes primárias, a qual inclui relatórios científicos, jornais da grande imprensa, documentos oficiais e, principalmente, plantas prediais, sendo esse um tipo de análise inaugurado pela própria arquiteta e por Maria Paula Albernaz, em 1985.

Na espaçada produção da década de 1990, vemos os impactos da História Social e da História Cultural sobre a discussão sustentada neste capítulo. Sidney Chalhoub abordou as habitações coletivas em sua tese de livre-docência defendida no Departamento de

²² RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* p. 13.

²³ VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2002.

²⁴ A tendência de estudar a habitação popular juntamente com a habitação não-popular foi confirmada em: GRIECO, Bettina Zellner. *A arquitetura residencial de Antonio Jannuzzi. Idéias e realizações*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1995. As suas maiores contribuições foram o aprofundamento da análise do discurso sobre os cortiços e a definição do conceito de Higiene como uma ideologia²⁵, pontos que até então haviam sido mais bem desenvolvidos por Lilian Vaz.

O professor da Unicamp citou à farta os pesquisadores da década de 1980, tendo dividido com eles, em termos de abordagem, o interesse pelas condições de existência da classe trabalhadora para além do espaço da produção e, no plano das fontes, os manuscritos sobre as habitações coletivas do AGCRJ. Mas ampliou o conhecimento sobre o assunto ao consultar a correspondência entre a Junta de Higiene e o Ministério do Império, que se encontra no Arquivo Nacional. Também seguidor de uma tradição marxista de pensamento, lançou mão de novas perspectivas ao dialogar com a Antropologia Urbana e aproveitar as oportunidades de análise proporcionadas pela História Social.

Outro indício da diversificação teórica presente na produção da década de 1990 foi a influência da História Cultural no artigo de Paulo César Marins²⁶, que trabalhou com o conceito de história da vida privada. Além de não ter contribuído em termos de pesquisa documental – nesse sentido, vemos o uso demorado do conhecido relatório *Habitações populares* –, a sua análise insistiu em palavras-chave como “desordem” e “tumulto” para designar a experiência das classes pobres no tocante à moradia. Sob o domínio de tais expressões, o seu texto beirou a incorporação do discurso segundo o qual as casas populares seriam espaços epidêmicos por excelência:

Doenças todas [cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária, tuberculose e peste bubônica] que grassavam em razão das péssimas condições de salubridade oferecidas pelas ruas imundas, mas sobretudo pelas casas lotadas e sem infra-estrutura de esgotamento e abastecimento de água, insuficientes e ineficazes mesmo na corte.²⁷

²⁵ Como um repertório comum a ser apropriado pelos diversos grupos sociais que propunham soluções para o espaço urbano, a ideologia da higiene se traduzia pela idéia de que o caminho para a “civilização” seria a solução dos problemas de higiene pública – o que levava ao esvaziamento das discussões políticas em prol da técnica. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços...* p. 35. O autor havia se ocupado do tema da habitação em outros trabalhos, sem tomá-la como a sua preocupação principal. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 131-148; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 233-248.

²⁶ MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁷ MARINS, Paulo César Garcez. *op. cit.* p. 140.

Lilian Vaz lembrou que esse tipo de precariedade era verificado em toda a cidade e não exclusivamente nas habitações das classes pobres. Os documentos oficiais mostram que os serviços sanitários realizavam mais vistorias nas residências particulares e nos estabelecimentos comerciais do que nas estalagens, nas avenidas e nas casas de cômodos. Em resumo, o discurso higienista disseminou a condenação das habitações coletivas (insalubres ou não) e fez abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não-populares, nas fábricas, escolas, quartéis etc.²⁸

Seria justo dizer que Marins não chegou a explicitar a idéia de que os domicílios populares seriam focos irradiadores e causadores de doenças, conforme o fizera Elia:

Geralmente aglomeradas, sem contar com a necessária ventilação, essas habitações de classes pobres eram erguidas em terrenos insalubres – de preferência próximos ao centro, seu lugar de trabalho – o que as tornava focos de doenças endêmicas que se alastravam periodicamente por toda a cidade, ceifando inexoravelmente centenas de vida.²⁹

Cabe apontar que a incorporação do discurso higienista acontece em diversos trabalhos acadêmicos. June Hahner falou sobre a “disseminação das doenças infecciosas vindas dos cortiços para as residências das elites”.³⁰ Sandra Graham, por sua vez, aludiu às estalagens ou cortiços “que *infestavam* a parte baixa do centro da cidade” (grifo nosso).³¹ De forma parecida, Marcos Bretas registrou a idéia de que “a freguesia [do Espírito Santo] era *infestada* de hospedarias e todos os tipos de alojamentos para os pobres” (grifo nosso). Esse autor também reproduziu o discurso de que as casas de cômodos seriam espaços por excelência da chamada desordem: “Toda a sorte de crimes acontecia nessas casas, onde pequenos furtos e lutas corporais eram lugar comum”.³² José Murilo de Carvalho parece ter seguido esse pensamento: “O Rio possuía, em 1888, 1 331 estalagens e 18 866 quartos de

²⁸ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* p. 101; VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* p. 35. Vale ressaltar que nesse último trabalho a autora reproduziu acriticamente o discurso da higiene no referente às favelas: “a nova forma que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana [a favela] revelava-se tão ou mais insalubre e promíscua do que a anterior [o cortiço], que se desejava higienizar e disciplinar” (p. 57).

²⁹ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* p. 04.

³⁰ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/ 1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 283.

³¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro: 1880. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 1991. p. 215.

³² BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Respectivamente, pp. 28, 126.

aluguel, em que moravam 46 680 pessoas, incluindo todo o vasto contingente do mundo da desordem”.³³

Quem privilegiou a questão da higiene no Rio de Janeiro da Primeira República foi Marcelo Magalhães³⁴, em sua dissertação de mestrado defendida no PPGH-UFF, em 1999. Note-se que esse foi o primeiro autor a se insurgir contra o legado da geração da década de 1980.³⁵ Nesse sentido, relativizou a formulação clássica de Mauricio Abreu, segundo a qual a questão da habitação popular teria sido alterada no período das reformas urbanas, tendo se deslocado da *forma* (o cortiço, a vila) para o *espaço* (loteamento, subúrbio, periferia e mesmo a favela). Essa estratégia de classe, que se baseava na geração de novos empregos assalariados e na oportunidade de acesso à casa própria, teria permitido uma exploração ampliada da força de trabalho e também reduzido a capacidade de mobilização popular ao disseminar a força de trabalho por subúrbios longínquos.³⁶

Marcelo Magalhães ponderou que o objetivo de separar usos e classes, bastante próximos, só teria se materializado muito após a Reforma Passos – isso porque, além de os subúrbios não constituírem uma alternativa viável para os setores populares, a generalização da relação de trabalho típica do capitalismo não correspondeu a tal época. Mesmo no período posterior às reformas urbanas, a discussão sobre a habitação popular ainda estaria presa à solução apontada pela *forma* – ou seja, no lugar dos cortiços, a construção de vilas operárias.³⁷

Embora crítico a certos aspectos da produção da primeira metade da década de 1980, Marcelo Magalhães retomou a tradição do PPGH-UFF de acolher bons estudos sobre a habitação popular na Primeira República. Em 1999, Sérgio Perdigão³⁸ defendeu, no

³³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 36.

³⁴ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A encenação da questão da higiene: o Conselho Municipal como teatro (Rio de Janeiro, 1892-1902)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999. O rápido e inteligente debate sobre a habitação popular e a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República constante nessa dissertação de mestrado foi publicado em: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal e a questão da habitação popular (1892-1902). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2000.

³⁵ Pierre Bourdieu lembrou que o meio científico é um campo de enfrentamento e disputa regido por regras e operado por uma dinâmica de manutenção e revolução. Ver: BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*

³⁶ ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao... p. 56.

³⁷ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para... pp. 116-120

³⁸ PERDIGÃO, Sergio Bruno Alves. *Do cortiço à favela. História da construção da identidade da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1999.

mesmo departamento, mais uma dissertação de mestrado sobre o assunto. A partir de 2004, contando a análise que empreendemos sobre o Morro da Favela nas primeiras décadas do século XX³⁹, os investimentos naquele subcampo vêm crescendo.

Outro sopro de renovação veio com a monografia de final de curso elaborada por Eneida Queiroz, no Departamento de História da UFF. A partir de documentos inéditos da Justiça Sanitária encontrados no Arquivo da Justiça Federal, a autora vai de encontro a uma visão estabelecida na historiografia sobre o Rio de Janeiro: a de que não haveria meios legais de se recorrer contra as medidas oficiais que expulsaram parte da população do centro da cidade, na época da Reforma Passos. Acompanhando autos de manutenção de posse de moradores das favelas e habitações coletivas, descobriu ainda fotos tiradas por esses últimos, que revelam novos aspectos dessas moradias, anteriormente conhecidas através dos registros realizados por fotógrafos do governo e da grande imprensa.⁴⁰

Ao afirmar que, do ponto de vista do Direito, as reformas urbanas não foram tão fáceis de realizar, a historiadora acabou divergindo levemente – embora não o soubesse – de uma premissa de Marcelo Magalhães: a de que a facilidade com que o “bota-abaixo” foi efetuado se explicaria pelo afastamento do Conselho Municipal do jogo político de tal contexto. Atualmente, a pesquisa de Queiroz vem sendo ampliada no mestrado do PPGH-UFF, que agora também acolhe um estudo sobre a população do Morro do Castelo, entre 1904 e 1922, desenvolvido por Cláudia Paixão.⁴¹

A dissertação de mestrado de Cláudia Paixão (em andamento) vem reforçar a atenção dedicada ao Morro do Castelo nos últimos tempos⁴², da qual um bom exemplo é o

³⁹ MATTOS, Romulo Costa. *op. cit.*

⁴⁰ QUEIROZ, Eneida Quadros. *Ciência e capital em guerra aos pobres. Capitalismo, higienismo e Justiça Sanitária na Primeira República*. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

⁴¹ Os resultados preliminares podem ser vistos em: PAIXÃO, Cláudia Mirian Quelhas. “A reforma urbana e os moradores do Morro do Castelo: estratégias e disputas de populares no Rio de Janeiro (1904-1922)”. *Usos do Passado*. XII Encontro Regional de História. ANPUH, Rio de Janeiro, 2006. <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Claudia%20Miriam%20Quelhas%20Paixao.pdf>

⁴² Ver: MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992; NONATO, José A., SANTOS, Núbia M. (orgs.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. IPHAN/ Ministério da Cultura, 2000; KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

trabalho de Paulo Cezar Barros⁴³, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2005. O autor utilizou os principais jornais e revistas da capital, as fotografias de Augusto Malta, os depoimentos arquivados no Museu da Imagem e do Som, além de ter se lançado a um trabalho de campo na esplanada do Castelo e nos locais onde a população do morro se abrigou após o desmonte desse último. Todo esse material girou em torno de fundamentações teóricas típicas da Geografia Crítica, não obstante o diálogo com outras correntes. Quanto à bibliografia empregada, o geógrafo promoveu a recuperação das pesquisas da primeira metade da década de 1980 – no que não faltou o recurso a Engels –, tendo reforçado-as com trabalhos recentes da área de urbanismo. Acreditamos que sua maior contribuição foi a localização mais precisa dos lugares que receberam os habitantes do Morro do Castelo após o seu arrasamento, à base de poderosos jatos d'água.⁴⁴

Recortando ainda mais essa discussão, podemos ver como o conhecimento sobre as favelas desse período histórico foi produzido pelos estudiosos do campo das ciências humanas. Já de início, podemos dizer que esse tipo de assentamento habitacional não foi tão estudado quanto as habitações coletivas em geral.⁴⁵ Mesmo expandindo os marcos temporais desse debate até os limites do tempo presente, vemos que apenas nos últimos anos os historiadores vêm realizando estudos integralmente dedicados às favelas.⁴⁶

⁴³ BARROS, Paulo Cezar de. *Do Berço Histórico à Zona Periférica do Centro: velhas formas, novos Castelos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁴⁴ É possível notar nos anos 2000 a predominância da tradição marxista de pensamento nas pesquisas sobre a habitação popular na Primeira República – uma vertente de estudo que havia sido indiretamente criticada em certas dissertações da década de 1990, sendo a de Carlos Kessel um bom exemplo.

⁴⁵ Um levantamento do que foi publicado sobre as favelas cariocas é encontrado em: VALLADARES, Licia do Prado e MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.

⁴⁶ MATTOS, Romulo costa (2004). *op. cit.*; MAMEDE, Alessandra Costa. *Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; BRUM, Mario Sergio Ignácio. *O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006; TRINDADE, Claudia Peçanha da. *Entre a favela e o conjunto habitacional: o centro de habitação provisória de Nova Holanda (1961-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006; AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

Oswaldo Porto Rocha e Francisco Elia⁴⁷ dedicaram poucas páginas ao assunto em suas dissertações de mestrado. Ambos se preocuparam com a origem do nome favela e relacionaram o processo de favelização às reformas urbanas e ao centro da cidade. O documento que alicerçou a reflexão desses autores foi o já citado relatório *Habitações populares*. Além dessa fonte, o primeiro historiador recorreu às letras de sambas, que forneceram indícios sobre a vida dos populares no Rio de Janeiro e, mais especificamente, dos moradores do Morro da Favela. Já o segundo refletiu sobre o recenseamento de 1920 e a estatística predial de 1933 e concluiu que nesse período as favelas ainda não eram as principais opções de moradia popular. Com base nos artigos publicados na grande imprensa da época, acenou para o fato de que as favelas eram parte importante do debate mais amplo sobre a crise habitacional.

Em 1985, a análise das favelas começou a se desgarrar da administração Pereira Passos com a intervenção de Lilian Vaz⁴⁸, que, baseada nos documentos do AGCRJ, relacionou o início da ocupação do Morro da Favela à derrubada do cortiço Cabeça de Porco, acontecida em 1893. Na verdade, essa era uma antiga proposição – encontrada no livro de Henrique Dias da Cruz, de 1941 –,⁴⁹ que nunca tinha sido apoiada em fontes primárias. Em 2005, em sua tese de doutorado, a autora refinou a reflexão acerca das relações entre os cortiços e as favelas, tendo apontado para a semelhança das formas, o meio de acesso à habitação, o processo de especialização funcional e social do espaço urbano e a ação do Estado. Seja como for, a discussão sobre as habitações populares em sentido amplo foi a tônica da obra da arquiteta, que realçou os processos sócio-espaciais e o caráter excludente da modernização carioca.⁵⁰

⁴⁷ ROCHA, Oswaldo Porto. *op. cit.*; ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* Em artigo anterior, esse último pesquisador chamara a atenção para a ausência de trabalhos sobre o período inicial das favelas, propondo certas questões para o encaminhamento desse debate. ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. “Habitações populares, a reforma urbana e o início do processo de favelização do Rio de Janeiro”. *VII Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1983.

⁴⁸ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...*

⁴⁹ CRUZ, Henrique Dias da. *Os morros cariocas no novo regime*. Rio de Janeiro: S/E, 1941. p. 14.

⁵⁰ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...*; VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* A comparação entre as favelas e os cortiços encontrada nesses trabalhos foi repetida em outros dois artigos da arquiteta: VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./abr. 1986; VAZ, Lilian Fessler. “Do cortiço à favela – um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro”. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU/USP, FAPESP, 1998.

Em 1991, Lilian Vaz e Mauricio Abreu⁵¹ uniram esforços para melhor compreender as favelas, no primeiro artigo integralmente dedicado ao seu estudo no período da Primeira República. Os pesquisadores utilizaram fontes espalhadas em artigos da grande imprensa, além de jornais de bairros e pareceres de processos arquivados. Baseados em documentos oficiais, apontaram para o fato de que o Morro de Santo Antonio tinha sido uma das primeiras favelas do Rio de Janeiro.⁵² Portanto, a preocupação com a origem dessas habitações, verificada na produção dos anos 1980, ainda se mostrava forte nesse trabalho.

O *corpus* documental de Abreu e Vaz atingiu a década de 1910 – tendo revelado a presença das favelas nos subúrbios e na zona sul –, mas não cobriu plenamente os anos 1920, que foram estudados através do Plano Agache.⁵³ Embora houvesse espaçamentos na elaboração do processo de expansão das favelas – as fontes eram inovadoras, mas também dispersas –, pela primeira vez essas moradias foram analisadas especificamente, e não apenas dentro dos marcos teóricos mais amplos da questão da habitação.

Em um livro de 1992, Sonia Zylberberg⁵⁴ não chegou a dialogar com Mauricio Abreu e Lilian Vaz, mas também trabalhou com fontes inovadoras, como os relatos orais dos moradores do Morro da Favela, além de ter reproduzido, em primeira mão, um bom número de imagens, crônicas e letras de sambas relativas às favelas. Outra inovação da historiadora foi a abordagem demorada de temas culturais, como a descoberta das favelas pelo mundo artístico, na década de 1920. Nesse ponto, porém, superestimou o suposto pioneirismo do movimento modernista no tocante à valorização dos assuntos referentes à chamada cultura popular, dentre os quais, as favelas.⁵⁵

Iniciada na década de 1990, a nova fase dos estudos sobre os aspectos históricos das favelas demonstrava um cuidado maior com a pesquisa documental sistemática. Mauricio

⁵¹ ABREU, Mauricio de Almeida, VAZ, Lilian Fessler. “Sobre as origens da favela”. *IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, 1991.

⁵² Cabe o adendo de que, apoiado em fotografias de época, Oswaldo Rocha levantara a suposição de que o Morro de Santo Antonio e o Morro do Castelo teriam se favelizado antes do Morro da Favela. ROCHA, Oswaldo Porto. *op. cit.* p. 90.

⁵³ ABREU, Mauricio de Almeida, VAZ, Lilian Fessler. *op. cit.*

⁵⁴ ZYLBERBERG, Sonia. *Morro da Providência: memórias da “favella”*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

⁵⁵ A leitura do Modernismo como uma tradição filosófica encontrada no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX é vista em: MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Abreu proporcionou uma guinada no conhecimento sobre a gênese e a consolidação desse tipo de assentamento habitacional no cenário urbano carioca.⁵⁶ Acompanhando a grande imprensa das três primeiras décadas do século XX, conseguiu identificar os principais momentos de crescimento das favelas na cidade, embora as fontes jornalísticas nem sempre garantissem exatidão – conforme o próprio admitiu.

Mauricio Abreu promoveu dois grandes avanços ao debate: a identificação da chamada substantivação do termo favela na década de 1920 – questão que inquietara Sonia Zylberberg – e a idéia de que a crônica policial seria o lugar privilegiado para se buscar a compreensão do seu período inicial. A esse trabalho fundamental cabem apenas duas ressalvas. A primeira – assim como havíamos argumentado em relação ao livro da mencionada historiadora – é a de que o interesse dos intelectuais pela cultura dos populares e pelas favelas não partiu exclusivamente da experiência dos modernistas paulistas. A segunda é a de que nem todas as favelas têm a mesma origem, embora o processo de favelização seja freqüentemente visto como se fosse o mesmo em quase todos os casos.⁵⁷

Ao contrário dos trabalhos anteriores sobre as favelas na Primeira República – nos quais pesquisas inovadoras e importantes não se cruzavam –, o artigo de Paula Berenstein Jacques⁵⁸, de 1995, parte de uma premissa encontrada nos textos de Mauricio Abreu e Sonia Zylberberg: a de que, nos anos de 1920, as favelas começaram a inspirar artistas brasileiros, tendo virado um modismo entre os mesmos. Para exemplificar esse ponto, a arquiteta mostrou a importância do pensamento do poeta franco-suíço Blaise Cendrars na mudança do olhar lançado sobre as favelas. Em termos de fontes, a professora da Universidade Federal da Bahia utilizou o material levantado por Abreu e Zylberberg e refletiu sobre a obra de Cendrars⁵⁹, Le Corbusier e Alfred Agache.⁶⁰

⁵⁶ ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...*

⁵⁷ Crítica desenvolvida em: VALLADARES, Licia do Prado, MEDEIROS, Lúcia CHINELLI e Filippina. *op. cit.* p. 20.

⁵⁸ BERENSTEIN JACQUES, Paula. As favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. *Revista Interfaces*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1995.

⁵⁹ Os escritos desse poeta cubista sobre o Morro da Favela haviam sido analisados em: VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. UFRJ, 1995. p. 102.

⁶⁰ Embora sem o interesse específico nas favelas, a comparação entre os projetos de Le Corbusier e Agache fora realizada em: PEREIRA, Margareth da Silva. “Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert Moses (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

No trabalho de Paula Berenstein Jacques, vemos novamente o desmedido peso atribuído ao Modernismo no tocante à valorização da chamada cultura popular. Isso porque a autora deu a entender que, antes da visita de Blaise Cendrars ao Brasil, em 1924, os artistas e os intelectuais nacionais ignorassem as favelas. No entanto, homens como Di Cavalcante, Lima Barreto e, em certa medida, Orestes Barbosa⁶¹ já haviam promovido uma visão mais positiva dos moradores desses espaços. Outra relativização conveniente ao seu trabalho é a de que, na década de 1920, o samba e a “cultura negra”, apesar de terem valorizado as favelas na sociedade brasileira, não livravam os seus habitantes do estigma das “classes perigosas”, uma vez que existia no plano do discurso uma forte relação entre as manifestações artísticas populares e a “desordem”.⁶²

O Modernismo em si não foi analisado por Alba Zaluar e Marcos Alvito⁶³, em 1998, embora vejamos em seus escritos a discussão sobre as conflitantes representações das favelas, através dos relatórios oficiais e das crônicas – possibilidades abertas, respectivamente, por Lilia Vaz e por Sonia Zylberberg. Para desconstruir o pensamento dual de cidade segundo o qual as favelas seriam uma “outra cidade” dentro do Rio de Janeiro, os dois primeiros autores citaram trabalhos historiográficos que analisavam o fenômeno social do *encontro* na capital.

Embora contivesse reflexões fundamentais para o debate sobre o centenário das favelas cariocas, o texto de Alba Zaluar e Marcos Alvito gerou polêmica entre os especialistas. Licia Valladares⁶⁴ divergiu quanto ao que seria a especificidade das favelas, ou seja, uma cultura própria a esses espaços. Luis Antonio Silva⁶⁵ concordou em que os moradores desses espaços tivessem conseguido adquirir permanência, aceitação e

⁶¹ Respectivamente, *Correio da Manhã*. “Na cidade da multidão turbulenta e sofredora”. 22 de abril de 1923. Data citada em: ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 42; BARBOSA, Orestes. “A Favela”. In: BARBOSA, Orestes. *Bambambã*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. Apesar de Orestes Barbosa ter tratado o Morro da Favela como um território das classes “perigosas” em várias passagens da referida crônica, a valorização positiva de seus moradores vinha através da exaltação de sua suposta originalidade e de frases como “Eu gosto da Favela” (p. 115). BARRETO, Lima. “O moleque”. In: BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

⁶² Ver: BARBOSA, Orestes. *op. cit.*; COSTALLAT, Benjamin (1924). “A Favela que eu vi...”. In: COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

⁶³ ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. “Introdução”. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). *op. cit.*

⁶⁴ VALLADARES, Licia do Prado. Que favelas são essas? *Insight inteligência*, n. 8, 1999. pp. 64, 65.

⁶⁵ SILVA, Luiz Antonio Machado da. “A continuidade do problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

reconhecimento institucional e simbólico. Mas, além de atentar para as enormes diferenças existentes entre as favelas, sustentou que a emblemática expressão “a favela venceu”⁶⁶ (utilizada pela citada dupla) merecia o reparo segundo o qual os seus habitantes “sempre foram, e continuam sendo, criaturas da reprodução da desigualdade fundamental da sociedade brasileira e da forma de Estado que lhe corresponde: expressão e mecanismo de continuidade de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada”.⁶⁷

O aniversário de cem anos das favelas não passou despercebido pelo mercado editorial, tanto que, também em 1998, Paulo César Marins⁶⁸ dedicou algumas páginas de seu artigo sobre habitação e vida privada às origens dessas moradias no Rio de Janeiro. No ano seguinte, Sérgio Perdigão⁶⁹ defendeu a primeira dissertação de mestrado de História que cunhava a palavra favela em seu título – na qual, ao contrário dos escritos de Marins, não houve o pleno aproveitamento do conhecimento acumulado sobre o assunto. Perdigão acertou em cheio ao atentar para a ausência de estudos sobre as favelas na historiografia sobre a cidade. Outro ponto positivo de seu trabalho foi ter problematizado a idéia de que os modernistas paulistas inauguraram o interesse pela chamada cultura popular no Brasil. Mas o conjunto das fontes era acentuadamente esparso, sendo constituído por muitos documentos produzidos após o corte temporal estabelecido. Assim, o seu trabalho valeu mais para a compreensão do cotidiano das classes populares do que, propriamente, para o esclarecimento a respeito das favelas na Primeira República. Não obstante, certos equívocos de sua análise devem ser lembrados na discussão travada neste capítulo. Segundo o historiador, o (excludente) discurso segundo o qual as favelas seriam uma “outra cidade” teria atenuado a perseguição dos poderes públicos a esses espaços, porque os fariam parecerem longínquos no imaginário da “boa sociedade”...

Apesar de esforços como o que acabamos de verificar, não poderíamos deixar de concordar com Licia Valladares: “nas discussões sobre as interpretações do Brasil e a identidade da cidade do Rio de Janeiro no princípio do século XX, tão em voga em nosso

⁶⁶ Marcos Alvito repetiu essa idéia em: ALVITO, Marcos. A favela venceu. *A memória das favelas, Comunicações do Iser*, n. 59, Ano 23, 2004.

⁶⁷ SILVA, Luiz Antonio Machado da. *op. cit.* pp. 223, 224.

⁶⁸ MARINS, Paulo César Garcez. *op. cit.*

⁶⁹ PERDIGÃO, Sergio Bruno Alves. *op. cit.*

meio acadêmico, o interesse pela favela ocupa um lugar secundário”.⁷⁰ Ressaltamos aqui a capacidade da socióloga de trocar informações com especialistas das mais diversas áreas, a partir das quais sistematizou o conhecimento sobre as favelas da Primeira República. Outro mérito seu foi o aprofundamento da reflexão sobre documentos já conhecidos no debate sobre a habitação popular carioca, tais como: o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (trabalhado por Sonia Zylberberg, em 1992); o relatório *Habitações populares* (estudado por Lia Carvalho, em 1981); a compilação *Para remodelação do Rio de Janeiro*, de José Augusto de Mattos Pimenta (citada por Denise Stuckenbruck, em 1996⁷¹); e o projeto *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*, de Alfred Agache (utilizado por Mauricio Abreu, em 1978⁷²).

Em 2003, vemos o retorno da Geografia Histórica ao tema em debate, com a tese de doutorado de Maria Lais Pereira da Silva, defendida no Departamento de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Nesse trabalho, a professora do Departamento de Urbanismo da UFF explorou o pouco conhecido processo de expansão das favelas no período 1930-1964. Quanto ao que interessa a este capítulo, a autora contribuiu para o esclarecimento a respeito da localização das favelas no fim da década de 1920. Nesse ponto, utilizou uma fonte inédita: os primeiros registros aéreos visando à atualização da Carta Cadastral da cidade e o subsídio para o Plano Agache. Vale mencionar que a utilização do conhecimento acumulado sobre o assunto também foi realizada de forma satisfatória.⁷³

Tentando, enfim, juntar uma pesquisa de fôlego a um diálogo atento com os autores que se debruçaram sobre o estudo das favelas na Primeira República, escrevemos a dissertação de mestrado intitulada de *A “aldeia do mal”: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*⁷⁴. Procuramos entender o que Mauricio Abreu⁷⁵ chamara de substantivação da palavra favela, ou seja, como e porque o

⁷⁰ VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, 2000. p. 5. Uma outra versão desse texto pode ser vista em: VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

⁷¹ STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR-UFRJ/ FASE, 1996.

⁷² ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

⁷³ SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.

⁷⁴ MATTOS, Romulo Costa. *op. cit.* Dedicamos também algumas páginas à associação das favelas à violência urbana na Primeira República em: MATTOS, Romulo Costa. “Aldeias do Mal”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

⁷⁵ ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...*

termo, antes exclusivamente associado ao Morro da Favela, se generalizou, adotando uma nova forma, substantivada e com f minúsculo.

Elucidar o processo histórico inerente a essa passagem foi justamente o que nos interessou, devido à possibilidade de entendimento da construção social da favela em suas décadas iniciais.⁷⁶ Acompanhando sistematicamente o jornal *Correio da Manhã*, entre 1901 e 1927, conseguimos aplacar um problema que atingia os trabalhos sobre os morros favelizados da Primeira República: a dilatação da noção de contexto, o que impossibilitava a percepção das transformações mais sutis ocorridas na forma de se pensar as favelas.

A conclusão mínima que podemos tirar da leitura desses trabalhos é a de que não há mais motivos para duvidar de que as favelas foram um aspecto relevante nas discussões sobre o Rio de Janeiro da Primeira República. O pensamento de que esse tipo de assentamento habitacional só teria entrado para o debate sobre a cidade na conjuntura do Estado Novo foi difundido, principalmente, através de dois estudos pioneiros, lançados nos anos 1960, respectivamente, pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e por Lucien Parisse⁷⁷.

Não há dúvidas de que o debate acadêmico sobre as favelas ainda é carente de historicidade. No que diz respeito ao tema das favelas nas primeiras décadas republicanas, há muitas lacunas a serem preenchidas: a) a pesquisa sistemática em arquivos policiais; b) a pesquisa sistemática de anais parlamentares, leis e relatórios oficiais; c) a pesquisa sistemática do conjunto dos principais jornais e revistas ilustradas da grande imprensa; d) a análise semiótica das imagens relacionadas às favelas.

A despeito do significativo silêncio oriundo da História, a partir da segunda metade da década de 1990, registrou-se uma forte multiplicação de estudos sobre as favelas. Segundo Valladares, Chinelli e Medeiros, essa explosão está ligada às intervenções promovidas pelo poder público e pelas ONGs e também à percepção social da violência

⁷⁶ Licia Valladares sugeriu essa expressão ao “considerar as representações, associações, imagens e vocabulários utilizados em diferentes tempos por distintos atores sociais”, no tocante às favelas do Rio de Janeiro. VALLADARES, Licia do Prado. *A gênese da favela...* p. 06.

⁷⁷ SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). “Aspectos humanos da favela carioca”. *Suplemento especial do Estado de São Paulo*. 13 e 15 de abril de 1960; PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução, sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

urbana nas favelas do Rio de Janeiro. Assim, os debates em torno da “cidade partida” estão em alta, os quais têm sido caracterizados pela insistência na dicotomia favela-asfalto.⁷⁸

Zaluar e Alvito lembraram que, nos anos 1970, esse esquema dualista de se pensar a cidade era bastante criticado. Mas na década seguinte, a chegada do tráfico de cocaína mudaria a vida dos favelados e o próprio discurso sociológico, no qual pôde ser percebido o reaparecimento das metáforas dualistas. Por isso, concluíram que estudar as favelas cariocas nos dias de hoje significa combater esse senso comum de longa duração e um pensamento acadêmico que reproduz parte das imagens correntes que lhe dizem respeito. Além, é claro, de ressaltar que a favela não é o mundo da chamada desordem e que a idéia de carência é insuficiente para entendê-la.⁷⁹

Enriquecendo esse ponto, Valladares mencionou três dogmas recorrentes nas visões sobre as favelas. O primeiro se refere à especificidade das favelas, o segundo à idéia das favelas como *locus* da pobreza e o terceiro ao tratamento tanto analítico quanto político das favelas como unidade. Isso teria levado o jornalismo e a academia a misturar aquilo que acontece nas favelas e aquilo que pertence às favelas. Em outras palavras, distingue-se pouco o que lhe é específico como fenômeno ou processo social e o que se passa na favela, mas também em outros lugares.⁸⁰

A idéia de que as favelas seriam uma “outra cidade” dentro do Rio de Janeiro – ou responsáveis por uma “cidade-partida”, na expressão tornada famosa pelo jornalista Zuenir Ventura⁸¹ – torna-se especialmente excludente à medida que ela nega a “cidade-conceito” em um de seus pontos principais, que é a produção de um espaço próprio.⁸² Nessa perspectiva, esse discurso dual cria uma cidade polifônica que recusa peremptoriamente a coesão pregada pela racionalidade urbana. É nesse sentido que a reflexão sobre a história das favelas na Primeira República nos permite surpreender os estereótipos sobre esse tipo de assentamento habitacional em seu período inaugural. A incorporação desses discursos de longa duração pela academia acaba por negar que a História, como todas as ciências

⁷⁸ VALLADARES, Licia do Prado, CHINELLI, Fillipina, MEDEIROS, Lúcia. *op. cit.* pp. 11, 20.

⁷⁹ ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *op. cit.* pp. 15, 21.

⁸⁰ VALLADARES, Licia do Prado. Que favelas são...

⁸¹ VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Esse escritor se baseou no seguinte texto: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “A cidade cindida ao meio”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. (Publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, em 29/03/1992).

⁸² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 173.

humanas, tenha como objetivo desvelar coisas ocultas – uma vez que, ao fazê-lo, pode contribuir para minimizar a “violência simbólica” que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia.⁸³

No próximo capítulo, veremos como foi constituída a campanha pela construção de casas populares do ano de 1905 – que talvez possa ser considerada a primeira de grande porte realizada no século XX –, na qual a produção de subjetividades sobre as favelas começava a se manifestar mais fortemente através de sua elevação à condição de territórios das “classes perigosas” – que negavam a cidade moderna e europeizada que as classes dominantes tentavam construir com as reformas urbanas.

⁸³ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão (seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 22.

2 – EVERARDO BACKHEUSER E A (RE)DESCOBERTA DA CRISE HABITACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

2.1. “ONDE MORAM OS POBRES”: A DENÚNCIA

Em março de 1905, através de fotos e de uma descrição jornalística, um jovem engenheiro civil revelou na revista *Renascença* que, enquanto a capital era remodelada e modernizada, as condições de moradia das classes pobres chegavam a um ponto lastimável.¹ O autor do bombástico texto, Everardo Backheuser, tinha então 26 anos e com o tempo desenvolveu uma sólida carreira intelectual. Foi professor da Escola Politécnica, fundador da Academia Brasileira de Ciências e um dos principais agentes da renovação do ensino da Geografia e do pensamento católico na reforma pedagógica do ensino brasileiro, na década de 1930.² Já uma das primeiras frases do seu artigo “Onde moram os pobres” chamava os poderes públicos à realidade e sugeria que a vida nas habitações populares era obscura e precária: “é hoje [...] ocasião de se voltarem as vistas para as lúgubres moradas onde vegeta a população indigente da cidade”.³

O melhor argumento em prol da construção de casas higiênicas era a depreciação das habitações coletivas e do suposto estilo de vida nelas desenvolvido. Everardo Backheuser sabia a quem estava se dirigindo: “ao leitor aristocrático desta aristocrática *Renascença*”⁴, uma revista que era lida por empresários e políticos. A opção pela estigmatização poderia auferir os resultados desejados entre seu público alvo. Os seus primeiros ataques foram às moradias encontradas nas freguesias pericentrais – que concentraram grande parte da população expulsa do centro pela reformas urbanas –, nas quais trabalhadores das mais variadas profissões viveriam de forma promíscua e logo abominável:

São as ruas da Cidade Nova, da Gamboa, da Saúde, de Frei Caneca, que sempre foram a habitual residência da gente pobre, as que hoje continuam a ser procuradas e por isso se enchem ainda mais os cômodos que os mínguados vencimentos dos operários permitem pagar.

E, assim reunida, aglomerada, essa gente – trabalhadores, carroceiros, homens ao ganho, catraieiros, caixeiros de bodegas, lavadeiras, costureiras de baixa freguesia, mulheres de vida reles, entopem as casas de cômodos, velhos casarões de muitos andares, divididos e subdivididos por um sem número de tapumes de madeira, até nos vãos de telhados entre a cobertura carcomida

¹ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. *Renascença*, Rio de Janeiro, n. 13, março de 1905.

² Dados biográficos de Everardo Backheuser podem ser encontrados em: SANTOS, Sidney M. G. dos. *A cultura opulenta de Everardo Backheuser. Os conceitos e as leis básicas da geopolítica*. Ed. Carioca de Engenharia, 1989.

³ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 89.

⁴ *idem.*

e o forro carunchoso. Às vezes, nem as divisões de madeira: nada mais que sacos de aniagem estendidos verticalmente em septos, permitindo quase a vida em comum, numa promiscuidade de horrorizar. A existência é ali, como se pode imaginar, detestável.⁵

No relato do cotidiano da população das estalagens, impregnado de elementos da ideologia da Higiene, o engenheiro se comunicou com um vocabulário possivelmente íntimo dos seus aristocráticos leitores (baseado no preconceito racial e na xenofobia), em que vemos também a visão negativa de pobreza que se tinha à época:

Italianos vadios ressonam dias a fio nesses ambientes nauseabundos; negras cheias de óleo na carapinha descantam modinhas, lavando roupas ali mesmo nas alcovas, e estendendo-as em telhados, quantas vezes em cordas nos próprios aposentos que adquirem pela persistência uma atmosfera quente e úmida, impossível de respirar; crianças nuas e sujas esfregam-se no chão imundo, sujando-o mais; e no meio disso, mulheres de baixa extração, pretas em geral, em trajes ignóbeis, baralhando-se na mesma colméia com moças pobres mas recatadas, que cosem para os arsenais pesadas tarefas, mantendo os seus quartinhos luxuosos quase à custa de asseio, enfeitadas as paredes com retratos queridos – ilhas de limpeza naqueles oceanos de imundície.⁶

Nessa citação, a palavra “colméia” revela a influência dos romances naturalistas, nos quais a comparação da dinâmica da vida humana com aspectos do mundo animal era comum.⁷ Já o vocábulo “oceanos” podia fazer referência indireta à literatura francesa e inglesa do século XIX, uma vez que ele era uma das representações mais constantes do tema da multidão, juntamente com as imagens da floresta, do formigueiro, do inferno e da doença.⁸ Portanto, a leitura individual dos textos sobre as moradias populares estava inserida em uma “seqüência de práticas articuladas umas às outras”, sendo bem mais do que um ato autônomo, que tinha a si mesmo como fim.⁹ Outro ponto a ser ressaltado é a percepção de que não haveria apenas mulheres desprovidas de moral, mas também recatadas, nesses espaços que seriam focos de epidemias e centros propagadores de vícios.

Embora as habitações coletivas fossem geralmente tratadas como resíduos de um

⁵ *idem*.

⁶ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 90. A visão negativa dos italianos também é encontrada no livro *O Cortiço*, de Aluisio Azevedo. Na parte referente ao processo de aristocratização da Estalagem de São Romão, o autor escreveu: “Os preços dos cômodos subiam, e muitos dos antigos hóspedes, italianos principalmente, iam, por economia, desertando para o Cabeça de Gato e sendo substituídos por gente mais limpa”. AZEVEDO, Aluisio. *op. cit.* p. 169.

⁷ Não obstante, de acordo com o *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, a palavra “cortiço” significa “caixa cilíndrica, de cortiça, na qual as abelhas fabricam o mel e a cera”. *apud*: VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* p. 49.

⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *op. cit.* p. 14.

⁹ CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 87.

tempo ultrapassado na moderna paisagem carioca,¹⁰ havia diferenciações entre elas. Segundo Everardo Backheuser, a pior de todas seria a casa de cômodos, “a mais anti-higiênica, a mais detestável das habitações coletivas”.¹¹ A estalagem apresentaria melhores condições do que as casas de cômodos: “há mais ar, há mais luz, há um pouco mais de bem estar e conforto” e a “vida noturna não tem a promiscuidade da ‘casa de cômodos’”.¹² O interessante é que a estalagem seria igual ao cortiço, apesar de o engenheiro considerar esse último como “estalagens antigas”, em piores condições de conservação. A melhor habitação coletiva seria a avenida, “uma estalagem aperfeiçoada”.¹³ Seja como for, o historiador Sidney Chalhoub apontou para a importância do julgamento do observador na especificação das habitações coletivas.¹⁴ Nesse sentido, é possível perceber a ideologização do conceito de cortiço no clássico livro de Aluisio Azevedo, que descreveu o desenvolvimento da estalagem Cabeça de Gato – em uma alusão clara ao célebre Cabeça de Porco:

[...] cabeça de Gato que, à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, *mais cortiço*, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária (grifo nosso).¹⁵

Everardo Backheuser mostrava-se espantado com as moradias das classes pobres. No entanto, dizia-se contra a derrubada indiscriminada das habitações coletivas e novamente tomava cuidado para não generalizar todos os seus moradores como sendo vadios¹⁶, na possibilidade de os mesmos ficarem sem residência fixa. Assim, condenava a idéia de esvaziar “estes [cômodos] por medidas tirânicas, pondo afinal a população pobre na contingência de ter a vida errante dos vagabundos e, o que é pior, ser tida

¹⁰ O decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903, definia como habitações coletivas aquelas “que albergavam sob a mesma cobertura ou dentro da mesma propriedade ou terreno, indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes”. *apud*: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 264.

¹¹ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 90.

¹² *ibid.* 91.

¹³ *ibid.* 92.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* p. 39.

¹⁵ Percebamos que, quanto mais a estalagem Cabeça de Gato se degradava, mais cortiço ela ficava, segundo o autor. Ao mesmo tempo, após passar por grandes reformas e elevar o nível social do seu público alvo, a Estalagem de São Romão ganhou uma tabuleta nova, na qual se lia “Avenida São Romão”. Embora possamos notar tais sutilezas, de uma forma geral, cortiço e estalagem são termos intercambiáveis no romance. AZEVEDO, Aluisio. *op. cit.* p. 171.

¹⁶ Sobre a política de repressão à chamada vadiagem na Primeira República, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados no Rio de Janeiro da virada do século*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

como tal [...]”.¹⁷ A solução seria deixar as habitações coletivas acabarem com o tempo – lembrando que os concertos ou reformas nos cortiços e nas estalagens estavam proibidos por lei¹⁸ –, para que um dia cedessem lugar às vilas operárias, tidas como o melhor estilo de moradia popular:

Essas habitações tendem e hão de desaparecer se os futuros administradores municipais seguirem a reta norma que está hoje traçada e não ficarem seduzidos por uma aparente melhoria dessas detestáveis construções ordenando que se as conserte, preferindo ver melhoradas, em aparência, repito, esses “cortiços” e “estalagens” ao em vez de deixar o tempo consumi-los para que floresçam nesses mesmos locais as encantadoras “vilas operárias”.¹⁹

Note-se que para o engenheiro civil a gradual substituição dos cortiços pelas vilas operárias seria também a erradicação de hábitos e costumes populares, tidos como amplamente negativos nesse Rio de Janeiro que se civilizava:

Como são muitas [essas habitações] perdurarão por certo emprestando à cidade um aspecto pitoresco com o seu *tic* de originalidade de costumes, de onde sairá gravado o tipo dos trovadores notívagos de viola e sanfona perdendo-se pela noite adentro em melopéias insípidas ou em fandangos em que muita vez termina a *função* pelo rolo e pela navalha.²⁰

De acordo com esse trecho, as festas e as manifestações musicais seriam aspectos do dia-a-dia das habitações coletivas, o que, de certa forma, contradizia uma já citada frase de Everardo Backheuser: “lúgubres moradas onde vegeta a população indigente da cidade”. Outro ponto relevante diz respeito à estigmatização dessas reuniões musicais, que eram uma das principais formas de diversão dos populares – melopéias e fandangos “em que muita vez termina a *função* pelo rolo e pela navalha”. Essa visão era parecida com a de Aluisio Azevedo, que escrevera a respeito da fictícia estalagem Cabeça de Gato: “aquela em que há um samba e um rolo por noite”.²¹ Percebamos, por fim, a referência, ainda que pejorativa, à música e às festas populares como sendo representativas de certa “originalidade de costumes” – noção que, ressignificada na década de 1920, informaria a valorização da cultura dos populares pelos intelectuais brasileiros, ante a decadência do ideal cosmopolita de *Belle Époque*.

O autor dedicou muitas linhas às habitações coletivas, mas, no seu entender, o Morro da Favela seria o espaço por excelência da pobreza na capital federal:

¹⁷ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 90.

¹⁸ O já citado decreto 391, de 1903, tolerava a construção de apenas quatro grupos de habitações coletivas: hotéis, hospedarias e casas de pensão; asilos e conventos; colégios, internatos e liceus; quartéis e postos de guarda. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 264.

¹⁹ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 92.

²⁰ *ibid.* p. 91.

²¹ AZEVEDO, Aluisio. *op. cit.* p. 171.

O “morro da Favela” nada mais é que o antigo morro da Providência [...] É assim chamado depois da luta de Canudos, pelos soldados que de lá voltaram e que por certo acharam o seu quê de semelhança entre o reduto dos fanáticos e *o reduto da miséria do Rio de Janeiro*. [grifo nosso]²²

Essa passagem traz um ponto que dever ser explorado. Por ter recebido soldados egressos da Guerra de Canudos, em 1987, o já habitado Morro da Providência passou com o tempo a ser conhecido como Morro da Favela – que era o nome de um morro situado na cidade de Monte Santo, na Bahia, onde as tropas republicanas foram derrotadas pelos jagunços de Antonio Conselheiro.²³ Embora o engenheiro tenha se reportado ao aristocrático leitor da *Renascença* quase em tom de revelação, o Morro da Favela carioca costumava figurar na crônica policial dos principais jornais da cidade. Em 1902, um repórter do popular *Correio da Manhã* escrevera: “É bem conhecido nos anais da polícia o perigoso sítio que a voz popular denominou morro da Favela, na 2ª circunscrição urbana”.²⁴

O mais importante em toda essa história é atentar para a idéia de que a referência a Canudos legava ao Morro da Favela da capital federal o estigma do sertão, tido na época como o espaço da não “civilização”. Colocando a reportagem do *Correio da Manhã* ao lado do artigo de Everardo Backheuser, temos a conciliação de dois estigmas aparentemente incomunicáveis: o do sertão e o das “classes perigosas”, sendo esse um conceito vinculado ao mundo urbano. Mas a própria memória recente da Guerra de Canudos transformava os sertanejos em uma espécie de “classe perigosa”.²⁵

O Morro da Favela recebeu um inegável destaque no texto de Everardo Backheuser, o qual concordava com a idéia de que as suas construções deveriam ser demolidas. Ao considerar o morro uma oposição à Avenida Central, o engenheiro o colocou conceitualmente como um sertão:

O ilustre Dr. Passos, ativo e inteligente Prefeito da Cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a “Favela” e em breve providências serão dadas de acordo com as leis municipais, para acabar com esses casebres. É interessante fazer notar a formação dessa pujante aldeia de casebres e choças no coração mesmo da capital da República, eloqüentemente

²² BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 92.

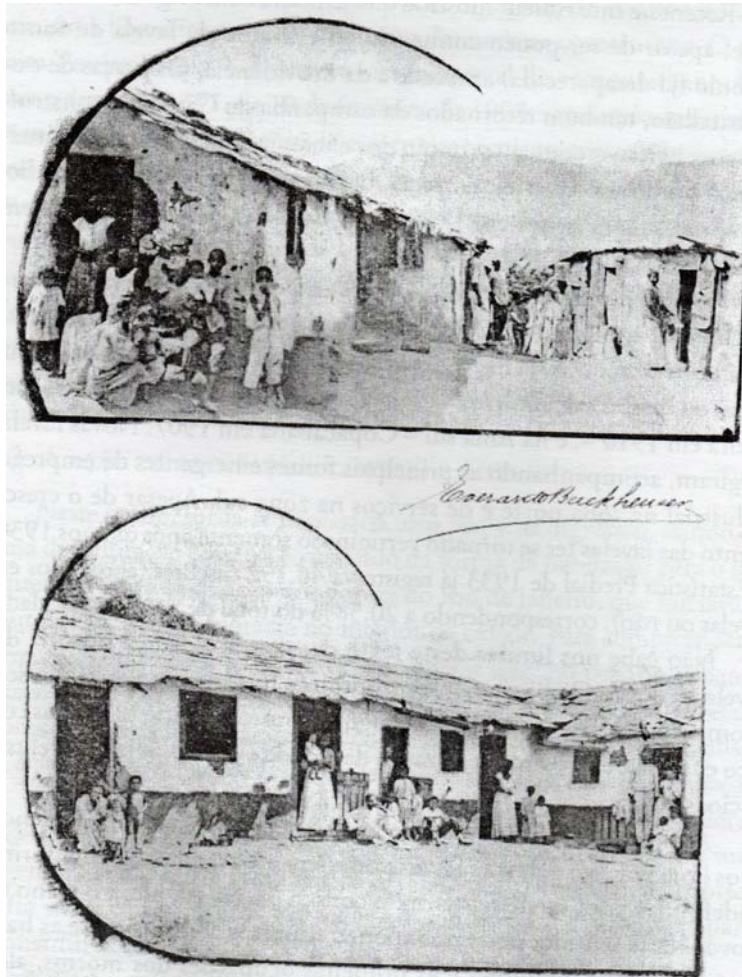
²³ CUNHA, Euclides da. *op. cit.* p. 362. Convém esclarecer que o Morro da Providência não foi a única favela a ser comparada com o povoado liderado por Antonio Conselheiro. Os “barracões” construídos na Rua General Severiano (Botafogo), em um terreno que o Governo reservava para a criação de uma universidade, estavam sendo chamados “na [...] gíria pitoresca” do povo de “Arraial de Canudos”. *Correio da Manhã*. “Arraial de Canudos”. 10 de outubro de 1902.

²⁴ *Correio da Manhã*. “Sede de sangue – No morro da Favela – Três facadas”. 17 de setembro de 1902.

²⁵ Na década de 1920, a ligação entre o sertão e as “classes perigosas” ficou mais explícita com o fenômeno do cangaço. MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do...”*. pp. 190-200.

dizendo pelo seu mudo contraste a dois passos da Grande Avenida, o que é esse resto de Brasil pelos seus milhões de quilômetros.²⁶

Para que o leitor pudesse apreender melhor a mensagem passada pelo engenheiro, foram incluídas no artigo fotos do Morro da Favela, nas quais ficava evidenciado o interesse por uma paisagem composta por casebres ruinosos, habitações coletivas e mulheres e crianças negras²⁷:



O destaque dado às crianças e às mulheres nessas fotos pode ser relacionado a uma observação feita por Jurandir Costa, segundo a qual elas compunham a principal preocupação dos higienistas; esses pensavam que, por serem habitantes por excelência da casa, as mulheres e as crianças seriam mais vulneráveis aos efeitos negativos da insalubridade. Não obstante, o interesse pela infância seria um importante passo na

²⁶ BACKHEUSER, Everardo. *op. cit.* p. 94.

²⁷ *ibid.* pp. 91 (primeira foto), 93 (segunda foto).

criação do adulto adequado à ordem médica.²⁸ Já a insistência do engenheiro-fotógrafo na população negra estava ligada à tentativa de reforçar o argumento de que o Morro da Favela seria um lugar contrário à “civilização”.²⁹ Aqui não podemos deixar de dizer que a família negra era vista na grande imprensa como um palco propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo a mãe negra portadora de baixa conduta moral. A África seria o reino do barbarismo e símbolo de inferioridade, ao passo que a cor branca, por si só, era um critério de “civilização”.³⁰

As revistas ilustradas, como uma das principais agências de produção da imagem fotográfica, contribuíram para “a divulgação, aceitação e naturalização de um modo de vida associado a signos de distinção e representação social tipicamente burgueses”.³¹ A minuciosa descrição da paisagem correspondia ao ato de denunciar as péssimas condições de moradia existentes no morro – ao mesmo tempo que podemos ver referências à suposta falta de higiene e ironias quanto à forma das casas (palavra essa que era acompanhada por um ponto de exclamação):

O morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. Imagine-se, de fato, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barros a sopapo, latas de querosene abertas e justapondo-se taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mistura de materiais presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isto pálida idéia do que sejam estas furnas onde, ao mais completo desprendimento por comezinhas noções de asseio, se alia uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e cozinhar.³²

²⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. pp. 115, 175.

²⁹ A “civilização” era concebida como sinônimo de se estar o mais de acordo possível com o modelo e as necessidades dos grandes centros, principalmente a França e a Inglaterra. NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991. p.14. De forma mais específica, diretamente dependente da produção de riqueza e da ordem no trabalho, a procura por esse ideal no Brasil teve como entrave a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes. Assim, a “busca de uma civilização nos trópicos tornou-se uma poderosa ideologia de dominação de classe e de controle social sobre pessoas e comportamentos distantes dos modelos europeus”. ESTEVES, Martha. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 141-143 (citação p. 143). Para o significado da palavra “civilização” na grande imprensa carioca no período das reformas urbanas, ver: AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. pp. 288-297.

³⁰ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e preto. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³¹ MAUAD, Ana Maria. “Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na *belle époque*”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000. p. 267.

³² *ibid.* pp. 93, 94. Ao dizer que “as divisões internas são mal acabadas, como que paradas a meio [...]”, o autor estranhava a arquitetura “vernácula”, que se distinguia da arquitetura “erudita” por não conter um

O engenheiro ratificava o pensamento de que o Morro da Favela seria o espaço por excelência da pobreza na capital federal, além de citar a atuação do pequeno capital imobiliário e zombar (novamente através de pontos de exclamação) das ruelas abertas pelos moradores – as quais, decerto, fugiam ao padrão estabelecido pelos modernos *boulevards* construídos pelo Estado no centro da cidade:

Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, eufemismos pelos quais se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difícil acesso à chapada do morro.³³

O principal ponto a ser observado no artigo “Onde moram os pobres” é a visão alternativa dos moradores do morro, que geralmente eram colocados na conta das “classes perigosas”:

Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda (que já tem a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação.³⁴

Pelos dois últimos trechos citados, poderíamos supor que Backheuser lera o livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, do ano de 1845, no qual Friedrich Engels discorreu sobre um bairro proletário de Londres: “aí moram os mais pobres dentre os mais pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, aos escroques e às vítimas da prostituição”.³⁵ Seja como for, a percepção social da presença das “classes perigosas” no Morro da Favela não diminuiria, uma vez que ele já teria, inclusive, uma “legenda” no chamado mundo do crime. Para tanto, deve ter contribuído a expressiva participação de seus moradores na Revolta da Vacina, em novembro de 1904, quando o *Correio da Manhã* afirmou exageradamente que, só desse morro, 2.000 pessoas haviam participado do protesto.³⁶ Não por acaso, em dezembro do mesmo ano, o funcionário da prefeitura Antonio Santos enviou a Pereira Passos “uma ligeira relação

lado artístico, para além da construção comum. BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Estética da ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. p.11.

³³ BACKHEUSER, Everardo. *op.cit.* p. 94.

³⁴ *idem.*

³⁵ *apud*: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *op. cit.* p. 25.

³⁶ *Correio da Manhã*. “Na Cidade Nova”. 15 de novembro de 1904.

dos principais donos de terrenos do Morro da Providência, na parte conhecida pelo vulgo de: ‘morro da Favela’”.³⁷

Uma questão fica então em aberto: se a associação do Morro da Favela às imagens de perigo recrudescer após a Revolta da Vacina, como Everardo Backheuser pôde dizer, em março de 1905, que ali também moravam pessoas honestas e trabalhadoras? Nesse ano, as conseqüências das reformas urbanas começavam a aparecer mais claramente. O grande canteiro de obras em que se transformou o centro da cidade acusava a existência de um verdadeiro cemitério de tijolos e azulejos oriundos das estalagens e dos cortiços destruídos, onde milhares de pessoas moravam. A agudização da crise habitacional nesse contexto forçou o surgimento de um vocabulário mais complacente entre a classe intelectual para designar a experiência dos habitantes das favelas, as quais se expandiam pelo tecido urbano da cidade com uma intensidade até então inédita. Mostrar aos poderes públicos que a Reforma Passos estava potencializando o déficit de morarias na capital era um dos objetivos do engenheiro niteroiense ao escrever o artigo “Onde moram os pobres”.

2.2. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR

As reformas urbanas empreendidas entre 1902 e 1906 agravaram sobremaneira a crise de moradias no Rio de Janeiro. Além das numerosas demolições, decorrentes da abertura de avenidas e do alargamento de ruas no centro da cidade, os trabalhadores ficaram desabrigados por motivos como:

A valorização e especulação com o solo [...], os novos impostos que acompanhavam o fornecimento de serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para construções urbanas; a proibição do exercício de determinadas profissões ou práticas econômicas [...] ligadas à subsistência das famílias trabalhadoras...³⁸

O presidente Rodrigues Alves almejava politicamente a modificação da lei eleitoral e administrativamente o desenvolvimento moral e material do país. A boa situação fiduciária permitiu a realização de vários projetos, dentre os quais o

³⁷ Os principais proprietários do morro eram: Antonio Gonçalves Figueiredo, Maria Julia Barcellos Leal – que arrendara seus terrenos a José Rodrigues Pereira Guimarães –, Luiza Perpétua da Costa – uma das antigas donas do cortiço Cabeça de Porco –, Fuão Barbosa, Serpa Pinto e Visconde de Moraes – sendo esses dois últimos homens de “gravata lavada”, conforme se dizia à época. AGCRJ. Códice 46-3-45.

³⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 287.

saneamento e os melhoramentos urbanos da capital.³⁹ O crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional exigiam uma nova organização do espaço, condizente com esse novo momento de organização social – que se iniciara em 1894, quando a oligarquia cafeeira retomou o poder político, potencializado durante a administração Rodrigues Alves. Não obstante, era necessário dotar a capital da capacidade de representar a importância do país como principal produtor de café do mundo e o estilo de vida cosmopolita e moderno das elites nacionais.⁴⁰

O projeto de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro, baseado no controle da circulação e no controle urbanístico,⁴¹ fez emergir outros problemas relacionados à concentração populacional em áreas sem infra-estrutura urbanística.⁴² Cabe ressaltar neste trabalho o elevado custo social das reformas urbanas, diante de análises recentes que criticam supostas generalizações promovidas pela historiografia da década de 1980, decorrentes de seu empenho em “denunciar a associação do grande capital privado com o Estado brasileiro no início do século XX, a fim de aburguesar o espaço urbano em detrimento das camadas populares”.⁴³ Produção essa que “mostra o Pereira Passos autoritário, o prefeito do bota-abaixo, insensível aos problemas dos menos favorecidos”.⁴⁴ Autor do primeiro comentário, André Azevedo parece ter exagerado a noção de integração urbana no projeto elaborado pela Municipalidade – um ponto que teria sido negligenciado pela geração dos anos 1980:

[...] Pereira Passos operava com uma visão de cidade organicista, que idealizava a cidade como um corpus continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes para o funcionamento harmônico do corpo urbano. Sendo assim, a idéia de integração urbana rege o processo de urbanização, pois a cidade passa a ser vista com suas funções interligadas, uma vez que é percebida como uma totalidade, um verdadeiro organismo que justifica o sentido de existência dos diversos órgãos interligados que os sustentam.⁴⁵

³⁹ CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974. p. 106.

⁴⁰ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* pp. 59, 60.

⁴¹ O controle da circulação significava a melhoria das comunicações internas e externas da cidade, com a modernização do porto – para facilitar o processo de importação/exportação de mercadorias – e a abertura e alargamento de ruas e avenidas. Já o controle urbanístico ligava-se à profusão de leis municipais que visavam ao controle da forma de habitar e à interdição dos hábitos dos populares da cidade, que não mais condiziam como o modelo urbano imposto. ABREU, Mauricio de Almeida. *Da habitação ao...* p. 53.

⁴² SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva da. *op. cit.* p. 24.

⁴³ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, 2003. p. 36.

⁴⁴ LENZI, Maria Isabel Ribeiro. Francisco Pereira Passos. Possibilidade de um outro olhar. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003. p. 108.

⁴⁵ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira... p. 44.

Porém, tal visão pode incorrer num anacronismo, pois esse tipo de abordagem mais sistêmica de cidade, que surge como objeto de uma nova disciplina científica – o urbanismo –, tornou-se hegemônico no Rio de Janeiro somente na década de 1920. No início do século XX, a concepção de “problemas urbanos” girava em torno da moradia, do saneamento e da circulação⁴⁶ – conforme verificamos nas análises de Jaime Benchimol, Oswaldo Porto Rocha e Mauricio Abreu⁴⁷, carros-chefe da historiografia da década de 1980 sobre as reformas urbanas.⁴⁸

Assim, apoiado em um possivelmente anacrônico “organicismo da reforma urbana de Pereira Passos”, André Azevedo concluiu que tal evento não buscou excluir a presença das camadas populares no centro, mas integrá-las de maneira conservadora:

Longe de empreender uma intervenção urbana com o fim de isolar as camadas populares do centro da cidade, o organicismo da reforma urbana de Pereira Passos pensou em aproximar e atrair o operariado ao centro do Rio de Janeiro, a fim de que este, inserto em uma ética burguesa na utilização do espaço público, disseminasse a urbanidade desejada pelo prefeito para além dos limites do centro urbano.⁴⁹

Por sua vez, Maria Isabel Lenzi, autora do segundo comentário citado, o qual censurava as análises que teriam traçado a imagem de um Pereira Passos autoritário e insensível em relação aos “menos favorecidos” – note-se que a palavra classe é geralmente evitada –, radicalizou a proposição de André Azevedo e apontou para “uma faceta da personalidade do ex-prefeito ainda inexplorada: a preocupação com as camadas mais desfavorecidas da sociedade”.⁵⁰

A solução teórica que possibilitou essa tentativa de revisão foi a sugestão de uma margem de independência entre as intervenções urbanísticas conduzidas pela União e a

⁴⁶ PECHMAN, Robert Moses. “O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert Moses (orgs.). *op. cit.* p. 354.

⁴⁷ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...;* PORTO ROCHA, Oswaldo. *op. cit.*; ABREU, Mauricio de Almeida. *Da habitação ao...*

⁴⁸ Encontramos bons balanços historiográficos sobre o Rio de Janeiro da Primeira República em: FALCON, Francisco. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995; LOBO, Maria Lahmeyer. *Historiografia do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “A produção de uma cidade: o Rio de Janeiro por seus autores”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *op. cit.*

⁴⁹ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira... p. 56. Esse pensamento foi repetido em outro artigo assinado pelo historiador, dessa vez em parceria com Antonio Edmilson Rodrigues, em que foi simulada uma entrevista com Pereira Passos: “Algo que me faria muito gosto é que os operários do Rio de Janeiro usassem mais o centro urbano após a reformulação que nele executei, pois aquele espaço, como encontrava-se antes, era um desestímulo à urbanidade[0]”. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins, AZEVEDO, André Nunes. Pereira Passos por ele mesmo. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003. p. 183.

⁵⁰ LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *op. cit.* p. 107.

Prefeitura (que teriam sido baseadas, respectivamente, em uma razão técnica e em uma razão cultural):

[...] durante o processo de reformulação urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Pereira Passos.⁵¹

No entanto, acreditamos que, se os projetos de reforma urbana elaborados pelas duas esferas de poder tiveram um ponto em comum, esse ponto foi justamente o recurso às desapropriações e às conseqüentes demolições como um dos mecanismos básicos para a execução dos melhoramentos urbanos. Por essa razão, somos levados a pensar que as hipóteses formuladas por André Azevedo, compartilhadas por Antonio Edmilson Rodrigues e radicalizadas por Maria Isabel Lenzi, parecem ter sido construídas à revelia de dados relevantes. Como o de que a derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906 provocou a retirada de cerca de 36.900 pessoas daquela mesma área central que Pereira Passos supostamente pretendia integrar ao cotidiano dos trabalhadores. Não obstante, o efeito multiplicador dessa ação dificilmente poderá ser calculado, assim como a quantidade de cortiços desaparecidos nesse processo.⁵²

Ao final das reformas urbanas, as freguesias centrais haviam interrompido bruscamente o seu processo de crescimento. Em 1890, o percentual se apresentava em 52% e em 1906 caía para 3,89%.⁵³ Ou seja, o centro histórico perdeu boa parte de sua população residente, com a destruição de uma parte considerável do parque domiciliar da cidade – produto do processo de especialização comercial dessa área e da elevação dos preços fundiários e imobiliários. Ao mesmo tempo, nas freguesias contíguas à chamada cidade velha, que receberam grande parte da população desalojada, a densidade domiciliar aumentou mais do que no conjunto da capital, como em São José – que passou de 9,80 pessoas por domicílio para 19,22 –, Santa Rita – de 9,70 para 18,22 –, Sant’Anna – 6,52 para 12,18 – e Santo Antonio – 5,76 para 12,04.⁵⁴

Quaisquer que tenham sido as intenções de Pereira Passos em relação às classes pobres – ou a diferença de seu projeto de reforma urbana em relação ao do Governo Federal –, a combinação dos resultados da atuação das duas esferas de poder pode ter

⁵¹ Em seguida, o autor lembrou que “Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves”. AZEVEDO, André Nunes de. *op. cit.* p. 36.

⁵² Só as obras da Prefeitura derrubaram 1.040 prédios e deixaram cerca de 10.400 pessoas desabrigadas. VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* p. 226.

⁵³ *ibid.* p. 75.

⁵⁴ RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. *op. cit.* pp. 174-176.

sido desastrosa para essa parcela da população. Em decorrência principalmente da remodelação da capital ocorrida entre 1902 e 1906, houve uma significativa piora nas condições habitacionais – fruto de um crescimento do parque domiciliar inferior ao da população –, “que se expressou no aumento do número de pessoas morando em cada domicílio e na expansão das construções domiciliares nas freguesias periféricas ao centro histórico da cidade”.⁵⁵ Dados que sugerem a tendência⁵⁶ a uma política mais de segregação do que de integração urbana (conservadora ou não) e colocam em xeque a aludida preocupação do prefeito “bota-abaixo” em relação aos “mais desfavorecidos”.

Não obstante, a proposição de uma integração conservadora, baseada na disseminação da urbanidade desejada por Pereira Passos do centro urbano para as áreas suburbanas, torna-se potencialmente problemática devido ao considerável abandono dos subúrbios pelos poderes públicos. Em uma análise dos jornais de bairros da cidade, Mauricio Abreu mostrou que, se de início as reformas urbanas foram efusivamente saudadas pela imprensa suburbana, este apoio rapidamente cedeu lugar à crítica, até transformar-se em revolta. Esses jornais locais repetiam semanalmente todos os melhoramentos que eram solicitados e jamais atendidos:

[...] limpeza de valas com água estagnada; falta de esgotos; falta de nivelamento, limpeza e capinação das ruas; deficiência da iluminação a gás; inexistência de calçamento; falta de irrigação das ruas (que gerava nuvens de poeira); falta de policiamento e de corpo de bombeiros; falta de escolas; falta de jardins públicos; falta de passarelas sobre a via férrea (as cancelas eram palco freqüente de atropelamentos), etc.⁵⁷

Seria esse quadro um estímulo à urbanidade por parte de Pereira Passos? Vale lembrar que o elevado número de reclamações dos habitantes dos subúrbios levou a grande imprensa a criar colunas voltadas para a população dessas áreas. Os jornalistas passaram a visitar os bairros suburbanos a pedido dos moradores e a publicar diariamente suas queixas.⁵⁸ Em resumo, ao privilegiar o centro e a zona sul nas suas

⁵⁵ *ibid.* p. 176.

⁵⁶ Utilizamos a palavra “tendência” porque, apesar do elevado número de demolições, muitos pobres continuaram a residir nas áreas centrais da cidade. Ver: PECHMAN, Sérgio, FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH; Marco Zero, vol. 5, n. 8/9, set. 1984/ abr. 1985.

⁵⁷ ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. *Espaços & Debates*, Ano 7, n. 21, 1987. p. 20.

⁵⁸ O *Correio da Manhã* iniciou a 11 de março de 1905 a série intitulada “Prefeitura”; a *Gazeta de Notícias*, a 30 de março de 1905, a série “Os subúrbios”; e o *Jornal do Brasil*, a 2 de abril de 1905, uma campanha contra “o ultrajante estado de abandono” em que se encontravam, pelo descuido da administração municipal, os “outrora fartos e salubres arrabaldes suburbanos”. DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* pp. 328 (*Correio da Manhã*), 330 (*Gazeta de Notícias*), 332 (*Jornal do Brasil*).

obras de melhoramento, ao mesmo tempo que socializava os custos (pois os suburbanos pagavam os mesmos impostos e taxas), o Estado iniciou um processo inédito de transferência espacial de renda dos bairros mais pobres para os mais ricos da cidade.⁵⁹

De posse dessas informações, cabe perguntar se a hipótese segundo a qual a lógica de organização do espaço seguiria os interesses e as necessidades das classes dominantes e, mais amplamente, do capital⁶⁰ – o que produziria rebatimentos no campo da moradia popular – seria um excessivo ideologismo marxista. Em resumo, não é estranho a este trabalho o pensamento de que as reformas urbanas representaram o triunfo dos interesses dos setores ligados ao comércio (principalmente a importação), aos meios de transporte e à construção civil, além de estímulo à atuação dos setores ligados à infra-estrutura.⁶¹ Assim como é possível perceber nesse evento a tendência à especulação e ao enriquecimento privado proporcionada por uma operação de valorização executada pelo Estado⁶² – e o interesse de Pereira Passos no ramo da construção civil não pode passar despercebido.⁶³

Devido às reformas urbanas do início do século XX, houve um agravamento da questão da habitação no Rio de Janeiro, em “proporções dramáticas”, no entender de Jaime Benchimol.⁶⁴ A rigor, a escassez e a carestia das casas populares já constituíam uma crise de moradias no período 1850-1870, quando as habitações coletivas integravam a paisagem do centro da cidade. Mas foi nas últimas décadas do Oitocentos que a questão da habitação atingiu maiores proporções. Nesse contexto, o Rio de Janeiro assumiu novas funções com o fim da monarquia e a proclamação da República, a decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba, a abolição da escravatura e o incipiente processo de industrialização.⁶⁵ Entre 1872 e 1890, o grande número de migrantes nacionais e estrangeiros que acorreu para a cidade fez com que a sua população passasse de 274.972 a 518.292 habitantes. Ou seja, em 18 anos ela cresceu 90%, a uma taxa anual aritmética de 5,0% e geométrica de 3,6%. No mesmo período, o crescimento do

⁵⁹ ABREU, Maurício de Almeida. *A periferia de ontem...* p. 17.

⁶⁰ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.

⁶¹ PORTO ROCHA, Oswaldo. *op. cit.* pp. 67, 102.

⁶² BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 244.

⁶³ SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva da. *op. cit.* p. 14.

⁶⁴ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 289.

⁶⁵ Amplamente utilizada pela historiografia carioca da década de 1980, a explicação do surgimento da questão da habitação como uma necessidade de adequação do espaço urbano às transformações sócio-econômicas ocorridas entre o fim do século XIX e o começo do século XX foi vista pela primeira vez em: CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* Seja como for, Sidney Chalhoub observou que essa autora tendeu a exagerar a importância do “processo industrializante” como um dos desencadeadores das transformações urbanas. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* p. 136.

parque domiciliar foi inferior ao populacional, tendo se expandido em 62% e à taxa geométrica de 2,6% por ano. A decorrência desse processo foi a deterioração das condições habitacionais, observada no aumento da densidade domiciliar (7,3) e predial (10,8).⁶⁶ Entre 1869 e 1888, o número de cortiços e estalagens passou de 642, com 9.671 quartos e 21.929 pessoas, para 1.331, com 18.866 quartos e 46.680 pessoas.⁶⁷

A década de 1890 é representativa da nova dimensão que a crise de moradias assumira no Rio de Janeiro. Nessa conjuntura, ocorreu um marco da perseguição dos poderes públicos às habitações coletivas: a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, motivada por interesses imobiliários e preocupações com a higiene pública e a segurança da cidade. Ainda nesse decênio, surgiram as primeiras favelas, construídas no Morro da Providência pelos ex-moradores do Cabeça de Porco (1893)⁶⁸ e no Morro de Santo Antonio pelos ex-combatentes da Revolta da Armada (1893-1894).⁶⁹

A própria ação do Estado contra as habitações coletivas, com o alegado objetivo de melhorar as condições higiênicas da cidade, recrudescia a crise de moradias. A partir de novembro de 1891, com a chegada de Floriano Peixoto à presidência, as autoridades públicas intensificaram sua ofensiva contra os cortiços, em um indício de que os higienistas pareciam ter chegado ao auge de sua influência política. Poucos meses depois, em abril de 1892, o médico baiano Candido Barata Ribeiro – autor de estudos que condenavam os cortiços e as estalagens – assumiu a presidência da Intendência Municipal e, em dezembro do mesmo ano, chegou à prefeitura da capital federal.⁷⁰ Em janeiro de 1893, o novo prefeito já havia comandado o arrasamento do célebre Cabeça de Porco, que segundo os jornais abrigava uma população de 2 mil pessoas.⁷¹

A Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, em 1892, pediu mais cautela à Inspetoria Geral de Higiene no tocante ao fechamento dos cortiços e das estalagens, apontando para as conseqüências que a medida poderia acarretar.⁷² Esse órgão público agia com base no regulamento sanitário de 1890, que permitia o fechamento de cortiços em um prazo de 48 horas – sem a necessidade de medidas

⁶⁶ RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. *op. cit.* pp. 168, 169.

⁶⁷ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* pp. 139, 140.

⁶⁸ VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o... p. 35.

⁶⁹ ABREU, Mauricio Almeida de, VAZ, Lilian Fessler. *op. cit.* p. 489.

⁷⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* pp. 46.

⁷¹ VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o... p. 30.

⁷² CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* pp. 18, 19.

anteriores para prevenir proprietários e inquilinos – e não abria espaço para recursos por parte dos cidadãos atingidos.⁷³

Talvez por essa razão, Sidney Chalhoub tenha dito que, na primeira metade da década de 1890, “a Inspetoria de Higiene parecia o quarto poder da República”.⁷⁴ No entanto, a idéia de que a força do higienismo como uma ideologia teria promovido o esvaziamento das discussões políticas foi relativizada por Marcelo Magalhães. Acompanhando a tramitação dos processos referentes à habitação popular no Conselho Municipal, entre 1892 e 1902, o último historiador mostrou que a mobilização popular e as tensões internas entre os intendentes podiam atravancar as tentativas de implementação das propostas de resolução da questão da salubridade:

Se, na hora de apontar a solução, eram os parâmetros da higiene que vigoravam – proibição da lavagem de roupas nas estalagens, erradicação dos cortiços, proibição da colocação das divisórias em casas de alugar cômodos [...] etc. –, o mesmo não pode ser dito no momento de torná-las efetivas no espaço da cidade, para além da higiene, era necessário a negociação, ou seja, o jogo político.⁷⁵

Seja como for, através da análise quantitativa dos projetos de lei apresentados, Marcelo Magalhães mostrou que o Conselho Municipal discutiu, de forma privilegiada, temáticas que diziam respeito à higiene pública da cidade.⁷⁶ Ao tratarmos da ofensiva do Estado contra os cortiços e as estalagens neste capítulo, falamos, em termos gerais, sobre motivos higiênicos, preocupações com a ordem pública e interesses imobiliários. Faltou, portanto, desvelar as questões escondidas em cada uma dessas motivações. Em primeiro lugar, o quadro sanitário da capital causava prejuízos à economia do país, sendo a sua má reputação no exterior um entrave ao seu desenvolvimento econômico – tido como dependente de capitais e força de trabalho estrangeiros. A febre amarela era um drama particular, uma vez que, ao fazer muitas vítimas entre os europeus, dificultava o comércio internacional e prejudicava o ideal de branqueamento da população brasileira através da política de imigração.⁷⁷

⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* pp. 47, 49. Eneida Queiroz precipitou-se ao incluir Sidney Chalhoub entre os autores que suprimiram qualquer tentativa de garantia dos direitos da população atingida pela Reforma Passos. Ao dizer que “os cidadãos que se considerassem prejudicados não tinham a quem apelar” (p. 47), o historiador referia-se ao regulamento sanitário de 1890 – quando a Justiça Sanitária, estudada pela autora, não existia –, tendo, inclusive, mencionado o regulamento de 1886, que incluía mecanismos de defesa para aqueles que se sentissem lesados pela Higiene. QUEIROZ, Eneida Quadros. *A guerra do...* p. 21.

⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* p. 50.

⁷⁵ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Formulando projetos para...* p. 138.

⁷⁶ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A encenação da...* pp. 112-158.

⁷⁷ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* op. cit. p. 205.

Em segundo lugar, embora já houvesse em 1855 projetos que propunham a colocação de portões de ferro nos cortiços – os quais deveriam ser trancados a partir de certa hora⁷⁸ –, esse tipo de moradia foi um importante cenário da luta dos negros contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Nessas habitações coletivas, os escravos que tentavam comprar sua alforria encontravam uma significativa rede de solidariedades e, em caso de fuga, podiam se esconder em meio a uma população variada. Segundo Sidney Chalhoub, o fato de a era dos cortiços ter correspondido ao período de intensificação das lutas dos cativos pela liberdade pode ser relacionado à incisiva ação dos poderes públicos contra tais moradias: “a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos”.⁷⁹

Por fim, o discurso higienista foi apropriado pelos empresários da construção civil, que enfatizavam a necessidade de destruição dos cortiços e a diminuição da densidade populacional no centro da cidade. Muitas habitações coletivas ocupavam áreas bem localizadas e isso pode explicar o porquê de os higienistas e os agentes do grande capital imobiliário estarem unidos pelas reformas urbanas e contra os corticeiros – representantes do pequeno capital imobiliário. A possibilidade de realizar transações com terrenos e construções nas áreas mais valorizadas era fundamental para os construtores e especuladores. Uma decorrência da resistência dos proprietários de cortiços foi o surgimento, nas décadas de 1880 e 1890 – principalmente durante o encilhamento –, de projetos de saneamento da cidade e de construção de habitações populares, cujos autores invariavelmente reivindicavam ao Governo o direito de desapropriação de prédios e terrenos necessários à execução das obras previstas.⁸⁰

Entre 1872 e 1906, houve 43 concessões de privilégios a indivíduos e companhias que pretendiam construir casas operárias, fora os pedidos que foram negados pelo Governo. Porém, apenas um pequeno número de concessionários aproveitou os incentivos fiscais do Estado e construiu as chamadas habitações higiênicas para os trabalhadores. O objetivo da maioria dos requisitantes era especular

⁷⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um... op. cit.* p. 128.

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* pp. 26 (citação), 28 e 29. A análise de processos criminais sobre escravos que viviam “sobre si” em cortiços do Rio de Janeiro – e assim se aproximavam da condição de livre – é vista em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...* pp. 233-248.

⁸⁰ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* pp. 211-213; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* pp. 52-56.

com suas concessões e obter lucros.⁸¹ Entre 1887 e 1895, as companhias Saneamento do Rio de Janeiro e Evoneas Fluminense construíram moradias para 6.800 pessoas; a Companhia Fiação e Tecidos Aliança para 420 operários; e a Fábrica de Tecidos São João, o Banco Operário e a Companhia Technico Construtora, para 1.200 operários. Essas moradias podiam atender a um total aproximado de 8.420 pessoas, ao passo que, em 1887, o número de moradores de habitações coletivas era estimado em 36.830.⁸²

As poucas empresas que investiram na construção de habitações populares ilustram bem a apropriação do discurso higienista pelo grande capital imobiliário. Em 1887, o engenheiro Arthur Sauer, incorporador da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, escreveu no memorial apresentado à aprovação da Assembléia Geral Legislativa:

Os cortiços e estalagens da Corte, infeccionados como se acham por suas péssimas condições sanitárias são os focos principais donde surgem as epidemias e nascem afecções mórbidas em ameaça constante aos moradores próximos, razão pela qual foram condenados e é reconhecida a imprescindível necessidade de, quanto antes, serem tais habitações substituídas por outras, construídas segundo as regras higiênicas e de aluguel muito módico para residência de proletários, operários e empregados subalternos.⁸³

Incorporada para explorar a concessão feita a Américo de Castro, a Companhia Evoneas Fluminense também associou os pressupostos do higienismo aos seus interesses imobiliários – conforme observamos no estudo “O problema das casas operárias em 1890”, elaborado pelo mestre-de-obras italiano Antonio Jannuzzi, diretor técnico da referida firma:

E, quando aparece uma epidemia em uma cidade, sua ação devastadora faz-se primeiro sentir nestas covas, ocupadas pelo povo, as quais se transformam em focos pestíferos, onde se torna difícil [...] sufocar os germes da epidemia. Daí espalha-se esta e vai contaminar as outras classes da sociedade com caráter tanto mais enérgico, quanto mais se afastarem as habitações do povo do grau médio de salubridade, que se deve exigir numa habitação humana.⁸⁴

⁸¹ PECHMAN, Robert Moses, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – contribuição à história da formação do capital imobiliário. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 1, 1985. p. 108.

⁸² Embora a maioria da população carioca pudesse ser considerada pobre, apenas uma parte dessa camada popular habitava os cortiços – cujos moradores representavam a décima parte do contingente populacional da cidade. Logo, a maior parte das camadas populares se espalhava pelas variadas formas de moradia praticadas no Rio de Janeiro, como dormitórios de trabalhadores, quartos de aluguel, hospedarias, zungas ou casas de dormida, porões, lojas (esses dois últimos proibidos em 1892), giraus e chalés. VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* pp. 36-38, 41.

⁸³ AGCRJ. Casas para operários e classes pobres 1887-1890. *apud*: PECHMAN, Robert Moses, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* p. 111. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro iniciou, em 1890, a construção da Vila Rui Barbosa, no centro; em 1891, as Vilas Arthur Sauer, Senador Soares e Maxwel – a primeira no Jardim Botânico e as outras duas em Vila Isabel –; e, em 1892, a Vila Sampaio, na estação do Sampaio. Em 1895, a firma teve seu contrato com o Governo rescindido.

⁸⁴ JANNUZZI, Antonio. *Pelo Povo: monographia sobre as Casas Operárias*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1909. p. 34. A Companhia Evoneas Fluminense deu início à construção de uma

Nas duas últimas citações fica evidente o discurso de que as habitações populares seriam focos irradiadores da doença na capital federal. A construção de habitações higiênicas deveria incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo; a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número reduzido de ocupantes. Para torná-la barata e acessível à classe trabalhadora, as empresas construtoras consideravam imprescindíveis as facilidades e isenções através das concessões.⁸⁵

Por intermédio da lei 3.151, de 9 de dezembro de 1882, o Governo concedera a isenção do imposto de transmissão de propriedade por 20 anos, o direito de desapropriação de terrenos particulares e a concessão do domínio útil de terrenos do Estado durante 20 anos. Terminado esse prazo, a firma teria preferência para o aforamento pelo preço e condições da legislação em vigor – facilidades que significavam uma tentativa de colocar nas mãos dos empresários os terrenos necessários para a edificação. A referida lei, porém, obrigava os empresários a indenizar os proprietários dos cortiços desapropriados – que antes deviam ser condenados pelas autoridades sanitárias. Esse empecilho veio a ser eliminado pela lei 3.349, de 20 de outubro de 1887, que revogava as cláusulas da lei 3.151, de 1852, referentes à indenização pelas demolições. Atingida pela modificação na legislação, a Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios passou a protestar, aos poderes públicos, para que as firmas construtoras de vilas operárias não conseguissem colocar tal prerrogativa em prática. Arthur Sauer chegou a comentar a pressão dos corticeiros: “desde que a Companhia [de Saneamento do Rio de Janeiro] começou a funcionar levantou uma grita tremenda”. Coincidência ou não, a maior parte dos pedidos de Sauer de cessão dos terrenos úteis do Estado foi indeferida, tendo sido a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro obrigada a comprar os terrenos.⁸⁶

vila operária na Praia de São Cristóvão, em 1890; em 1892, tinha em construção três vilas: a Rodolfo Dantas, em São Cristóvão, a Barão do Rio Negro, na Tijuca, e a Jannuzzi, em Botafogo. Naquele último ano, a Companhia pediu ao Ministério dos Negócios do Interior o cancelamento de sua concessão. PECHMAN, Robert Moses, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 107, 108.

⁸⁵ VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* pp. 38, 39. Jurandir Costa lembrou que as condições de qualidade e uniformidade nas construções recomendadas pelos higienistas desde meados do século XIX só seriam satisfeitas pelo recurso à tecnologia e técnicos estrangeiros – o que proporcionou a prosperidade da indústria européia e o progresso material dos técnicos imigrantes. Esse parece ter sido o caso do já citado Antonio Jannuzzi, estudado por Bettina Grieco, o qual passou de anônimo imigrante italiano a respeitável Comendador. Para ser ter uma idéia, a firma Antonio Jannuzzi, Irmão & Cia. teria realizado mais de 2.500 construções entre 1875 e 1927. COSTA, Jurandir Freire. *op. cit.* p. 110; GRIECO, Bettina Zellner. *op. cit.* p. x.

⁸⁶ PECHMAN, Robert Moses; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 107, 111, 112 (citação).

Concluindo esse tópico sobre a questão da habitação na Primeira República, embora tenha sido grande a procura pelas vilas operárias com incentivos e privilégios concedidos pelo Governo, a crise de moradias permanecia forte na virada para o século XX, sendo os numerosos cortiços o maior indicio dessa realidade. Lilian Vaz resumiu a atuação do Estado em relação às habitações coletivas, ao longo do tempo: “nas décadas de 70 e 80 do século XIX, a [fase] do fechamento de alguns cortiços: depois, a fase de algumas demolições, nos 80 e 90, e a última, a da reforma urbana (1902/ 1906), em que se realizaram demolições sucessivas”.⁸⁷

Foi justamente nesse último contexto, marcado pela grande derrubada de habitações coletivas, que Everardo Backheuser escreveu a respeito da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Como se não bastasse o elevado número de demolições, devido ao aumento nos preços dos terrenos e à desvalorização dos antigos térreos e sobrados, as casas mais velhas passaram a ser também derrubadas e não mais encortiçadas. Assim, as demolições se espraiaram para áreas que não haviam sido diretamente atingidas pela reforma, fenômeno que ampliou a renovação das construções.⁸⁸

2.3. “ONDE MORAM OS POBRES”: AS SEGUNDAS INTENÇÕES

Em maio de 1905, Everardo Backheuser voltou à revista *Renascença* com outro texto sobre as casas operárias, que aproveitava o título daquele primeiro. Se dois meses antes Backheuser procurara mostrar o lado caótico e negativo da habitação popular na capital, agora apontava para exemplos daquilo que existia de positivo nesse setor; ou seja, a solução. Encerramos o primeiro tópico deste capítulo afirmando que chamar a atenção do Governo para o recrudescimento da crise de moradias era um dos objetivos do engenheiro civil. O outro aparecia mais claramente nesse novo artigo: representar os interesses do setor da construção civil na grande imprensa e pressionar os poderes públicos a reatualizar a política de incentivos fiscais à iniciativa privada.

O caminho escolhido pelo jovem engenheiro foi o do elogio efusivo à experiência desenvolvida pela já citada Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, do empresário Arthur Sauer, na construção de vilas operárias. Fazendo as vezes de um escritor como João do Rio, que tentava mostrar em suas crônicas um Rio de Janeiro

⁸⁷ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* p. 206.

⁸⁸ VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* p. 52.

desconhecido das elites, Everardo Backheuser revelou aos seus aristocráticos leitores a presença daquele tipo de habitação em pleno centro da cidade – momento em que percebemos o quão embaraçoso o termo “vilas operárias” poderia parecer para o público ao qual se dirigia: “o que não sabe por certo a aristocracia fluminense é que existem mesmo entre nós essas vilas operárias ou, se for desagradável e de meter medo o qualificativo de *operárias*, essas *casas populares* como já as vão chamando os especialistas estrangeiros”.⁸⁹

O termo “vila operária” parecia ser especialmente constrangedor nesse contexto porque o Governo Rodrigues Alves é marcado pelo dinamismo do movimento operário, que passa a ter nas greves uma nova estratégia – em 1904, inclusive, elas haviam assumido um caráter de greve geral. Principalmente em 1905 e 1906, os gêneros alimentícios aumentaram de preço sem a correspondente elevação dos salários, tendo se agravado o desemprego. Somou-se a isso o próprio descontentamento popular com os métodos impositivos utilizados pelas autoridades, que contribuiu para a eclosão da Revolta da Vacina, cerca de seis meses antes desse segundo artigo de Everardo Backheuser.⁹⁰

Em se tratando de moradia popular, com ou sem o qualificativo de “operárias”, as vilas seriam o modelo a ser adotado nesse Rio que se civilizava, sendo vistas, assim, como pares opostos às casas de cômodos: “antônimo dessas nojentas moradas onde se estiola a preciosa vida do povo”.⁹¹ Note-se que a palavra “estiola” – definhar-se, debilitar-se, consumir-se lentamente – deixa entrever a influência da teoria da “degeneração urbana”, do médico inglês J. P. Freeman.⁹²

Vendo na habitação popular um “problema [...] como nenhum outro, momentoso e urgente”, Everardo Backheuser elogiou a Vila Rui Barbosa, construída pela Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, entre a Rua do Senado e a dos Inválidos: “[...] implantada no coração da cidade, tendo tido até hoje muito boas condições sanitárias, o que de certo modo responde àqueles que supõem indispensável afastar para os arrabaldes as habitações populares”.⁹³

O pensamento de Everardo Backheuser diferia da tendência que vinha se fortalecendo desde o fim do século XIX, segundo a qual as vilas operárias deveriam ser

⁸⁹ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. As “vilas” da Companhia Saneamento. *Renascença*, Rio de Janeiro, n. 15, maio de 1905.

⁹⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 75.

⁹¹ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. As “vilas” da Companhia Saneamento...

⁹² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *op. cit.* p. 29.

⁹³ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. As “vilas” da Companhia Saneamento...

construídas nos arrabaldes da cidade. Se por um lado o jovem engenheiro apontava para a possibilidade de localização das habitações populares na área central da cidade, por outro, considerava a vila operária o modelo mais apropriado para substituir os cortiços, as estalagens e as casas de cômodos. Com base na análise de diversas plantas de vilas da Primeira República, Maria Paula Albernaz constatou a privatização da unidade habitacional, a crescente destinação às famílias (e não aos trabalhadores solteiros) e a melhoria do padrão das casas.⁹⁴ Quanto a esse último ponto, Eulália Lobo afirmou que “as casas operárias daquela época eram de muito bom padrão. Os dispositivos municipais no fim do século XIX obrigavam as casas operárias a obedecerem certos padrões”.⁹⁵ Referindo-se mais especificamente às vilas construídas pelos proprietários de fábricas, Lia Carvalho apontou para as características que faziam desse tipo de habitação um instrumento de controle político-ideológico do operariado:

A habitação, como solução para as classes empresariais, visando a garantir o suprimento da mão-de-obra através do seu controle direto, teve, sob forma de vilas operárias, sua função assegurada pelo próprio Estado que, passando para o empresariado industrial a resolução do problema de moradias populares, abria uma área de ação em que as relações patrão-empregado se reproduziam e reforçavam.⁹⁶

Voltando às vilas da Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, Everardo Backheuser comentava a enorme demanda pelas moradias construídas pela iniciativa de Arthur Sauer – o que, curiosamente, negava o discurso dos construtores civis segundo o qual a concorrência com os proprietários de cortiços inviabilizaria o investimento na habitação popular⁹⁷: “Todas estas casas de todas as vilas estão sempre ocupadas, pois é enorme a procura, chegando a disputa a ponto de oferecer o novo pretendente luvas ao locatário antigo para que se mude”.⁹⁸

A população das cinco vilas pertencentes à Companhia Saneamento do Rio de Janeiro girava em torno de 5.000 pessoas. Se a experiência desenvolvida por Arthur Sauer fora tão vitoriosa assim, o leitor da *Renascença* devia estar se perguntando por

⁹⁴ ALBERNAZ, Maria Paula. *op. cit. apud*: VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* p. 48.

⁹⁵ LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. Entrevista. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003. p. 187.

⁹⁶ CARVALHO, Lia de Aquino. *op. cit.* p. 115.

⁹⁷ Segundo Luiz Cesar Ribeiro e Robert Pechman, a investida dos construtores civis contra os corticeiros escondia o interesse dos primeiros pelos terrenos onde se localizavam os cortiços – “em geral, espaços de há muito integrados à malha urbana e que, exatamente por essa localização, eram cobiçados”. RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz, PECHMAN, Robert Moses. *op. cit.* p. 108.

⁹⁸ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. As “vilas” da Companhia Saneamento...

que ela não foi adiante. De acordo com Everardo Backheuser, ocorrera uma desinteligência entre a referida firma e os poderes públicos no tocante à polêmica isenção dos direitos de importação, o que estaria privando a capital federal “de dar alojamento sadio a 60.000 pessoas, deixando-as morrer nos ‘cortiços’ sórdidos e nas repelentes ‘casas de cômodos’”.⁹⁹

Esse recurso à dramatização tendia a esconder detalhes da contenda entre o Governo e a Companhia Saneamento do Rio de Janeiro. O motivo maior do referido desentendimento foi o decreto 947A, de 4 de novembro de 1890 – promulgado pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa –, que exigia o pagamento dos direitos alfandegários de todo o material que já existisse no Brasil. Vale ressaltar que, no mesmo ano, o intelectual baiano recebera um abaixo-assinado dos negociantes de madeira da capital, com graves denúncias contra a Companhia e suas congêneres. Mas os atritos entre Arthur Sauer – que defendia a idéia de que o decreto não podia ser retroativo a concessões anteriores – e a União não pararam por aí.¹⁰⁰

Vendo ser indeferida a maior parte dos seus pedidos de cessão dos terrenos úteis do Estado – o que obrigou Arthur Sauer a comprar terrenos –, a Companhia Saneamento do Rio de Janeiro passou a burlar a lei de construção de vilas, a fim de superar os obstáculos e auferir maiores lucros. A empresa foi então multada por falta de cumprimento de contrato relativamente à cubação das casas, à largura das ruas, modificações que não estavam na planta aprovada em lei, pelo uso de tijolos maciços em vez de ocos e alvenaria de pedra, e pela não instalação de iluminação e banhos. Mas foi punida, principalmente, pela cobrança de aluguéis de valor duas vezes maior daqueles previstos em contrato, pela cobrança do aluguel de mobília, pela cobrança da taxa de limpeza e pelo desdobramento das casas para duplicação de aluguéis. Além disso, Sauer era acusado de abrigar em sua vila “graúdos, fidalgos e comendadores” em vez de operários.¹⁰¹

A questão principal – e que Everardo Backheuser negligenciou em seu artigo – era que, beneficiada pela isenção dos direitos alfandegários, a Companhia Saneamento do Rio de Janeiro comercializou materiais de construção quase clandestinamente, para serem usados não em casas operárias, mas em habitações luxuosas, tendo atuado assim como “importadora privilegiada e pirata”, nas palavras de Jaime Benchimol. Assim, nos

⁹⁹ *idem.*

¹⁰⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 158.

¹⁰¹ RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz, PECHMAN, Robert Moses. *op. cit.* p. 112.

tempos do Encilhamento – que correspondeu a um intenso movimento de construção predial no Rio de Janeiro –, os negócios de Arthur Sauer parecem ter ido bem devido a práticas que iam além da construção, aluguel e venda de moradias; como a especulação com terrenos e materiais de construção importados.¹⁰²

Dez anos após a rescisão do contrato da Companhia Saneamento do Rio de Janeiro com o Governo, Everardo Backheuser ignorava a experiência negativa da política de incentivos fiscais à iniciativa privada e considerava o trabalho feito por Arthur Sauer um exemplo para os poderes públicos: “Este eloqüente exemplo não será bastante e eficaz para indicar ao governo a verdadeira derrota a seguir, eliminando os perniciosos ‘cortiços’ e cooperando por outro lado para que se levantem elegantes e higiênicas [...] construções populares?”.¹⁰³ De fato, o argumento da elegância esteve presente na foto da Vila Ruy Barbosa, incluída em seu artigo. Vejamos que o engenheiro-fotógrafo pretendeu mostrar aos leitores uma paisagem constituída pelo aspecto clássico da vila e pela elegante vestimenta de seus moradores. A contrastar com as fotos do Morro da Favela, publicadas no famoso texto de março de 1905, não havia crianças sem camisa, descalças ou sentadas no chão.¹⁰⁴



Antes de escrever esse segundo artigo para a *Renascença*, Everardo Backheuser já era uma presença constante nos jornais da grande imprensa. *O Paiz* abriu espaço para uma série de textos escritos pelo engenheiro niteroiense. Em abril de 1905, o autor

¹⁰² BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* pp. 157, 158.

¹⁰³ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os pobres. As “vilas” da Companhia Saneamento... p. 189.

¹⁰⁴ *ibid.* p. 185.

iniciou seus elogios a certas vilas operárias existentes na capital e também suas críticas às posturas municipais, que elevavam o custo das construções: “Nós mesmos já temos alguma coisa a mostrar nas chamadas vilas operárias ou habitações baratas. As avenidas são já um passo grande. Infelizmente, as disposições da lei municipal sobrelevam [...] o preço do aluguel [...]”.¹⁰⁵

A sua campanha em prol da concessão de incentivos às empresas construtoras também esteve presente nas páginas do jornal:

Ora, evidentemente sendo necessário para o progresso higiênico da cidade a diminuição rápida das habitações coletivas insaneáveis, e por outro lado sendo comezinho dever dos dirigentes não sobrecarregarem de dificuldades a já de si difícil vida o pobre, claro é que favores gerais e grandes devem ser outorgados a *todos* aqueles que se propunham a, em um prazo curto, substituir em todo ou em parte os cortiços, estalagens e casas de cômodos por outras construções em que seja garantido o aluguel barato a troco de favores concedidos.¹⁰⁶

O engenheiro lembrou que a lei de incentivo à iniciativa particular não seria uma novidade, tendo aproveitado a oportunidade para enaltecer a Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, conforme o fez no artigo escrito para *Renascença*, em maio de 1905:

Além de algumas companhias de tecidos terem feito contratos especiais com a Municipalidade, deve-se estar em primeiro lugar a companhia em boa hora chamada de – Saneamento do Rio de Janeiro, pois nenhuma mais do que ela resolveria de fato o nosso problema sanitário, extinguindo-se o infecto evoluir dos cortiços pela elevação de vilas higiênicas confortáveis e baratas.¹⁰⁷

Houve também o lamento pela desinteligência ocorrida entre o Estado e a Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, que teria causado um mal para todo Distrito Federal, uma vez que, das 24 vilas operárias previstas pela empresa, apenas 5 haviam sido construídas: “Infelizmente para prejuízo geral da cidade surgiram logo as eternas questões das interpretações dos textos”.¹⁰⁸

Everardo Backheuser chegou a citar o percentual de lucro das empresas construtoras no auge do movimento de construções de vilas operárias, na primeira metade da década de 1890: “[...] os capitalistas que viram nos primeiros anos [...] o seu dinheiro render 10 a 12% bruscamente, desde 1893, não conseguem o menor juro para o seu capital”. Vale ressaltar que a Companhia Evoneas Fluminense declarara no início

¹⁰⁵ *O Paiz*. “As casas para os pobres – ensaio de solução”. 8 de abril de 1905.

¹⁰⁶ *idem*.

¹⁰⁷ *idem*.

¹⁰⁸ *idem*.

dos anos 1890 que a construção de vilas operárias rendia juros de 7,6% ao ano, superior, portanto, ao obtido com empréstimo ao comércio e à agricultura de café, em crise.¹⁰⁹

Além do elogio à Companhia Saneamento do Rio de Janeiro, incorporada por Arthur Sauer, “que honrariam [...] a qualquer país onde fossem construídas”, Everardo Backheuser fez campanha a favor de um ex-professor seu de engenharia, nesse momento envolvido em uma intrincada negociação com o Governo: “De todas as concessões feitas e cujos trabalhos ainda não foram executados, a mais importante, quiçá a única importante, é a do Dr. José Agostinho dos Reis [...] o seu contrato está passando novamente por uma revisão de modo a torná-lo viável e executável”.¹¹⁰

A lista de concessões elaborada por Everardo Backheuser fora realmente longa; o autor estava consciente de que esse contexto, caracterizado pela agudização da crise de moradias e pelo crescimento das reivindicações operárias, era o mais apropriado para arrancar do Governo incentivos de grande porte :

[...] diminuir impostos, incitar, a exemplo do que com tão feliz êxito se está fazendo no estrangeiro, os estabelecimentos como a Caixa Econômica, a emprestarem, à taxa módica, capitais que se destinem a esse gênero de reconstruções; dispensar o uso do hidrômetro ou chegar até a conceder gratuitamente a água para o uso dos moradores das casas higiênicas [...]; reduzir as taxas alfandegárias para os materiais a serem utilizados.¹¹¹

É claro que o termo “diminuir impostos” resumia o pedido de muitos outros favores em lei: “imposto predial, imposto de transmissão de propriedade para os terrenos adquiridos em que se tenham de construir habitações baratas, impostos da construção, taxa de água e esgotos, etc”.¹¹² O mais importante deles era, sem dúvida, o predial. No entanto, essa isenção não podia mais ser concedida, em virtude da garantia que dele fez o município para contrair o seu último empréstimo. O jovem engenheiro tinha uma saída para esse impasse, que se traduzia em mais um golpe contra os corticeiros e em mais um favorecimento aos construtores civis:

Taxará, por exemplo, muito mais fortemente (seja 20% ao valor locativo) todas as casas em más condições de higiene e diminuirá ou isentará mesmo, por certo prazo, todas as construções novas que se elevarem dentro de um limitado número de anos nos lugares onde existissem cortiços.¹¹³

¹⁰⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. La revolución industrial... 159-162.

¹¹⁰ *O Paiz. op. cit.*

¹¹¹ *idem.*

¹¹² *idem.*

¹¹³ *idem.*

Everardo Backheuser acreditava em que outra fonte de renda pudesse sair do dinheiro destinado à Saúde Pública, que poderia financiar prêmios a construtores que se destacassem na construção de casas populares: “Afora essas concessões eu penso que da gorda verba da diretoria de saúde pública federal poderia ser desviada uma certa soma para prêmios que mais estimulassem o empenho de construtores e proprietários”.¹¹⁴

Outro ponto defendido no artigo do mês de maio da revista *Renascença* apareceu antes n’*O Paiz*: a idéia de que as vilas operárias deveriam localizar-se no centro da cidade:

Para a gente de trabalho que tem os seus momentos contados, que ganha pelas horas de serviço e que quer o maior espaço de tempo para descanso, é pesado perder duas longas horas, uma de ida e outra de vinda, sem as aproveitar utilmente. A barateza que acaso tivessem nos alugueis seria contrabalançada pela despesa com o transporte.¹¹⁵

Percebe-se, aqui, que essa polêmica defesa pela localização das habitações populares no centro aparece de forma mais relativizada. Em primeiro lugar, o engenheiro também reconhecia as possíveis vantagens de se morar nos subúrbios: “permitiria o gozo de matas e jardins, de um ar mais puro, de um bem estar e de uma liberdade maiores”. Depois, concluía que o ideal mesmo seria construir em todas as áreas da capital, levando-se em consideração a alta demanda pelos cortiços e o lento ritmo de desenvolvimento da construção nos subúrbios: “a procura deles [é] extraordinária, ao passo que as construções nos subúrbios não progridem senão mui lentamente. Assim, pois, é preciso construir no centro mesmo, nas zonas circunvizinhas, nos arrabaldes e nos subúrbios, em toda parte, em suma”.¹¹⁶

Aqui cabe o adendo de que não foi muito precisa a informação de que “as construções nos subúrbios não progridem senão mui lentamente”. Robert Pechman mostrou que a partir de 1890 ocorreu um vertiginoso movimento de compras de terras agrícolas e a posterior venda em lotes na zona suburbana. Esse mercado emergente era estimulado pelos proprietários de antigas fazendas e também por negociantes, que trabalhavam individualmente ou então através de firmas montadas especialmente para esse fim.¹¹⁷ Além da imprecisão quanto ao desenvolvimento imobiliário nos subúrbios,

¹¹⁴ *idem.*

¹¹⁵ *idem.*

¹¹⁶ *idem.*

¹¹⁷ Ver: PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do...* No período 1890-1906, a população carioca cresceu mais fortemente nas freguesias suburbanas do Engenho Velho (147%), São Cristóvão (103%), Engenho Novo (126%) e nas freguesias rurais de Inhaúma (293%) e Irajá (109%) – consequência da enorme

Everardo Backheuser deixou registrado nas páginas d’*O Paiz* a tentativa de ocultação do conflito nesse período de desenvolvimento do movimento operário:

E assim, confraternizados pelo comum interesse operários e patrões, socialistas e individualistas, o capital e o trabalho, os homens de interesses os homens de idéias [...] teremos todos [...] trabalhado pelo nosso Rio, que, saneado e belo, dando pronto agasalho a todos, dos mais ricos aos mais pobres, só tornará ainda mais um centro de elevação moral e um empório de trocas comerciais.¹¹⁸

O momento político parecia ser mesmo delicado. Nesse contexto em que Everardo Backheuser se preocupava em pregar a harmonia de interesses entre as classes no Distrito Federal, o seu empenho pela construção de habitações populares foi visto pelas chamadas classes conservadoras como uma possível propaganda socialista. Não lhe restou outra opção senão aproveitar o espaço conquistado n’*O Paiz* para se defender; afinal, uma acusação desse porte poderia malograr seus esforços, que até então estavam sendo bem acolhidos na grande imprensa.

O engenheiro civil notou que os congressos de Medicina e Higiene evitavam debater a idéia de que ao poder público cumpriria auxiliar e proteger as empresas de construções de habitações higiênicas para as classes pobres. O motivo seria o medo que os profissionais da Saúde tinham de serem estigmatizados como agentes do socialismo: “Eu penso que esses vários congressos e comissões têm se arreçado de curar do assunto, temendo que a burguesia os tome por defensores de operários, por socialistas e outros nomes que possam vir a prejudicar a reputação de homens de família”.¹¹⁹

Vale dizer que a noção de “partido operário” ou “socialista”, nessa época, relacionava-se tanto às múltiplas organizações socialistas que surgiram e desapareceram durante toda a Primeira República, como ao conjunto dos socialistas que se situavam no terreno da luta política, dependendo esforços pelos interesses da classe operária, sem necessariamente estarem reunidos numa organização. Muitos socialistas eram operários qualificados e preocupados em melhorar a sorte de seus companheiros de classe; outros eram professores, jornalistas, médicos ou advogados, empenhados na busca de uma sociedade mais justa. Embora o preconceito em relação às idéias que defendiam

expansão dos transportes, sobretudo dos trens da Estrada de Ferro Central do Brasil. Estima-se que entre 1904 e 1905 houve um aumento de crescimento de passageiros na ordem de 1.876.525. Isso num período em que freguesias centrais como Candelária, Santa Rita e Sacramento apresentaram decréscimos de população. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* p. 174.

¹¹⁸ *O Paiz. op. cit.*

¹¹⁹ *O Paiz.* “O saneamento da cidade”. 15 de abril de 1905.

atingisse igualmente a todos os socialistas, no caso daqueles de origem operária as conseqüências podiam ser bem mais duras, como a dificuldade de obterem emprego.¹²⁰

Fugindo à pecha de socialista, Everardo Backheuser tratou o suposto plano de sociedade futura dos trabalhadores nos termos da opressão e da ditadura; organização política e social essa que com o tempo acabaria cedendo lugar a uma outra aristocracia, numa espécie de movimento natural da história ao qual não se poderia fugir:

Não irei jamais a um comício de trabalhadores pregar, no estado atual de ignorância, doutrinas de rebelião e não o faço por um ato que se tem algo de egoísta, é também, e requintadamente, altruísta: eu vejo que se o operário se erguer hoje em um movimento de revolta e chegar a vencer, primeiro, é certo, sofrerão os seus opressores atuais, depois aqueles que se possam parecer pela fortuna e pelos hábitos com a burguesia e imediatamente depois sofrerão eles próprios, devorando-se mutuamente como na Revolução Francesa, até que um novo Napoleão venha entronizar uma nova aristocracia.¹²¹

Note-se que a possibilidade de uma vitoriosa revolta da classe trabalhadora era discutida abertamente, conforme veremos em outras partes deste capítulo. Não custa recordar mais uma vez que cerca de cinco meses antes ocorrera a Revolta da Vacina, que continuava a ser intensamente discutida nesse contexto em que Everardo Backheuser escrevia sobre a questão da habitação popular. Apesar de ter feito questão de deixar claro o seu posicionamento diante da luta dos trabalhadores, o engenheiro dizia não temer o epíteto de socialista e considerava imprescindível avisar à Municipalidade que a obra de saneamento do Rio de Janeiro não podia abandonar a parte “mais importante”, referente à moradia operária: “porque esta obra, se é a do saneamento material, o é também a do saneamento moral”.¹²²

Vemos nessa última citação o ideal higienista que se orientava pela defesa do bem-estar físico e moral da população.¹²³ No mês de maio, quando escreveu o segundo artigo da série “Onde moram os pobres” para a revista *Renascença*, Everardo Backheuser publicou mais dois textos n’*O Paiz*. Enquanto um insistia no tema do imposto predial,¹²⁴ outro comentava a mensagem de Pereira Passos ao Conselho Municipal, no dia 5 de maio de 1905, em que era solicitado o crédito de 250 contos e também a autorização para destinar parte das sobras dos terrenos adquiridos com a

¹²⁰ BATALHA, Claudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, v. II. pp. 16, 17, 30.

¹²¹ *O Paiz*. “O saneamento da cidade”...

¹²² *idem*.

¹²³ MACHADO, Roberto. et al. *Danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. op. cit. pp. 256-263.

¹²⁴ *O Paiz*. “Casas Operárias”. 29 de maio de 1905.

abertura da Avenida Salvador de Sá à construção de casas operárias.¹²⁵ A intervenção direta do Estado no setor da habitação popular, é claro, feria os interesses dos construtores particulares, que reivindicavam para si a tarefa de construir casas para as classes pobres, através de favores em lei. O engenheiro niteroiense, como quem não pudesse condenar a atitude do prefeito em um contexto caracterizado pela agudização da crise de moradias, considerou boa a iniciativa, embora ressalvasse no sentido de que ainda não era o suficiente – assim, manteve uma brecha possível para sua argumentação em prol da iniciativa particular.¹²⁶

O interessante é que o historiador André Azevedo sugeriu que Pereira Passos estaria nadando contra a corrente ao decidir construir casas populares com os recursos da própria Municipalidade:

Era comum na época que este tipo de obra fosse feita pela iniciativa privada, por concessão pública. No entanto, conferindo grande importância à obra, Pereira Passos não abriu mão de assumir a empreitada, alegando que a iniciativa privada só buscaria o lucro e, por conseguinte, poria em risco a capacidade do operário arcar com os custos do pagamento de sua moradia, atingindo assim, conseqüentemente, a finalidade maior da obra.¹²⁷

Essa análise deve ser relativizada com base no fato de que as companhias privilegiadas de construção fracassaram na medida em que o grande capital não cumpriu a missão regeneradora que lhes atribuíam os higienistas.¹²⁸ O modelo de concessão pública à iniciativa privada era visto com desconfiança por vários setores da sociedade, devido aos abusos cometidos na importação de materiais de construção e à exclusão das classes pobres das moradias que lhes haviam sido destinadas. A própria campanha de Everardo Backheuser demonstrava certa preocupação em apagar a imagem negativa de companhias particulares como a Saneamento do Rio de Janeiro.

Não se pode esquecer também que a intervenção do poder público, no sentido de construir casas populares ou mesmo flexibilizar as posturas municipais para facilitar a chamada autoconstrução pelos moradores, era uma reivindicação da classe trabalhadora nos anos 1900.¹²⁹ Aliás, o papel da pressão exercida pelos trabalhadores está ausente na aludida tentativa de revisão dos estudos sobre as reformas urbanas do

¹²⁵ Mensagem publicada em: *A Notícia*. “Habitações para operários”. 5 de maio de 1905.

¹²⁶ *O Paiz*. “Casas Operárias”. 27 de maio de 1905.

¹²⁷ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira... p. 63.

¹²⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 162.

¹²⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Tese de Titularidade – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 52. O autor se referiu aos jornais de linha socialista.

início do século XX. O resultado disso é a distorção na análise do agenciamento das idéias, que partem sempre da inspiração do prefeito e nunca da população carioca afetada pelas demolições em massa. Ou seria novamente excessivo ideologismo marxista apontar para o fato de que a lei de construção de vilas operárias de Pereira Passos foi promulgada no período de crescimento do movimento operário?¹³⁰

Outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito à abrangência das vilas operárias construídas pela Municipalidade, tendo sido 120 casas no total – “verdadeira gota de água no oceano, que testemunhará apenas a boa vontade do Prefeito, mas que, de maneira alguma pode ser considerada sequer uma tentativa para a resolução do problema”.¹³¹ Habitações essas que ficaram prontas somente em... 1908!¹³²

A pequena quantidade de casas construídas pela Municipalidade e o ano em que ficaram prontas são indícios capazes de relativizar outra afirmação de André Azevedo: a de que a escolha da Avenida Salvador de Sá para a construção do referido conjunto habitacional seria uma prova de que Pereira Passos pretendia aproximar as camadas populares do centro da cidade.¹³³ Havia ainda na imprensa da época a certeza de que Pereira Passos pretendia destinar tais moradias aos funcionários da Prefeitura.¹³⁴ Vale lembrar que a condição de diaristas, sem nenhuma garantia ou direito de trabalho, colocava os operários que trabalhavam nas obras municipais em situação bem diferente dos funcionários públicos que desfrutavam de estabilidade de emprego, salários mensais e outros benefícios. Por um lado, Pereira Passos colocou em dia os salários dos funcionários da Prefeitura, assim como reorganizou a caixa de pecúlio dos mesmos e proibiu a prática de empréstimos feitos pelos usurários que freqüentavam as repartições públicas. Por outro, vetou categoricamente a resolução do Conselho Municipal no sentido de pagar um terço dos vencimentos aos operários jornaleiros que se

¹³⁰ Entre 1890 e 1906, houve 106 greves. O ano de 1905 foi aquele que vivenciou o terceiro maior número de ocorrências no período, com oito paradas. GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *op. cit.* pp. 118, 119.

¹³¹ *Jornal do Commercio*. “A pedido”. 18 de junho de 1905.

¹³² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 81.

¹³³ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira... p. 53.

¹³⁴ *Jornal do Commercio*. “A pedido”... Segundo o suposto depoimento de um “velho operário espanhol” ao *Jornal do Brasil*: “A julgar pelos planos aos quais obedecem as futuras edificações, os aluguéis dessas casas não serão inferiores a 70\$, 80\$, 90\$, senão passarem de 90. Não é, positivamente, para operário tão elevado dispêndio”. *Jornal do Brasil*. “A vida do operário”. 6 de abril de 1906. apud: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 476. Em 1908, Mauricio de Medeiros repetia na *Gazeta de Notícias* o pensamento de que as casas seriam alugadas não a operários, mas a empregados públicos. ELIA, Francisco de. *A questão habitacional...* p. 77.

invalidassem em serviço à Municipalidade.¹³⁵ Atitudes oficiais que, de certo, também problematizam o objetivo central do artigo de Maria Isabel Lenzi: o de que o prefeito teria demonstrado preocupação com os “mais desfavorecidos”.¹³⁶

Nas palavras da personagem Zé Povo, do *Jornal do Brasil*: “- Só se fala em melhoramentos! – São melhoramentos p’ra qui, melhoramentos p’ra acolá... E eu continuo... pior, muito obrigado!...”.¹³⁷

2.4. A REPERCUSSÃO NA GRANDE IMPRENSA: O PAIZ X JORNAL DO COMMERCIO

O Paiz foi o jornal que mais procurou estimular o debate sobre a habitação popular após a publicação do artigo “Onde moram os pobres”, de Everardo Backheuser. No início do ano de 1905, outros jornais haviam iniciado a publicação de projetos e sugestões para a solução do problema da moradia das classes pobres, como o *Jornal do Brasil* e o *Jornal do Commercio*.¹³⁸ Mas foi a partir do texto escrito pelo referido engenheiro civil na *Renascença* e da intervenção d’*O Paiz* que essa discussão específica se acirrou na grande imprensa.

Em abril de 1905, o redator-chefe Alcindo Guanabara, que assinava como Pangloss, acusou a leitura do artigo de Everardo Backheuser:

No último número da nossa excelente revista *Renascença*, apareceu um artigo que deve ter uma grande repercussão. Assina-o um nome que, nem por ser novo, é menos autorizado: o Dr. Everardo Backheuser, um jovem engenheiro muito inteligente e muito ativo, muito bem preparado, e que tem todo o vigor e todo o entusiasmo da mocidade.¹³⁹

O jornalista afirmou que o governo republicano estava fugindo a um primordial dever e lançou mão do exemplo da “civilização” para legitimar o argumento em prol da intervenção do Governo na questão da habitação: “Em toda a parte do mundo civilizado [...] o Estado tem atendido por uma série de providencias a necessidades iniludíveis das

¹³⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 231.

¹³⁶ LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *op. cit.*

¹³⁷ *Jornal do Brasil*. “Os melhoramentos”. 18 de novembro de 1906.

¹³⁸ A 6 de janeiro de 1905, o *Jornal do Brasil* estreou uma série de reportagens intitulada “Casas para operários”, em estreita ligação com o decreto 979, de 5 de janeiro de 1905, através do qual a Prefeitura se incumbia de construir vilas operárias. Já o *Jornal do Commercio* começou a publicar artigos sobre a habitação popular em 12 de janeiro de 1905, na seção “Gazetilha”, com amplas referências a experiências internacionais. *apud*: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* pp. 303 (*Jornal do Commercio*), 315 (*Jornal do Brasil*).

¹³⁹ *O Paiz*. “O dia”. 5 de abril de 1905.

classes menos favorecidas da fortuna”. Reconhecendo que “Nós temos sido surdos a seus clamores [...]”, o redator-chefe rechaçou a idéia de que demonstrar preocupação com as condições de vida dos trabalhadores significaria ser adepto do socialismo – em um dilema idêntico àquele enfrentado por Everardo Backheuser: “– Isto não é ser republicano: é ser socialista! [...] Convencendo de que, para ser conservador, é preciso manter as classes inferiores da sociedade comprimidas na última miséria”.¹⁴⁰

Após ter reproduzido trechos do texto “Onde moram os pobres”, Alcindo Guanabara concluiu com uma dose de piedade e outra de preconceito: “É um artigo que constrange a alma. Singelamente ele nos refere o que tem visto nesses antros, onde se abriga a miséria”.¹⁴¹ Ainda em abril, vemos Alcindo Guanabara comentar a “monstruosidade” denunciada pelos jornais da capital: “a praia de Copacabana está se enchendo de cortiços!”.¹⁴² O que estaria facilitando o crescimento desse tipo de habitação seria a lei de incentivo à construção no balneário, a qual continha normas mais brandas, destinadas a baratear o custo final dos prédios para os proprietários:

Era fatal. Uma lei extravagante, vinda a pretexto de facilitar a edificação, como se o ideal fosse a construção rápida de choupanas ou de antros anti-higiênicos, colocam o bairro de Copacabana fora e acima das exigências legais para a edificação que imperam na cidade. A conseqüência não poderia ser senão a que os jornais estão verificando: a formosíssima praia está sendo ultrajada pela construção de casebres e – agora o sabemos – de cortiços.¹⁴³

Antes uma área da cidade praticamente desabitada, a partir do final do século XIX Copacabana sofreu rápidas transformações sob a orientação do capital privado e do Estado. Nesse processo, vemos a ação, dentre outros, da Companhia de Construções Civis e do Barão de Ipanema – que promoveram o loteamento do então areal – e da Companhia Jardim Botânico – que inaugurou linhas de bonde nesse deserto potencialmente lucrativo.¹⁴⁴

Simultaneamente às demolições no centro, houve um grande movimento de construções na periferia, tanto para os lados dos subúrbios que margeiam a linha do trem, como para os lados de Copacabana. Registraram-se vários conflitos entre o

¹⁴⁰ *idem.*

¹⁴¹ *idem.*

¹⁴² *O Paiz*. “O dia”. 13 de abril de 1905.

¹⁴³ *idem.*

¹⁴⁴ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* pp. 47-49. Copacabana foi aberta à ocupação residencial chamada burguesa apenas em 1892 e vinte anos mais tarde já tinha uma infra-estrutura notável, com avenidas calçadas, luz elétrica, templos elegantes, habitações suntuosas, jardins, bons colégios, hotéis confortáveis, bares, casas de diversão, agências de correios e telégrafos, cinemas etc. ABREU, Mauricio de Almeida. *A periferia de...* p. 19.

governo municipal e os construtores, especuladores e proprietários, tendo sido esses últimos muitas vezes beneficiários das deliberações do Conselho Municipal. No entanto, preocupado com o aumento da arrecadação fiscal e com uma legislação que disciplinasse as construções (questões, aliás, entrelaçadas), Pereira Passos obteve do Conselho uma lei proibindo a construção livre em Copacabana.¹⁴⁵

A cessão da liberdade nas construções tinha como propósito povoar lugares ainda não integrados à malha urbana da cidade. Alcindo Guanabara ressaltou no local uma beleza que seria de nível internacional e mostrou-se surpreso com a falta de interesse dos empresários – levando-se em consideração a idéia de balneário, na verdade, uma nova demanda que vinha se fortalecendo no mercado de terras na capital:

Em qualquer outra parte do mundo [...] Copacabana seria uma jóia preciosa. [...] Mais de uma vez tenho aqui manifestado a admiração que ela me causa e a surpresa que tenho de ver que ainda não houve um grupo de homens de negócios [...] para estabelecer ali uma confortável estação balneária, onde [...] pudessem ir buscar na água e no ar do mar um pouco de saúde e um pouco de vigor... sem correr o risco de morrer de tédio ou afogado.¹⁴⁶

O jornalista estabeleceu dois modelos antagônicos de gestão de bairros. De um lado, Icaraí, em Niterói, e, de outro, Copacabana, no Rio de Janeiro. Assim, primeiramente, elogiou o incentivo ao desenvolvimento da praia de Icaraí: “não há nada [no Rio de Janeiro] do que o ilustre prefeito de Niterói, dando prova de grande lucidez, quer estabelecer em Icaraí... abrindo concorrência com quinze dias de prazo!”. Depois, condenou a proliferação dos casebres em Copacabana, em virtude dos quais esse formoso bairro estaria correndo o risco de se igualar à temida Saúde – que era tida como um dos lugares mais perigosos da capital republicana, tanto em termos de higiene como de segurança: “encheu-se a praia de casebres [...], de modo que o que devia ser uma jóia será dentro em pouco alguma coisa de semelhante ao bairro que, por triste ironia, chamamos – de Saúde”.¹⁴⁷

Alcindo Guanabara também se dizia a favor da rápida ocupação do litoral da zona sul carioca, mas achava que a forma mais adequada para se alcançar esse ideal seria a melhoria dos transportes: “Estende-se pela Copacabana, vila Ipanema, margem da lagoa Rodrigo de Freitas, Arpoador e Gávea, uma grande extensão plana onde se poderiam edificar cidades. O que falta a essas regiões é condução rápida, fácil e

¹⁴⁵ BENCHIMOL. Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* pp. 260-268.

¹⁴⁶ *O Paiz*. “O dia”. 13 de abril de 1905.

¹⁴⁷ *idem*.

barata”.¹⁴⁸ Quanto ao serviço de transportes em Copacabana, a Companhia Jardim Botânico, além de ter aberto os Túneis Novo e Velho, tinha um ponto de bondes na atual Rua Siqueira Campos, com ligação ao Leme e ao atual Posto Seis, que por sua vez levava à Vila Ipanema. O Leblon veio a ser incorporado na segunda década do século XX. Acreditamos em que uma “condução rápida, fácil e barata”, como queria o jornalista, pudesse ser o trem – havia, inclusive, bairros operários nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Entretanto, a instalação de ferrovias na zona sul solidificaria uma tendência não desejada pelo Estado e as classes dominantes.¹⁴⁹

Não por acaso, o editor-chefe d’*O Paiz* pedia uma maior presença das companhias de carris nessas áreas. Clamava ainda para que a Prefeitura criasse condições de habitabilidade na faixa litorânea da cidade do Rio: “A Municipalidade deveria [...] lançar os fundamentos dessas cidades, abrir nessas planícies largas ruas, demarcar as praças e exigir que as construções fossem higiênicas e estéticas”.¹⁵⁰ Se relacionarmos esses dois pedidos de Alcindo Guanabara, veremos que, nessa perspectiva, caberia ao Estado patrocinar o interesse de determinadas frações do capital.

O redator-chefe fechou seu texto comemorando o fato de Pereira Passos ter se manifestado contra o surgimento de cortiços em Copacabana, permitindo-nos inferir de suas palavras a dupla luta empreendida nesse momento – de um lado, impedir a proliferação de novos cortiços em áreas nascentes e, de outro, impedir que os cortiços existentes pudessem prolongar sua existência:

Felizmente, o nosso prefeito subleveu-se contra isso: e estou certo que as suas palavras serão ouvidas pelo Conselho Municipal, animado como está das melhores intenções: os cortiços hão de desaparecer de Copacabana. Assim pudéssemos nós esperar que desaparecessem também do centro da cidade, substituídos por habitações baratas e higiênicas.¹⁵¹

Em outro artigo, Alcindo Guanabara insistiu no tema da intervenção do Estado na sociedade: “É só a ação do Estado que pode manter um certo equilíbrio, intervindo a benefício de todos; e dessa ação ele já se não pode escusar porque a força da opinião o reclama enérgica e imperiosamente”.¹⁵² Mesmo que tal atitude implicasse a limitação da liberdade individual: “É essa doutrina que justifica a intervenção do Estado, limitando a liberdade individual, em matéria de higiene”. Vemos aqui o impasse diante dos limites

¹⁴⁸ *idem*.

¹⁴⁹ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* pp. 48, 49, 57.

¹⁵⁰ *O Paiz*. “O dia”. 13 de abril de 1905.

¹⁵¹ *idem*.

¹⁵² *O Paiz*. “O dia”. 15 de abril de 1905.

da ação estatal em uma sociedade liberal, o qual era geralmente resolvido através da ideologia da Higiene:

Julgar que lhe é lícito invadir o domicílio, impor multa e prisão, obrigar a notificação do caso mórbido, impor a desinfecção e [...] o isolamento hospitalar; e recuar diante da necessidade [...] de construir habitações higiênicas para os que não podem pagar aluguéis fabulosos, é uma violenta contradição [...].¹⁵³

Assim como Everardo Backheuser, Alcindo Guanabara considerava que de nada adiantariam as obras de saneamento e reformulação da cidade se a crise habitacional não fosse combatida: “Tudo isso, porém, será insuficiente para atingirmos ao objetivo combinado enquanto permanecerem na cidade as casas de cômodos, as estalagens e os cortiços”. Em um recurso retórico, convocava os governantes para visitarem as casas de cômodos da cidade, conforme argumentara o referido engenheiro civil: “Se algum membro do governo ou se o Sr. prefeito do Distrito se decidisse um dia a entrar numa dessas pocilgas que se chamam casas de cômodos, [...] esta campanha da imprensa se tornaria desnecessária”.¹⁵⁴

Aproximando-se mais uma vez de Everardo Backheuser, o redator-chefe citava o elevado preço da moradia popular, mesmo sem a infra-estrutura adequada: “Note-se bem que esses antros não são alugados barato: uma alcova ignóbil custa de 20\$ a 30\$ por mês. Há cômodos de 40\$ a 100\$. São preços pelos quais se poderia fornecer ao povo habitações isoladas com todo o conforto e toda a higiene”.¹⁵⁵ Para termos uma idéia do alto preço da moradia para os trabalhadores, em 1905, o salário de pedreiro era de 182\$ a 234\$; de carpinteiro era de 208\$ a 260\$; de servente de pedreiro era de 78\$ a 104\$; de trabalhadores diversos era de 78\$ a 130\$; de carteiro era de 234\$ a 260\$.¹⁵⁶ O ordenado tinha de cobrir também os gastos com os gêneros de primeira necessidade, que poderiam chegar a 90\$800 por mês, se a família fosse numerosa – sendo esse o caso da maioria dos operários, segundo Antonio Augusto Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro. Além do aluguel e da comida, havia despesas ainda com o jornal, a associação, a barba, a roupa, o fumo e, de vez em quando, as doenças. Por essa razão, a liderança operária falava em fome em sua carta à grande imprensa.¹⁵⁷

¹⁵³ *idem.*

¹⁵⁴ *idem.*

¹⁵⁵ *idem.*

¹⁵⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 80.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*. “Vida e Miséria”. 14 de junho de 1905. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 361.

Depois de muito argumentar a respeito da crise habitacional no período das reformas urbanas, Alcindo Guanabara falou mais claramente a favor da política de concessão de favores públicos às empresas construtoras: “É indispensável que o Estado intervenha no assunto, favorecendo de alguma sorte o capital que se decidir a contentar-se com juro mais reduzido, com o juro módico que caracteriza essas empresas que [...] são [...] sobretudo filantrópicas”.¹⁵⁸

Na conclusão, o editor-chefe d’*O Paiz* reforçou a afirmação de Everardo Backheuser, no sentido de que solicitar a intervenção estatal na questão da habitação não seria uma manifestação do socialismo, sendo o melhor exemplo nesse caso a postura adotada pela Alemanha: “se a República tem medo de parecer socialista fazendo-o, eu lhe pediria que meditasse um pouco sobre as leis em vigor na Alemanha do Kaiser do direito divino”.¹⁵⁹

Alcindo Guanabara abriu mão do monopólio da escrita sobre a habitação popular n’*O Paiz*, embora, decerto, na condição de redator-chefe, tenha continuado a coordenar a campanha do jornal. Um jornalista anônimo aplaudiu a intenção de Pereira Passos de mandar construir casas operárias no Estácio:

Não devemos retardar os nossos aplausos a essa deliberação, pela qual tão persistente e esforçadamente tem esta folha pugnado: ela vem atender a uma necessidade indiscutível na atual civilização social, agravada entre nós por motivos que todos facilmente percebem.¹⁶⁰

Percebamos que o jornal *O Paiz* não adotou uma linha única de pensamento em relação ao modelo de intervenção estatal a ser adotado no Brasil. Everardo Backheuser defendia que o Governo deveria atrair a iniciativa privada para o campo da habitação popular, concedendo-lhe favores em lei. No entanto, após Pereira Passos ter pedido ao Conselho Municipal autorização para a utilização das sobras de terrenos na Av. Salvador de Sá para a construção de habitações populares pela Municipalidade, o periódico passou a defender essa medida – que em tese feria os interesses dos construtores civis. Seja como for, nesse momento, o modelo de intervenção direta do Estado na crise habitacional ainda não era visto como francamente antagônico ao modelo de intervenção indireta. Pelo que se depreende, esse intervencionismo por si só era visto como um indício de reação dos poderes públicos em relação à situação vivida

¹⁵⁸ *O Paiz*. “O dia”. 15 de abril de 1905.

¹⁵⁹ *idem*.

¹⁶⁰ *O Paiz*. “Habitações para os pobres”. 24 de abril de 1905.

pelas classes pobres – o que poderia contagiar a sociedade a empregar esforços na resolução da questão da habitação.

A concordância d’*O Paiz* em relação à medida de Pereira Passos originou, inclusive, uma inusitada crítica ao (fraco) desempenho histórico da iniciativa particular no setor da habitação popular: “A iniciativa privada é [...] reconhecidamente impotente para resolver o problema”. Assim, a “ação direta do Estado” seria “Indispensável [uma vez que] não dispomos de capital acumulado que se resigne a contentar-se com juro reduzido e a abrir mão até desse juro pela preocupação filantrópica”.¹⁶¹ Nesse trecho, há uma inversão da forma como a questão da habitação costumava ser tratada na grande imprensa: geralmente, o argumento em prol da política de privilégios aos construtores civis baseava-se na idéia de que o Estado não teria condições financeiras de arcar com a construção de casas para as classes pobres.

Enfim, o ato do prefeito seria “a solução mais conveniente, posto que mais radical”, o que só engrandeceria sua imagem pública: “A ação do Sr. prefeito assinala o seu nome, dando-lhe um novo brilho”.¹⁶² Esse apoio à intervenção direta do Estado explicava-se menos pelo republicanismo com mesclas socialistas de Alcindo Guanabara do que pelo fato de *O Paiz* ser o órgão por excelência da situação. Questão essa que exige a realização de apontamentos sobre o referido jornal e o seu notório redator-chefe.

Alcindo Guanabara chegou a desenvolver em seu jornal *A Nação* a propaganda de um programa socialista. Entretanto, no órgão *Terra Livre*, o anarquista Manuel Moscoso acusou o deputado, com base em seu pronunciamento no Parlamento, de defender a adoção de uma legislação operária com o intuito de afastar o proletariado das correntes revolucionária e anarquista por que tinha enveredado.¹⁶³ Isso como o detalhe de que, em tempos idos, Guanabara era considerado... Anarquista!¹⁶⁴ Na verdade, a trajetória de Guanabara demonstra certa flexibilidade ideológica. Na *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, destacou-se como um articulista a favor da Abolição; o que não o impediu de, em seguida, ser diretor do *Novidades*, jornal fundado para defender os interesses escravocratas, seriamente ameaçados com o avanço do movimento abolicionista. Assinada a Lei Áurea, novamente surpreendeu ao assumir a campanha republicana no *Correio do Povo*. Crítico mordaz de Prudente de Moraes, tendo sido por

¹⁶¹ *idem*.

¹⁶² *O Paiz*. “O problema da habitação”. 25 de abril de 1905.

¹⁶³ RODRIGUES, Edgard. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 181.

¹⁶⁴ Ver: LOPES, Milton. *Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

ordem desse preso e enviado a Fernando de Noronha, tornou-se o grande jornalista da situação durante a presidência de Campos Salles – que, como o seu antecessor, representava a oligarquia cafeeira de São Paulo. Talvez por isso tudo fosse bastante difundida nos meios intelectuais da capital uma história jocosa a seu respeito, que foi registrada nos anais da Academia Brasileira de Letras, por Carlos de Laet. Ao ser convidado pelo *Jornal do Commercio* para escrever um artigo sobre Jesus Cristo, que seria publicado na semana santa, o renomado jornalista teria perguntado ao diretor da empresa: “Contra ou a favor?”. Embora não se possa dizer que essa anedota seja verdadeira, Nelson Werneck Sodré argumentou que ela teria a validade da caricatura, ao realçar defeitos que realmente existem. Assim, Alcindo Guanabara teria sido “um típico representante do que era, em essência, a imprensa naquele tempo”.¹⁶⁵

O jornal em que Alcindo Guanabara era redator-chefe, *O Paiz*, era tido como o “amigo de todos os governos”. Em 1904, o ex-gerente João de Souza Laje – um português que não possuía nível superior – assumiu em uma negociação irregular o controle da empresa, tendo se beneficiado, a partir de 1905, de empréstimos feitos sob a influência e a proteção de Rodrigues Alves, segundo denúncias formais. O periódico geralmente elogiava os governos, dos quais recebia claro apoio em forma de publicidade. Dos cinco diários mais poderosos do Rio de Janeiro, durante os anos 1900, foi o menos difundido na sociedade – embora tenha chegado a ser na década seguinte o terceiro mais vendido. Tinha maior penetração junto aos políticos, profissionais liberais, literatos e estudantes, sendo expressivo o seu número de leitores da zona sul.¹⁶⁶ Em *Numa e a Ninfa*, Lima Barreto fez a caricatura de Laje, através da personagem Fuas Bandeira, que “tinha a instrução e a inteligência de homem de comércio e pusera na sua atividade jornalística o seu espírito e educação comerciais”.¹⁶⁷

Não por acaso, em relação ao período Rodrigues Alves, o diário afirmava: “nenhum outro [governo] logrou fazer tanto, em todos os departamentos administrativos”.¹⁶⁸ Quanto ao desempenho do Governo na política externa, o diário exaltava: “resolveu as mais importantes das nossas questões de fronteira, ganhou e entrou em negociações para resolver as últimas e deu ao Brasil a supremacia moral que a sua posição e a sua situação imperiosamente reclamavam e de que estávamos

¹⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. pp. 404 (citação), 405.

¹⁶⁶ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 48-57, 217, 219.

¹⁶⁷ BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956. pp. 30 (citação) – 32.

¹⁶⁸ *O Paiz*. “A mensagem”. 7 de maio de 1905.

despojados”. Explicando melhor esse trecho, durante os anos em que o Barão do Rio Branco foi ministro das relações exteriores, houve o deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington – seguindo os interesses dos setores ligados ao café –, a demarcação com êxito das longas e controvertidas fronteiras, e a representação de um papel mais ativo nos assuntos do hemisfério e do mundo.¹⁶⁹ Já no tocante à ordem interna, o periódico dizia:

[...] a sua influência abrangeu todo o conjunto dos nossos problemas mais importantes e urgentes, reformou a justiça do Distrito Federal; reorganizou a assistência aos alienados; provocou e obteve a reforma da lei eleitoral; enfrentou com decisão e energia o problema do saneamento da cidade e obteve os extraordinários resultados que as estatísticas demográficas registram.¹⁷⁰

Sem dúvida, a obra de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro teve precedência sobre as demais apontadas nessa citação. Por um lado, a capital da República não apresentava condições urbanísticas necessárias a um grande centro político. Mas, apesar do entusiasmo demonstrado pelo jornal, essas obras foram realizadas com o sacrifício e o desalojamento da população pobre da região central, uma vez que a intenção era transformar a cidade colonial em uma metrópole com todas as características de um moderno centro urbano. Por outro, o Distrito Federal era assolado por doenças endêmicas como a febre amarela, a disenteria, a varíola e a peste bubônica; assim, o desvio de navios para outros países prejudicava o comércio e a imigração.¹⁷¹

No rastro da campanha desenvolvida na grande imprensa – a essa altura claramente liderada pelo *O Paiz* –, o ministro do Interior J. J. Seabra nomeou uma comissão de inquérito para estudar o assunto em debate e sugerir a melhor medida a ser adotada. Na verdade, essa era uma antiga prática do Império, quando havia a necessidade de responder às conjunturas críticas. O presidente da referida comissão era Ataulpho Napolés de Paiva, Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal e Sócio-fundador da Liga Brasileira Contra a Tuberculose. O relator era Medeiros e Albuquerque, poeta (autor da letra do Hino da República), jornalista (colunista da *Gazeta de Notícias*), deputado federal e diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. O secretário era Everardo Backheuser, engenheiro civil e Inspetor da Diretoria

¹⁶⁹ BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano 2. Sociedades e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. p. 377.

¹⁷⁰ *O Paiz*. “A mensagem”...

¹⁷¹ CARONE, Edgard. *op. cit.* pp. 197, 199.

Municipal de Obras. Fechavam o grupo Milcíades de Sá Freire, advogado, deputado federal e futuro prefeito do Rio de Janeiro; Índio do Brasil, engenheiro, deputado federal e mais tarde senador; Felipe Meyer, médico e delegado de saúde pública, colaborador do *Jornal do Commercio*; e Azevedo Lima, médico, presidente da Liga Contra a Tuberculose e ex-Intendente Municipal do Distrito Federal.

Em poucos meses de militância na grande imprensa, o jovem Everardo Backheuser garantiu seu lugar em uma comissão composta por notáveis da sociedade do início do século XX, vinculada ao Ministério do Interior, que, por sua vez, pertencia ao Governo Federal. Na Primeira República, ser jornalista e/ou redator significava, sobretudo, a possibilidade de ingresso em um cargo público, na política ou na diplomacia. A grande imprensa criava as condições necessárias ao desenvolvimento de um “campo” intelectual, cujos integrantes iriam participar diretamente das instituições e dos grupos que exerciam o poder. A curta experiência do engenheiro civil na grande imprensa não negou essa lógica.¹⁷²

O processo de inserção política e intelectual de Everardo Backheuser lembra uma passagem do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto. Após o assassinato de um casal na periferia rural de Santa Cruz, a falta de informações sobre o crime e as vítimas fez florescer a imaginação dos jornalistas, que a todo o momento tinham de prestar informações à população, bastante interessada no assunto. Nesse momento, surgiu a figura do jovem doutor Franco de Andrade, “que viera na comitiva de um ministro baiano e já possuía quatro empregos”. Considerando a raça um bom dado para a identificação de corpos – mesmo aqueles sem a cabeça, afirmava –, o médico passou a encantar a todos na redação do fictício jornal *O Globo* com a sua erudição: “- O professor Broca, indicava trinta e quatro mensurações de primeira ordem; Topinard era de opinião que havia dezoito necessárias e quinze facultativas; mas Quetelet, na *Anthropométrie*, exige quarenta e duas”. Em menos de uma semana sua fama espalhou-se para todos os jornais, “que [...] repetiram as frases e os gabos ao talento do doutor Franco”. O seu laudo apontou para um homem mulato, “muito adiantado é verdade, um quarteirão, mas ainda com grandes sinais antropológicos da raça negra”. Enfim, por ter identificado o corpo de uma das vítimas de forma tão brilhante, Franco de Andrade foi nomeado diretor do Serviço Médico-Legal da Polícia da cidade do Rio de Janeiro. Embora no dia seguinte ao da sua consagração profissional

¹⁷² BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 63.

os policiais tenham descoberto, com a ajuda de um simples dono de hotel, que o morto era um cidadão italiano, estabelecido com fábrica de massas em Buenos Aires...¹⁷³

Temos em comum à trajetória de Everardo Backheuser e à da personagem literária Franco de Andrade a ascensão meteórica de jovens doutores em busca de reconhecimento intelectual e profissional na sociedade do início do século XX. Foi através da demonstração ostensiva de conhecimentos científicos na grande imprensa – a respeito de temas que suscitavam o clamor popular e exigiam uma resposta rápida dos poderes públicos – que ambos conseguiram uma boa inserção nos quadros do Estado. Outrora um desconhecido engenheiro da Prefeitura, Backheuser viu seu capital simbólico¹⁷⁴ aumentar vertiginosamente ao se tornar secretário de uma comissão de notáveis ligada ao Governo Federal, através do Ministério do Interior.

Enquanto Everardo Backheuser mostrava seus conhecimentos técnicos na grande imprensa, *O Paiz* debatia com o poderoso *Jornal do Commercio* a nomeação da referida comissão de inquérito pelo ministro do Interior J. J. Seabra. Para o último periódico, além de não competir àquele ministério cuidar da firma do saneamento – o que seria uma violação da constituição –, a construção de casas higiênicas não se justificaria como obra de assistência numa cidade em que quase tudo existente nessa matéria teria sido obra dos particulares. Já *O Paiz* afirmava ser de opinião contrária: “não podemos continuar a confiar apenas na iniciativa particular e [...] o Estado tem o dever de intervir, ao menos para dirigi-la, estimulá-la, auxiliá-la, torná-la mais ativa e mais fecunda”.¹⁷⁵

Portanto, ao mesmo tempo que criticava a minguada ação dos construtores civis até então, *O Paiz* não vedava o campo da habitação popular às ações da iniciativa privada (o Governo deveria “torná-la mais ativa e mais fecunda”). O jornal defendeu a validade legal da medida tomada pelo Ministério do Interior e tomou as habitações populares como focos irradiadores da doença na capital:

Todo o problema do saneamento desta cidade incumbe legalmente ao governo federal e o ministério do Interior é o departamento que surpreende diretamente o serviço sanitário. Incumbe-lhe, pois, dar combate a todas as epidêmicas e a todas as endemias. Entre estas,

¹⁷³ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. pp. 145 (primeira e segunda citações), 146 (segunda e terceira citações).

¹⁷⁴ Para Bourdieu, capital refere-se a todo tipo de bem que é passível de ser utilizado nas disputas sociais. Particularmente, o capital simbólico está ligado à legitimação, uma que vez que ele “não é senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe...”. BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987. p. 160.

¹⁷⁵ *O Paiz*. “O problema da habitação”. 18 de junho de 1905.

nenhuma há que faça mais estragos, que roube maior número de vidas, que hostilize tanta gente na quadra mais útil da vida do que a tuberculose; [...] o foco da tuberculose é o alojamento insalubre [...].¹⁷⁶

Em suma, “o governo pode tranquilizar-se: não há de ser porque ele atende às necessidades reais do povo, que se fará revolucionário”.¹⁷⁷ A idéia de um Governo comprometido com os interesses populares foi repetida em outra matéria que louvava a postura adotada pelo ministro do Interior e questionava os limites da atuação estatal: “O Estado representa agora o povo [...]”.¹⁷⁸ A insistência nesse ponto por parte do jornal não pode esconder que a República era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente aos esforços de democratização. De fato, “A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos”.¹⁷⁹ Em outras palavras, apesar das transformações de toda ordem ocorridas na virada do século XIX para o XX, houve a permanência, por um lado, da exclusão das camadas pobres da arena política formal e, por outro, das “hierarquias que subordinam aos interesses e ao mando dos que imprimem direção à República” grande parte da população brasileira.¹⁸⁰

A afirmação d’*O Paiz* segundo a qual o Estado agora representava o povo devia se relacionar à pressão exercida pela classe trabalhadora em tal contexto, através de greves e protestos por melhores condições de vida. Além de ter louvado a intervenção do Governo Federal na questão da habitação, o líder operário Mariano Garcia¹⁸¹ escreveu para o jornal elogiando a “propaganda feita em prol das habitações operárias, já agora [...] quase levada a cabo pela intervenção do ilustre Sr. Seabra, digno ministro da justiça e interior”.¹⁸² Na verdade, a sua luta pela moradia remontava à década anterior, quando, para fazer frente à Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, organizou-se para fundar a Sociedade União dos Inquilinos, que não vingou. Mesmo assim, em nome dessa última, o operário conseguiu com que um intendente municipal apresentasse ao Conselho um projeto que autorizava o prefeito a abrir um

¹⁷⁶ *idem.*

¹⁷⁷ *idem.*

¹⁷⁸ *O Paiz*. “Civilização nova”. 06 de julho de 1905.

¹⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* p. 45.

¹⁸⁰ NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 18.

¹⁸¹ O cigareiro Antonio Mariano Garcia foi um difusor das formulações sobre o socialismo no país, sendo possível identificar em seu discurso a influência do chamado socialismo integral, de Benoît Malon. BATALHA, Claudio Henrique. *op. cit.* pp. 25, 26.

¹⁸² *O Paiz*. “O problema da habitação”. 22 de junho de 1905.

crédito extraordinário de 10 mil contos para a construção de casas pela Municipalidade – a serem alugadas às classes pobres, a preços razoáveis e com a possibilidade de os inquilinos virarem proprietários.¹⁸³

Vejamos que o modelo proposto pela malograda Sociedade União dos Inquilinos foi o de intervenção direta do Estado no campo da habitação popular, construindo moradias para os pobres, que mais tarde se tornariam “operários proprietários”. Seja como for, aquele projeto de construção de casas foi apenas apreciado, enviado a uma comissão que nunca deu seu parecer, e publicado no órgão oficial do Conselho Municipal. Nada mais do que isso, assim como ocorreu com um outro plano de conteúdo semelhante, apresentado à casa legislativa pouco tempo depois, e que não chegou a ser levado em consideração.¹⁸⁴

Mariano Garcia não desistiu de sua luta e em 1902 enviou ao coronel Carlos Leite Ribeiro, então prefeito interino do Rio de Janeiro, um telegrama com uma notícia enviada pelo correspondente d’*O Paiz* em Berlim. O texto informava que essa última Municipalidade estabelecera prêmio para o proprietário que construísse o maior número de casas populares, além de ter tomado a iniciativa de construí-las por conta própria. A última cartada do operário ocorreu em 1904, quando procurou fundar novamente a União dos Inquilinos; entretanto, viu “com mágoa que essa idéia, ao que parece, vinda de um obscuro operário, não despertou interesse [...]”.¹⁸⁵

Em sua carta ao jornal *O Paiz*, Mariano Garcia elogiou também a campanha do *Jornal do Brasil* e a atitude de Pereira Passos no sentido de construir vilas operárias; mas o tema do momento era a nomeação da comissão de inquérito pelo Ministério do Interior, medida essa que:

[...] veio trazer a convicção de que em breve será uma realidade a edificação em larga escala de avenidas para os operários, para oporem-se às [...] anti-higiênicas casas, avenidas e estalagens atuais, malgrado [os] proprietários coligados na sua sociedade, e com o seu jornal *União dos Proprietários* e ainda mais, encastelados por trás de um grande órgão de imprensa. Em oposição a tudo isso, coligado contra o povo, sofredor e explorado, oporemos unidos, o *Paiz*, *Jornal do Brasil*, a *União dos Inquilinos* e uma melhor e eficaz intervenção do governo [...].¹⁸⁶

A análise da imprensa nesse contexto mostra que o tal “grande órgão de imprensa” irmanado com os proprietários era o *Jornal do Commercio*. Em 1890, José Carlos Rodrigues, antigo correspondente nos Estados Unidos, tornou-se sócio solidário,

¹⁸³ *idem*.

¹⁸⁴ *O Paiz*. “O problema da habitação”. 22 de junho de 1905.

¹⁸⁵ *O Paiz*. “O problema da habitação”. 22 de junho de 1905.

¹⁸⁶ *idem*.

gerente e redator-chefe do periódico. Tratava-se de um homem de família abastada, de origem agrária e com domínio na política local e estadual, que fora criado por uma tia de hábitos fidalgos, viúva do filho do Marquês de Ponte de Lima Pais e Oliveira. O *Jornal do Commercio* diferenciava-se dos periódicos mais populares da cidade por não dar destaque aos dramas cotidianos, aos crimes passionais e às tragédias diárias. Tinha uma feição nitidamente política e fazia questão de acentuar o seu trânsito entre as classes dominantes. Nesse sentido, o diário mais caro do Rio anunciava que era lido por políticos, homens de negócios e funcionários graduados.¹⁸⁷

Embora geralmente apoiasse o poder público, no contexto das reformas urbanas o *Jornal do Commercio* defendeu abertamente os proprietários que vinham sendo prejudicados com as obras de Pereira Passos: “Se o Sr. Prefeito tem, com efeito, algum plano ou programa, é nisto que ele consiste: extorquir dos proprietários e dos contribuintes tudo quanto pela violência ou pela ameaça deles poder tirar”. Aqui os proprietários – e não necessariamente os trabalhadores pobres – teriam sido os grandes castigados pelas reformas urbanas: “S. Ex. decreta os melhoramentos que lhe vem à mente, mas é o dinheiro e a fortuna do proprietário que os fazem”.¹⁸⁸ Quanto a esse trecho vale lembrar que, após violenta luta parlamentar, a promulgação do decreto 1.021, de 26 de agosto de 1903, entre outros favorecimentos ao Governo Federal e ao Município, permitiu a redução na base do cálculo do valor das desapropriações. Não obstante, o aumento e a regularização da arrecadação do imposto predial, que fora oferecido como garantia do empréstimo obtido no exterior, gerou conflitos com os proprietários de imóveis e terrenos, principalmente nos subúrbios.¹⁸⁹

Em sua defesa aos proprietários, o *Jornal do Commercio* afirmava que o papel do Estado se resumiria a fiscalizar as casas populares, enquanto a função de construir caberia aos particulares: “A construção de casas de morada compete aos particulares e a autoridade municipal só deve intervir nela para conhecer das suas condições de segurança e da higiene doméstica e [...] quanto à estética”.¹⁹⁰ Vimos neste capítulo que

¹⁸⁷ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 38-43, 67.

¹⁸⁸ *Jornal do Commercio*. “O Governo do Município”. 07 de maio de 1905.

¹⁸⁹ Para parte dos comerciantes que viviam à custa da mercantilização de elementos necessários à reprodução da força de trabalho urbana, as desapropriações representaram a perda de localização, de rendas, de clientela e também da pequena propriedade urbana. No entanto, para aqueles que obtiveram boa indenização e puderam abrir negócio nas zonas proletárias remanescentes – ou para aqueles que ali já estavam localizados –, as desapropriações proporcionaram uma maior margem de lucro mercantil, devido à possibilidade de tirar proveito da escassez de habitações e da precariedade do abastecimento de gêneros de alimentação. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* pp. 244, 246, 247, 250, 251, 256.

¹⁹⁰ *Jornal do Commercio*. “O Governo do Município”...

o periódico considerava a atuação da iniciativa particular no campo da habitação popular por si só suficiente – por isso, a intervenção estatal (direta ou indireta) não teria sentido na cidade do Rio de Janeiro. Pelo que se depreende, ao defender o monopólio dos particulares na construção de casas populares e ao mesmo tempo condenar a interferência do Governo na questão da habitação, o “jornal das classes conservadoras” reservava aos combalidos proprietários a continuação de seu privilégio sobre a produção da moradia das classes pobres. Afinal, sem os benefícios proporcionados por uma legislação habitacional minimamente sensível às suas reivindicações, os construtores civis não empregariam um vintém sequer na construção de casas populares.

A censura do *Jornal do Commercio* à intervenção do Governo no campo da habitação popular, fosse ela direta ou indireta, alinhava-se no plano teórico a um liberalismo clássico, com sua ênfase aos limites da ação do Estado. Nessa perspectiva, sendo a hipertrofia do poder estatal uma ameaça à boa ordem política, a imposição de limites a essa esfera fortaleceria as liberdades individuais e a propriedade.¹⁹¹ Note-se que *O Paiz* chegou a escrever, em um artigo direcionado ao *Jornal do Commercio*, que o Estado “Não é mais o defensor da classe privilegiada, a polícia severa e indiferente com que sonhavam os discípulos de Adam Smith”.¹⁹² No entanto, a crítica desse último diário às medidas de Pereira Passos e J. J. Seabra tinha um lado prático que correspondia ao malogro dos interesses dos proprietários de imóveis do Distrito Federal.¹⁹³

O Jornal do Commercio falou em “perseguição aos proprietários” e apontou para a queda no número de construções e reconstruções na capital federal:

Resulta dessa perseguição aos proprietários que dadas as novas aspirações da cidade, a construção e a reconstrução de prédios é muito menor do que seria sem essas contrariedades e vexames impostos pela Prefeitura. Em ruas de grande trânsito, até naquelas em que os terrenos valem muito, vê-se hoje o que nestes cinquenta anos não se tem visto – terrenos murados.¹⁹⁴

¹⁹¹ Vale ressaltar que, durante a Primeira República, os cafeicultores, por exemplo, valeram-se preferencialmente do concurso da autoridade pública e não de mecanismos de mercado para fazer frente às suas dificuldades. Há ainda evidências empíricas da ampliação do papel do Estado, como na elevação da arrecadação, no crescimento das forças armadas, na evolução do aparato burocrático e na centralização do poder. Ver: REIS, Elisa Pereira. “Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1830”. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando H., FONT, Mauricio A. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁹² *O Paiz*. “Civilização nova”...

¹⁹³ A categoria proprietários incluía “abastados comerciantes, donos de numerosos imóveis, velhos aristocratas que auferiam rendas de seus casarões convertidos em oficinas ou casas de cômodos, viúvas que dependiam do aluguel de uma casa, profissionais liberais que investiam parte de seus rendimentos em propriedades imobiliárias etc”. BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um...* p. 249.

¹⁹⁴ *Jornal do Commercio*. “O Governo do Município”...

Embora, segundo o jornal, certos proprietários estivessem preferindo manter os seus terrenos baldios a se sujeitarem às posturas baixadas pela Prefeitura, em 1903, o Conselho Municipal tinha votado um projeto elevando e regulamentando o imposto sobre terrenos não edificados – uma das novas fontes de receita da Municipalidade e também um instrumento contra a especulação com a terra urbana.¹⁹⁵ Seja como for, o *Jornal do Commercio* foi um crítico ferrenho das reformas urbanas, tendo contestado aspectos basais da construção da imagem pública de Pereira Passos.¹⁹⁶ Nesse sentido, relativizou o discurso de que o prefeito seria um exímio planejador e lembrou que nenhum outro governante teve condições políticas e financeiras tão favoráveis para realizar melhoramentos na capital federal:

Apesar de ter sido outrora autor ou promotor de um projeto ou plano equivalente, de saneamento do Rio de Janeiro, não é menos notório de que S. Ex. entrou para a Prefeitura sem plano nenhum, nem programa definido de obras. Principiou, no que andou bem, continuando e procurando concluir os planos dos seus antecessores, o que lhe foi fácil, pois nenhum dos Prefeitos que o antecederam, dispuseram de tantos recursos e de tão formidáveis atribuições como os de que foi investido o atual Prefeito.¹⁹⁷

Nesse trecho, o diário se referia, em primeiro lugar, ao panorama econômico, uma vez que o grande crescimento populacional ocorrido entre o fim do século XIX e o início do XX – em virtude da migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, da intensificação da imigração e do saneamento da cidade – possibilitou a expansão industrial, o aumento da oferta de mão de obra e a ampliação do mercado consumidor.¹⁹⁸ Além disso, referia-se às excepcionais condições políticas que Pereira Passos encontrou, tendo contado com o apoio irrestrito de Rodrigues Alves, que lhe garantiu amplas atribuições de governo e um volume considerável de recursos, obtidos muitas vezes por meio de empréstimos.¹⁹⁹ Devemos citar aqui a lei n.º. 939, que alterou a lei orgânica do Distrito Federal e suspendeu durante seis meses o Conselho Municipal – artifício que permitiu a Pereira Passos legislar por decretos, dispor livremente do aparelho administrativo municipal e realizar operações de crédito sem a anuência do

¹⁹⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* pp. 260.

¹⁹⁶ Para o exame da maneira pela qual certos setores da intelectualidade carioca, por meio da imprensa, contribuíram para a produção de uma personagem símbolo – o prefeito Pereira Passos –, a quem foram atribuídas as condições necessárias para se fundar um novo tempo na capital republicana, ver: FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

¹⁹⁷ *Jornal do Commercio*. “O Governo do Município”. 07 de maio de 1905.

¹⁹⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio...* p. 469.

¹⁹⁹ FREIRE, Américo. *op. cit.* p. 122.

legislativo.²⁰⁰ Nesse contexto, perderam força tanto os grupos políticos locais – que tinham por base a casa legislativa – como o Senado Federal – que reduzia em parte o seu poder de órgão supervisor da administração da capital, à medida que o prefeito e o seu substituto passaram a ser indicados, sem a sua anuência, pelo presidente da República. Foi, portanto, a referida lei que criou a figura do prefeito interventor.²⁰¹

O *Jornal do Commercio* também acusou o privilégio recebido por certos grupos sociais durante as reformas urbanas: “o papel do poder público no aformoseamento de uma cidade é outro. As suas obras só podem ser as que interessam a todos e por todos sejam gozadas [...]”.²⁰² Esse era o mesmo diário que criticara o objetivo da Municipalidade de construir vilas operárias, num contexto em que as demolições estavam recrudescendo a crise de moradias para a população pobre – que, em grande parte, não pôde se transferir para os bairros emergentes na zona norte e nos subúrbios, distantes dos seus locais de trabalho.

A questão da habitação foi comentada mais detidamente pelo periódico, que abriu espaço para as considerações do médico e delegado de saúde pública Felipe Meyer – um dos membros da comissão de inquérito nomeada por J. J. Seabra. Em janeiro de 1905, o doutor também considerou a crise de moradias “um problema que, atualmente entre nós, deve ser resolutamente enfrentado e cuja solução não pode ser adiada”.²⁰³ De forma parecida com Everardo Backheuser, destacou o processo de recrudescimento da escassez de casas populares em virtude das reformas urbanas e considerou as casas de cômodos como espaços marcados pela promiscuidade:

Muitas estalagens, barracões, etc. tem sido fechados e demolidos e os respectivos moradores obrigados a mudar-se; aninham-se em casarões ou casebres, transformando-os em casas de cômodos, insuficientes para conter essas aglomerações humanas onde vivem na mais revoltante promiscuidade, homens, mulheres e crianças.²⁰⁴

O discurso de Felipe Meyer tornou-se mais agressivo ao acentuar que as casas de cômodos seriam focos irradiadores de epidemias, momento em que, novamente se aproximando do referido engenheiro civil, reproduziu a visão negativa de pobreza que se tinha à época:

²⁰⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 268.

²⁰¹ FREIRE, Américo. “República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro, uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 27.

²⁰² *Jornal do Commercio*. “O Governo do Município”...

²⁰³ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 16 de janeiro de 1905.

²⁰⁴ *idem*.

Essas casas são verdadeiras pocilgas da miséria; aí imperam o desasseio, o esquecimento ou pior ainda, o desprezo da dignidade humana, do respeito da família; pólos de moléstias transmissíveis que daí se irradiam contaminando as habitações próximas e às vezes toda a zona situada na vizinhança. Tais habitações exigem, portanto, a vigilância contínua das autoridades sanitárias que só pode ser exercida de dia sendo-lhes vedada a visita noturna que seria de grande utilidade, em benefício da saúde pública.²⁰⁵

Note-se que o mesmo jornal que criticava a intervenção do Estado na questão da habitação, através do Ministério do Interior, acolhia argumentos em prol de uma maior presença do Governo no cotidiano das casas de cômodos. Felipe Meyer destacou as habitações confortáveis e higiênicas onde viviam mais de 50 mil operários em Nova York e outros tantos que trabalhavam nas fábricas de tecido da Carolina do Sul, nos Estados Unidos. Contou que, nesse último estado, onde o clima é temperado, foram construídas em um grande bosque de pinheiros casas de madeira “perfeitamente higiênicas; [...] isoladas, recebendo ar e luz pelas quatro faces, quase todas de um único pavimento e apresentando um aspecto atraente e alegre”.²⁰⁶ No quarto capítulo desta tese, veremos que, na década de 1920, o poderoso sindicato americano ofereceu suas casas de madeiras para a cidade do Rio de Janeiro, o que gerou polêmica entre engenheiros e jornalistas brasileiros.

Um ponto especialmente interessante abordado pelo médico dizia respeito à forma como essas moradias dos EUA eram fiscalizadas: não pelos comissários de polícia, como se fazia em Berlim, mas por associações filantrópicas “representadas pelas damas que freqüentemente visitam as habitações, aconselhando aos moradores as medidas indispensáveis para o entretenimento da salubridade domiciliária”.²⁰⁷ Essas damas caridosas distribuíam ainda prêmios para aqueles que mais bem cumpriam as regras de boa conservação e asseio.

No Brasil, esse tipo de ação filantrópica poderia ter também outra função, segundo Felipe Meyer; pelo que se depreende, teria a validade de civilizar as classes pobres, que ainda não haviam se adequado ao novo tempo marcado pela tentativa de imposição de hábitos burgueses pelas camadas dominantes²⁰⁸:

[...] entre nós, onde a caridade é exercida por grupos notáveis de senhoras, deveria ser aproveitado esse elemento humanitário e benéfico, não só a favor das construções para a classe

²⁰⁵ *idem.*

²⁰⁶ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 16 de janeiro de 1905.

²⁰⁷ *idem.*

²⁰⁸ Nos dizeres de Sidney Chalhoub, “a primeira década do século é o período terminante e decisivo do longo processo estrutural de implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro”. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* p. 53.

necessitada, como para, com a doçura e o carinho que lhes são peculiares, inculcar-lhes noções de asseio, regras higiênicas exigidas pelas autoridades sanitárias e influir-lhes na alma para a prática de bons costumes.²⁰⁹

Não custa lembrar que essas classes supostamente sem noções de asseio, regras de higiene e bons costumes eram também aquelas que, nesse momento, haviam optado claramente por uma nova estratégia de luta, caracterizada pelas greves. Em resumo, a escolha pela análise d' *O Paiz* e do *Jornal do Commercio* se justifica pelo fato de que esses periódicos foram os maiores representantes de dois grupos sociais que se enfrentavam nesse contexto: os agentes do grande capital imobiliário, interessados nas possibilidades abertas pelo advento das reformas urbanas, e os proprietários de imóveis, prejudicados pelas obras de remodelação da capital empreendidas pelo Governo Federal e pela Municipalidade – um conflito, aliás, que se manifestara na década de 1890, quando ocorreu uma atuação mais intensa das Companhias Evoneas Fluminense e Saneamento do Rio de Janeiro. Seja como for, os artigos do médico Felipe Meyer no *Jornal do Commercio* mostram que, apesar de ter sido francamente contrário às reformas urbanas, esse veículo em nada diferia d' *O Paiz*, no que dizia respeito à deslegitimação política das classes pobres e à estigmatização de seus locais de moradias – questão essa que merece ser aprofundada.

2.5. AS “CLASSES PERIGOSAS” HABITAM AS FAVELAS: UM PASSEIO PELA CRÔNICA POLICIAL

Apesar de termos analisado a grande imprensa do período das reformas urbanas com o interesse nas frações de classes dominantes que se opunham nessa conjuntura, não podemos deixar de lembrar que os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita. Pierre Bourdieu afirmou que as diferenças mais evidentes, ligadas à coloração política dos jornais, ocultam profundas semelhanças, impostas principalmente pelas fortes restrições coletivas, como as da concorrência (“para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram”).²¹⁰ Esse pensamento vai ao encontro de um comentário de Lima Barreto sobre os jornais cariocas do início do século XX, feito através da personagem Isaías Caminha: “Guiados

²⁰⁹ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 16 de janeiro de 1905.

²¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* pp. 30, 31 e (citação) 32.

pelas mesmas leis, obedecendo quase a um único critério, todos eles se parecem; e, lido um, estão lidos todos”.²¹¹

Fundamentalmente, os cinco grandes jornais da Primeira República tinham uma identidade de conteúdo em suas mensagens, que se construía por sobre o fato de apresentarem linhas editoriais diferentes e públicos aparentemente diversos. Empenhados na construção do Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade – a República –, esses órgãos de comunicação encontravam-se plenamente envolvidos em um ideal de progresso e “civilização”. Nesse sentido, os grupos que se faziam representar através de tais periódicos podiam estar envolvidos em combates variados, sem estarem necessariamente ocupando campos diametralmente opostos. Segundo Marialva Barbosa, “Longe de serem antagonistas num espaço social multidimensional, [eram] protagonistas de uma mesma peça onde o que se está em jogo é a luta simbólica pelo poder”.²¹²

Em resumo, os jornais da grande imprensa se harmonizavam quanto ao objetivo de unificar normas, padrões e valores a serem disseminados na República em construção. Essa característica ficará ainda mais clara na análise das reportagens sobre as favelas que realizaremos nesta parte do trabalho. Aqui deve ser considerado o *habitus*²¹³ dos jornalistas, que é observado, principalmente, em seu papel de fiscalizador das ações no domínio público, tanto na “sociedade política”, como na “sociedade civil”. Para exercerem essa atuação diária, os repórteres contavam com o capital simbólico fornecido pelos cursos de Direito²¹⁴, nos quais se reconheciam como os eleitos para dirigir os destinos da nação e lidar com os dados levantados pelos outros profissionais da ciência.²¹⁵ Portanto, os valores e as percepções dos jornalistas não podem ser omitidos no exame das campanhas contra as favelas no Rio de Janeiro.²¹⁶

²¹¹ BARRETO, Lima. *op.cit.* p. 118.

²¹² BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 12 e (citação) 167.

²¹³ O *habitus* é um conjunto de disposições que pautam e dão sentido às ações dos agentes, sendo não apenas uma estrutura estruturante, como também uma estrutura estruturada; ou seja, ao mesmo tempo que organiza as práticas e as percepções das práticas, é também produto da interiorização da divisão em classes sociais. Assim, o *habitus* é determinado pelo mundo social e também determina a percepção que dele se tenha – transformando em disposições quase naturais e inconscientes o que é fruto da cultura. BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979. p. 191.

²¹⁴ Sobre os cursos de Direito como arcadas para os jornais, ver: BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 80-95.

²¹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 187.

²¹⁶ Bourdieu falou em *habitus* de classe ou de fração de classe, que seria uma “forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (1979, p. 112). Isso faria com que indivíduos que tenham posições semelhantes na estrutura social adotem práticas que são dotadas de um mesmo sentido objetivo que é “ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendendo às intenções subjetivas e

Começamos então com a análise do *Correio da Manhã*, que foi fundado em 1901 e em poucos anos já contava com uma grande circulação, quesito em que só perdia para o *Jornal do Brasil*. A tipologia dos leitores do periódico apontava para a predominância dos trabalhadores, vindo logo depois os profissionais liberais e os militares, em sua maioria de baixa patente. Ombreava com o *Jornal do Brasil* no que dizia respeito à circulação entre os grupos populares, as mulheres e os presidiários. Mas se separava desse último ao motivar uma maior pulverização de seu público entre operários, profissionais liberais, políticos, militares, homens de negócio e funcionários públicos. Dos jornais cariocas, era o mais consumido no interior fluminense e em outros estados, como Minas e São Paulo, sendo lido em maior número pelos moradores dos subúrbios, seguidos pelos do centro e da Tijuca e adjacências.²¹⁷

O fundador do *Correio da Manhã* Edmundo Bittencourt costumava caracterizar a sua criação como um órgão de oposição. Bacharel em Direito e ex-colaborador de Rui Barbosa em *A Imprensa*, o proprietário e diretor do diário era oriundo de uma família gaúcha economicamente bem-sucedida, de origem agrária, mas de médio porte.²¹⁸ Bittencourt foi acidamente retratado por Lima Barreto no livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, através do fictício Roberto Loberant, descrito como uma pessoa poderosa, porém pouco intelectualizada: “um homem temido [...] pela gente mais poderosa do Brasil, ministros, senadores, capitalistas”; mas também “magrinho, fraco de corpo e de inteligência, sem cultura, [que] amedrontava a cidade e o país”.²¹⁹

Em abril de 1905, o *Correio da Manhã* publicou a matéria intitulada “Tentativa de assassinato”, que já na “cabeça”²²⁰ trazia a seguinte mensagem: “A tranqüilidade que de há muito reinava no morro da Favela, foi ontem perturbada por

aos projetos conscientes, individuais ou coletivos” (1972, p. 183). Nesse sentido, uma classe ou uma fração de classe é definida não só pela sua posição nas relações de produção, mas também “pelo fato de que os indivíduos que a compõem entram deliberada ou objetivamente em relações simbólicas que, expressando as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transmutá-las em distinções significantes” (1974, p. 63). BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique...* (1979); *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Geneve-Paris: Librairie Droz, 1972; BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

²¹⁷ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 216, 217.

²¹⁸ *ibid.* p. 66.

²¹⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão...* pp. 100, 125.

²²⁰ A “cabeça” era uma parte do texto em que o repórter realizava longas considerações que precediam a notícia. O caráter moralizador da “cabeça” foi ironizado por Lima Barreto, segundo o qual ela era “Feita com a moral de Simão de Nântua e a leitura de folhetins policiais”. De acordo com o escritor, tratava-se de uma prática disseminada na grande imprensa da época, sendo “a pedra de toque da inteligência dos pequenos repórteres e dos redatores anônimos”. BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão...* p. 137.

uma cena de sangue bastante emocionante”.²²¹ Aqui a idéia de emoção ligava-se a um significado adicional, surgido a partir do final do século XIX, da palavra “sensação”, que era recorrentemente vinculada às notícias de crime.²²² A forma romanceada da notícia aparecia nas linhas seguintes: “Um amante desprezado, vendo-se ferido do seu amor próprio não trepidou em, com uma arma assassina, tentar por termo aos duros sofrimentos que lhe invadiam a alma apaixonada, despertando contra si, ao mesmo tempo, o mais profundo rancor”.²²³

O agressor José Francisco era natural da Paraíba do Norte, onde verificara praça no 23º batalhão de infantaria. No Rio de Janeiro, “Amasiou-se com uma linda rapariga” chamada Luiza Baptistina da Silva, com quem foi residir no Beco dos Melões, no Morro da Favela. Segundo o *Correio da Manhã*, com o tempo vieram as brigas e, vez ou outra, o nordestino ofendia sua companheira com toda a sorte de impropérios e tentava espancá-la. Note-se que o jornal culpava a mulher pela atitude violenta de seu companheiro, acusando-a de ter tido um comportamento reprovável – que, decerto, não se adequava ao papel socialmente previsto para o sexo feminino, nesse contexto em que se pretendia impingir às classes populares os valores e padrões burgueses²²⁴: “As rixas continuas originadas sempre por Baptistina, tinham lugar após a sua ausência, que se prolongava sempre por dois a três dias, nas mais depravadas orgias a que se entregava com o pessoal da mais baixa ralé”.²²⁵

O interessante é que Baptistina “resolveu pôr termo de vez a uma vida tão aborrecida [e] Graças a um supremo esforço conseguiu abandoná-lo”. Conforme Sidney Chalhoub verificou em sua análise dos processos criminais do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, “a violência do homem surge [...] antes como uma demonstração de fraqueza e impotência [diante da insubmissão da mulher] do que como uma demonstração de força, de poder”.²²⁶ Não obstante, a ausência de Baptistina, “que se prolongava sempre por dois a três dias”²²⁷, podia ter ligação com uma outra observação feita pelo historiador:

²²¹ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”. 23 de abril de 1905.

²²² N: *O Estado de São Paulo*, “sensação” era sinônimo de crimes de sangue, que envolviam assassinatos considerados como bárbaros e relacionados diretamente às classes pobres. PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. pp. 148-150.

²²³ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

²²⁴ Ver: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 -1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²²⁵ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

²²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* p. 216.

²²⁷ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

às vezes, as mulheres apresentavam uma conduta independente e insubmissa, em represália à postura do companheiro ao longo do relacionamento.²²⁸ Em resumo, a culpabilização da vítima pelo *Correio da Manhã* – que a acusava de realizar “depravadas orgias com [...] o pessoal da mais baixa ralé”²²⁹ – reproduzia a prática dos advogados da época, que invariavelmente argumentavam no sentido de que o homem partia para a agressão em nome da “honra ultrajada”, tendo por esse motivo perdido a noção de seus atos.²³⁰

Diante do esclarecimento de que a mulher pobre tinha um papel ativo nos destinos de uma relação amorosa – sendo ela consciente de que podia, a qualquer momento, desviar o rumo ou mesmo romper uma relação que não mais a satisfazia afetivamente²³¹ –, vemos que a idéia segundo a qual Baptistina “Graças a um supremo esforço conseguiu abandoná-lo”²³² foi uma liberdade do redator informada pela ideologia de dominação masculina.

A narrativa do ataque de José Francisco a sua “amásia” seguia os romances naturalistas, uma vez que o homem se deixava guiar pelos instintos biológicos: “Com um olhar brilhante, fulo de raiva, Francisco tentou fazê-la calar e sacando da tesoura, de que se achava armado, cravou-a no ombro direito da infeliz, penetrando a arma cerca de quatro polegadas”. O redator contava o desenrolar da luta com extrema dramatização, como se estivesse presente no momento da contenda: “Um grito de dor irrompeu dos lábios da pobre vítima que, numa luta horrível, tentava arrancar a arma das mãos do estúpido assassino!”²³³ Aqui vale observar que, mesmo não tendo matado sua companheira, José Francisco foi enfaticamente chamado de “estúpido assassino”.

Mais adiante, o autor da matéria finalmente falou sobre o derramamento de sangue (no caso, em abundância, conforme sugere o vocábulo “lago”), o elemento por excelência da narrativa “sensacional”: “A infeliz caiu por terra, banhada num lago de sangue”. A emoção não parou por aí, tendo o repórter guardado mais uma novidade para o leitor. Eis que apareceu em socorro à vítima a vizinha Maria Antonieta: “Atracaram-se ambos numa titânica luta, Francisco, com uma agilidade indescritível, vibrou-lhe um profundo golpe nas costas, fugindo em seguida”.²³⁴ Vemos na sugestão de uma

²²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* p. 217.

²²⁹ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

²³⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* p. 217.

²³¹ *ibid.* p. 231.

²³² *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

²³³ *idem.*

²³⁴ *idem.*

“agilidade incrível” mais uma influência dos romances naturalistas, posto que o agressor parecia ter os reflexos de uma fera, provavelmente, de um felino.

Mesmo ferida, Maria Antonia correu para a rua, gritando por socorro. Alguns vizinhos, que já haviam corrido ao local, prestaram os devidos socorros às duas vítimas, enquanto outros corriam ao encalço do “criminoso”. Começava nesse ponto uma nova aventura para o leitor da Primeira República, cada vez mais enredado na história que o diário oferecia, repleta de recursos literários. A edição fantasiosa da realidade aparecia nesses textos como uma descrição romanceada dos acontecimentos, em um mundo que mesclava o realismo e o romance. Não bastava mais ao leitor a edição fantasiosa por si só, mas sim a edição fantasiosa de sua realidade, sendo essa uma expectativa cultural existente entre o público, a qual os jornais se apressaram em atender.²³⁵

A narrativa da captura de José Francisco reservou ao leitor a sensação de velocidade e também de surpresa: “A descer a ladeira, numa carreira vertiginosa, com as vestes tintas de sangue e rotas, foi ele surpreendido pela praça do 10º batalhão de infantaria José Joaquim da Costa e os srs. João Jorge Vidal, Julio de Andrade Bastos e Francisco Pereira de Lima que, agarrando-o, conseguiram prendê-lo [...]”. Pondo fim ao suspense, o redator lançou mão de uma descrição do “criminoso”, claramente influenciada por Cesare Lombroso²³⁶: “Tipo perfeito de nortista, rosto quadrado, cabeça grande e um tanto achatada, cabelos encaracolados, olhos vivos, tem Francisco uma entonação particular na fala, deixando a cada momento escapar frases que [definem] perfeitamente a mais antiga posição de soldado”.²³⁷

Baptistina foi atendida em uma farmácia e depois encaminhada para sua casa, enquanto Maria Antonieta apresentou ferimento sem gravidade. Já Francisco foi remetido para a Detenção. Note-se que o estardalhaço feito pelo *Correio da Manhã* com a ocorrência policial, “uma cena de sangue emocionante” que teria reconduzido o Morro da Favela ao seu cotidiano de “desordem”, não correspondia à gravidade do conflito. Vemos, inclusive, que Baptistina foi socorrida em uma farmácia, não tendo sido necessário levá-la à Santa Casa; portanto, os seus ferimentos também foram leves.

Fica evidente o objetivo da grande imprensa de dar ênfase aos conflitos ocorridos nas favelas no contexto das reformas urbanas. Outra briga conjugal ocorrida

²³⁵ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* p. 236.

²³⁶ Lombroso foi o principal expoente da antropologia criminal e achava que o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das...* pp. 49, 166.

²³⁷ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

no Morro da Favela e noticiada pelo *Correio da Manhã* teve como protagonistas Amélia de Brito e Alfredo Ramos da Silva, ex-praça do 16º batalhão de infantaria na Bahia e, na época da reportagem, praça do 10º batalhão de infantaria da capital da república. O sonho do casal de se mudar para o Rio de Janeiro foi concretizado quando o pedido de transferência de Alfredo foi aceito pelo Exército brasileiro. De acordo com o jornal, os dois viviam na Bahia “em completa paz, já pelo procedimento bom da moça, já pelo carinho que ela dispensava a seu companheiro”.²³⁸

Em apenas 15 dias de Rio de Janeiro, o casal brigou seriamente, por um motivo claro: “Chegados eles a esta capital, foram residir no morro da Favela [...] lugar viciado [...] quase não se respeita quem lá reside”. Nesse lugar estigmatizado pelo jornal, Alfredo teria passado a desconfiar do comportamento de sua companheira: “Depois de aí estabelecidos, começou Alfredo a cismar que sua companheira não estava procedendo como dantes”. A agressividade do homem contrastava com a serenidade da vítima: “Esta, como tivesse a consciência tranqüila, respondeu às suas interrogativas, ao que Alfredo, mais indignado ainda, armou-se de uma enxada e, sem dó nem piedade, começou a esbordoá-la”.²³⁹

Os gritos da moça atraíram diversas pessoas, entre as quais David Ribeiro, também praça, embora do 23º batalhão de infantaria. Portanto, o terceiro membro do Exército que vemos, em duas reportagens sobre o Morro da Favela, sendo pelo menos dois nordestinos (não temos notícia sobre o local de nascimento de David). Em primeiro lugar, devemos lembrar que a colina recebera, em 1897, as tropas republicanas retornadas da Guerra de Canudos – o que lhe conferia uma tradição recente de local de moradia de soldados rasos. Em segundo, talvez seja possível falar, nesse contexto, sobre certa tendência entre os “malandros”, de entrarem para o Exército a fim de ganharem prestígio e se protegerem da polícia.²⁴⁰ Isso explicaria ainda uma recorrente acusação contra o Morro da Favela: a de ser um antro de desertores.²⁴¹ Ao que parece, os “malandros” conseguiam suas fardas e depois despistavam...

²³⁸ *Correio da Manhã*. “Amante feroz – Quase morta – No morro da Favela”. 25 de junho de 1905.

²³⁹ *idem*.

²⁴⁰ O autor dessa informação foi Tito da Praia, um suposto malandro do bairro da Saúde, que nos anos 1920 falava sobre suas aventuras no início do século XX, em tom de saudosismo. *Vida Policial*. “A alma encantadora e bárbara do Rio”. 24 de setembro de 1926.

²⁴¹ Um bom exemplo é a matéria intitulada “No Morro da Favela”, segundo a qual a colina seria um “Reduto de vagabundos, desertores e de indivíduos perniciosos à sociedade [...]”. *Correio da Manhã*. “No Morro da Favela”. 01 de junho de 1907.

Entre os inferiores das forças armadas, a transitividade entre a população marginal e o serviço militar garantia uma permanente antipatia contra os policiais.²⁴² Essa disputa entre a polícia e o Exército aparece sutilmente na narrativa do desfecho do caso que vimos analisando. David Ribeiro levou o seu colega agressor – ou, no entender do jornal, “a perversa praça”²⁴³ – para o quartel. No entanto, o delegado da 9ª Delegacia urbana requisitou ao Exército o comparecimento de Alfredo Ramos da Silva, para que esse prestasse depoimento. Após ser então autuado em flagrante, esse último foi novamente removido para o seu batalhão. Conforme explicou Marcos Bretas, oficiais das forças armadas intervinham frequentemente e perturbavam a rotina da atividade policial. A prisão de um desordeiro podia ser tumultuada pela aparição repentina de um militar a interceder pelo suposto criminoso, disposto a fazer valer a autoridade de seu cargo. Um problema comum na ação policial ocorria quando um preso ou envolvido, vestido à paisana, declarava ser oficial do Exército, sem disso apresentar prova.²⁴⁴

Essa reportagem do *Correio da Manhã* levantou um aspecto que não pode passar despercebido neste trabalho: a idéia de que Alfredo Ramos da Silva seria uma “perversa praça”. Vemos nessa frase que a imprensa deflagrara o processo de estigmatização dos moradores das favelas. O problema aqui é que os portadores do estigma não são considerados completamente humanos, motivo pelo qual se constrói uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo representado. Racionaliza-se assim uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.²⁴⁵

Apesar da violência ocorrida entre Alfredo Ramos da Silva e Amélia de Brito, em abril de 1905, e entre José Francisco e Maria Antonieta, em junho do mesmo ano, esses populares não podem ser vistos simplesmente como perversos, mas sim, conforme apontou Sidney Chalhoub, “como homens comuns que fazem parte de uma da cultura e que agem de acordo com regras de conduta preestabelecidas”.²⁴⁶ Rituais de conduta que, aliás, mostravam apego a valores muitas vezes opostos àqueles prezados pelas classes dominantes e promulgados diariamente através dos jornais cariocas.

²⁴² BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 55.

²⁴³ *Correio da Manhã*. “Amante feroz – Quase morta – No morro da Favela”...

²⁴⁴ BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas...* p. 58.

²⁴⁵ GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 14,15.

²⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 309 e 335 (citação).

Crítico ferrenho das reformas urbanas²⁴⁷, em 1905, o *Correio da Manhã* não poupou a população pobre do estigma das “classes perigosas”. Assim, fica claro que os seus virulentos ataques aos governos federal e municipal, justificados em nome da defesa dos interesses dos populares, procuravam capitalizar politicamente os focos de insatisfação desses últimos com a administração pública. Para tanto, o jornal soube identificar muito bem as principais queixas das classes pobres nesse contexto – a repressão policial, a crescente intervenção da Higiene em seus domínios privados e a alta do custo de vida (sendo o aumento no preço dos aluguéis e o crescimento da taxa de desemprego heranças do período de Campos Sales):

[...] quando ela [a população] reclama contra violências da polícia, a crueldade da higiene, a carestia de vida – o governo trata-a como aos cães.
Mete-a no xadrez, espanca-a, manda-a para o Acre, onde a reduz à escravidão. Ou, então, com uma selvageria maior do que a dos os potentados da Rússia, corre-a à fio de espada e à pata de cavalo!
[...] Quem é culpado de tudo isso? Quem é que deixa o povo sem defesa contra os ávidos [...] da ganância?
O governo e a Prefeitura.²⁴⁸

Nesse trecho, vemos a repercussão do envio sem figura de processo de centenas de pessoas para o então inóspito Acre, acusadas de envolvimento com a Revolta da Vacina. Nos primeiros meses de 1905, explodiu na grande imprensa a notícia de que os presos foram vendidos como escravos no norte do país, fato que foi bastante explorado pelo *Correio da Manhã*. A revolta de 14 de novembro de 1904 expôs como as leis de exceção eliminavam progressivamente as liberdades previstas pela Constituição de 1891. Durante a Primeira República, o desterro, o recolhimento em colônias penais e as expulsões foram utilizados indiscriminadamente contra os dissidentes políticos e a população pobre, não se percebendo muitas vezes a indistinção entre um e outro contingente. Fazendo-se desaparecer os insatisfeitos, tinha-se a ilusão de que o fermento da revolta seria eliminado.²⁴⁹

Seja como for, a postura do *Correio da Manhã* em 1905 condizia com sua atuação durante a Revolta da Vacina, quando tentou manipular o descontentamento popular em proveito do movimento político-militar que ambicionava assumir o poder no

²⁴⁷ A censura do periódico aos gastos públicos com a construção da Avenida Central pode ser vista em: *Correio da Manhã*. “A edificação da Avenida”. 07 de abril.

²⁴⁸ *Correio da Manhã*. “Pelos classes populares”. 15 de abril de 1905.

²⁴⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. pp. 88, 89. O envio de anarquistas na década de 1920 para a colônia penal de Clevelândia, no Amapá, foi abordado em: SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

Estado oligárquico. Em novembro de 1904, o jornal, por um lado, assumiu o papel de aglutinador da frente formada contra a vacina obrigatória sob a liderança de Lauro Sodré, Barbosa Lima e Barata Ribeiro; por outro, contestou a validade científica da vacina, no que seguiu o Apostolado Positivista do Brasil. Essa atitude diante da obrigatoriedade da vacinação refletia a posição do diário frente a um fenômeno mais amplo, que era o desenvolvimento urbano-industrial do Rio de Janeiro verificado sob o Governo Rodrigues Alves. Enfim, apoiando os setores menos favorecidos, o periódico arregimentava elementos para constituir uma clientela urbana ao longo da Primeira República.²⁵⁰

A idéia de que a oposição às reformas urbanas realizada por certos periódicos não significava necessariamente a elaboração de um discurso mais tolerante com os moradores das favelas é vista também na análise do *Jornal do Commercio*²⁵¹, que noticiou: “Cerca das 8 horas da noite de ontem deu-se na rua Formosa, esquina da dos Cajueiros, uma cena de sangue em que tombou por terra e saiu sem vida com um certa facada no peito um pobre trabalhador empregado em uma cocheira ali existente”.²⁵²

O interessante nessa matéria é que o conflito narrado pelo *Jornal do Commercio* ocorrera em uma rua da região portuária e não propriamente no Morro da Favela. No entanto, essa colina foi incluída na reportagem devido a sua proximidade com o local do crime, a Rua Formosa: “Aquelas ruas, como é sabido, ficam próximas ao morro da Providência, local em que se acoitam os maiores desordeiros, vagabundos e gatunos, a gente da pior espécie, também disseminados pelo morro da Favela e pelas diversas ruas adjacentes”.²⁵³ Devemos esclarecer que, embora o nome Morro da Providência tenha sido eclipsado pelo apelido Morro da Favela, na Primeira República, certos textos de época (poucos, é verdade) davam a entender que existiriam duas localidades com as respectivas denominações em um mesmo maciço.

²⁵⁰ LEAL, Carlos Eduardo. “Correio da Manhã”. In: ABREU, Alzira Alvez de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1626.

²⁵¹ Embora o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio* se opusessem aos governos federal e municipal, em 1905, o primeiro jornal defendeu a política de concessão de favores aos construtores civis, diferentemente do segundo, que representava os interesses dos proprietários de imóveis nesse contexto. Em 1906, a propaganda do *Correio da Manhã* a favor do grande capital imobiliário será vista em sua campanha contra os “explorados do povo”, na qual divulgava cartas que continham queixas de inquilinos de habitações coletivas. Sobre o acolhimento pelo *Correio da Manhã* de propostas de beneficiamento da iniciativa privada, ver a matéria “Casas para operários”, publicada em 25 de junho de 1905. A respeito da série de textos contra os corticeiros da capital: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 192, 193.

²⁵² *Jornal do Commercio*. “Assassinato”. 24 e 25 de abril de 1905.

²⁵³ *idem*.

Seja como for, o Morro da Favela integrava uma espécie de área maldita da cidade do Rio de Janeiro, no entender dos jornalistas: “Por maior vigilância que a polícia exerça sobre esses perniciosos antros do vício, de quando em vez um crime ali ocorre, cercado às vezes do mais profundo mistério”.²⁵⁴ Vemos nessa reportagem, sobretudo, a ênfase dada ao debate sobre o aumento da criminalidade na imprensa carioca do início do século. Nesse contexto, reivindicavam-se melhorias generalizadas, que incluíam o reaparelhamento da polícia, mais repressão e mais controle sobre os espaços da cidade. Enfim, os jornais faziam a campanha da lei e da ordem²⁵⁵:

A 9ª Delegacia Urbana, sob cuja jurisdição se acham aqueles pontos, tem um destacamento de praças de polícia tão diminuto que se torna difícil qualquer vigilância que a autoridade queira sobre eles exercer, dando assim ensejo a que sejam os crimes levados a efeito, logrando quase sempre evadirem-se os seus autores.²⁵⁶

A ocorrência que levou o *Jornal do Commercio* a fortalecer a campanha pela repressão policial ao Morro da Favela envolveu Joaquim Silveira da Rosa, o seu irmão Seraphim Silveira da Rosa e Viriato Silveira da Rosa, primo deles. Os dois primeiros residiam à Rua São Cristóvão e o último em uma estalagem da Rua da Providência. Trabalhavam todos em uma cocheira pertencente a Carneiro & C, situada à Rua Formosa, o local da tragédia. As poucas informações sobre o episódio davam conta de que Joaquim se desentendera com seu primo Viriato, tendo levado desse uma facada no peito. No entanto, o jornalista não quis preencher a falta de dados sobre o caso criminal com a costumeira imaginação dos profissionais que atuavam na crônica policial. De acordo com Lima Barreto, “Nos jornais, os artigos impressionistas são feitos antes das impressões”, o que, na prática, significava dizer que o repórter “possuía uma imaginação doentia; forjava coisas terríveis, inventava, criava crimes”.²⁵⁷

A estratégia do redator concentrou-se no mistério em torno do assassinato: “Seraphim, embora em completo estado de embriagues, quase não se podendo manter de pé, agarrou o irmão, que veio a falecer em seus braços, minutos depois”. Ou seja, apesar de ter chegado a tempo de amparar Joaquim, a testemunha afirmou não saber a causa da agressão. Mas talvez Seraphim não estivesse sendo tão misterioso assim, se o

²⁵⁴ *Jornal do Commercio*. “Assassinato”...

²⁵⁵ NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997. pp. 106-134.

²⁵⁶ *Jornal do Commercio*. “Assassinato”...

²⁵⁷ BARRETO, Lima. *Memórias do escrivão*... Respectivamente, pp. 151 e 127.

compararmos a outros circundantes de conflitos ocorridos entre populares no Rio de Janeiro da Primeira República.

Acreditamos em que Seraphim tenha alegado estar em estado avançado de embriaguez para fugir à condição de testemunha por excelência do inquérito. A sua justificativa de que chegara a tempo apenas de agarrar seu irmão envolto em sangue – não tendo, portanto, maiores informações sobre os motivos da briga – parece esconder a opção pela “privatização dos conflitos”, nos termos propostos por Sidney Chalhoub. Devido à descrença dos membros da classe trabalhadora de que as autoridades policiais e judiciais pudessem arbitrar seus conflitos, eles recorriam à “privatização” desses distúrbios – ou seja, “a resolução de acordo com as regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão”.²⁵⁸ Tal comportamento não era desconhecido de romancistas como Aluisio Azevedo, que escreveu em *O Cortiço*:

Lá no cortiço, de portas adentro, podiam esfaquear-se à vontade, que nenhum deles, e muito menos a vítima, seria capaz de apontar o criminoso; tanto que o médico, que, logo depois da invasão da polícia, desceu da casa do Miranda à estalagem, para socorrer Jerônimo, não conseguiu arrancar deste o menor esclarecimento sobre o motivo da navalhada. “Não fora nada!... Não fora de propósito!... Estavam a brincar e sucedera aquilo!... Ninguém tivera a menor intenção de fazer-lhe moça!...”.²⁵⁹

Joaquim Silveira da Rosa, a vítima abordada na reportagem do *Jornal do Commercio*, era português como o navalhado Jerônimo de *O Cortiço*, e contava 26 anos de idade. Os seus colegas de trabalho o consideravam “um homem trabalhador [...] e benquisto, ao contrário do seu assassino, que é conhecido como rixento, já tendo sido preso há tempos por ter agredido um companheiro”. Viriato Silveira da Rosa tinha 17 anos e era natural da cidade do Rio de Janeiro. Considerando-se que muitos cocheiros da capital eram de origem portuguesa²⁶⁰, vemos no depoimento dos colegas da vítima o investimento em uma noção consideravelmente aceita na Primeira República: a de que os portugueses seriam o ideal do bom trabalhador.²⁶¹

Para tentar capturar o assassino, a polícia cercou o Morro da Providência e a casa que ele habitava. A estigmatização dos moradores das favelas no contexto das

²⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 303, (citação) 304.

²⁵⁹ AZEVEDO, Aluisio. *op. cit.* p. 101.

²⁶⁰ Dados estatísticos sobre os portugueses envolvidos no setor dos transportes no século XIX podem ser encontrados em: TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. pp. 49, 50, 51.

²⁶¹ RIBEIRO, Gladys Sabina, ESTEVES, Martha. *Cenas de Amor – Histórias de nacionais e imigrantes. Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 09, n. 18, 1989. p. 233.

reformas urbanas seguiu firme com a *Gazeta de Notícias*, que apresentava uma pequena pulverização de leitores, principalmente, nos grupos dominantes; os trabalhadores eram, em sua maior parte, empregados do comércio. Esse jornal tinha maior penetração na Tijuca e adjacências, sendo também lido pelos habitantes da zona sul. Fundado em 1875 por José Ferreira de Souza Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes, com a doença do médico Souza Araújo, em 1896, o diário passou a ser dirigido pelo advogado Henrique Chaves, tendo assumido como redator-chefe Carlo Palagrecó.²⁶² A prosperidade da *Gazeta de Notícias* deveu-se menos a sua venda avulsa do que aos vultosos contratos com os órgãos municipais para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura. O seu caráter basicamente governista refletiu-se, por um lado, em sua estrutura econômica e no alto nível de sofisticação de sua aparelhagem técnica²⁶³; por outro, em seu apoio incontestável às reformas urbanas, o que gerava textos extremamente simpáticos ao prefeito: “Abençoada renovação esta do Rio de Janeiro! mil vezes abençoada! [...] Benefícios incalculáveis faz o Sr. Passos ao povo carioca... tanto mais incalculáveis quanto de desinteresse ele tem em suas ações”. Ao contrário do que defendiam as folhas oposicionistas, o prefeito entenderia como ninguém as necessidades dos pobres: “embora viva no governo, anda com o espírito no povo, adivinhando-lhe os desejos, sondando-lhe as necessidades, perscrutando-lhe os males”. Homens como este existem poucos, muito poucos. Este é um carioca de nervos vibrantes e um honrado”.²⁶⁴

Ao elogiar a negação pelo Supremo Tribunal do *habeas-corpus* em favor do senador Lauro Sodré – preso por ter sublevado os cadetes das escolas militares da Praia Vermelha e de Realengo durante a Revolta da Vacina –, a *Gazeta de Notícias* ratificava seu apoio ao Governo Federal e entrava em conflito, principalmente, com o *Correio da Manhã*, que defendia ardorosamente a liberdade do político, representado judicialmente por Barbosa Lima.²⁶⁵ Apesar de tudo, o primeiro periódico afirmava sua suposta independência e dizia não ser “governista, nem oposicionista”:

Hoje a sua posição é a mesma. E se ela está, aliás com restrições, quanto aos processos por ele adotado, ao lado do governo, não apoiando o movimento de 14 de novembro, é por estar convencida de que esse movimento, pelo seu caráter violento e ilegal, se triunfasse seria uma verdadeira calamidade para a nação.²⁶⁶

²⁶² BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 43-48, 217, 219.

²⁶³ LEAL, Carlos Eduardo. “Gazeta de notícias”. In: ABREU, Alzira Alvez de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *op. cit.* 2507.

²⁶⁴ *Gazeta de Notícias*. “Do Rio a Joinville”. 27 de junho de 1905.

²⁶⁵ *Correio da Manhã*. “O habeas-corpus Lauro Sodré”. 2 de abril de 1905.

²⁶⁶ *Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 3 de abril de 1905.

As discordâncias no plano político não impediram a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* de se harmonizarem quanto ao objetivo de estigmatizar as classes pobres e, mais especificamente, os moradores das favelas. Em junho de 1905, o jornal governista anunciou: “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”.²⁶⁷ Note-se que a ofensa à moradora ou freqüentadora da Favela vinha logo no título da reportagem, juntamente com o nome da localidade, o qual, por estar sempre relacionado a casos de desordem, passou com o tempo a funcionar, por si só, como um “protocolo de leitura”.²⁶⁸ Na “cabeça” da matéria, o jornal atacava mais ainda a popular e repetia a acusação feita por outros jornais de que o morro abrigaria pessoas perversas:

É uma vagabunda e ébria temida, Maria Francisca, que na sua vida errante através da lama das sarjetas ganhou um mau humor constante, um ódio inveterado a tudo e a todos, tendo sempre uma propensão para as coisas perversas.²⁶⁹

Nem as crianças, símbolos da pureza e da inocência, sensibilizariam Maria Francisca: “As próprias crianças que com sua graça ingênua conquistam toda a gente, não abrandavam a dureza desse coração perverso”. No relato da notícia, a *Gazeta de Notícias* insistiu na idéia da suposta perversão existente entre seus moradores ou freqüentadores: “Ontem [...] passava a megera pelo morro da Favela, onde estava brincando a pequena Olga, criança de 7 anos apenas que, em qualquer travessura tão da sua pouca idade, acirrou a perversão daquela má mulher”.²⁷⁰

A reação de Maria Francisca ao ato de travessura de Olga seria digna de uma personagem de Adolfo Caminha (que se referia a uma “fera desencarcerada” quando narrava as cenas de descontrole do seu Bom-Crioulo)²⁷¹: “Como uma fera, em ebulição todos seus maus instintos, Maria Francisca atirou-se ferozmente à indefesa criança arranhando-lhe o rosto com as suas unhas e mordendo-o”.²⁷² Essa era mais uma popular que se deixaria levar pelos impulsos biológicos, segundo a grande imprensa. A

²⁶⁷ *Gazeta de Notícias*. “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”. 13 de junho de 1905.

²⁶⁸ CHARTIER, Roger. Os “protocolos de leitura” são as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, aquela que estará de acordo com sua intenção. CHARTIER, Roger. *op. cit.* pp. 95, 96. Nesse caso, podemos citar o título de uma matéria que abordou um grande conflito no Morro da Favela, que ganhou como título, simplesmente: “Na Favela”. *Correio da Manhã*. “Na Favela”. 09 de agosto de 1908.

²⁶⁹ *Gazeta de Notícias*. “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”...

²⁷⁰ *idem*.

²⁷¹ CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. p. 30.

²⁷² *Gazeta de Notícias*. “Uma megera - Criança espancada - Na Favela”...

descrição do suposto estado físico da menina após a violência de que fora vítima ressaltava a brutalidade da agressora e buscava impressionar o leitor:

A pobrezinha debateu-se gritando, entre as mãos da megera até que a acharam já com o rosto em mísero estado, o olho direito quase arrancado da órbita por uma unhada violenta de Maria Francisca.

Além disto a pobre criança tinha o corpinho todo cheio de manchas de pancadas que impiedosamente lhe deu a perversa.²⁷³

A polícia da 9ª prendeu Maria Francisca, contra a qual lavrou flagrante, além de ter mandando submeter Olga a exame de corpo de delito. Percebamos a opção do jornal por termos como “pobrezinha” e “corpinho” no tratamento da criança, que induziam a uma leitura na qual os elementos emocionais eram privilegiados. A *Gazeta de Notícias* acercou-se também de casos de violência em favelas que não se localizavam no perímetro central da cidade. Em um “barracão” da ladeira do Leme morava o hortelão Francisco Romano do Espírito Santo. A fim de encurtar o caminho até a rua, pediu a uma senhora moradora da favela licença para passar pelo seu terreno. Concedida a permissão, o homem foi surpreendentemente atacado pelo português João Francisco da Silva, empregado da Limpeza Pública, que “Vinha armado de um grosso cacete e, sem uma palavra, desandou a dar-lhe cacetadas que o outro evitara como pôde, fugindo”.²⁷⁴ Em seguida, o agressor sacou o revólver e desferiu três tiros contra a vítima, e ainda lhe deu uma paulada na cabeça. João fugiu e Romano foi para o hospital em estado grave.

O que chama a atenção nessa reportagem é a falta de perguntas pelo jornal sobre o motivo de tamanha violência, que foi tratada como espontânea. Esse tipo de abordagem dava a impressão de que os moradores das favelas promoveriam atos de crueldade de forma gratuita, como se fossem seres animalizados, que agiriam por instinto. Nesse sentido, o *Correio da Manhã*, em 1902, havia afirmado que o código regulador das relações entre os populares – ou, mais especificamente, entre os moradores do Morro da Favela – seria a agressão e a violência: “Como soe acontecer entre os de sua igualha, todos os seus preitos são resolvidos no combate singular no qual muitas vezes [há] sangue por terra”.²⁷⁵

Aqui citamos novamente Sidney Chalhoub, segundo o qual o comportamento das pessoas envolvidas em conflitos estaria socialmente programado, o que daria às suas ações “significados sociais precisos e compreensíveis para os membros do microgrupo

²⁷³ *idem.*

²⁷⁴ *Gazeta de Notícias*. “A revolver”. 4 de abril de 1905.

²⁷⁵ *Correio da Manhã*. “Sede de sangue – No morro da Favela – Três facadas”. 17 de setembro de 1902.

sociocultural onde se desenrolava a luta”.²⁷⁶ Mas, embora o desenlace violento fosse visto pelas classes populares como uma possibilidade legítima de solucionar desavenças, esse método não seria o seu principal mecanismo de ajuste; a violência tal como ocorrida seria normalizada, uma vez que os indivíduos relacionados às contendas desempenhariam papéis socialmente previstos e aceitos. Por isso, a necessidade de compreender esses conflitos como um acontecimento político dentro de um determinado microgrupo sociocultural.²⁷⁷

A sugestão do historiador de que a rixa seria uma situação de tensão prolongada no tempo parece ser mais apropriada para pensarmos a matéria publicada na *Gazeta de Notícias*. Em primeiro lugar, podemos supor que os pedidos diários do hortelão para utilizar o terreno do vizinho, a fim de encurtar seu caminho até a rua, estariam irritando o português havia muito tempo. Em segundo, não seria descabido pensar que muitas vezes Romano – o qual trabalhava em sua própria horta na favela – deve ter utilizado as dependências de João Francisco da Silva quando esse estava fora de casa, o que colocaria o primeiro em contato constante com a esposa do segundo, em um ambiente privado. Quanto a esse suposto aspecto, vale notar que o lusitano agrediu o nacional justamente após ver que o seu vizinho havia se dirigido a sua esposa. Como o incidente ocorreu “depois do jantar”²⁷⁸, torna-se claro que Romano tinha consciência de que o chefe da casa estava presente – logo, a opção por se dirigir à mulher demonstra que o relacionamento entre os contendores devia estar bastante tenso (ou então que o hortelão partira para uma provocação deliberada, o que só reforçaria a hipótese da provável rixa entre dos dois). Em terceiro lugar, o fato de um ser brasileiro e o outro português leva a crer que também se tratasse de uma rivalidade entre nacionalidades.²⁷⁹ Por fim, cabe observar que recolher os resíduos do trabalho de um hortelão era também o serviço de um agente da Limpeza Pública, profissão de João Francisco.²⁸⁰

²⁷⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. (citação) 108 e 310.

²⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 108, 310, 335.

²⁷⁸ *Gazeta de Notícias*. “A revolver”...

²⁷⁹ Casos de rivalidade entre portugueses e brasileiros na Primeira República podem ser encontrados em: RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

²⁸⁰ Através do decreto 974, de 20 de novembro de 1903, o legislativo municipal autorizou o prefeito a demarcar uma área nos limites da qual ficaria proibida a cultura de hortas e a plantação de capim, fixando prazo para que cessassem as existentes. O decreto 492, de 3 de agosto de 1904, veio a proibir o plantio de capinzais, tanto de uso particular como para comércio, e o das hortas de comércio em um extenso perímetro urbano, que na zona sul ia até Botafogo e o alto da Rua Humaitá, limite do distrito da Lagoa. Portanto, a horta de Francisco Romano do Espírito Santo, no Leme, encontrava-se exatamente na fronteira das áreas proibidas para o plantio. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 282.

Existe ainda um fator interessante nessa matéria que vimos analisando: embora tenha agredido violentamente uma pessoa e depois desferido três tiros contra a mesma, o português João Francisco da Silva não foi acusado de perverso ou algo parecido. Talvez isso tenha relação com o fato de que a direção da *Gazeta de Notícias* era portuguesa nessa época.²⁸¹ Esse jornal não deixou de abordar os suicídios ocorridos em favelas, como a do Morro da Caixa d'Água, tendo apontado para a existência de jovens ingênuas e alienadas, facilmente enganáveis por sedutores mal-intencionados, as quais se matariam em virtude de relacionamentos amorosos malogrados. Na reportagem intitulada “Por amor. Uma moça que se envenena”, vemos a triste história de Iracema, de 21 anos de idade, enganada por um noivo que “deslizara o conteúdo de sua mente, inebriando o afeto da pobre moça”.²⁸² As favelas também poderiam ser locais de tragédias cotidianas, conforme vemos no *Jornal do Commercio*, que contou o caso da menina Margarida, de nove anos de idade, morta num incêndio causado por uma candeia de querosene, no “barracão” onde morava. No momento da tragédia, a criança “viva e esperta” dormia, enquanto os seus pais vendiam angu para os trabalhadores do bairro de Vila Isabel.²⁸³

No tocante às favelas, o *Jornal do Brasil*, fiel ao seu caráter popular, deu destaque às ordens de despejo enviadas pelos poderes públicos. No período de 1894 a 1919, quando foi propriedade da firma Mendes e Cia., o periódico teve Fernando Mendes de Almeida – formado em Direito e filho de um senador do Império – como redator-chefe. Nessa época, em que era muito mais informativo do que opinativo, diferia fortemente do perfil adotado durante a direção de Rui Barbosa (1893-1894), quando os inflamados debates políticos tinham por fim combater a ditadura de Floriano Peixoto e valorizar a Constituição.²⁸⁴ O diário de maior tiragem na cidade costumava ocupar mais de 50% do seu noticiário com os crimes sanguinolentos, as notícias hediondas e as tragédias cotidianas. Essa tentativa de atrair uma gama mais variada de

²⁸¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *op. cit.* pp. 382, 383.

²⁸² *Gazeta de Notícias*. “Por amor. Uma moça que se envenena”. 29 de junho de 1905.

²⁸³ *Jornal do Commercio*. “Menor queimada”. 23 de maio de 1905. Manuel Bandeira percebeu bem a reiterada associação dos moradores das favelas às tragédias cotidianas, tendo escrito em seu “Poema tirado de uma notícia de jornal”, publicado em 1930: “João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número/ Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro/ Bebeu/ Cantou/ Dançou/ Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado”. BANDEIRA, Manuel. “Poema tirado de uma notícia de jornal”. In: BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 117.

²⁸⁴ FERREIRA, Marieta Moraes, MONTALVÃO, Sérgio. “Jornal do Brasil”. In: ABREU, Alzira Alvez de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *op. cit.* p. 2868.

leitores aparecia ainda nos grandes espaços abertos às ilustrações. Os leitores do *Jornal do Brasil* eram basicamente os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os militares de baixa patente e os moradores dos subúrbios e bairros centrais, além de mulheres e presidiários.²⁸⁵ No entanto, em 1919, Pereira Carneiro tornou-se o novo proprietário do jornal e, até o fim da Primeira República, procurou restabelecer o prestígio inicial, tendo valorizado as seções literária e artística – assinadas por membros da Academia Brasileira de Letras – e adotado uma linha política moderada.²⁸⁶

Em novembro de 1905, o *Jornal do Brasil* ressaltou a notícia de que a Prefeitura mandara demolir “os barracões e casebres existentes no morro de Santo Antonio, sendo marcado prazo de trinta dias para a mudança dos respectivos moradores”.²⁸⁷ Notemos que o diário conseguia ao mesmo tempo elogiar as obras de reformulação urbana empreendidas pela municipalidade e criticar as suas conseqüências negativas para a população pobre – tentando assim não se indispor com nenhuma das duas partes: “O prurido que por aí vai de aformoseamento da cidade, se é mostra de grande progresso e de maior iniciativa é, por outro lado, causa de muitas medidas vexatórias”.²⁸⁸

Uma dessas medidas vexatórias seria a demolição das casas construídas no Morro de Santo Antonio, em pleno centro da cidade. No trecho a seguir, vemos uma perspectiva parecida com a de Everardo Backheuser, segundo a qual as favelas também seriam habitadas pela classe trabalhadora:

Abrigam-se com suas famílias, no Morro de Santo Antonio, em modestos casebres, centenares e centenares de operários, que vivem na conquista diária do pão; labutando de sol a sol, na luta extenuante e assombrosa de grandes massas proletárias, para as quais os governantes ainda não tiveram até hoje um momento de atenção e de acolhimento.²⁸⁹

Esse trecho mostra que as grandes demolições do período Pereira Passos possibilitaram o surgimento na grande imprensa de um discurso mais condescendente com os moradores das favelas, embora ele fosse bem menos acionado do que o discurso das “classes perigosas”. Insistindo no tema da pobreza absoluta em que viveriam tais pessoas, o jornal apontou para a realidade de que as mesmas não teriam para onde ir:

²⁸⁵ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 33, 67, 217, 219. As cartas enviadas pelos leitores ao jornal foram analisadas em: SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

²⁸⁶ FERREIRA, Marieta Moraes, MONTALVÃO, Sérgio. *op. cit.*

²⁸⁷ *Jornal do Brasil*. “Prefeitura”. 19 de novembro de 1905. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 396.

²⁸⁸ *Jornal do Brasil*. “Pelos pobres!”. 26 de novembro de 1905. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 400.

²⁸⁹ *idem*.

Os operários, os homens de trabalho, que desesperadamente lutam para a subsistência de suas famílias, atenderiam de muito bom grado esses bons desejos da Prefeitura, se tivessem para onde ir, se houvesse ao menos em realidade uma das mil avenidas operárias em projeto; mas na situação atual, com a escassez de moradias de preço razoável, para onde irão eles, intimados ao abandono de suas casas em um prazo irrisório?²⁹⁰

Portanto, o *Jornal do Brasil* não era propriamente contra a idéia de demolição das casas do morro (“bons desejos da Prefeitura”), mas sim contra as condições em que essa ação seria realizada, sem que antes fossem construídas novas habitações para os seus moradores. Por essa razão, pediu o adiamento da intimação enviada pela Prefeitura: “Estamos crentes que essa medida será suspensa para o bom nome da Prefeitura e para ganho da justiça, que pesa em favor dos míseros operários”. Mas essa suposta preocupação com os habitantes do morro era alimentada por um medo maior: “não será de se estranhar que os operários, em tão grande número, diante do vexame que lhes arranca o pão, se vejam obrigados à justa repulsa, que talvez dê em resultado bem tristes conseqüências”.²⁹¹

Tentemos então concluir a análise desse texto do *Jornal do Brasil* sobre o Morro de Santo Antonio. Primeiramente, o apelo contra o desalojamento de tais moradores seguia mais a idéia de que essa ação seria uma perigosa precipitação da Prefeitura – em um contexto no qual o fantasma da Revolta da Vacina ainda pairava sobre as classes dominantes – do que a manifestação de uma sensibilidade social por parte do jornal, durante o já avançado processo de reformulação urbana da capital. Ademais, o discurso dramático sobre os “pobres operários [...] que desesperadamente lutam para a subsistência de suas famílias”, ao atuar no plano da caridade, da filantropia e do favor, encontrava-se muito distante do reconhecimento dos direitos e das múltiplas humanidades dos habitantes das favelas.

Não deve ter sido por acaso que, em 1906, o *Jornal do Brasil* propusesse, em uma série de artigos, que o Governo, em lugar de construir o Palácio do Congresso, completasse o arrasamento do Morro do Castelo – obra julgada mais barata e de “maior utilidade”.²⁹² Portanto, convém não nos afastarmos muito dos discursos discriminatórios contra os moradores das favelas no período das reformas urbanas. De

²⁹⁰ *idem.*

²⁹¹ *idem.*

²⁹² *Jornal do Brasil*. “O Palácio do Congresso e o morro do Castelo”. 22 de junho de 1906; 27 de junho de 1906; 29 de junho de 1906. Em 1905, o periódico também afirmou que “o morro do Senado poderia ser cortado desde já”. *Jornal do Brasil*. “Avenida Mem de Sá”. 22 de junho de 1905. *apud*: DEL BRENNO, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* pp. 374, 484.

fato, em tal conjuntura, os jornais estavam empenhados na campanha pela repressão às “classes perigosas”, que eram, na prática, confundidas com as classes pobres.²⁹³

O Paiz deu destaque à circular do chefe de polícia, que dava instruções para a repressão da vadiagem. Agora, os indivíduos autuados como não tendo ocupação nem domicílio, ou vivendo de profissão proibida por lei – os quais, decerto, não eram poucos, considerando-se o grande número de demolições e a proibição por Pereira Passos de diversas profissões praticadas pela população pobre –, deveriam ser imediatamente apresentados ao gabinete de identificação e estatística. Esse local verificaria não só a identidade da pessoa detida, como também se o caso seria de reincidência. Se o indivíduo fosse identificado como reincidente, a pena seria a internação na colônia correcional de Dois Rios, em Ilha Grande.²⁹⁴

O interessante é que, embora o historiador Marcos Bretas tenha criticado a construção pela historiografia de “[...] uma identificação da polícia como principal instância falsificadora [...]”²⁹⁵, *O Paiz* escreveu com certa naturalidade sobre as irregularidades praticadas pelos delegados, que poderiam atrapalhar o próprio objetivo de reprimir os contraventores da capital:

Resta agora que os delegados, com esses magníficos elementos, não estraguem os processos com irregularidades. A preocupação não deve ser processar muitos, e sim processar bem. Com as *canoas* e os processos feitos de cambulhada, incluindo mais de um contraventor, a campanha que começa tão bem, resultará ineficaz.²⁹⁶

Seja como for, devemos lembrar que, além da tal circular do chefe de polícia, em 1899, fora aprovada uma lei complementar ao Código Penal de 1890, que tratava dos procedimentos a serem utilizados na prisão, com o objetivo de dar maior agilidade no julgamento e na punição aos infratores. Assim, do auto de flagrante à conclusão, todas as etapas passaram a ser conduzidas no interior da esfera policial. Ao judiciário restava somente proferir sentenças ou requisitar novas investigações e depoimentos. Quanto à

²⁹³ Ao analisar o jornal *O Estado de São Paulo* na virada do século XIX para o XX, Ana Gomes Porto ressaltou a relação entre classes pobres e classes perigosas nas notícias de crime. PORTO, Ana Gomes. *op. cit.* p. 155.

²⁹⁴ *O Paiz*. “Contra os vadios”. 6 de junho de 1905.

²⁹⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas...* p. 33. Nesse caso, Bretas referiu-se especialmente ao livro *Trabalho, Lar e Botequim*, de Sidney Chalhoub.

²⁹⁶ *O Paiz*. “Contra os vadios”...

classificação dos transgressores, é claro que a repressão acabou sendo valorizada em detrimento da assistência.²⁹⁷

A verdade é que a atenção pública vinha sendo atraída para o tema da sorte da infância desamparada e a vadiagem. A *Gazeta de Notícias* via essa última como um degrau que antecedia o crime e afirmou que apenas a repressão não daria conta do problema; o caminho seria criar meios para se evitar a vadiagem:

Reprimir a vadiagem, a vagabundagem, esses primeiros preparatórios do delito e do crime, essa escola da instrução primária dos gatunos, dos ladrões, dos assassinos e dos facínoras, é o dever das autoridades policiais. Antes, porém, de se reprimir a vadiagem era preciso procurar, senão evitá-la, ao menos diminuí-la.²⁹⁸

O jornal deixava bem claro que acreditava na eficácia correcional dos presídios, porém, insistia em que o ideal mesmo seria que tais pessoas nem precisassem freqüentar tais estabelecimentos:

[...] condenados ao recolhimento em estabelecimentos correcionais, podem, em virtude da disciplina e da organização desses estabelecimentos, tornar-se cidadãos de bons costumes e adquirir o hábito de trabalhar. Melhor seria, porém, que eles nunca tivessem chegado no ponto de haver necessidade de os suprimir do convívio social.²⁹⁹

Quanto a esse trecho, é importante dizer que, embora as leis apontassem para a necessidade de recuperar o recluso a partir da educação e do trabalho, aqueles que eram enviados para a já citada Colônia Correcional de Dois Rios, por exemplo, sofriam com penas disciplinares violentas, que iam das chicotadas às péssimas condições de higiene. Pode-se dizer que os reincidentes, considerados como irrecuperáveis, eram mandados para a Ilha Grande para morrerem, como mostram os atestados de óbito lavrados poucos meses após o ingresso dos presos. Há também ofícios destinando mulheres para os guardas penitenciários, em uma prova de que esses presídios tinham suas próprias leis; nas palavras de Myrian Sepúlveda dos Santos, “As leis da barbárie”.³⁰⁰

A *Gazeta de Notícias* acreditava em que a vadiagem fosse uma tendência do caráter ou uma conseqüência de acidentes da vida. Mas o que ela vinha tentando expor era que a vadiagem seria modificável pela educação: “Antes da colônia, que é o castigo,

²⁹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Contravenções no Rio de Janeiro do início do século. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 01, 1993.

²⁹⁸ *Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903.

²⁹⁹ *idem*.

³⁰⁰ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Caldeirão do inferno”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007. p. 23

era necessária a instrução que, se não evita, atenua fatalmente as tendências para o delito e para o crime”.³⁰¹ Por essa razão, o jornal pedia a instituição do ensino obrigatório às camadas populares, o que diminuiria a sua ida para os presídios: “Haja o ensino obrigatório, organizado sob o ponto de vista de aproveitar especialmente às classes menos abastadas, e a freqüência das colônias correccionais e das prisões diminuirá na proporção em que será aumentada a freqüência das escolas”.³⁰² Essa citação, aliás, se encaixava em uma campanha maior, desenvolvida na grande imprensa da época, em prol da ampliação da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro. A própria *Gazeta de Notícias* se lançou em expedições aos subúrbios para verificar as condições das escolas dessas áreas: “Interessados pelos assuntos de instrução pública, a que quase sempre somos obrigados a nos referir com mágoa, tal é o abaixamento do nível a que tem descido o ensino entre nós, resolvemos logo visitar algumas das escolas públicas dos nossos subúrbios [...]”.³⁰³

O interessante é que André Azevedo considerou a idealização de escolas por Pereira Passos para a formação profissionalizante dos filhos de operários no subúrbio do Engenho de Dentro um indício da suposta integração urbana promovida pelo prefeito. No entanto, analisando a grande imprensa, vemos claramente que a ampliação da rede pública de ensino era uma pressão existente na sociedade do período – e não necessariamente uma antevisão integradora do prefeito, ainda que sob uma ótica conservadora, de elevação espiritual do operariado. O mesmo autor destacou que Pereira Passos transferiu várias escolas do centro para os subúrbios. Ora, se por um lado tal medida facilitava a vida dos moradores da área suburbana, por outro demonstrava o possível investimento em separar espacialmente as classes sociais da cidade.³⁰⁴

De fato, eram bem delimitadas as preocupações educacionais das classes dominantes no contexto histórico em que Pereira Passos propiciou o aumento do número de escolas da rede pública: “Reprima-se, pois, a vadiagem, porque é um delito ou uma infração da lei; mas procure-se ao mesmo tempo evitar a vadiagem, para que não haja necessidade de reprimi-la”.³⁰⁵ Ou seja, dever-se-ia construir mais escolas porque a vadiagem era vista como um vício de educação; e não porque se desejava uma sociedade mais democrática e um conceito de cidadania mais abrangente. Em resumo,

³⁰¹ *Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903.

³⁰² *idem*.

³⁰³ *Gazeta de Notícias*. “Os subúrbios”. 12 de abril de 1905.

³⁰⁴ AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p. 52.

³⁰⁵ *Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903.

como a suposta proposta de integração urbana conservadora jamais levaria a uma integração social, mais uma vez questionamos a motivação de estudos que criticam a historiografia dos anos 1980, por essa ter acreditado “em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira [...]”³⁰⁶ – note-se sempre o tom irônico dessas palavras.

Além de fazer afirmações como a de que “talvez em nenhuma capital haja, como nesta, uma tão grande tolerância e [...] uma tão grande proteção aos desocupados”³⁰⁷, a grande imprensa promovia um verdadeiro alarde com a citação de contraventores que seriam inimigos públicos da cidade. Nesse sentido, podemos ver nos jornais referências a uma briga encerrada a navalhadas “entre os famigerados campeões da desordem, ‘Nenê’ e ‘Ciganinho’”³⁰⁸; a mais uma confusão aprontada pelo “célebre Pernambuco”³⁰⁹; ao “Charivari medonho” promovido pelo “mais célebre dos turbulentos da Saúde, o conhecido Cardosinho”³¹⁰; à briga que terminou em facadas entre Athenor Moleque e Tripa Limpa, motivada por “um mulherzinha de vida airada”³¹¹; e às “artes do demo” realizadas por um contraventor que tinha duas alcunhas (isso mesmo) de arrepiar: Cara Queimada e Mão de Pilão. A sua descrição, destinada a impressionar os sentidos do leitor da Primeira República, merece ser reproduzida:

Gatuno conhecido e perigoso no próprio meio em que vive, João dos Santos, assinalado no físico, tendo uma grande cicatriz no lado esquerdo do rosto, vestígio de uma terrível queimadura, que lhe originou a alcunha de “cara queimada”, com que é geralmente conhecido, não pôde disfarçar ante a “ficha” do gabinete antropométrico, onde o seu retrato figura no meio do “alto” pessoal.³¹²

Se o apelido Cara Queimada relacionava-se à queimadura que o contraventor tinha no rosto, o Mão de Pilão era porque uma “enorme protuberância na mão esquerda lhe [dava] um caráter todo particular”. Ou seja, o popular seria aberrativo não apenas no comportamento, na alma, como também no aspecto físico. Conforme Machado de Assis sugerira a respeito dos moradores do Morro do Castelo – o espaço por excelência das camadas populares no livro *Esau e Jacó* –, para a sociedade formal, constituída, tais

³⁰⁶ AZEVEDO, André Nunes. *op. cit.* p. 36.

³⁰⁷ *Gazeta de Notícias*. “Notas e notícias”. 13 de julho de 1903.

³⁰⁸ *Correio da Manhã*. “Agressões e ferimentos – À navalha”. 12 de abril de 1905.

³⁰⁹ *Correio da Manhã*. “Assassinato”. 26 de abril de 1905.

³¹⁰ *Correio da Manhã*. “Ainda o ‘Cardosinho’ – Charivari medonho – Fuga, tiros – Uma morte”. 12 de maio de 1905. Na temida Saúde, Cardosinho rivalizava em fama apenas com Camisa Preta. Em um texto da década de 1920 sobre o aludido bairro, escrito por um suposto ex-malandro chamado Tito da Praia, lemos a afirmação de que Cardosinho e Camisa Preta haviam sido, respectivamente, o príncipe e o rei da valentia. *Vida Policial*. “A alma encantadora e bárbara do Rio”. 24 de setembro de 1926.

³¹¹ *Gazeta de Notícias*. “Athenor Moleque, Tripa limpa & C. Facada”. 29 de junho de 1905.

³¹² *Correio da Manhã*. “Um assalto”. 27 de abril de 1905.

contraventores não tinham nome ou sobrenome, sendo, assim, parte de uma multidão de anônimos.³¹³

Para a classe letrada o habitat natural desses temíveis inimigos públicos seria a favela ou a habitação coletiva. Sabemos que as classes pobres também eram tidas como “classes perigosas” porque poderiam oferecer perigo de contágio.³¹⁴ Nesse sentido, podemos notar na grande imprensa certa histeria em relação ao tema da salubridade das habitações populares e, conseqüentemente, da cidade do Rio de Janeiro. O *Jornal do Commercio*, primeiramente, abordou as supostas condições que levariam as habitações populares a constituírem focos de epidemias:

[...] o preço elevado dos terrenos e a conseqüente carestia das habitações que neles se constroem, obrigam os habitantes a viverem na maior parte reunidos em grupos numerosos, em ambientes restritos, aumentando assim, com os freqüentes e fáceis contatos, a difusão das enfermidades que por este motivo se chamam contagiosas ou “infecciosas”; enfermidades que são as mais perigosas [...].³¹⁵

Em seguida, classificou o problema da saúde pública como o número um da época:

As moléstias infecciosas constituem certamente o mais grave perigo da vida social, e isso porque as más condições higiênicas do ambiente das cidades favorecem muito a multiplicação e difusão daqueles parasitas microscópicos, que, penetrando e desenvolvendo-se no nosso corpo, nele produzem tantas enfermidades.³¹⁶

Ou seja, vemos nessa citação o caminho pelo qual o pensamento higienista havia enveredado, a idéia de que a causa das doenças não seriam inatas no indivíduo e sim provenientes do ambiente externo em que se vivia; assim, os mais diversos males poderiam ser evitados com a aplicação das normas que serviam para manter são ou ressarcar o próprio ambiente. Era exatamente por esse motivo que o nobre instrumento com o qual os homens haviam se insurgido contra tais perigos, a ciência da Higiene, condenava à demolição grande parte das habitações populares no alvorecer republicano.

A situação preocupava tanto a sociedade carioca que o *Jornal do Commercio* publicava periodicamente boletins oficiais como “Saúde Pública” e “Estado sanitário”, o qual reproduzimos a seguir:

³¹³ Essa leitura da obra de Machado de Assis foi realizada em: NEVES, Margarida de Souza. O bordado de um tempo. (A História na estória de **Esau e Jacó**). *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 81, 1985.

³¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* p. 29.

³¹⁵ *Jornal do Commercio*. “Como se saneia uma cidade”. 16 de abril de 1905.

³¹⁶ *idem*.

Durante a semana de 10 a 16 do corrente mês, faleceram nesta Capital 251 pessoas, sendo: de tuberculose pulmonar 62, de outras tuberculoses 2, de moléstias do aparelho circulatório 39, de moléstias do sistema nervoso 32, de moléstias do aparelho digestivo 20, de moléstias do aparelho respiratório 16, de moléstias da primeira idade 14, de gripe 14, de febre amarela 13, de cancros e outros tumores 9, de moléstias do aparelho urinário 10, de infecção purulenta 4, de debilidade senil 3, suicídios 3, mortes violentas 2, de moléstias de pele 2, de tumores 2, de peste 1, de varíola 1, de sarampo 1, de febre tifóide 1, de beribéri 1, de moléstias dos órgãos genitais 1, de acidentes puerperais.

[...] Ficaram em tratamento no Hospital de S. Sebastião 6 enfermos de febre amarela, 22 de varíola e 7 em observação, e no de Paula Candido 1 de peste.³¹⁷

Além das já conhecidas doenças que assustavam a população da capital, os jornais anunciavam o surgimento de novas moléstias, o que, decerto, aumentava o pânico no Distrito Federal e ajudava a convencer o público quanto à necessidade de se subordinar aos imperativos da Higiene. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, revelou aos leitores o surgimento na Alemanha de uma doença que vinha causando inúmeras vítimas: “Essa novíssima moléstia ataca subitamente como a cólera [...] e excede-lhe no horror dos seus sintomas o que a imaginação pode cogitar de sofrimento e de tortura”. O diário contava que a pessoa acometida do mal começava a sofrer vertigens, cambaleava, caía no chão, batia-se de um lado para o outro, revirava os olhos e perdia a flexibilidade da musculatura; efeito esse que se iniciava pelo queixo, depois levava a boca a se fechar hermeticamente, até promover uma paralisia que tomava o corpo inteiro. Depois desse estágio, o corpo se distendia, os braços ficavam torcidos, os joelhos dobrados, a vista se anuviava, a surdez se manifestava e o doente, enfim, deixava de sofrer: morria... Ou quase isso! “Acontece, entretanto, que o doente se restabelece desta medonha moléstia [...]”. Em certos casos, o doente ainda podia ficar epilético. O jornal torcia para esse “micróbio” não chegar ao Brasil, onde a nova doença se chamava “paralisia da nuca”.³¹⁸

Após termos apontado para a “fabricação do consentimento” pela grande imprensa da Primeira Republica, resta-nos perguntar se os jornais teriam um papel influenciador em uma sociedade profundamente marcada pelo analfabetismo. De início, podemos mencionar que, em 1900, os principais jornais do Rio de Janeiro possuíam juntos uma tiragem de cerca de 150 mil exemplares, o que, em uma cidade com 691.565

³¹⁷ *Jornal do Commercio*. “Estado sanitário”. 19 de abril de 1905.

³¹⁸ *Jornal do Commercio*. “Moléstia novíssima”. 17 de maio de 1905. É possível que a doença conhecida como “paralisia da nuca” fosse a meningite meningocócica, que, embora tenha sido relatada pela primeira vez em 1805, na Suíça, só veio a grassar na Europa, Estados Unidos e Norte da África a partir de 1896 – o que favoreceu os estudos bacteriológicos que levaram à descoberta do agente etiológico. Portanto, em 1905, a doença ainda era pouco conhecida no Brasil. MARZOCHI, Keyla Belizia F. et al. Evolução histórica das epidemias da doença meningocócica. *Ciencia e Cultura*, 7 (31): 723-31, jul.1979.

habitantes, não é pouca coisa.³¹⁹ Mas, como manda o bom-senso, convém não reduzir a discussão a termos estritamente matemáticos.

Analisando a circulação de jornais em meio aos trabalhadores na Inglaterra, Thompson percebeu que cada exemplar podia passar por inúmeras pessoas e de diferentes formas – ou seja, o comprador de uma determinada folha não era necessariamente o seu único leitor. A forma da sociabilidade da leitura de um jornal podia ser bastante diversificada. No caso de uma leitura individual, o leitor podia ter comprado, conseguido emprestado ou mesmo encontrado o diário em algum lugar. Já no caso da leitura coletiva, em que as pessoas se reuniam para lerem em voz alta, os iletrados também participavam da circulação.³²⁰

Essa reflexão coincide com a de Marialva Barbosa, segundo quem as publicações do Rio de Janeiro teriam mais ouvintes do que leitores, sendo, assim, mais ouvidas e vistas do que propriamente lidas.³²¹ Vejamos então a descrição realizada por um repórter d’*A Notícia* durante a Revolta da Vacina: na Cidade Nova, “por todas as ruas, à porta dos açougues, das quitandas e armazéns [...] mulheres demorada e animadamente, comentavam os últimos sucessos ou atentas e curiosas *ouviam a leitura dos noticiários*” (grifo nosso).³²² No mesmo sentido, em *O Cortiço*, Aluisio Azevedo contou que a gente da Estalagem de São Romão gostava muito de Pombinha, dentre outros motivos, porque era ela “quem lia o jornal para os que quisessem ouvir”.³²³

Envolvendo-se mais detidamente com as maneiras de ler, Roger Chartier reconstituiu as diferenciações mascaradas pelo emprego da noção simplificadora de alfabetização – que opõe, sem nuances, leitores alfabetizados e analfabetos iletrados. O autor esclareceu que, nas sociedades antigas, uma pessoa que tivesse interrompido seu aprendizado, a ponto de não conseguir ler a palavra manuscrita e, portanto, escrever, tinha uma competência léxica com a qual podia decifrar grafias como a dos textos impressos – entre os quais cartazes, canções, peças de atualidade e livretos de venda ambulante.³²⁴

Os exemplos acima se referem a leituras fáceis e ágeis. No livro *O Cortiço*, ao pedir para a já citada Pombinha escrever uma carta em seu nome, um cavouqueiro

³¹⁹ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* p. 24.

³²⁰ Ver: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. (vol. III). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³²¹ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* p. 200.

³²² *A Notícia*. “Cidade Nova”. 17-18 de novembro de 1904.

³²³ AZEVEDO, Aluisio. *op. cit.* p. 34.

³²⁴ CHARTIER, Roger. *op. cit.* pp. 84, 85.

acrescentou: “mas faça letra grande, que é pra mulher entender!”.³²⁵ Lembremos que as reformas jornalísticas da virada do século XIX para o XX apresentaram os leitores com linhas objetivas e simplificadas. A compreensão dos escritos era facilitada também por recursos como a ilustração e, depois, a fotografia. Lima Barreto apontou ainda para as quadrinhas satíricas, que eram uma outra maneira de simplificar as mensagens: “A cidade inteira sabia-as de cor e pelos bondes, nas confeitarias, nos cafés, nas escolas, nas espeluncas, nas casas mal afamadas, por qualquer cousa se dizia o estribilho com que elas acabavam”.³²⁶

Fica evidente nessa citação a amplitude social dos escritos jornalísticos, que atingiam espaços polarizados entre as classes sociais da Primeira República: confeitarias e “espeluncas”³²⁷, o que nos permite pensar a grande imprensa nos termos de uma *circularidade cultural*.³²⁸ Esclarecendo a respeito do status dos jornalistas e, logo, da sua credibilidade na sociedade do período referido, lemos em outra recordação da personagem de Lima Barreto:

Participar de uma redação de jornal era algo extraordinário, superior, acima das forças comuns dos mortais; e eu tive a confirmação disso quando, certa vez, na casa de cômodos em que morava, dizendo-o ao encarregado que trabalhava na redação do *O Globo*, vi o pobre homem esbugalhar muito os olhos, olhar-me de alto a baixo, tomar-se de grande espanto como se estivesse diante de um ente extraordinário. As raparigas que residiam junto a mim, lavadeiras e costureiras, criadas de servir, apelidaram-me “o jornalista”, e mesmo quando vieram a ter exato conhecimento da minha real situação no jornal, continuei a ser por esse apelido conhecido, respeitado e debochado.³²⁹

Em resumo, o jornalismo foi a grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual da época. Nicolau Sevcenko chegou a afirmar que, ditando novos hábitos e modas, os jornalistas venceram a própria Igreja na disputa pelo controle das

³²⁵ AZEVEDO, Aluísio. *op. cit.* p. 53.

³²⁶ BARRETO, Lima. *op. cit.* p. 133.

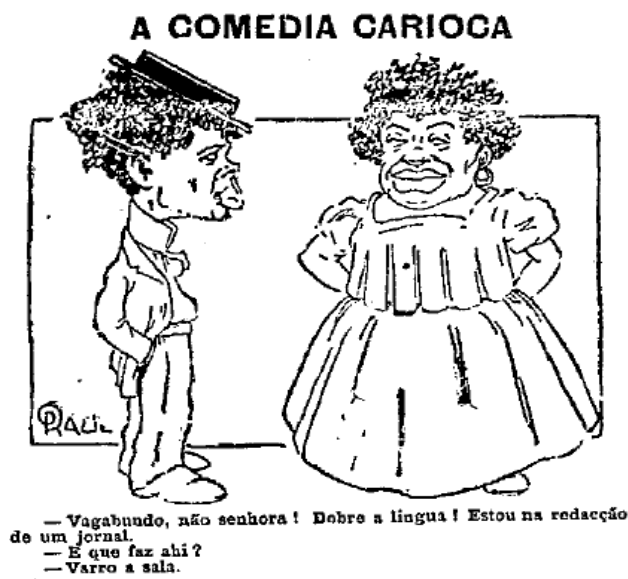
³²⁷ A Confeitaria Colombo, por exemplo, além de ser um microcosmo de sociabilidade dos intelectuais cariocas, funcionava como um espaço de distinção social, no qual se encontrava a nata do *demi-monde*. Já as “espeluncas” não eram senão as tão estigmatizadas casas populares. Sobre a Confeitaria Colombo como um local íntimo dos intelectuais boêmios, ver: VELLOSO, Monica Pimenta. “Os cafés como espaço da moderna sociabilidade”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000. A respeito da mesma confeitaria como um local das elites, consultar: EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. p. 606.

³²⁸ Entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiria um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se moveria de baixo para cima, bem como de cima para baixo. Assim, elementos comuns seriam encontrados nas duas culturas, que se cruzariam e convergiriam. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³²⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão...* p. 117.

consciências.³³⁰ Por um lado, ao se apropriar de temas do cotidiano das classes populares, esses impressos se constituíam no intermediário possível entre aquelas e o poder público.³³¹ Por outro, com suas revistas mundanas, esse novo jornalismo tornou-se uma moda arrebatadora entre a nascente burguesia urbana, uma vez que o seu consumo significava um sinal de bom tom no contexto da Regeneração.³³²

O valor atribuído aos profissionais da grande imprensa pelas classes populares às vezes virava tema de charges – o que também significava um investimento dos próprios jornalistas na condição de representantes autorizados da “opinião pública”³³³:



Vemos que o texto da charge vai ao encontro do que escreveu Lima Barreto, através da personagem Isaías Caminha, no sentido de que “participar da redacção de um jornal era algo extraordinário”³³⁴, mesmo exercendo uma função subalterna. Mas o tema da importância e representatividade dos jornais na sociedade carioca também podia se cruzar com o da criminalidade pública – ainda que a intenção fosse insinuar a que ponto teria chegado a organização e a ousadia dos “gatunos” na capital federal³³⁵:

³³⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 99.

³³¹ BARBOSA, Marialva. *op. cit.* p. 14.

³³² SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.* p. 94.

³³³ *Correio da Manhã*. “Comédia carioca”. 16 de junho de 1905. Texto: “- Vagabundo, não senhora! Dobre a língua! Estou na redacção de um jornal!/- E que faz aí?/- Varro a sala”.

³³⁴ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão...* p. 117.

³³⁵ *Gazeta de Notícias*. “Entre gatunos”. 10 de maio de 1905. Texto: “- Vamos fundar um jornal?/- Heim? P’ra quê?/- Para tratar dos interesses da classe e anunciar os nossos assaltos...”.

ENTRE GATUNOS



- Vamos fundar um jornal?
- Heim? Pra quê?
- Para tratar dos interesses da classe e anunciar os nossos assuntos...

2.6. O RELATÓRIO “HABITAÇÕES POPULARES” E A DEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO NA QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR

No contexto marcado pelo crescimento dos protestos operários, e pela deflagração de uma campanha na grande imprensa pela construção de habitações populares, os governos municipal e federal começaram a agir para tentar resolver a crise de moradias na capital. Recapitulando, em 5 de janeiro de 1905, surgiu o decreto 979, pelo qual a Prefeitura se incumbia de construir vilas operárias na cidade do Rio de Janeiro.³³⁶ Quatro meses mais tarde, em 5 de maio de 1905, Pereira Passos solicitou crédito de 250 contos e autorização “para aproveitar parte das sobras dos terrenos adquiridos com a abertura da Avenida Salvador de Sá” para a construção de “casas para operários”.³³⁷ A autorização do Conselho Municipal saiu no mês seguinte, através do decreto 1.042, de 18 de julho de 1905, que estabelecia: o aluguel de até 12% do custo das casas, inclusive o terreno; o direito de aquisição das casas pelos moradores, mediante amortização na base da referida taxa; a possibilidade de o prefeito conceder prêmio anual para a melhor vila operária construída na zona urbana do Distrito Federal; e a permissão para o prefeito criar um regulamento para que os aludidos prédios só fossem alugados e adquiridos por operários.³³⁸

³³⁶ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira... p. 63.

³³⁷ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 6 de maio de 1905.

³³⁸ Coleção de leis municipais, vol. XVIII, p. 4. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 373.

Tendo garantido a promulgação do último decreto, Pereira Passos veio a público, em 3 de abril de 1906, dizer que, infelizmente, a Prefeitura não conseguira expropriar, como pretendia, os grandes terrenos não edificadas, de frente para a Avenida Salvador de Sá, em virtude de os proprietários terem cedido apenas a faixa de terreno necessária para a abertura dessa artéria, nos termos da lei que regulava as desapropriações por utilidade pública. Em tais condições, a Prefeitura conseguiu reservar para esse fim somente “algumas faixas de terreno de área muito menos próprias para a construção de grupos menos compactos de habitações operárias, visto não convir à Municipalidade alienar esses terrenos, que não obtiveram, em licitação pública, preço compensador”. Em compensação, o prefeito anunciava ter adquirido, no Beco do Rio, junto à Praça da Glória, extensa área de terreno baldio (por preço conveniente), própria para a edificação de uma vila operária.³³⁹ As plantas dessas casas operárias a serem construídas no Beco do Rio foram aprovadas pela Prefeitura em 23 de março de 1906.³⁴⁰ Finalmente, no dia 18 de abril de 1906, um edital da Prefeitura abriu concorrência pública para a construção de 56 casas para operários na Avenida Salvador de Sá e de 20 casas na Rua Camerino.³⁴¹

Do decreto 979, de 5 de janeiro de 1905 – pelo qual a Prefeitura se incumbia de construir os tais prédios – até o edital de 18 de abril de 1906 – que abria concorrência pública para a construção dos mesmos –, correu um ano e três meses de intensas demolições. Considerando-se que o mandato do prefeito “bota-abaixo” começou em dezembro de 1902 e terminou em novembro de 1906, parece que sua intenção era passar para a próxima administração o fardo da construção de casas para as classes pobres – porém, deixando o seu nome na história como aquele que promoveu a edificação de tais moradias. Conforme dissemos neste capítulo, as famosas vilas operárias de Pereira Passos só ficaram prontas em 1908, na gestão de Francisco Marcelino de Sousa Aguiar. Decerto, o prefeito que costumava aparecer nas charges portando uma picareta demorou demais para tomar providências acerca da habitação popular. Portanto, pode-se dizer que, entre 1902 e 1906, período em que Pereira Passos comandou o Distrito Federal, a crise de moradias não foi tratada como um tema urgente pela Prefeitura – ao contrário da percepção social da época.

³³⁹ *Gazeta de Notícias*. “Mensagens do Prefeito”. 7 de abril de 1906.

³⁴⁰ *Jornal do Brasil*. 23 de março de 1906. *apud*: DEL BRENNO, Giovanna Rosso (org.). p. 467.

³⁴¹ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 18 de abril de 1906.

Empenho mais enérgico parece ter ocorrido em relação ao bairro de Copacabana, preparado para receber as classes abastadas da capital. Vimos que, em abril de 1905, os jornais denunciaram a tomada do balneário por cortiços e estalagens como um verdadeiro escândalo. Porém, em outubro de 1905, o período de liberdade de construções já era tido como coisa do passado, assim como os “becos de três e quatro metros de altura” que tanto horrorizavam os jornalistas. Nesse meio tempo, visando a coibir os abusos que se davam nos arruamentos e a salvar a formosa praia, os engenheiros da Prefeitura haviam organizado um plano harmônico de arruamentos, que forçava a adequação das construções que surgissem dali em diante. Só um detalhe: as intrincadas negociações com os proprietários também haviam sido realizadas, tendo Pereira Passos conseguido dos mesmos a modificação do alinhamento dos prédios, para obedecerem ao novo padrão estabelecido.³⁴² As providências-relâmpago não pararam por aí. O decreto 561, de novembro de 1905, aprovava os planos organizados para a construção da Avenida Atlântica.³⁴³ Tudo para devolver às elites as esperanças de ver crescer ali um bairro novo, com ruas bem traçadas e casas modernas.

Ao mesmo tempo, o Governo Federal se organizava para tentar combater a crise de moradias, que era vista pela grande imprensa como o problema número um da capital. Por circular publicada em 16 de junho de 1905, o ministro do Interior nomeou uma comissão de inquérito composta por Ataulfo de Paiva, Medeiros e Albuquerque, Everardo Backheuser, Sá Freire, Azevedo Lima, Felipe Meyer e Arthur Índio do Brasil para “estudar o problema da habitação ‘das classes menos favorecidas’ e apresentar o conjunto de medidas que parecem oportunas e necessárias à sua conveniente solução”.³⁴⁴ Em 26 de outubro de 1905, Ataulfo de Paiva, presidente da comissão, entregou ao ministro J. J. Seabra o resultado do trabalho da mesma.³⁴⁵ No mês seguinte, em 28 de novembro de 1905, houve um debate a respeito da questão da habitação na Câmara dos Deputados, em que Sá Freire teve voz ativa e foi acompanhado por outros opositores do Governo Federal. Os melhores momentos dessa discussão serão reproduzidos a seguir.

Apesar de ter sido selecionado para integrar a referida comissão, Sá Freire fazia franca oposição ao Governo na época. *O Paiz*, órgão da situação, chegou, inclusive, a

³⁴² *Gazeta de Notícias*. “Avenida Atlântica”. 30 de outubro de 1905.

³⁴³ *Coleção de leis municipais*, vol. XVIII, p. 191. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* pp. 389, 390.

³⁴⁴ *Jornal do Commercio*. “Várias”. 17 de junho de 1905.

³⁴⁵ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 26 de outubro de 1905.

dizer que esse fato mostraria a postura neutra do ministro J. J. Seabra: “o Sr. ministro do Interior nomeou uma comissão de cavalheiros que presume competente – entre os quais [...] se encontram até pessoas que lhe têm sido politicamente hostis [...]”.³⁴⁶ Em discurso na Câmara dos Deputados, Sá Freire questionou a validade da reforma da Higiene, sem que, em primeiro lugar, se tratasse de construir casas populares:

Foi votada a lei da higiene, e que vemos hoje? Habitações, onde existe grande número de cidadãos, em virtude de exigências das autoridades públicas são fechadas, os moradores são postos na rua, sem recursos de espécie alguma e sem que, de forma alguma, os poderes públicos possam dar-lhes teto ou guarida.³⁴⁷

Barbosa Lima, que nesse ano pedira um *habeas corpus* para Lauro Sodré, na condição de seu advogado, comentou com ironia: “Naturalmente querem que vão para o Acre”. Ao que Bricio Filho completou, com igual sarcasmo: “Ou que vão para as furnas da Tijuca”.³⁴⁸ Retomando a palavra, Sá Freire apontou para a suposta falta de interesse no projeto elaborado pela comissão de inquérito nomeada pelo Ministério do Interior: “A comissão [...] imediatamente [...] apresentou ao Sr. Ministro do Interior as bases positivas para ser levado a efeito o dito projeto; uma mensagem do Poder Executivo foi enviada a esta Câmara e, até hoje não teve parecer da respectiva Comissão”.³⁴⁹

Finalmente, em 17 de maio de 1906, os jornais anunciavam a publicação do relatório da comissão encarregada pelo Ministério do Interior de estudar a questão das casas para operários. Quanto às habitações coletivas construídas e demolidas nos últimos três anos, os dados eram abundantes e bem agrupados. Foram construídas 59 avenidas com 325 casas e demolidas 73 avenidas com 59 casas. Na área central da cidade, havia estalagens e avenidas na Rua dos Andradas, Hospício, Alfândega, General Câmara, Sete de Setembro, Carioca, Ajuda, Santa Luiza, Misericórdia, Morro do Castelo, Prainha, Saúde, Gamboa, Harmonia, Livramento, Santo Cristo e em várias outras menos importantes do lado do litoral, onde ficavam essas últimas.³⁵⁰

Todas as demais freguesias da cidade tinham grande número de habitações coletivas, sobretudo nas ruas do Lavradio, Senado, Inválidos, Frei Caneca, Pedro Américo, Laranjeiras, São Clemente, Senador Euzébio, Senador Pompeu, Presidente

³⁴⁶ *O Paiz*. “O problema da habitação”. 18 de junho de 1905.

³⁴⁷ Sessão de 28 de novembro de 1905. *Anais da Câmara dos Deputados*, Vol. VII. *apud*: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *op. cit.* p. 406.

³⁴⁸ *idem*.

³⁴⁹ *idem*.

³⁵⁰ *Habitações populares: Relatórios...* pp. 25-160.

Barroso, São Leopoldo e São Cristóvão. Era notável a quantidade de tais habitações nas ruas General Pedra, Visconde de Itaúna e S. Anna. O aluguel mensal médio das casinhas e cômodos variava de 20\$ a 60\$. Na Gávea, o preço para estalagens era de 30\$, avenidas 60\$ ou 90\$ e casas de cômodos 25\$ ou 30\$; na Lagoa, havia estalagens de 20\$ a 60\$; na Glória e em Santa Teresa, as casinhas saíam por 50\$ e cômodos por 30\$; em São José, os cômodos custavam de 20\$ a 30\$ e as casinhas de 30\$ a 35\$. Da Frei Caneca até a Haddock Lobo, a média era de 36\$766 e 38\$500. Em São Cristóvão, as casinhas variavam de 35\$ a 40\$ e os cômodos de 20\$ a 30\$. Em São Francisco Xavier e Engenho Novo, de 15\$ a 60\$.³⁵¹

Interessa mais a este trabalho o projeto de lei formulado pela comissão presidida por Ataulfo de Paiva, que consagrava o modelo de intervenção indireta do Estado na questão da habitação, ao beneficiar a iniciativa particular através de incentivos vários e resolver não construir por conta própria – ao contrário do que havia tentado Pereira Passos e estava sendo feito nos países europeus, como a Alemanha. O referido projeto se baseava na isenção de direitos para os materiais a serem empregados nas construções, na isenção de selo federal para os contratos e no direito de os construtores receberem empréstimos das caixas econômicas. Esses empréstimos seriam feitos a juros de 6%, com amortização em 20 anos e representariam 40% da garantia oferecida.³⁵²

A possibilidade de empréstimos pelas caixas econômicas era uma novidade nesse tipo de lei e incomodou bastante os governantes, que enxergaram nesse dispositivo uma exagerada concessão não às empresas construtoras, mas à causa dos trabalhadores, conforme veremos no próximo capítulo. Seja como for, os autores do projeto tinham consciência de que suas propostas eram altamente favoráveis aos construtores civis: “Disseram-nos que o projeto ia favorecer os capitalistas. É perfeitamente exato. Mas, si o Governo não quiser por si mesmo empreender a construção, quem há de fazê-la senão capitalistas?”³⁵³

Esse trecho é particularmente ilustrativo, por se alinhar com um tipo de abordagem simplista que reinaria na grande imprensa da Primeira República: a idéia de que o Estado não dispunha de recursos para construir casas populares e ponto final; sem lembrar, no entanto, que tudo poderia não passar de uma questão de prioridade, como o mostravam os vultosos empréstimos conseguidos no exterior para o pagamento de

³⁵¹ *idem.*

³⁵² *ibid.* pp. 11-14.

³⁵³ *ibid.* p. 10.

indenizações aos proprietários, para a abertura de avenidas, para o alargamento de ruas, a troca de calçamentos, entre outros motivos. A comissão reconhecia que havia duas formas de se conseguir a construção de habitações para as classes pobres da capital: “Ou por meio da ação oficial ou da particular”. Reconhecia também que a primeira opção seria a mais apropriada: “A oficial parece à comissão que seria melhor”. A partir desse ponto, o que vemos no relatório *Habitações populares* é apenas mais uma variação da mencionada simplificação a respeito da escolha pela via particular: “Mas, se tal solução foi arredada [a oficial], é evidente que não se pode esperar que ela se faça dentro de prazo equivalente ao da destruição dos prédios arrasados”.³⁵⁴

A sinceridade da comissão ia além de afirmar que o projeto favoreceria os capitalistas (“É perfeitamente exato”). Os seus integrantes concordavam em que o modelo proposto não seria propriamente uma novidade, se comparado às experiências desenvolvidas no século XIX: “o projeto não tem nada de novo. É o velhíssimo sistema de isenção de direitos”.³⁵⁵ Se o projeto de lei seguia um experimento, em certo sentido, fracassado, o que ele teria de diferente, para dar certo?

Em primeiro lugar, vemos uma preocupação maior com os abusos cometidos no final do Oitocentos pelas empresas construtoras. Por essa razão, o artigo 4º do projeto de lei tinha por princípio não deixar que os tipos de casas ficassem inteiramente à escolha dos construtores. O Governo publicaria todos os anos um álbum com os modelos, acompanhado do orçamento “previsto e minucioso”, de acordo com “as regras da boa engenharia”. Por isso, um cálculo individual para cada construtor estaria veementemente proibido. Outra questão observada pela comissão foi a de não confiar na escolha ou na existência de “fiscais ideais”. Daí o motivo de os autores terem reduzido ao mínimo os encargos fiscais – de um lado, fixando de antemão os materiais de construção necessários para os tipos previamente determinados e, de outro, exigindo que o material viesse todo de uma vez só, o que facilitaria sobremaneira o trabalho dos empregados da Fazenda. Nesse caso, a única possibilidade de fraude seria algum funcionário da Alfândega deixar passar materiais em excesso.³⁵⁶

Em segundo lugar, conforme já apontamos, havia por parte dos autores a certeza de que, pelo aspecto econômico, o projeto de lei era vantajoso para os capitalistas:

³⁵⁴ *ibid.* pp. 9 (primeira e segunda citações), 9-10 (segunda citação).

³⁵⁵ *ibid.* p. 11.

³⁵⁶ *ibid.* pp. 8 (primeira e segunda citações), 9 (terceira citação).

[...] o projeto da comissão, marcando um rendimento de 8% sobre o preço de construção, como se não gozasse de nenhuma isenção, prevê um rendimento efetivo, pelo menos, de 10%. Essa é a vantagem do capitalista. Para o alugador, entretanto, as coisas se passam como se o rendimento não excedesse de 8%.³⁵⁷

É claro que o favorecimento aos construtores civis também foi justificado pelo discurso filantrópico: “[...] o projeto visa proteger os capitalistas? Visa seduzi-los para que eles empreguem seus capitais em aplicações, que servirão para beneficiar a pobreza”.³⁵⁸ Isso porque a sinceridade dos autores do projeto não ia longe o bastante para explicar que, no embate entre as forças sociais em disputa pela inscrição de seus projetos específicos junto ao Ministério do Interior, encontrava-se em posição hegemônica nesse momento a proposta do grande capital imobiliário, mais especificamente, a do grupo dos construtores civis, representados, principalmente, por Everardo Backheuser, Alcindo Guanabara e *O Paiz*. É interessante perceber que, embora o referido projeto de lei não apresentasse obstáculos às associações de trabalhadores, a possibilidade de construção de casas populares através desse tipo de organização sequer chegou a ser considerada pelos autores. Porque, afinal:

Há a repugnância geral do nosso povo para quaisquer associações. Falta-nos o gênio, a tendência associativa. [...] Se é assim, tratando-se de indivíduos de alta cultura e a propósito de avultados interesses, não admira que ainda seja pior nas classes inferiores da população.³⁵⁹

Tentando, provavelmente, justificar o porquê de o projeto dedicar-se exclusivamente aos interesses do grande capital imobiliário, a comissão promoveu em um documento oficial a ocultação de um capítulo importante da formação da classe trabalhadora brasileira, que trata do seu impulso associativo, consideravelmente forte desde o século XIX. De fato, investigando estatutos e processos de registro, é possível localizar centenas de organizações mutuais, beneficentes ou assemelhadas entre as décadas de 1850 e 1900. Na ausência de políticas públicas previdenciárias e de um salário compatível com o alto custo de vida, a constituição de caixas por contribuição solidária podia ser fundamental para grande parte dos trabalhadores. No entanto, essa explicação ainda seria insuficiente, na opinião de Marcelo Badaró Mattos: em tal espírito associativo estaria “o embrião de um modelo menos desigual de organização social, em que a cooperação entre as classes predominasse sobre a exploração”.³⁶⁰

³⁵⁷ *ibid.* p. 10.

³⁵⁸ *ibid.* pp. 10, 11.

³⁵⁹ *ibid.* p. 6.

³⁶⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados...* pp. 79-80.

Com a criação do projeto de lei estava vencida a primeira etapa da tentativa de resolução da crise de moradias na capital federal – o próximo passo seria a sua transformação em lei. Uma história que atravessou a Primeira República à espera de um final, feliz ou não. Note-se que 1905 e 1906, mais o primeiro ano do que o segundo, constituíram um contexto em que, inegavelmente, certas providências estavam sendo tomadas a respeito da crise de moradias no Rio de Janeiro. Problema esse que vinha se arrastando havia décadas e que, durante as reformas urbanas, atingiu um nível quase insuportável para a população pobre, cuja insatisfação com o momento histórico manifestou-se no crescimento do movimento operário e na Revolta da Vacina.

Para os próximos capítulos, devemos guardar, em primeiro lugar, a citação “Disseram-nos que o projeto ia favorecer os capitalistas. É perfeitamente exato”. As discussões que precederam a elaboração das leis acerca da habitação popular foram em grande parte guiadas por essa prerrogativa, embora a mesma nem sempre aparecesse de forma tão desabrochada assim nos jornais cariocas. Em segundo, o fato de que, à exceção do texto “Onde moram os pobres”, de Everardo Backheuser, as favelas não foram incluídas na discussão sobre a questão da habitação na grande imprensa carioca, tendo o seu conhecimento sido construído através da crônica policial.

Em seu período inicial, as favelas pareciam ser para a classe intelectual mais a expressão de um problema de segurança pública do que, propriamente, a expressão de um problema habitacional. É possível que as favelas fossem consideradas formas provisórias na paisagem carioca, tendo o combate estatal se concentrado nas habitações coletivas, formas mais antigas e emblemáticas de um Rio de Janeiro imperial, avidamente destruído nesse momento de afirmação da jovem República. A consequência da construção social das favelas na grande imprensa ter tido na crônica policial o seu lugar privilegiado foi a formação de uma memória segundo a qual as favelas seriam o território por excelência das “classes perigosas” no Distrito Federal – considerando-se nesse caso a relação orgânica existente entre memória, identidade e projeto.³⁶¹

Nas páginas dos jornais da Primeira República assistimos à construção de uma memória seletiva sobre as favelas, uma vez que o relato jornalístico retira no presente algo do esquecimento para a memória. Assim, a memória coletiva organizada resume a

³⁶¹ Ver: VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

idéia que a sociedade majoritária ou o Estado desejam impor; à memória silenciada contrapõe-se a memória publicada e oficializada.³⁶² Estreitando as relações entre o poder e a memória, pode-se dizer que se tornar “senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.³⁶³

Em resumo, os jornalistas selecionaram na realidade particular da vida dos moradores das favelas um aspecto inteiramente particular – a violência –, em função de categorias de percepção que lhes eram próprias. Isso porque, de acordo com Pierre Bourdieu, através de “óculos” especiais, os profissionais da imprensa costumam operar uma seleção e uma construção do que é selecionado, sendo o princípio dessa seleção a busca do sensacional e do espetacular. Grosso modo, esses agentes sociais interessam-se pelo excepcional, mas pelo que é excepcional *para eles*.³⁶⁴

Por fim, acreditamos em que a forma mais adequada para analisar a produção discursiva da grande imprensa sobre as favelas cariocas seja através do conceito de “violência simbólica”, que se refere a um tipo de violência que se exerce sempre com a cumplicidade ativa, embora não consciente e voluntária, dos que a sofrem – sendo que as disposições que os inclinam a essa convivência são também o efeito, incorporado, da dominação.³⁶⁵ É nesse sentido que lançamos mão de uma matéria escrita, em 1926, pelo jornalista e escritor Orestes Barbosa, que passara a infância nas ruas e um curto período da vida adulta na prisão:

A princípio formou-se naturalmente a vida social da Favela. Depois surgiram os “leaders” legisladores.

E o morro passou a ter uma consciência nacional.

- Eu sou da Favela!

Há quem diga assim, orgulhosamente, nas horas de “dança de rato” em outras zonas, como quem diz o nome da pátria.³⁶⁶

³⁶² BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 144 e 145.

³⁶³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 426.

³⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* pp. 25, 26.

³⁶⁵ BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980. p. 224.

³⁶⁶ *A Manhã*. “A estilização da Favela”. 29 de dezembro de 1926. Embora essa reportagem não tenha sido assinada, a sua autoria parece pertencer a Orestes Barbosa. É notável a repetição de certos juízos incluídos na crônica “A Favela”, do seu livro *Bambambam*: 1) o discurso de que o Morro da Favela seria outra cidade dentro do Rio de Janeiro; 2) a idéia de que o comissário do 8º distrito, quando recebia a notícia de uma briga no morro, simulava um defeito no telefone; 3) a citação da existência de um crânio perpassado por uma faca, que ficava exposto no museu do crime da polícia da capital; 4) a referência ao sucesso que o maxixe fazia entre os moradores da colina; 5) a menção às “danças de rato” das quais fariam parte os mesmos habitantes; 6) a afirmação de que a “Favela não é festa” na matéria, enquanto na crônica aparecia a expressão “a Favela não é mesmo graça”. Lembremos, finalmente, que Orestes Barbosa trabalhava como repórter e redator n’*A Manhã*. BARBOSA, Orestes. *op. cit.*

Apesar de o texto ter um fundo jocoso, podemos perceber que, para os habitantes do Morro da Favela, a afirmação “Eu sou da Favela” podia ser uma redefinição em proveito próprio de uma identidade negativa imposta pelas classes dominantes – levando-se em consideração que as identidades não se reduzem às construções estabelecidas dentro do próprio grupo, sendo também constituídas através do olhar dos outros. Assim, aquela citação nos dá o indício de que, nos conflitos diários ocorridos entre os populares e entre esses e a polícia – as “danças de rato”, segundo Orestes Barbosa –, a apropriação da má fama da Favela poderia garantir respeito e notoriedade aos seus moradores.

Aceitando a sugestão de que a classe trabalhadora do início do século XX teria como uma de suas características o código de conduta do *machismo*³⁶⁷, não podemos subestimar o efeito obtido por aquele que afirmava “Eu sou da Favela [...] como quem diz o nome da pátria”. Ainda que, ao mesmo tempo, possamos ver como a *dominação simbólica*, ao ser operada, leva os dominados a aplicarem, às suas próprias práticas e valores, os critérios de avaliação produzidos pelos dominantes. Isso porque os indivíduos que fazem parte dos grupos dominados recortam o mundo em termos do que lhes é, ou não, possível (na verdade, acessível, em termos do que “é para nós” e do que “não é para nós”). Ou seja, “A relação de possíveis é uma relação de poder”.³⁶⁸

As conseqüências do estigma social imposto pelos jornais aos padrões comportamentais das classes populares – o que nesse período histórico correspondia à tentativa de imposição de uma ordem social burguesa na cidade do Rio de Janeiro³⁶⁹ – podem ser vistas no dia-a-dia dos moradores das favelas. Uma charge publicada pela revista *D. Quixote*, em 15 de maio de 1918 – portanto, dois dias depois do trigésimo aniversário da abolição –, mostrava um morador negro do Morro da Favela com curativos em forma de cruz no rosto. Uma irônica observação acompanhava a imagem: “A Cruz Branca na Favela”.³⁷⁰ Em uma rara crítica social em prol dos direitos dos

³⁶⁷ Segundo Sidney Chalhoub, o *machismo* era um fenômeno social intensamente dialético, que, oferecendo seu prêmio à valentia e ao destemor, funcionava como um corpo de valores que induziam e orientavam as ações dos homens. Se, por um, lado o *machismo* contribuía para a criação de uma estrutura de sentimentos relativamente típica dos membros da classe trabalhadora, por outro, ajudava a criar uma estrutura de sentimentos tal que limitava a aproximação mais efetiva entre essas mesmas pessoas. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 326, 327.

³⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique...* pp. 108, 109.

³⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...*

³⁷⁰ *D. Quixote*. “Instituições”. 15 de maio de 1918. *apud*: DUARTE, Rodrigo Aldeia. *Memória, humor e brasilidade. Modernidade e tradição na visão de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo durante a década de 1920*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 109. Em análise à

moradores das favelas na grande imprensa da cidade, o autor do desenho dava a entender que a única instituição que assistiria a tais pessoas seria a violência:



Não só a violência podia ser uma consequência dos discursos discriminatórios contra os habitantes das favelas da Primeira República. Em 25 de junho de 1905, o *Correio da Manhã* anunciou em uma nota tocante: “Depois de um parto laborioso, Maria de tal, moradora em uma das muitas casinhas do morro da Favela, teve a desventura de ver nascido morto o filho, o seu único [...] consolo à vida de amargura e para quem reservava o mais doce carinho”. Sem dinheiro para enterrar seu filho, a mulher não teria outra opção senão levá-lo ao gabinete médico para pegar uma guia e recolhê-lo ao necrotério público. Comovido com a situação de Maria, o praça do 1º Batalhão de Infantaria do Exército Manoel José se ofereceu para realizar tal tarefa, tendo conduzido o corpo em uma caixa de papelão, devidamente adaptada, até a polícia central, em cujo gabinete médico obteve um atestado de óbito do Dr. Thomaz Coelho. Munido desse papel, o soldado partiu para o necrotério público, mas, lá chegando, teve a informação de que o corpo não poderia ser enterrado, pois o citado médico havia passado o atestado de óbito sem a referida guia. Manoel então voltou à polícia, de onde foi mais uma vez remetido ao necrotério público. Aqui, porém, nova decepção: o funcionário responsável pela repartição recusou-se a recebê-lo. A saída foi tentar o necrotério da Santa Casa, que também recusou o corpo da criança porque era necessário ter a guia, e não propriamente o atestado de óbito. Já tarde da noite, o praça se viu

revista *D. Quixote*, Rodrigo Duarte chamou a atenção para o humor de crítica social, desenvolvido através de sátiras, crônicas e caricaturas (p. 10).

obrigado a voltar para casa com aquilo que o jornal chamou de “fardo”. O diário absolveu os funcionários do necrotério – que estariam cumprindo os seus deveres – e culpou o gabinete médico: “Convém assinalar aqui que já não é a primeira vez que tal fato se dá e o único culpado disto é o gabinete médico, onde não há escrúpulo nenhum em casos tais”.³⁷¹

Embora a história narrada mostre o belo gesto de solidariedade do praça Manoel José, ela evidencia, principalmente, o desprezo das instituições públicas pela dor e pelo sofrimento da população pobre, ou, mais especificamente, dos moradores das favelas da cidade. Uma história que, coincidência ou não, envolveu o gabinete médico da polícia central. Ou seja, o desrespeito ao qual nos referimos partiu de uma estrutura montada por policiais e médicos: dois agentes sociais da maior importância na reformulação urbana que estava sendo operada na capital republicana nesse momento.

Além disso, e apesar de o *Correio da Manhã* ter demonstrado certa indignação com o ocorrido, os preconceitos classistas não estiveram ausentes de tal reportagem. Fosse pela utilização da palavra “fardo” para se referir ao corpo carregado pelo soldado, ou pela presença dos já tradicionais trocadilhos no título da matéria – “De Herodes para Pilatos” –, ou ainda pela falta de interesse em citar o nome completo da pessoa que mais sofreu no episódio, a “Maria de tal”. Esse último ponto talvez mostre que o jornal estivesse mais preocupado em criticar uma repartição pública pertencente a um governo ao qual fazia oposição do que, propriamente, dar voz política àqueles que foram prejudicados ou mesmo humilhados em tal evento.

Finalmente, cabe observar “que já não é a primeira vez que tal fato se dá”. Considerando-se que honrar os mortos é um ritual da vida civilizada, podemos perguntar: “O Rio civiliza-se”? No próximo capítulo, analisaremos a campanha do socialista Evaristo de Moraes pela transformação em lei do projeto elaborado em 1905 pela comissão nomeada pelo Ministério do Interior para estudar o problema da habitação popular na capital federal. Ao mesmo tempo, surpreenderemos os discursos sobre as favelas em um outro momento histórico, quando as mesmas passaram a substituir os cortiços na discussão sobre a pobreza na cidade do Rio de Janeiro.

³⁷¹ *Correio da Manhã*. “Que fazer? – De Herodes para Pilatos – Depois de morta – Sem cova – Com o gabinete médico”. 25 de junho de 1905.

ANEXO 1

DECRETO N. 10.386 DE 5 DE OUTUBRO DE 1889

Attendendo ao que requereu Americo de Castro e á vista do disposto no Decreto Legislativo n. 3.151 de 9 de Dezembro de 1882 e no art. 2., paragrapho unico, da lei n. 3.349 de Outubro de 1887: Hei por bem conceder-lhe ou á companhia que organizar com o fim de construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os favores constantes das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, pelas quaes ficam alteradas as que acompanharam o Decreto n. 9.754 de 19 de Maio do referido anno de 1887.

O Barão de Loreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha pretendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Outubro de 1889, 68° da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de SUA Magestade o Imperador

Barão de Loreto.

CLAUSULA A QUE SE REFERE O DECRETO N. 10.386, DE 5 DE OUTUBRO DE 1889

I

Os edificios serão construidos de conformidade com as clausulas seguintes e com as posturas da Illma. Camara Municipal.

II

No prazo de tres mezes, contado desta data, os planos dos diversos typos de habitações serão apresentados ao governo que, ouvida a Inspectoria Geral de Hygiene, os approvará com as modificações que entender convenientes.

III

Para levar a effeito as construcções, o concessionario se obriga a incorporar uma companhia com o capital que fôr necessario. A companhia será constituída dentro do prazo de seis mezes, contado da data da approvação dos planos.

IV

As construcções começarão dentro de tres mezes, contados da data da organização da companhia.

V

No prazo de tres annos, contados do começo das construcções, deverá a companhia ter edificado habitações para 3.000 pessoas, podendo, dentro ou depois do mesmo prazo, construir maior numero.

VI

As habitações serão de seis classes:

- 1a. - para uma pessoa;
- 2a. - para duas pessoas;
- 3a. - para famílias até cinco pessoas, ou seis entre adultos e crianças;
- 4a. - para famílias até oito pessoas, entre adultos e crianças;
- 5a. - para famílias até 10 pessoas, entre adultos e crianças;
- 6a. - para famílias até 12 pessoas, entre adultos e crianças.

VII

A companhia não poderá cobrar, de aluguel mensal, mais que as seguintes quantias:

| | |
|--------------------------------|-----------------------|
| Pelas habitações de 1a .classe | 10\$000 |
| " " | de 2a. classe 15\$000 |
| " " | de 3a. classe 25\$000 |
| " " | de 4a. classe 30\$000 |
| " " | de 5a. classe 35\$000 |
| " " | de 6a. classe 40\$000 |

VIII

Conforme a situação e configuração dos terrenos em que se tenham de construir os edificios, e as condições da população a que estes se destinarem, a companhia poderá adoptar qualquer dos typos de habitação indicados nos planos de que trata a clausula 1.1 ou agrupar habitações de typo diversos.

IX

Os materiaes empregados na construcção dos edificios serão isentos de qualquer causa de humidade no interior das habitações, e em caso algum se empregará madeiramento proveniente da demolição de outras construcções.

X

Nenhum edificio será construido ao rez do chão; cada predio terá um porão de 0m,50 a 1 metro de altura, conforme o typo da construcção. O espaço comprehendido entre a superfície do terreno e o primeiro pavimento será ventilado pelos meios mais adequados.

XI

As paredes principaes e divisorias terão a solidez e a espessura necessaria, de conformidade com os planos approvados.

XII

Os vigamentos serão de ninho resinoso ou de madeira de lei, ou de ferro da fórmula T; as cozinhas, lavadouros, latrinas e banheiros serão ladrilhados ou cimentados; a cobertura será de telhas francezas ou nacionaes, conforme o typo da habitação, podendo adoptar-se o systema de chapas de ferro com ventilação especial, se a experiencia demonstrar sua vantagem.

XIII

As habitações poderão ser de um ou dous pavimentos, tendo o primeiro nunca menos de 4m,40 e o segundo de 4 metros de altura.

XIV

Todas as habitações serão arejadas por meio de janellas e ventiladores convenientemente dispostos, devendo cada compartimento ter pelo menos uma janella ou porta para o exterior; assim tambem o porão e o vigamento entre os pavimentos, por meio dos processos mais adequados.

XV

Cada habitação, excepto as destinadas a uma ou duas pessoas, terá entrada independente, latrina com water-closet e encanamento de agua potavel com a competente torneira, pia e esgoto. A largura das ruas entre as frentes dos grupos de habitações será de 15 metros.

XVI

A companhia illuminará gratuitamente a gaz ou á luz electrica todos os corredores, escadas, passagens, pateos e mais commodos de uso commum.

XVII

A companhia facultará a aquisição das casas de familia aos respectivos locatarios, mediante pagamento do preço convencionado, em prestações mensaes, durante o prazo que não excederá a 16 annos.

No caso de ser o contrato rescindido por arrependimento do inquilino ou falta de pontual pagamento, as quotas pagas serão restitui das com deducção de 3 por cento.

XVIII

A companhia manterá a expensas suas um empregado incumbido de velar sobre a conservação do asseio e boa ordem nos logradouros e com modos de uso commum.

XIX

A companhia terá um ou mais medicos encarregados do tratamento gratuito de seus inquilinos, e aos quaes incumbirá tambem a fiscalisação hygienica das habitações, assim como a organização dos relatorios, que serão semestralmente apresentados á Inspectoria Geral de Hygiene, e comprehenderão, além das informações sobre o estado sanitario, a estatística nosologica e mortuaria das mesmas habitações.

XX

A companhia obriga-se:

1o. A construir casas de ferro, de paredes duplas, se a experiencia demonstrar a vantagem deste genero de habitações.

2o. A empregar nas construcções tijolos ôcos e os mais aperfeiçoados apparelhos de ventilação, assim como couçoeiras de gesso para as paredes internas, se forem julgadas convenientes.

3°. A empregar entre o porão e o primeiro pavimento dos edificios, em vez de couçoeiras de madeira, vigas de ferro T, entre si ligadas por tijolos ôcos, pedras artificiaes ou *béton agglomeré*, ou *Trager-Wellenblech*.

4°. A empregar latrinas com *water-closet* do melhor systema, providos de deposito automatico desinfectante.

5°. A empregar, precedendo autorização da Inspectoria Geral de Hygiene, o apparelho *Vidangeuse automatique*, destinado á desinfeccção das materias fecaes.

6o. A crear e manter, para cada grupo de habitações em que houver, pelo menos, 30 meninos de 5 a 10 anos de idade, ou para dous ou mais grupos próximos com igual

numero de meninos, uma escola mixta de instrucção primaria do 1o grau, com o programa de ensino das escolas publicas e sujeita á mesma fiscalizaçãõ.

7o. A estabelecer, para uso dos inquilinos de cada grupo de habitações em que residirem mais de 20 familias, ou de dous ou mais grupos próximos com igual numero de famílias, uma lavanderia desinfectante a vapor, destinada á lavagem das roupas e ao fornecimento de banhos frios e quentes.

Os preços dos banhos e da lavagem de roupas serão fixados em tabellas approvadas pelo Ministério do Império, com prévia audiência da Inspectoria Geral de Hygiene.

XXI

Ficam concedidos á companhia :

1o. Isençãõ, por 20 annos, dos direitos de consumo e expediente para os materiaes de construcção, objectos e apparelhos que tiver necessidade de importar para realizaçãõ das obras.

2o. Isençãõ, por 15 annos, do imposto predial para os edifícios que construir, excluída a taxa addicional do § 3o, parte 1a, do art. 11, da lei n. 719, de 21 de Setembro de 1853, cessando a isençãõ se a companhia alienar os edifícios.

3o. Direitos de desapropriação, conforme a lei n. 816, de 10 de Julho de 1885, relativamente aos terrenos em que tiver de edificar, comtanto que não haja nelles edificio sujeito ao pagamento do imposto predial ou isento deste por lei.

4o. A água necessária para uso dos moradores das habitações de 1a. e 2a. classes, correndo por conta da companhia as despezas de canalizaçãõ interior.

As concessões mencionadas em os ns. 1º e 4º ficam dependentes de approvaçãõ, do Poder Legislativo,

Os prazos de que tratam os ns. 1 e 2 serão contados da data da approvaçãõ dos planos, e a isençãõ dos direitos de consumo e expediente se tornará efetiva á vista de relações que a companhia apresentar, de conformidade com o que estiver estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

XXII

Das obrigações mencionadas na na clausula XX ficará dispensada a companhia, se a Assembléa Geral não approvar a isençãõ dos direitos de consumo e expediente, caso em que será elevado de 15 a 20 annos o prazo da isençãõ do imposto predial e gozará, a companhia, tambem por 20 annos, da isençãõ do imposto de transmissãõ de propriedade quanto á acquisição de terrenos para as construcções,

XXIII

Constituída a companhia, ser-lhe-á concedido nos termos da lei o dominio util dos terrenos do Estado em que pretender construir e que o Governo não julgar conveniente reservar para outro fim de utilidade geral.

XXIV

Reconhecendo-se no correr do trabalho a conveniencia de modificar os planos ou a disposiçãõ das habitações, o Governo resolverá, mediante accôrdo com a companhia, sobre as alterações que devam ser observadas nos novos edificios e nos que houverem de ser reconstruídos.

XXV

O Governo reserva-se o direito de mandar examinar e fiscalizar a execuçãõ das

construcções.

XXVI

O Ministerio do Imperio, ouvida a Illma. Camara Municipal e a Inspectoria Geral de Hygiene, dará regulamento para a policia e regimen interno das habitações.

XXVII

A companhia não poderá transferir a terceiros os direitos, vantagens e onus da presente concessão.

XXVIII

A infracção de qualquer das obrigações a que a companhia fica sujeita será punida com a multa de 100\$ a 2: 000\$, salva a das clausulas 3a, 4a e 27a, que importará a caducidade da concessão.

Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1889,

Barão de Loreto.

1906 - PROJECTO DE LEI

Art. 1.º Na Capital Federal e nas dos Estados cujos governos concederem as vantagens e quizerem acceitar as condições da presente lei, os individuos ou associações que se propuzerem a construir casas populares gosarão, si o requererem dentro de cinco annos, obrigando-se a completar as construcções até dous annos depois de haverem obtido as concessões pedidas, dos seguintes favores:

a) isenção de impostos de importação sobre os materiaes de construcção previstos nos orçamentos de que trata o art. 4;

b) isenção de sello federal para qualquer contracto referente às construcções;

c) direito de receberem emprestimo das caixas economicas, nos termos do art. 7.

Paragrapho unico. Si, mesmo antes de terminado o prazo de cinco annos, a somma das isenções dos impostos de importação attingir a 5.000:000\$ para a Capital Federal, ou 500:000\$ para qualquer das outras capitaes, as isenções dessa natureza cessarão, a partir desta data, para os que ainda não as tenham requerido.

Art. 2.º Para gosarem dos favores indicados no artigo anterior, o governo municipal do Districto Federal, na parte que cabe, e os governos dos Estados se obrigarão a dispensar pelo prazo de 12 annos:

a) o imposto predial e as taxas sanitarias e de agua dos predios construidos;

b) os foros, os laudemios, os impostos de transmissão de propriedade, de construcção arruamento, calçamento e o de sello de quaesquer documentos, quer para a aquisição dos terrenos e propriedades necessarios á primeira construcção dos predios, quer para a sua transferencia aos respectivos moradores.

§ 1.º No Districto Federal entende-se feita a isenção dos impostos que, sendo de natureza local, estão, entretanto, a cargo da União, desde que o governo municipal tenha concedido a dos impostos de que trata este artigo e que estão a seu cargo.

§ 2.º Si o governo do Districto Federal ou de alguns dos Estados fizer ao Governo Federal a demonstração de que não póde conceder qualquer das dispensas de impostos de que trata este artigo, por se acharem os mesmos garantindo dividas anteriores a esta lei, é licito ao Governo Federal, si reconhecer a impossibilidade, ainda assim, as concessões do art. 1.º.

Art. 3.º Desde que, em qualquer tempo, se prove a respeito de qualquer das casas construídas:

a) que não se empregaram nella os materiaes de construcção para os quaes foi obtida a isenção de impostos;

b) que foi augmentado o numero de divisões internas, modificando-se assim o typo escolhido;

c) que está sendo alugada por preço superior ao estipulado, de accôrdo com o typo escolhido, sommando-se tambem como aluguel qualquer dinheiro dado ou a titulo de luvas ou a outro qualquer, directo ou indirecto, pelo inquilino ao proprietario;

d) que o proprietario se recusa a vendel-a ao morador; ficam desde logo cassados todos os favores concedidos, fazendo o Governo Federal cobrar, applicando o processo do executivo fiscal (decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, e decreto n. 9.885, de 29 de fevereiro de 1888), todos os impostos que até então o proprietário tenha deixado de pagar e a divida hypothecaria a que se refere o art. 7.º, divida que terá preferencia sobre todos os creditos. Cobrar-se-há tambem uma multa estipulada no regulamento a favor de quem tiver feito a prova das infracções.

§ 1.º A obrigação da venda de casa pelo proprietario ao morador só existe quando a casa se póde tornar independente de qualquer outra, tendo entrada propria, de uso exclusivo dos seus habitantes.

§ 2.º Nenhum individuo póde pretender forçar o proprietario a vender-lhe mais de uma casa.

Art. 4.º O Governo fará estabelecer no regulamento anexo a esta lei os varios typos de casas cuja construcção gosará dos favores nella estabelecidos, especificando minuciosamente para cada typo o material necessario de construcção, o valor maximo pelo qual cada casa poderá ser alugada ou vendida aos moradores e o prazo minimo que o proprietario póde exigir, para esta ultima transacção, cobrando-se em prestações mensaes. Todos annos o Governo fará rever esta parte do regulamento, incluindo novos typos ou supprimindo os já incluidos e attendendo ás variações do preço do material de construcção e mão de obra. Em nenhum caso, porém, o preço maximo das casas excederá de 50\$ e o prazo minimo para a respectiva acquisição será inferior a 25 annos. O calculo será feito sem attenção ás isenções de direitos, pelos preços correntes do mercado e de accordo com o que succede para as casas que pagam todos os impostos.

Parapho unico. Quando os predios não gosarem de isenção do impostos predial, é licito ao proprietario majorar os respectivos alugueis de 1%, ao ano, sobre o capital empregado, obtida préviamente licença do Governo Federal.

Art. 5.º Sempre que um construtor desejar pedir qualquer das isenções de que tratam os arts. 1º e 2º, deverá provar que sobre a propriedade nenhuma outra hypotheca ou onus de qualquer natureza existe a não ser o do art. 7º.

Nesse caso, o requerente registrará seu pedido, ou no Thesouro Nacional, ou nas Delegacias Fiscaes, ou nas repartições fiscaes estaduaes, conforme a natureza do favor pedido. Esse registro mencionará o typo, o logar e o valor da construcção.

Art. 6.º a isenção de todo o material necessario para cada casa ou grupo de casas isolado se fará por uma só vez, devendo todo ele ser despachado na mesma ocasião. Para isso os requerentes se servirão de formulas impressas de accôrdo com o modelo que o regulamento estipular, de modo a permittir o confronto immediato entre o material necessario a cada casa e o material cuja isenção é pedida. Em hypothese alguma é licito requerer segunda isenção para qualquer outro material, referente ao mesmo pedido, ainda que a quantidade não exceda á especificação de que trata o art. 4º.

Art. 7.º E' licito á Caixa Economica fazer emprestimos para construcção de casas populares. O Governo marcará annualmente o maximo que póde ser empregado para esse fim. Os emprestimos serão decididos á vista das plantas de que trata o art. 4º, não excederão de 40% da garantia offerecida e renderão o juro annual de 6%; o prazo da amortização será de 20 annos.

Parapho unico. Si o Governo tiver sob suas ordens algum estabelecimento de credito, poderá fazer crear uma carteira especial para emprestimos, nos mesmos termos deste artigo.

Art. 8.º O fallecimento do proprietario das pequenas casas, de que trata esta lei, não obriga a partilha do immovel, emquanto existirem herdeiros menores. Attingida a maioria de todos elles, a partilha se fará livre de quaesquer impostos de transmissão de herança.

Art. 9.º Si o individuo que tiver começado a comprar um immovel fallecer antes de haver terminado a compra, seus herdeiros poderão continuar a fazel-a nas mesmas condições, completando as prestações devidas.

[*Habitações populares*. Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906].

Nota: esse projeto de lei entrou no Senado com a denominação 54-A.

DECRETO N.º 1.402 de 18 DE JULHO DE 1905.

O Prefeito do Districto Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º: Fica o Prefeito autorizado a adquirir para a Municipalidade, afim de aproveitá-las na construção de casas para operários, as sobras de terrenos dos prédios desapropriados para a abertura da Avenida Salvador de Sá, ou outras, constantes do plano de saneamento e embelezamento da cidade, creditando á caixa de credito de 80.000:000\$, aberto pelo decreto n.º. 495, de 23 de agosto de 1904, a importancia por que forem adquiridas em leilão as alludidas sobras, debitando a caixa geral da Prefeitura e abrindo para pagamento desta despeza e da construção das casas, um credito especial de 25:000\$000.

Parapho unico. As referidas casas deverão ser alugadas mediante contribuição mensal que não excede 12% do seu custo, inclusive o terreno, e poderão ser adquiridas pelos respectivos moradores mediante amortização na base da mesma taxa.

Art. 2.º: Em caso de aquisição parcial, o adquirente da casa, uma vez pago o restante da divida, entrará em plena propriedade da mesma casa, com a unica restrição de trasferil-a com previa licença da Prefeitura.

Art. 3.º: Fica o Prefeito autorizado a conceder annualmente, durante cinco anos, o premio de vinte contos de réis (20:000\$) á melhor villa operaria, com a lotação minima de 250 pessoas, que for construida na zona urbana do Districto.

1.º: Para a concessão deste premio se terão em vista, especialmente, as condições hygienicas e estheticas da construção.

2.º: O premio será conferido no dia 20 de setembro de cada anno, a contar de 1906.

Art. 4.º: fica igualmente autorizado o Prefeito a regulamentar a presente lei, de sorte a garantir que os aludidos prédios só sejam alugados e adquiridos por operários, bem como a expedir as necessarias instruções para a execução do artigo que trata do premio annual.

Art. 5.º: Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1905, 17º da Republica
Francisco Pereira Passos.

3 – UM ARTIGO E UMA PETIÇÃO: A CAMPANHA DE EVARISTO DE MORAES PELA CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

3.1. PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO

Nascido a 26 de outubro de 1871, o advogado Antonio Evaristo de Moraes¹ estreou em 1903 uma coluna no *Correio da Manhã*, na qual escrevia sobre a chamada questão social e as reivindicações trabalhistas.² Em suas páginas, o intelectual mulato considerou o tema das habitações populares como um item da discussão mais ampla sobre a situação dos trabalhadores no Rio de Janeiro. A crise habitacional atraía fortemente a atenção da *opinião pública* carioca, principalmente, quando a agitação da classe trabalhadora atingia maiores proporções. Na conjuntura de 1909 a 1911 não teria sido diferente.

No primeiro ano desse contexto, Evaristo de Moraes refletiu sobre a transformação em lei do projeto de casas populares, o qual fora elaborado pela comissão nomeada em 1905 pelo ministro J.J. Seabra e estava esquecido no Senado desde 1907. Segundo o advogado, a falta de empenho do Governo relacionava-se à manifestação contrária do comitê de finanças ao “princípio de proteção” às classes pobres, que havia sido “razoavelmente estabelecido pelo projeto”.³

Originário do positivismo ortodoxo do século XIX, o pressuposto de que era necessário proteger legalmente os trabalhadores estava expresso em *Apontamentos de Direito operário*, um livro pioneiro na literatura jurídica nacional, publicado em 1905: “É necessário intervir nos meios legislativos, no sentido de ser efetivamente melhorada a

¹ Evaristo só veio a bacharelar-se aos 45 anos, em 1916, pela antiga Faculdade Teixeira de Freitas – atual Faculdade de Direito da UFF –, quando já era conhecido nos meios forenses e nos jornais. Embora fosse um rábula na época em que desenvolveu a campanha aqui analisada, utilizaremos neste trabalho a palavra “advogado”. Os dados biográficos de Evaristo foram extraídos do texto: MORAES FILHO, Evaristo de. “Introdução”. In: MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo: LTR, 1971.

² Diante da grande taxa de analfabetismo da população brasileira, que impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial, os intelectuais da época foram compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou a política – sendo que a primeira atividade era um trampolim para chegar às duas últimas. Três grupos distintos habitavam a redação de um jornal: os jovens estudantes, que ocupavam cargos subalternos na hierarquia dessas empresas; os colaboradores, que se encontravam num posto acima de tais iniciantes; e o secretário, o subsecretário e os redatores, que se viam realmente em uma posição privilegiada nos diários da capital. Os colaboradores – ocupação de Evaristo – podiam ser políticos ou profissionais liberais que, através dos seus artigos, procuravam alcançar a notoriedade almejada. BARBOSA, Marialva. *op. cit.* pp. 73-75, 100. Sobre o “campo” intelectual e a relação dos escritores com a imprensa, ver: SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.* pp. 93-108.

³ *Correio da Manhã*. “A Habitação”. 02 de junho de 1909.

posição econômica do homem assalariado; é preciso regular as condições do trabalho, dando satisfação às *necessidades humanas* dos trabalhadores”.⁴

Presente na obra de Evaristo de Moraes, o “princípio de proteção” teria levado senadores como Lauro Sodré – que ajudara a inflamar a população do Distrito Federal contra a lei de obrigatoriedade da vacinação, em 1904 – a boicotar o projeto de casas populares. Devido à sua intervenção a favor da manutenção daquela premissa, Sá Freire – membro da comissão de inquérito nomeada pelo Ministério do Interior, em 1905 – ganhava um voto de confiança do advogado.⁵

Ressaltando a insensibilidade dos políticos contrários ao “princípio de proteção”, o jurista traçou um quadro arrebatador da pobreza na capital da República. No afã de denunciar o ambiente de penúria em que viviam os proletários, Evaristo de Moraes reproduzia estereótipos e preconceitos típicos dos intelectuais de sua época: as casas de cômodo seriam “focos de infecção, centros de desmoralização, vastos laboratórios de moléstias e de vícios”.⁶ Enxerga-se aqui os pressupostos da ideologia da higiene, que identificava as habitações coletivas como nocivas à sociedade, uma vez que seriam focos de irradiação de epidemias e lugares de propagação de vícios de várias espécies. Perceba-se também nas palavras do autor resquícios do paradigma médico da infecção, tendo os seguidores desse pensamento produzido “o arcabouço ideológico básico às reformas urbanas realizadas em várias cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX”.⁷

Se as casas de cômodo haviam inspirado aquele desalentador comentário, o que dizer então das favelas? As palavras de Evaristo de Moraes mostram que esse tipo de assentamento habitacional podia ser o ponto mais sensível da questão social do período. No Oitocentos, os cortiços catalisaram a discussão sobre a pobreza no Distrito Federal. Agora, no final da década de 1900, as favelas centralizavam tal debate⁸: os morros da Favela e de

⁴ MORAES, Evaristo de. *op. cit.* p. 9.

⁵ *Correio da Manhã*. “A Habitação”...

⁶ *idem*.

⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços...* pp. 29 e (citação) 65.

⁸ Para o estudo do cortiço como representação da pobreza urbana na virada do século XIX para o XX, ver: VALLADARES, Licia. “Cem anos pensando...”.

Santo Antonio revelariam “até onde o desleixo de uns e o egoísmo de outros arrasta as classes pobres, envilecendo-as, prostituindo-as, impelindo-as ao desespero”.⁹

No entender dos jornalistas e dos escritores, aqueles dois morros significavam o que havia de pior em termos de moradia. Enquanto a primeira colina era considerada o território por excelência das “classes perigosas” – principalmente por pertencer à estigmatizada região portuária¹⁰ –, a segunda localizava-se em pleno centro da cidade, o que a tornava alvo de repetidas remoções.¹¹ Assim como fizera Everardo Backheuser¹², o simples relato do aspecto de suas casas e dos materiais empregados na sua construção era, por si só, uma acusação quanto às condições de habitação das classes pobres. Evaristo contava que “trepadas nas encostas aparecem umas choupanas, cujas paredes foram feitas com taboas de caixões e cujos tetos foram arrançados com pedaços de zinco e de lata velha”.¹³

Evaristo de Moraes se aproximava das práticas correntes no “campo” jornalístico não apenas quando propagava a ideologia do higienismo e descrevia a arquitetura informal das moradias populares. Para o intelectual, os habitantes do Morro de Santo Antonio viveriam em um estado de patologia social: “Ali se amontoam centenas de desgraçados, esquecidos de todos os preceitos da higiene, vitimados por toda sorte de degradações físicas e morais”.¹⁴ Soldados do Exército, da Marinha e da Polícia Militar – portanto, homens que serviam à nação – estariam sujeitos aos supostos efeitos deletérios da pobreza: “Assim se confundem na mesma desmoralizadora penúria, os representantes da nossa força armada, com certos miseráveis que vão esconder naquelas choupanas a hediondez das suas vidas”.¹⁵

No tocante ao Morro da Favela, à primeira vista a situação não seria muito diferente. Os operários e os criminosos viveriam em um ambiente danoso à moral: “Igualmente nociva é a promiscuidade que são forçados a tolerar muitos e muitos honestos trabalhadores, na sua maioria estivadores e marítimos, morando [...] ao lado de vadios, ratoneiros, turbulentos e facínoras”.¹⁶ Mas há nessa citação certas sutilezas que devem ser

⁹ *Correio da Manhã*. “A habitação”...

¹⁰ Os discursos negativos sobre os bairros portuários durante a Primeira República podem ser vistos em: MATTOS, Romulo Costa. A “aldeia do...”. pp. 201-261.

¹¹ As remoções sofridas pelos moradores do Morro de Santo Antonio foram abordadas em: ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história...

¹² BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os... (março de 1905).

¹³ *Correio da Manhã*. “A habitação”...

¹⁴ *idem*.

¹⁵ *idem*.

¹⁶ *idem*.

exploradas. Conforme vimos no capítulo anterior, a percepção de que a Favela também seria habitada por trabalhadores honestos havia sido potencializada na época das reformas urbanas – isso porque o agravamento da crise habitacional exigira da grande imprensa um vocabulário mais condescendente com os populares.

Outro ponto relevante daquele trecho é a consideração de que a maioria dos trabalhadores da Favela era constituída por estivadores e marítimos. Por um lado, esse comentário mostrava o quanto sua população estava integrada ao cotidiano da região portuária e da capital, o que negava, de certo modo, o discurso de que os morros habitados pelos pobres seriam uma “outra cidade” incrustada no Rio de Janeiro.¹⁷ Por outro, concedia o estatuto de operários legítimos aos estigmatizados portuários, que, além de predominantemente negros, costumavam ser enquadrados pela polícia como vadios, por trabalharem de forma avulsa, sem patrão.¹⁸

Não podemos esquecer que Evaristo de Moraes era advogado da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Café e de outras associações operárias, sendo conhecido como o “advogado dos operários”. A sua célebre militância política, que remontava aos movimentos pela Abolição e pela República, provavelmente se imiscuía naquele trecho analisado. O seu compromisso com a causa dos trabalhadores o fazia defender em livros a redução das horas de serviço, a introdução de intervalos para descanso e o estabelecimento de certas condições sanitárias nas fábricas.¹⁹

Os primeiros beneficiários das normas jurídicas pelas quais o advogado lutava seriam os trabalhadores pobres. O engajamento de Evaristo fica mais evidente diante do fato de que, em 1909, a *violência simbólica* sobre a Favela atingia o seu auge.²⁰ No mês seguinte à publicação do artigo “A habitação”, o próprio *Correio da Manhã* resumiu o

¹⁷ O nascimento dessa forma dual de se pensar a cidade remonta ao século XIX e aos seus viajantes, que relataram aqui a suposta existência de “dois Brasis”. Expressão do abismo entre o mundo urbano brasileiro (do sul e do sudeste) e o mundo tradicional (do nordeste e do norte), essa reflexão encontrou na oposição favela x asfalto uma de suas formas mais duradouras. Assim, os moradores dessa cidade colocada à parte seriam o “outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada”. ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *op. cit.* pp. 12, 13 e 19 (citação). Com o lançamento de *Os Sertões*, em 1902, o litoral x sertão euclidiano fortaleceu a oposição favela x cidade entre nossos intelectuais. VALLADARES, Licia do Prado. *A Gênese da...* p. 12.

¹⁸ ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. pp. 35-47.

¹⁹ MORAES, Evaristo de. *op. cit.* pp. 87, 88.

²⁰ MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do...”*. pp. 72-87.

aludido morro como o “lugar onde reside a maior parte dos valentes da nossa terra, e que, exatamente por isso – por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum –, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à Polícia”.²¹ Uma população desse naipe justificaria classificações como “aldeia do mal”, “aldeia da morte” e “endemoninhado vilarejo”²² – com o detalhe de que o demônio é o mal supremo na tradição cristã. No mesmo ano, a revista *Careta* retomou a distinção realizada entre trabalhadores e vadios e a resolveu da seguinte maneira: “apesar de possuir elementos honestos, a Favela é um antro de facínoras e deve ser arrasado para decência e higiene da capital federal”.²³

A diferença da perspectiva de Evaristo de Moraes em relação à dos jornalistas anônimos não pode passar despercebida: quando vociferava contra aquilo que seria uma mistura humilhante nos morros cariocas, a sua intenção era denunciar as dificuldades enfrentadas por uma parcela da classe trabalhadora carioca (“a promiscuidade que são forçados a tolerar muitos e muitos honestos trabalhadores”). Lutando pela dignidade desses últimos, em nenhum momento generalizou a porção populacional das favelas tida como *desviante*²⁴ e tentou justificar a retirada de todos os seus moradores; sendo que pedidos de remoção eram comuns na grande imprensa da Primeira República.

A essa altura, podemos perceber no texto de Evaristo de Moraes um exercício de aproximação e distanciamento do “campo” jornalístico de sua época. As reconhecidas convicções políticas do advogado ficavam evidentes no seu protesto contra “a ganância dos proprietários, dos arrendatários, dos locatários principais, que extorquem quantias desproporcionadas, a título de aluguel, sem a menor piedade, ferozmente”.²⁵

Mas a verve crítica de Evaristo vinha acompanhada pelo preconceito ilustrado, à medida que era um obstinado divulgador do pensamento científico nos jornais. Assim, o que os médicos da capital haviam diagnosticado como o foco das epidemias seria também o

²¹ *Correio da Manhã*. “Os dramas da Favela”. 05 de Julho de 1909.

²² *idem*.

²³ *Careta*. “O Rio Desconhecido – A Favela”. 04 de dezembro de 1909.

²⁴ A respeito da “teoria do desvio” e da “rotulação”, ver: BECKER, H. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

²⁵ *Correio da Manhã*. “A Habitação”...

berço do vício e do crime: “A carência de casas populares, como se vê, não só afeta a higiene material, como a higiene moral”.²⁶

O interessante é que, além de ser extremamente apegado à noção de ciência, o advogado primava pela capacidade de mobilizar a “emoção” no tribunal a favor de seus constituintes.²⁷ Se essa estratégia costumava ser eficaz nos julgamentos em que atuava – ao ajudar a convencer a platéia e os integrantes do júri quanto à validade de suas defesas –, na grande imprensa fazia com que seu discurso adentrasse os limites do sensacional. Dessa forma, os moradores dos morros seriam “postos em contato diário com a podridão, com o vício e com o crime [...], ao lado da esterqueira, da sujidade, da depravação dos vizinhos [...]”.²⁸ Esse tipo de argumentação era criticado nos jornais anarquistas, que tachavam de “simulacro de tragédia” a polêmica travada na grande imprensa a respeito da chamada questão habitacional.²⁹

Contribuindo para a transformação da crise da habitação em um verdadeiro drama, Evaristo de Moraes reproduzia uma das práticas prediletas dos jornais populares, que, a exemplo dos prestidigitadores, têm “um princípio elementar que consiste em atrair a atenção para uma coisa diferente daquela que fazem”.³⁰ Ou seja, enquanto alarmavam quanto ao crime e a doença nas casas ocupadas pela classe trabalhadora, os jornalistas passavam ao largo da discussão fundamental, que era a do direito à cidade das camadas pobres da população. Afinal, a manutenção da propriedade privada era a razão maior que unia os donos dessas modernas empresas de comunicação, apesar das diferenças de coloração política.

O discurso de Evaristo de Moraes coadunava-se com o dos jornais e das revistas ilustradas ao silenciar sobre o direito à cidade dos trabalhadores e a questão da propriedade privada. Mas isso acontecia menos em virtude dos constrangimentos impostos pela grande imprensa à sua militância do que pela sua própria visão de mundo, na qual apareciam fortes

²⁶ *idem.*

²⁷ MENDONÇA, Juseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. pp. 156-162.

²⁸ *Correio da Manhã*. “A Habitação”...

²⁹ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional...* pp. 90, 91.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* pp. 22, 23.

doses do chamado socialismo reformista.³¹ Certa vez, o estudioso das leis definiu sua plataforma política ao defender:

a “intervenção do poder público nas relações entre empregados e empregadores, entre operários e patrões”, sem “pretender a subversão dos princípios básicos do Estado, a destruição completa da autoridade e da propriedade”, sem avançar “além dos limites da legalidade”.³²

Vemos também nessa passagem a confirmação da idéia de que Evaristo era um ferrenho defensor da intervenção do Estado nas relações de trabalho, uma vez que entendia a ação parlamentar como um meio de promover a transformação social. Essa crença explicava sua irritação com os senadores, que teriam abandonado o projeto de casas populares devido ao “princípio de proteção” aos trabalhadores.

3.2. ANTONIO JANNUZZI E FILHOS

Não foi apenas Evaristo de Moraes que nesse contexto fez campanha pela construção de habitações populares. Os empresários da construção civil também pediram ao Governo a elaboração de uma lei que beneficiasse a iniciativa particular e a incentivasse a construir casas para as classes pobres. Em seu memorial *Pelo Povo: Monographia sobre as Casas Operárias*, de 1909, Antonio Jannuzzi referendou a estratégia de classe baseada no *espaço* da habitação – no caso, a idéia de que as habitações operárias deveriam se localizar longe da área central, com base na noção de “civilização”:

[...] conforme ao desejo expresso pelo mundo mais adiantado, ousado e generoso, tanto quanto humanitário, no último Congresso internacional [...] de construir habitações salubres e baratas longe dos grandes centros, e as estes fazendo chegar por meios de transportes econômicos, rápidos e freqüentes.³³

³¹ Vertente do socialismo influenciada por Benoit Malon, que foi bastante difundida entre os grupos socialistas entre o fim do século XIX e o início do XX. BATALHA, Claudio. *op. cit.* pp. 21-25. O socialismo reformista também foi abordado por Antonio Candido, num livro em que o autor analisou as idéias sociais e políticas do Brasil, na passagem à modernidade. Ver: CANDIDO, Antonio. *Teresina, etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. O estudo da propagação do socialismo entre os intelectuais brasileiros do mesmo período é encontrado em: FILHO, Gisálio Cerqueira. *A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro (1890-1922)*. São Paulo: Edições Loyola, 1978.

³² MENDONÇA, Juseli Maria Nunes. *op. cit.* pp. 259, 260.

³³ JANNUZZI, Antonio. *op. cit.* p. XXIV.

Sempre justificando a sua proposta em nome do “exemplo dos Estados que nos têm precedido”³⁴, a firma Antonio Jannuzzi e Filhos apresentou sua carta de reivindicações ao Governo, que deveria autorizar a:

[...] Caixa Econômica a empregar os seus capitais no único e exclusivo fim da construção de casas higiênicas suburbanas para o povo, aos juros módicos de 6 por cento, com a inscrição de primeira hipoteca, até à importância de dois terços do valor das casas populares construídas e acautelando a mesma hipoteca com relativa garantia de seguros, como se pratica na Europa e na América do Norte.³⁵

Notemos a denominação “casas higiênicas suburbanas” – ou seja, não bastasse a casa ser higiênica, deveria também localizar-se distante do perímetro central da cidade. Além de pedir que a caixa econômica emprestasse o valor correspondente a dois terços do valor dos imóveis, a juros de seis por cento, a Antonio Jannuzzi e Filhos reivindicava a cessão gratuita de uma extensa faixa de terra – que ia da cidade do Rio de Janeiro até Belém (hoje o município de Japeri) – e a isenção dos impostos territoriais e dos direitos de importação, tanto municipais quanto federais:

Concedendo ao único e exclusivo fim da construção das casas higiênicas populares todo o terreno para edificação que a União possui nas adjacências da estrada de ferro, entre a Capital e Belém:

- a) gratuitamente;
- b) com as isenções governativas e municipais de todo imposto territorial durante, pelo menos, cinco anos;
- c) isenção de todos os direitos governativos e municipais sobre os materiais não similares aos do país.³⁶

Antes que fosse acusado de ter exagerado no pedido de benefícios ao Estado, Antonio Jannuzzi mais uma vez apontou para o exemplo europeu:

Que não é muito o que se pede, avalie-se pensando nas concessões maiores feitas pelas outras nações e tendo em vista que [...] na Noruega e na Holanda, Estado e municípios reembolsam as perdas eventuais a que se possam sujeitar os compradores e construtores das *casas sãs para o povo*.³⁷

³⁴ *ibid.* p. XXII.

³⁵ *idem.*

³⁶ *ibid.* pp. XXIV, XXV.

³⁷ *ibid.* p. XXV.

O italiano Antonio Jannuzzi contradisse o discurso da suposta indolência da nação brasileira – decerto, tributário da lembrança da escravidão –, e tentou agradar os nossos governantes ao mencionar a vocação do país para a execução de grandes obras, o que também mostra que o Brasil havia se tornado um mercado em potencial para os empresários ligados à implantação de melhoramentos urbanos nos países em desenvolvimento:

O Brasil possui homens de grande valor, como os que souberam maravilhar o mundo com a Avenida Central e a Beira Mar, com o encanamento das águas potáveis e os ciclópicos trabalhos do porto já encaminhados, em menos de um lustro, desmentido assim luminosamente o dito cínico do *eterno amanhã* que gravava de indolência o país, os administradores públicos e especialmente esta nobre cidade [...].³⁸

Todos os caminhos levariam à construção de casas higiênicas, “cuja urgente necessidade é inegável”³⁹. O combate à chamada questão habitacional seria um passo importante para a formação de um povo forte física e moralmente, que propiciaria a existência de uma nação civilizada e apta ao trabalho – no melhor jargão higienista:

[...] nos alojamentos são nascerão, crescerão e se formarão, para a vida e para as audácias e os triunfos do trabalho, homens são [...], conseqüentemente as habitações higiênicas derivarão, além da saúde e a robustez da constituição física, também a moralidade pública da alma das multidões.⁴⁰

Lançando mão do discurso de que as habitações populares seriam focos de epidemias – momento em que reproduziu elementos da teoria da degeneração urbana, do inglês J. P. Freeman⁴¹ –, Antonio Jannuzzi apontou para o risco que as classes pobres (nesse caso, claramente, “classes perigosas”) ofereciam para toda a população, principalmente para “quem mais possui e melhor está”⁴²:

E não se acredite que tudo isto diga respeito simplesmente ao homem que ainda vive privado de uma casa higiênica, somente importe ao povo que definha e se entristece em lúridas e mortíferas moradias: tudo isto é de suma importância [...] também para aqueles que vivem nas comodidades e facilidades da vida, visto como do mal físico dos outros devem-se recear todos os males de contágio e de epidemia e absolutamente nenhum bem para si.⁴³

³⁸ *idem*.

³⁹ *ibid.* p. XXIV.

⁴⁰ *ibid.* p. XII.

⁴¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *op. cit.* p. 29.

⁴² *ibid.* p. XIII.

⁴³ *ibid.* pp. XII, XIII.

Mesmo sendo Antonio Jannuzzi um empresário do ramo da construção civil e Evaristo de Moraes um advogado atento às causas da classe trabalhadora, o discurso de ambos se harmonizava em certos pontos. Assim como o primeiro, o segundo via as casas populares como focos de epidemias, legitimava suas reivindicações através do ideal de “civilização” e reproduzia premissas da ideologia da higiene. Conforme veremos ao longo deste capítulo, Evaristo também chamava a atenção das classes dominantes para o debate sobre a questão da habitação (ao lembrar o risco de contágio de doenças oferecido pelos pobres) e achava que a caixa econômica deveria emprestar dinheiro às empresas construtoras de habitações populares.⁴⁴ Tudo isso, com uma significativa diferença: o intelectual brasileiro era contra a concessão exagerada de benefícios aos construtores civis em lei – a qual deveria favorecer antes os trabalhadores do que os capitalistas, seguindo a lógica do “princípio de proteção”.

3.3. “ANTECÂMARAS DA MORTE”: HABITAÇÕES POPULARES E TUBERCULOSE

Ao mesmo tempo que reivindicava a intervenção dos poderes públicos na relação entre empregados e empregadores, Evaristo de Moraes aprofundou em outros artigos a associação entre moradia popular e epidemias letais. Nesse sentido, aludiu ao trabalho elaborado por Cássio de Rezende, demógrafo da Saúde Pública, que comprovava a influência das “habitações acanhadas e lóbregas em que moram os pobres” no desenvolvimento da tuberculose. Após citar várias estatísticas sobre a peste e a morte, em um período censitário de 50 anos, o jurista apontava para o grande número de vítimas do referido flagelo. Mas por que a atenção especial dispensada ao tema da tuberculose?⁴⁵

Nesse caso, talvez as convicções políticas de Evaristo estivessem novamente presentes. De fato, as campanhas de saúde pública patrocinadas pelo Governo no início do século XX contribuíram para diminuir as taxas de mortalidade por doenças infecciosas e contagiosas; porém, os benefícios foram distribuídos de forma desigual: as altas taxas de

⁴⁴ Vale lembrar que o advogado certa vez condenou a intervenção dos poderes públicos, por achar preferível a atuação da iniciativa privada. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 93.

⁴⁵ *Correio da Manhã*. “Tuberculose e habitação”. 09 de setembro de 1909.

mortalidade continuavam a afetar a população negra do Rio de Janeiro. Sidney Chalhoub argumentou que, a partir do fim do Oitocentos, o objetivo principal das políticas de combate às doenças era promover o embranquecimento da população. Por essa razão, os médicos e as autoridades públicas, por um lado, combatiam as enfermidades que vitimavam preferencialmente os brancos e os europeus – como a febre amarela – e, por outro, negligenciavam o controle de moléstias que atingiam mais freqüentemente os negros e os pobres – precisamente, a tuberculose.⁴⁶

Evaristo de Moraes clamava por providências contra um mal que atingia principalmente os trabalhadores nacionais. A recorrência aos postulados da higiene para tentar prevenir doenças que vitimassem o proletariado era uma constante em sua obra e podia ser encontrada em *Apontamentos de Direito Operário*: “Os patologistas, os higienistas, e, em especial, os neurologistas têm notado a influência direta do trabalho excessivo e insalubre na produção de terríveis moléstias, no aumento da mortalidade infantil, na diminuição da vitalidade humana”.⁴⁷ Ou seja, o cuidado higiênico deveria existir não apenas nas moradias da classe trabalhadora, mas também nas fábricas.

Discorrendo sobre a questão da higiene pública, Evaristo de Moraes – em outro momento no qual negou, indiretamente, o pensamento dual da cidade – voltou-se contra a “elevada burguesia” e a “alta administração” e lembrou que seriam inevitáveis as relações entre os ricos e os pobres no Rio de Janeiro. As roupas vestidas pelos primeiros, por exemplo, eram feitas nas casas dos segundos. Não bastasse, os “serviçais domésticos” costumavam morar “nas pocilgas que se chamam ‘casas de cômodos’, focos permanentes da tuberculose”.⁴⁸

Estejamos atentos para a escolha das palavras: pocilga pode significar curral de porcos ou um lugar imundo. Seja como for, na discussão sobre as habitações populares, a referência aos suínos não era rara. O maior cortiço da história da cidade, por exemplo, era conhecido como Cabeça de Porco⁴⁹. Ao visitar o Morro de Santo Antonio, em 1901, o

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços...* pp. 95, 204. Para mais detalhes sobre a tuberculose no Brasil, ver: FILHO, Cláudio Bertolli. *História social da tuberculose e do tuberculoso:1900-1950*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁴⁷ MORAES, Evaristo de. *op. cit.* p. 88.

⁴⁸ *Correio da Manhã*. “Tuberculose e habitação”...

⁴⁹ Esse apelido surgiu porque na entrada do cortiço existia um grande portal em arcada ornamentado com figuras de porco. VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o... p. 30.

prefeito Xavier da Silveira declarou que as casas ali existentes seriam “verdadeiros chiqueiros, não podendo nelas habitar pessoa alguma”.⁵⁰

Pois bem, Evaristo novamente reproduzia os preconceitos classistas comuns à grande imprensa. Não foi à toa que concordou com o relatório de Cássio de Rezende, que pedia o fim dos cortiços e das casas de cômodos: “Tais covis precisam desaparecer, porque eles são focos principais de irradiação tuberculosa”. No texto do demógrafo, vemos a sobrevivência de aspectos do paradigma médico da infecção, através da menção à escuridão dos locais habitados pela classe trabalhadora e o “ar infecto que neles circula”.⁵¹

“Focos permanentes de tuberculose”, eis o repetido discurso sobre as casas de cômodos. Evaristo de Moraes endossou as palavras de Cássio Rezende ao escrever que essas seriam moradias “em que se vive *morrendo*, onde habitualmente *mora* a tuberculose”. Radicalizando a noção de que as habitações coletivas seriam núcleos irradiadores de epidemias, a tuberculose, “*moléstia social* por excelência, tem, como *condição primeira do seu desenvolvimento*, a insalubridade das habitações populares”. Como o ideal de justiça social não seria capaz de sensibilizar os empresários e os governantes, o jurista dizia que as “classes superiores, *defendendo-se indiretamente*”, deveriam contribuir para a construção de casas populares.⁵²

Os altos índices de incidência de tuberculose negariam nossos “foros de civilizados”, o que tornava a imagem das habitações coletivas ainda mais negativa. Na parte final de seu texto, Evaristo de Moraes criticou a administração Pereira Passos por ela ter feito apenas a “parte *negativa*” de uma necessária reforma sanitária: destruíra o que estava “podre e imprestável”, sem dar moradia a milhares de pobres, o que seria a “parte *positiva*”. Aqui cabe o adendo de que muitos moradores não consideravam suas casas “podres e imprestáveis” e apelaram à Justiça Sanitária para tentar salvá-las da demolição. Às vezes, os impetrantes inclusive anexavam ao processo fotografias que comprovariam o bom estado de conservação de suas residências.⁵³ Percebamos, por fim, que as favelas seriam uma última opção dos trabalhadores, como se a pobreza se especializasse nesse tipo

⁵⁰ *Correio da Manhã*. “Visita do Prefeito”. 17 de outubro de 1901. Data citada em: ABREU, Mauricio de. *Reconstruindo uma história...*

⁵¹ *Correio da Manhã*. “Tuberculose e habitação”...

⁵² *idem*.

⁵³ QUEIROZ, Eneida Quadros. *A guerra do...* p. 23.

de assentamento habitacional: “sem o miserável socorro das estalagens, se aglomeram em não menos insalubres casas de cômodo, quando não encham os casebres da Favela”.⁵⁴

Cabe perguntar por que o *Correio da Manhã* abria espaço em sua primeira página para um tema espinhoso e caro à classe trabalhadora. Nesse contexto de 1909, a alta dos aluguéis associava-se à elevação do custo dos gêneros alimentícios. As greves retomaram um ritmo ascendente a partir de 1908, tendo culminado em 1912 e 1913 na campanha contra a carestia de vida, no congresso operário, na reorganização operária e na luta contra o desemprego.⁵⁵

A movimentação da classe trabalhadora foi acompanhada pela grande imprensa, que no mesmo período investiu no setor da crônica policial. A antiga coluna “Na Polícia e nas Ruas”, do *Correio da Manhã*, foi remodelada e trocou de nome: “Crônica Policial”. Em janeiro de 1909, a população da capital incendiou os bondes da *Light* e enfrentou a polícia durante quase uma semana. De acordo com os jornais, o conflito não se explicava somente pela insatisfação com as alterações no trajeto dos veículos, mas também pelo “mal estar devido à carestia de vida”⁵⁶. No mês de junho, foi a vez dos funcionários da mesma empresa entrarem em greve. Referindo-se a uma cultura política inaugurada com a Revolta do Vintém⁵⁷, um repórter chegou a comentar: “De há muito o povo dessa cidade deixou de ser um rebanho incapaz de ter um movimento de contrariedade para os que o maltratam”.⁵⁸

O próprio Antonio Jannuzzi citou o crescimento do operariado como uma forma de convencer os poderes públicos a elaborarem uma lei que estimulasse a iniciativa privada a investir na construção de casas populares:

O natural desenvolvimento industrial que vem adquirindo o Brasil nestes últimos tempos determinou em vários centros industriais a formação de uma classe operária mais vasta, de cujos interesses é preciso ir cuidando com urgência e com solicitude, para evitar que explodam dum momento para outro no Brasil os movimentos de reivindicações operárias que tanto embarçam e perturbam a ação dos Governos⁵⁹.

⁵⁴ *Correio da Manhã*. “Tuberculose e habitação”...

⁵⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 90.

⁵⁶ *Correio da Manhã*. “Os bondes da Light”. 13 de janeiro de 1909.

⁵⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *op. cit.* p. 232.

⁵⁸ *Correio da Manhã*. “Os bondes da Light”. 12 de janeiro de 1909.

⁵⁹ JANNUZZI, Antonio. *op. cit.* p. XXX.

A agitação popular escancarava a chamada questão social e despertava as classes dominantes para tal realidade. Foi nessa conjuntura que o *Correio da Manhã* publicou as idéias de Evaristo sobre a falta de moradias no Rio de Janeiro, que tinha sido agravada com as reformas urbanas. A já mencionada comissão nomeada pelo ministro J. J. Seabra constatara, em 1906, que “ia muito além de toda a expectativa” o número de casas demolidas pelos governos federal e municipal – motivo pelo qual pairaria sobre a cidade o espectro do levante de “toda a população dos bairros miseráveis da cidade”.⁶⁰

Traçando as linhas gerais do impacto social da Reforma Passos, houve o aumento do desemprego e o estímulo às migrações. As demolições de cortiços e a proibição de melhorias nos mesmos (depois revogada) levaram ao crescimento dos subúrbios⁶¹ – cujo conceito foi ideologizado nesse período – e ao adensamento das freguesias pericentrais. Atraindo uma grande quantidade de força de trabalho, sem oferecer espaços para a sua reprodução, a política de Pereira Passos desenvolveu a sua própria negação, que foram as favelas⁶². Enfim, a expansão dessas últimas fez parte de um desenvolvimento social e urbano desigual, que transferia para o trabalhador parte dos custos de sua reprodução e passava para adiante o recrudescimento da crise habitacional.⁶³

Nos idos de 1909, a grande imprensa não tinha como ignorar a chamada questão habitacional, que atingia fortemente a classe trabalhadora carioca. Mas se, por um lado, Evaristo de Moraes escrevia sobre a delicada situação dos trabalhadores na capital, por outro, o *Correio da Manhã* estigmatizava os moradores das favelas e das habitações coletivas ao fazer carga contra as “classes perigosas” – que na prática eram confundidas com as classes pobres. Em 1911, o tema do déficit de moradias recobrou sua força, tendo o advogado voltado a relacionar a tuberculose às casas populares. Dessa vez, lançou mão de sua conhecida erudição e citou diversos especialistas em habitação e higiene.⁶⁴ Por ser uma característica sublinhada em sua trajetória, a recorrência aos “argumentos de autoridade”⁶⁵ precisa ser tratada com mais vagar.

⁶⁰ *Habitações Populares. Relatório...* Respectivamente, pp. 113, 116.

⁶¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* pp. 260-268.

⁶² ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao... pp. 56, 57.

⁶³ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional...* p. 107.

⁶⁴ *Correio da Manhã*. “A tuberculose e a habitação”. 04 de agosto de 1911.

⁶⁵ O *argumento de autoridade* foi originalmente formulado como uma chave de leitura dos periódicos políticos do século XIX. CARVALHO, José Murilo de. “História Intelectual: Alguns problemas

Juseli Mendonça explicou que Evaristo de Moraes desde cedo enxergara na instrução e no aprimoramento intelectual uma possibilidade de vencer as dificuldades financeiras e conquistar o futuro que pretendia para si. Assim, a exposição de conhecimentos científicos em seus escritos e em suas atuações nos tribunais serviu para introduzi-lo no mundo jurídico, que acabou acolhendo-o. Inclusive, nos julgamentos dos quais participava como defensor, procurava mais impressionar por meio da ciência do que provar cientificamente, uma vez que para ele “a ciência era um elemento fundamental para a legitimação de opiniões e posições”.⁶⁶

Em seu artigo para o *Correio da Manhã*, Evaristo citou Émile Cheysson, economista e engenheiro francês, que foi presidente da *Société d'Hygiène et de Médecine Publique* e vice-presidente da *Alliance d'Hygiène sociale*.⁶⁷ O acadêmico europeu acreditava que seria muito mais econômico e humano, em vez de construir sanatórios, cuidar das casas operárias – onde a limpeza, o ar e sol matariam o bacilo de Koch. O advogado acrescentou que esse pensamento seria atestado por Luiz Renon, nobre representante da medicina alemã, o que o autorizou a dizer: “Não há opinião divergente sobre o assunto”.⁶⁸

Quanto ao poder da “Ordem médica”, é conveniente citar Jean Clavreul, que apontou para a necessidade de falar da medicina como sendo um discurso, à medida que sua cientificidade, mais até do que sua eficácia, constituiria uma lei:

A Ordem médica é mais poderosa que o mais poderoso ditador, e, às vezes, tão cruel. Não se pode resistir a ela, porque não se tem nenhuma “razão” a lhe opor [...] Falar da medicina como de um discurso nos permite não depender tão estreitamente da idéia de cientificidade que ela faz de si mesma. É porque a medicina invoca – com justa razão – a ciência, e porque a ciência tornou-se sinônimo de verdade, que a medicina constitui um bastião resistente [...] e que seu próprio totalitarismo é suportado como um mal do qual é preciso esperar um bem.⁶⁹

Aprofundando essa questão, Bruno Latour afirmou que, quando uma descoberta científica se torna aceita a ponto de ser chamada de fato – sendo inserida sem

metodológicos”. Trabalho apresentado ao Primer Encuentro del Centro de História y Analisis Cultural, em Buenos Aires, nos dias 9 e 10 de outubro de 1997. (texto preliminar-mimeo).

⁶⁶ MENDONÇA, Juseli Maria Nunes. *op. cit.* pp. 26, 94, (citação) 142-3.

⁶⁷ LECLANT, Jean (dir). *Le second siècle de l'Institut de France: 1895-1995*. Ed. Institut de France, 1999. p. 288.

⁶⁸ *Correio da Manhã*. “A tuberculose e a habitação”...

⁶⁹ CLAVREUL, Jean. *A Ordem Médica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. pp. 47, 49.

questionamentos em manuais e dicionários científicos –, ela desapareceria de vista, para trás de um véu a que chamou de caixa preta. A partir de então, ninguém mais perguntaria se esse fato, na época de sua origem, funcionou ideologicamente na arena social e política, ou incorporava práticas culturais e visões de mundo particulares.⁷⁰

No Brasil, o desenvolvimento de uma nova medicina, em termos de forma de conhecimento e modo de intervenção, remonta ao século XIX, quando ela se tornou social e preventiva. O médico deveria vigiar as causas das doenças e proteger os indivíduos contra o que pudesse interferir no seu bem-estar físico e moral, levando-se em consideração os perigos que a vida em sociedade poderia representar. Esse projeto de intervenção dos médicos tinha como base a elaboração de uma teoria social centrada na análise do meio urbano, tido como um local de grande contração de indivíduos, que promovia um contato desregulado entre os mesmos e condições de vida insalubres – nessa perspectiva, a prevenção médica garantiria ao mesmo tempo saúde e segurança pública nas cidades.⁷¹ De uma forma geral, da década de 1870 à de 1920, as políticas higienistas ambicionavam garantir um maior controle da população e o esquadramento do espaço urbano. Nesse sentido, a história da constituição das instituições de saúde pública corresponde à tentativa de uma dupla resposta da medicina: “de um lado à ordem social que se instaura no Brasil com a estrutura capitalista de produção, às suas contradições no plano da saúde; de outro, do poder que se constitui nessa estrutura com o Estado Nacional”.⁷²

Divulgador incansável da ideologia da Higiene, o homem de ciência Evaristo de Moraes acabava reforçando o coro das classes dominantes, no tocante à fúria demolidora contra as casas populares. Não custa lembrar que o discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessava sobremaneira aos grupos empresariais, que estavam atentos às oportunidades de investimento que se abririam com a expansão e a transformação da malha urbana da cidade.⁷³

Evaristo proscovia as habitações coletivas com “precisão científica”⁷⁴, ao transportar as conclusões dos cientistas europeus para o caso brasileiro: as habitações

⁷⁰ LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers thought society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

⁷¹ MACHADO, Roberto. et al. *op. cit.* pp. 209-263.

⁷² LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 21.

⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços...* p. 52.

⁷⁴ *Correio da Manhã*. “A tuberculose e a habitação”...

populares cariocas seriam “*focos de tuberculose*, dos quais a moléstia se irradia, tendendo a espalhar-se de mais em mais”. Contribuindo para o alarmismo da grande imprensa, as referidas moradias seriam “casernas da pobreza” ou “antecâmaras da morte”, capazes de dizimar “em tempo relativamente curto, todas as pessoas pertencentes a uma só família proletária” – note-se a associação mecânica entre pobreza, doença e morte. O advogado relacionava essa situação penosa à exploração do senhorio e, novamente, à Reforma Passos.

O Rio de Janeiro estaria minado. Evaristo realizou uma geografia das habitações operárias, na qual aparecia, mais uma vez, o seu preconceito ilustrado. As ruas centrais (do Lavradio, dos Inválidos, do Riachuelo e Visconde do Rio Branco) poriam em contato “todas as podridões, em uma atmosfera pesada de miasmas, em um meio indecente, favorável a todos os vícios”. Na Saúde, na Gamboa, na Cidade Nova e até nos subúrbios, o aspecto de certas casas de cômodos “apavora, faz náuseas, perturba o sistema nervoso”.⁷⁵

Aqui vale dizer que, ao escrever sobre os princípios ordenadores da configuração erudita do nervoso, Luis Fernando Duarte citou o tema dos “males da civilização” como sendo uma denúncia das qualidades ou das condições do meio social em que se desenvolviam os indivíduos. O sistema nervoso seria não só o elo entre o organismo individual e o meio repleto de ameaças, mas também o lugar onde se fixariam, se desenvolveriam e se reproduziriam perversamente os estímulos antinaturais recebidos. A tradição das causas morais da patologia humana encontrou nessa perspectiva o fermento para o desenvolvimento das proposições do higienismo.⁷⁶

Embora tenha criticado a incoseqüência dos administradores e legisladores públicos e, principalmente, das classes conservadoras, que seriam “depositárias da riqueza, nem sempre honestamente adquirida”, Evaristo de Moraes considerava as casas de cômodos como “antecâmaras da morte” ou “casernas da pobreza”. Sendo as habitações populares sinônimo de epidemias no Rio de Janeiro, devemos mais uma vez lembrar que as “classes perigosas” mereceriam essa denominação também pela suposta possibilidade de transmissão de doenças ao restante da sociedade.

⁷⁵ *idem*.

⁷⁶ DUARTE, Luis Fernando. “A representação do Nervoso na cultura literária e sociológica do século XIX e começo do século XX”. *Anuário Antropológico*/ 87. Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990.

Conforme dissemos, a tuberculose atingia potencialmente a população de ascendência africana da capital, com o detalhe de que, na percepção dos jornalistas e dos escritores, grande parte dela vivia em habitações coletivas. A divulgação de conclusões como a que vimos no artigo “A tuberculose e a habitação” podia ser explosiva numa conjuntura em que a tensão racial transbordara nas páginas dos jornais. Recordando o panorama político, em decorrência da Revolta da Chibata, um movimento liderado por marinheiros negros e pobres, Hermes da Fonseca decretara o estado de sítio no Distrito Federal. Eis que, poucos meses depois, o *Correio da Manhã* anunciava que “um terrível degenerado” seria dono de “Um corpo negro guardando alma ainda mais negra”.⁷⁷ Não obstante, publicava a notícia de um outro distúrbio envolvendo “três crioulas desabusadas”.⁷⁸ A saber, o homem estigmatizado pelo periódico morava em uma casa de cômodos na Tijuca e as três mulheres no Morro da Favela.

3.4. LIMA BARRETO E AS HABITAÇÕES COLETIVAS

Entre 1909 e 1911, outro combativo intelectual mulato promulgava na *esfera pública* discursos positivos sobre a população residente nas moradias populares. Naquele primeiro ano, Lima Barreto publicou o polêmico livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, no qual abordou aspectos do dia-a-dia nas habitações coletivas. O romancista lembrou a má reputação de tais habitantes entre os policiais da cidade: “- Que é isso! exclamou severamente o inspetor. Isso aqui é estalagem? Meto-a no xadrez! Está ouvindo?”⁷⁹ De forma parecida com Evaristo de Moraes, acreditava que a pobreza se espacializava nessas moradias: “Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente as pessoas”.⁸⁰ Entretanto, procurou mostrar a existência de uma lógica interna naquilo que a grande imprensa e o advogado pensavam ser uma promiscuidade desmoralizadora:

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços.

⁷⁷ *Correio da Manhã*. “Um corpo negro guardando alma ainda mais negra”. 06 de março de 1911.

⁷⁸ *Correio da Manhã*. “Cenas da Favela”. 20 de junho de 1911.

⁷⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão...* p. 74.

⁸⁰ *ibid.* p. 148.

Bastava-se, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalasses de parte a parte.

Certo, quando assistia a tais cenas, não ficava contente, mas também não sabia refletir, por aquele tempo, que, seja entre que homens for, desde que surjam desinteligências, logo rompem os tratamentos desprezíveis mais à mão.⁸¹

Lima Barreto apontava para os laços de solidariedade existentes entre as classes populares, que podiam superar, inclusive, as diferenças de raça e nacionalidade.⁸² Até as desavenças que rompiam entre tais moradores eram minimizadas, uma vez que elas seriam comuns a todos os homens. Proferindo mais discursos positivos, o literato ressaltou a resistência dos habitantes das casas populares:

Admirava-me que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização, que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável.⁸³

Aqui cabe dizer que a trajetória do escritor Isaiás Caminha representava a luta contra o preconceito racial e a mediocridade intelectual decorrente dos estereótipos (re)produzidos pela grande imprensa. Assim, Lima Barreto foi um obstinado crítico da nossa organização social e política, não tendo perdoado as desigualdades e as injustiças de sua época.⁸⁴ Por essa razão, não é de se estranhar que ele tenha negado a idéia de que os moradores das habitações coletivas viveriam em um estado de patologia social.

É interessante perceber que o compositor João da Baiana – que morou na chamada Pequena África, uma área tomada por habitações coletivas –, tal como Lima Barreto, evitou o estereótipo segundo o qual grande parte da classe trabalhadora moraria em lugares sombrios e tristes. Ao contrario, as batucadas seriam tão frequentes que deveriam ser proibidas: “Batuque na cozinha sinhá não quer/ por causa do batuque eu queimei meu pé”. O sambista prestou atenção à heterogeneidade populacional das casas de cômodos, tendo citado um sujeito de nome Salomão (provavelmente, um judeu), além de a personagem principal de sua música ser “um Paraíba do norte de Maranhão”. Esse juízo era condizente com o do cronista de Todos os Santos, que, conforme verificamos, aludiu às diferentes

⁸¹ *idem*.

⁸² Nicolau Sevckenko viu no tema da solidariedade a idéia base nodal da obra do literato. SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.* pp. 183-185.

⁸³ BARRETO, Lima. *Recordações do escritor...* p. 148.

⁸⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escritor...*

raças e nacionalidades dessa gente. Em mais uma afinidade discursiva, o músico sugeriu que as habitações populares eram mal vistas pelos policiais: “Seu comissário foi dizendo o mal que fez/ é da casa de cômodos de uma tal Inês”.⁸⁵

Vejam agora um outro romance de Lima Barreto, intitulado *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que foi publicado em 1911, no *Jornal do Commercio*. Nesse texto, o escritor aproximou-se de Evaristo de Moraes ao lembrar o espetáculo da pobreza inglês no século XIX: “Aí, nestes caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com seu rigor londrino”. Lima Barreto reiterou a idéia de que as casas de cômodos seriam espaços da miséria na capital federal: “Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade”.⁸⁶ De novo harmonizando-se com o advogado, via a população daquele tipo de habitação como sendo trabalhadora – isso com o adendo de que não chegou a aludir a uma minoria que pertenceria às “classes perigosas”:

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de renda de bilros, compradores de barracas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar.⁸⁷

Mesmo quando falava sobre as diversas ocupações profissionais dos moradores das casas de cômodos, Lima Barreto enfatizava a presença da pobreza em suas vidas. Por isso, completava: “Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem”. O detalhe era que as casas de cômodo às quais se referia situavam-se no subúrbio. Nesse caso, vemos uma ligeira diferença de perspectiva em relação a Evaristo de Moraes, que em seus escritos demonstrou preocupação com as habitações coletivas localizadas no centro da cidade. Profundo conhecedor das paragens cariocas margeadas pelas linhas férreas, o escritor boêmio valorizava a informação que revelava aos sisudos leitores do *Jornal do Commercio*:

⁸⁵ A análise da letra de João da Baiana foi pioneiramente realizada em: ROCHA, Oswaldo Porto. *op. cit.* p.86.

⁸⁶ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 132.

⁸⁷ *ibid.* p. 133.

“Os subúrbios têm mais aspectos interessantes [...]; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito”.⁸⁸

Nessa citação, Lima Barreto se referiu ao início da década de 1890. O curioso é que, no período 1870/1890, houve um vertiginoso crescimento populacional na cidade e a construção de inúmeras moradias nas periferias próximas ao centro e também em certas freguesias da zona rural, como Santa Cruz, Inhaúma e Irajá. Mas, certamente, o autor fora influenciado pelo tempo em que vivia, pois, entre 1906 e 1920, ocorreu na zona suburbana o mais notável índice de crescimento de construções na cidade, um verdadeiro *boom* imobiliário.⁸⁹

3.5. GIL VIDAL X EVARISTO DE MORAES

A verdade é que o tempo passava, as afamadas casas de cômodos persistiam na zona suburbana e a classe trabalhadora não via a questão da habitação ser resolvida. Diante dessa situação, outros intelectuais atuantes na *esfera pública* resolveram acercar-se desse assunto. Em 1911, o editorialista do *Correio da Manhã* Gil Vidal, codinome de Leão Velloso, escreveu sobre as habitações das camadas pobres. Primeiramente, reclamou do custo de vida no Distrito Federal, o qual impressionaria até os turistas – comentário que, certamente, ligava-se aos protestos contra a carestia de vida. Salientou que, apesar do aumento no número de construções, a habitação seria um dos maiores problemas da cidade em virtude do preço dos aluguéis e da necessidade de um fiador, que obrigatoriamente deveria ser comerciante ou capitalista conhecido.⁹⁰

O temido articulista parecia não querer atacar os proprietários e encontrou justificativas para o alto custo dos aluguéis: a elevada taxa de impostos e as medidas sanitárias – considerando-se a luta contra a febre amarela –, que feririam de morte os “esfolados” donos de imóveis e fariam com que o aluguel não figurasse entre as melhores

⁸⁸ *idem.*

⁸⁹ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 73, 183.

⁹⁰ *Correio da Manhã*. “Casas de moradia”. 07 de janeiro de 1911.

remunerações do capital.⁹¹ Se por um lado os progressos sanitários teriam valorizado a propriedade predial, por outro as construções exigiriam agora maior renda.⁹²

Outra dificuldade encontrada pelos proprietários seria a imperfeição da legislação contra o inquilino impontual. Se no início de seus escritos Gil Vidal deu a impressão de que criticava a exigência do fiador, a certa altura do texto considerava-o indispensável, à medida que as ações de despejo seriam bastante lentas. O jornalista chegou a clamar para que os poderes públicos não ficassem mais indiferentes a tal situação.⁹³

A partir de então, as reivindicações de Vidal apareciam mais claramente. O prefeito deveria beneficiar a propriedade predial e diminuir os impostos – que deveriam ser suprimidos caso os prédios estivessem desocupados por motivo de obra ou incêndio –, além de tornar gratuitas as licenças para novas construções. Fora do campo de atuação da municipalidade, impor-se-ia a reforma da legislação civil e do processo judicial, para que as ações de despejo e as penhoras executivas corresse mais depressa e os proprietários dispusessem da preferência sobre o valor do mobiliário.⁹⁴

Gil Vidal concluía seu artigo com a chave de ouro da ocultação do conflito: seria necessário conceder facilidades a proprietários e a inquilinos, cujos interesses não se contrariariam; pelo contrário, estariam entrelaçados. Em outras palavras, a legitimidade dessa lista de pedidos dos proprietários residiria em seu aproveitamento por toda a população. Assim, a resolução da chamada questão habitacional que atingia os trabalhadores dependeria da superação dos entraves existentes para os donos de imóveis do Rio de Janeiro. Percebamos que a ordem de prioridades seria essa e jamais o contrário.

A análise do artigo de Gil Vidal possibilita um redimensionamento dos textos de Evaristo de Moraes publicados no *Correio da Manhã*. Está certo que o advogado, em diversos momentos de sua campanha, reforçava o discurso jornalístico referente ao tratamento pejorativo dos moradores das habitações populares. Mas isso não impedia o fato de ser gritante a diferença entre as perspectivas apresentadas pelos dois intelectuais. Ninguém ficaria surpreso, por exemplo, com a realidade de que Vidal era o

⁹¹ Esse argumento podia não corresponder à realidade, à medida que havia um descompasso entre a enorme procura e a pequena oferta de moradias. PECHMAN, Robert Moses, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* p. 108.

⁹² *Correio da Manhã*. “Casas de moradia”...

⁹³ *idem*.

⁹⁴ *idem*.

responsável pelos editoriais do referido jornal – logo, pela sua opinião⁹⁵ –, ao passo que Evaristo trabalhava como advogado da classe trabalhadora. Se um defendia que o “proprietário é esfolado”, o outro discutia a “melhoria das condições econômicas e higiênicas das classes pobres”.⁹⁶

No plano das idéias, Gil Vidal e Evaristo de Moraes podiam, em certos momentos, estar em pólos opostos. Para o editorialista, o “princípio de proteção” caberia sim aos proprietários, enquanto na visão do advogado esse seria um dispositivo indispensável para a classe trabalhadora. Por essa razão, devemos mais uma vez ressaltar a especificidade da experiência de Evaristo de Moraes no *Correio da Manhã*. De um lado, a sua militância pelos direitos operários pode ser entendida como um notável contraponto às práticas de “fabricação do consentimento” na grande imprensa. De outro, ao enquadrar seu texto à lógica do “campo” jornalístico, a sua atuação podia contribuir para a eficácia da estratégia conhecida como “ocultar mostrando”.⁹⁷ Isso porque a grande imprensa, ao funcionar como um “organismo privado de hegemonia”⁹⁸ e criar consensos mantenedores da dominação, pode ser considerada um “partido”.⁹⁹ Nesse sentido, entendemos os jornalistas como intelectuais “orgânicos”, à medida que trabalham como “comissários” do grupo dominante,

⁹⁵ A principal função dos editoriais seria a exposição da opinião do jornal sobre notícias recentes, no sentido de promover a adesão dos leitores. PINTO, Milton José. “Contextualizações”. In: FAUSTO NETO, Antônio, PINTO, Milton José (orgs.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. pp. 162-176.

⁹⁶ *Correio da Manhã*. Respectivamente, “Casas de moradia”... e “A habitação”...

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* pp. 24-30.

⁹⁸ A tarefa de uma concepção dominante consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, não homogêneo, o qual é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia. Uma classe hegemônica para se sustentar como tal precisa manter articulado um grupo de forças heterogêneas. É através de sua ação política, ideológica e cultural que ela luta para impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, o que levaria à recusa da ideologia dominante, coincidindo com a crise política das forças no poder. Por essa razão, a visão de mundo de um determinado grupo precisa se impor sobre o conjunto dos demais, sendo partilhada por todos eles – com o adendo de que a *hegemonia* deve ser lida tendo em vista a *contra-hegemonia*. A definição do conceito de hegemonia encontra-se em: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁹⁹ Para Gramsci, não é necessário existir uma ação política em sentido estrito para que se possa falar em partido político, uma vez que, “no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais [assumindo] o nome de partido”. A função do partido pode ser ocupada por organizações diferentes, sendo que nesse caso “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’”. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991. pp. 22, 23.

sendo responsáveis pelo exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.¹⁰⁰

Gil Vidal pedia melhores condições para os proprietários, visando o melhoramento da situação dos operários, os quais, além de terem voz própria para realizar suas reivindicações, estavam um pouco distantes de tal idéia. Segundo Francisco Elia, à medida que evoluía o processo de urbanização e industrialização da cidade do Rio de Janeiro, crescia a quantidade de trabalhadores exigindo melhores condições de vida e de trabalho. Assim, de 1890 a 1910, houve no Rio de Janeiro uma preocupação generalizada em torno da habitação popular, que se refletiu na imprensa operária, na qual três assuntos foram abordados de forma mais recorrente: 1) a transformação do operário em proprietário; 2) a construção de vilas operárias (idéia que, após uma euforia inicial, passou a ser criticada pelos operários); 3) o papel a ser adotado pelo Estado, tanto no campo dos aluguéis, como na construção de habitações higiênicas.¹⁰¹

Marcelo Badaró Mattos contou que foram muitos os registros por parte dos trabalhadores de uma percepção extremamente negativa da contingência de se morar nesses lugares, em mais um sintoma da situação indigna que a exploração legava aos operários. Nos anos 1900, os jornais de linha socialista oscilaram entre duas propostas: a de intervenção do poder público – construindo casas, ou mesmo cedendo terrenos e flexibilizando as posturas municipais para a autoconstrução pelos trabalhadores – e a da alternativa mutual, de associação dos próprios trabalhadores para criarem fundos com o objetivo de construir casas.¹⁰²

Certamente, os trabalhadores não partilhavam do juízo de que a crise habitacional teria fim somente através da resolução dos entraves existentes aos proprietários – conforme pensava Gil Vidal. Por sua vez, Evaristo de Moraes igualava-se à classe trabalhadora quando pedia o “princípio de proteção” e um papel mais ativo do governo na resolução da questão habitacional. No mês em que o editorialista do *Correio da Manhã* abordou o tema da escassez de moradias no Distrito Federal, o advogado colocou-se contra o envio

¹⁰⁰ Ver: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

¹⁰¹ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* pp. 74-91.

¹⁰² MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados...* p. 52.

compulsório dos marinheiros envolvidos com a Revolta da Chibata para as paragens do Norte do país, conforme fizera na época da Revolta da Vacina.

Remando contra a maré de um contexto marcado pelo estado de sítio, Evaristo criticou o pensamento de que seriam insuficientes as prescrições legais e a ação da magistratura para a repressão da vadiagem.¹⁰³ Assim, afinava-se com a postura de Rui Barbosa, que fora um dos poucos a defender no Senado os tais marinheiros.¹⁰⁴ Essa concordância entre o advogado e o político se explicava pelo fato de que a candidatura à presidência desse último fora apoiada por Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*. Após a vitória de Hermes da Fonseca e a eclosão da rebelião dos marujos, coube ao periódico defender o civilismo, movimento político acusado pelos jornais situacionistas de ter sido o responsável pelas conseqüências negativas da Revolta da Chibata.

Se Evaristo de Moraes e Gil Vidal harmonizavam-se ao repreender o autoritarismo do Governo na coerção aos insurrectos, os dois se distanciavam quando escreviam sobre a habitação popular. O interessante é que o editorialista do *Correio da Manhã* costumava realizar críticas coléricas à condução da política brasileira, uma vez que era o responsável pela opinião de um jornal que utilizava o *marketing* da oposição. Mas arrefecia seus ânimos ao tratar do tema das casas populares; era de bom tom uma dose de comedimento ao tratar de um assunto caro aos trabalhadores, que nessa conjuntura voltavam a se agitar com força.

Vimos que o artigo anterior de Vidal parecia uma carta de intenções aos proprietários. Agora o jornalista radicalizava a tentativa de ocultação do conflito social, tendo elogiado a postura do presidente Hermes da Fonseca, que mandara construir casas operárias em subúrbios: não haveria “ocupação mais digna do homem de Estado e dos governos do que a melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas da fortuna”.¹⁰⁵ Note-se que o articulista insinuava que as classes pobres seriam merecedoras de caridade. Comentários desse tipo tentavam sutilmente apagar a luta dos trabalhadores pela superação da crise habitacional na Primeira República.

Percebamos a deslegitimação política, via pensamento filantrópico: “Nenhum deixa de olhar para a classe operária e de sentir-se obrigado a trabalhar para educá-la, enobrecê-la, dar-lhe vigor físico, elevá-la moral e intelectualmente”. Mas o auge da ocultação do

¹⁰³ *Correio da Manhã*. “Escravidão ou morte”. 21 de janeiro de 1911.

¹⁰⁴ CARONE, Edgard. *op. cit.* pp. 261, 262.

¹⁰⁵ *Correio da Manhã*. “Casas populares”. 07 de fevereiro de 1911.

conflito social se dava com a idéia de que a chamada boa sociedade estaria compelida a “incutir-lhe outro ideal que não seja a violenta guerra aos ricos, aos felizes, ou a nivelação de todos, mediante a *destruição impossível das desigualdades naturais ou adquiridas*” (grifo nosso).¹⁰⁶ Em outras palavras, caberia à classe trabalhadora o caminho da docilidade, uma vez que a luta por uma sociedade mais justa seria irrealizável. Além disso, a naturalização da desigualdade social chegava a esbarrar no providencialismo cristão.

De acordo com Gil Vidal, o mais importante nessa questão seria a saúde dos operários, daí a necessidade de construir casas para os mesmos. Tratava-se da interminável fórmula segundo a qual as moradias populares seriam “focos de epidemias”. Tal estigmatização ganhava força através da oposição assinalada entre os termos “habitações infectas” e “belas avenidas e intermináveis jardins”.¹⁰⁷ O projeto que o jornalista acreditava ser o mais apropriado para a classe trabalhadora foi bastante revelador.

O editorialista argumentava que as necessidades higiênicas das populações seriam adversas às habitações coletivas, pois os especialistas preconizavam a casa, embora pequena, de uma só família. É importante lembrar que, desde o século XIX, os higienistas vinham ordenando o modelo de família nuclear burguesa, que passava a ficar sob a guarda dos médicos, os detentores da ciência. Embora essa tutela fosse exercida sobre as diferentes classes sociais, em relação aos pobres o objetivo era transformá-los em corpos produtivos.¹⁰⁸

O mais interessante vinha a seguir: seria recomendável a casa afastada do centro da cidade e convenientemente arejada. De um lado, o arejo correspondia ao postulado médico da infecção, o qual consubstanciou os apelos às reformas urbanas do início do século XX. De outro, a estratégia de afastar a classe trabalhadora da região central da cidade – que revelava a preocupação com o *espaço* da habitação e não somente com *forma* – era um dos principais objetivos da remodelação espacial executada por Pereira Passos.¹⁰⁹

¹⁰⁶ *idem.*

¹⁰⁷ *idem.*

¹⁰⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 121.

¹⁰⁹ Em relação à polêmica entre Mauricio Abreu e Marcelo Magalhães, que discordou do primeiro ao acreditar que a fundamentação da questão da habitação não teria necessariamente de deslocado da *forma* para o *espaço*, acreditamos em que o problema esteja na generalização de qualquer uma dessas perspectivas; se por um lado, as exigências quanto à *forma* não sumiram nos anos posteriores à remodelação da capital, por outro, houve uma crescente preocupação com o *espaço* nos projetos de construção de casas populares e nas discussões

Defendido por Gil Vidal, o arrasamento das casas ocupadas pelos trabalhadores levaria à expulsão desses últimos do centro da cidade. Essa ação seria uma obrigação do Estado, devido à razão higiênica: “A administração pública tem o direito, tem antes o dever, de proibir, de destruir até, todas as habitações insalubres, todas as aglomerações imundas e pestilentas de seres humanos”.¹¹⁰ Como se tratava de um contexto conturbado, era necessário lembrar a crítica social possível ou inevitável nesse momento: não seria correto desabrigar tantas pessoas sem que antes fossem construídas, “em grande escala, casas para pobres de toda a natureza”.

O dinheiro para tamanho investimento poderia vir das ordens religiosas, “senhoras de grandes riquezas, grandes proprietárias urbanas”.¹¹¹ Não pensemos que esse comentário constituía uma crítica radical a tais ordens. O direito de propriedade era lei sagrada para os homens da grande imprensa, educados na melhor tradição liberal das escolas de direito do Oitocentos. Seria, antes de tudo, um ótimo investimento, capaz de lhes proporcionar segurança e boa remuneração, além, é claro, de uma “obra de amor ao próximo” – completava Vidal.¹¹² Não deixa de ser sugestivo o argumento de que a adoção dessa política poderia conferir “segurança” às ordens religiosas.

Na verdade, o comentário sobre o papel das ordens religiosas era uma apropriação dos escritos de Evaristo de Moraes, publicados no dia anterior, segundo os quais as Ordens Beneditina e Terceira da Penitência e as Irmandades da Misericórdia e da Candelária saberiam “sobejamente quanto é remunerador o lucro resultante da locação de prédios urbanos, mesmo quando são velhos, desgraçados, anti-higiênicos...”.¹¹³ O advogado acusou os seus devotos de negociarem com prostitutas e cafetões: “é sabido que as irmandades nunca se preocuparam com a *qualidade de inquilinos*, dando imoralíssima preferência às meretrizes e aos seus exploradores, uma vez que essa preferência lhes granjeasse renda elevada e locação constante, em determinadas zonas”. Lembrou ainda que certas instituições religiosas estariam “já pouco simpáticas e impopularizadas, por atos

travadas na grande imprensa. ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat...”; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para...

¹¹⁰ *Correio da Manhã*. “Casas populares”...

¹¹¹ *idem*.

¹¹² *Correio da Manhã*. “Casas populares”...

¹¹³ *Correio da Manhã*. “Dai habitação aos pobres!”. 06 de fevereiro de 1911.

manifestos de descaso para com a pobreza”¹¹⁴ – o que explicava o argumento de Gil Vidal no sentido de que as instituições religiosas poderiam garantir a sua segurança investindo na construção de habitações populares.

Portanto, Evaristo de Moraes acusava as ordens religiosas de reproduzirem a prática dos capitalistas, crítica à qual Gil Vidal se furtou. Na opinião desse último, a melhor solução para a crise habitacional seria a adoção da “cidade-jardim”. Cabe-nos, então, explicar o que seria exatamente essa proposta e quais seriam as conseqüências de sua implantação. Publicada em 1898, a teoria urbanística de Ebenezer Howard marcou a cultura urbana do século XX, ao tentar reunir as vantagens da cidade e do campo. O urbano compreenderia em seu centro um espaço comercial e administrativo, além de uma área anular destinada às habitações, cada uma provida de um jardim – enfim, uma zona industrial na periferia. Haveria avenidas largas e arborizadas, que conduziriam a um parque central. O projeto prezava uma vida comunal e autônoma, já que ele se concretizaria em uma localização distante da cidade. Da área de aproximadamente 6.000 acres, 5.000 seriam destinados ao cultivo e os mil restantes à cidade propriamente dita, existindo para tanto um controle rigoroso sobre os serviços e o número de habitantes – se esse excedesse o de 32.000 pessoas, uma nova “cidade-jardim” seria construída. Por fim, seu funcionamento seria como o de uma cooperativa: ao longo do tempo, os habitantes poderiam se tornar proprietários do solo, embora não das casas ou das empresas.¹¹⁵

É claro que essa fórmula ganhou redefinições segundo as especificidades de cada país. No entender das classes dominantes da capital federal, a “cidade-jardim” seria uma boa opção para os trabalhadores, principalmente, devido a sua localização afastada do centro da cidade – o que ratificava a crescente preocupação com o *espaço* da habitação.

Podemos, agora, chegar a uma conclusão a respeito dos escritos de Gil Vidal. Acreditamos que a sua maior intenção foi atenuar os possíveis efeitos negativos causados pelo imponderado texto de Evaristo de Moraes, publicado no dia anterior. O advogado condenava a acumulação de renda pelas ordens religiosas e pedia para elas financiarem a construção de habitações populares, como uma espécie de compensação aos abusos cometidos – dentre os quais o consentimento com a prostituição em seus imóveis. Gil

¹¹⁴ *idem.*

¹¹⁵ HOWARD, Ebenezer (1898). *Garden Cities of To-morrow*. Londres: Faber and Faber Ltd., 1946.

Vidal, por sua vez, não criticava a exploração do mercado imobiliário pelas mencionadas instituições e acrescentava que construir casas para os pobres seria economicamente vantajoso para elas. No entanto, a maior diferença entre os dois intelectuais estava no desejo de ocultação do conflito social pelo jornalista. Lembremos que, nessa mesma conjuntura, o advogado trabalhava abertamente com a oposição binária operários x burgueses, sendo evitada a perspectiva da luta de classes na grande imprensa da Primeira República. O estudioso das leis republicanas voltaria a trabalhar com esses termos ao tratar das favelas do Distrito Federal.

3.6. *EVARISTO DE MORAES E AS FAVELAS*

No início de 1911, no mesmo período em que um movimento insurrecional protagonizado por marinheiros negros e pobres era discutido na grande imprensa, o tema das favelas passou a ser intensamente abordado por Evaristo de Moraes. Se em 1905 Everardo Backheuser tentava mostrar onde moravam os pobres, agora, ao menos para o advogado, não havia mais dúvidas: nas favelas! Seja como for, escrevendo mais tarde sobre a lei habitacional criada em 1911, o construtor civil Antonio Jannuzzi destacou o “clamor geral das classes desfavorecidas da fortuna”¹¹⁶ – fenômeno que certamente se relacionava ao novo surto grevista que retomava as reivindicações salariais e a jornada de oito horas.¹¹⁷

No artigo “Pelos pobres!” – escrito sob a repercussão da ordem de despejo dos moradores do Morro de Santo Antonio enviada pela Saúde Pública –, Evaristo lembrou “a já tristemente famosa Favela”, provavelmente, para que o assunto pudesse ser discutido de forma mais ampla.¹¹⁸ O intelectual defendeu os moradores das favelas, através da crítica à classe governante; assim, afirmou que nos morros da Favela e de Santo Antonio haveria “a permanente exibição de uma vergonha nacional, produto da miséria, da torpe ganância e da indiferença administrativa”. Censurando as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro,

¹¹⁶ JANNUZZI, Antonio. *Escorço histórico do problema de construção de casas populares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1927. p. 8.

¹¹⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “A situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930”. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário. Natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970*. Rio de Janeiro: 1992. p. 30.

¹¹⁸ *Correio da Manhã*. “Pelos pobres!”. 23 de janeiro de 1911.

lembrou que nos países estrangeiros “cogitou-se, antes de tudo, de fornecer habitação aos ocupadores das casas velhas, votadas à demolição”.¹¹⁹

Evaristo colocou-se ao lado dos trabalhadores e afirmou que as favelas não existiriam se os governantes tivessem “a preocupação com o bem comum, unida à democrática preocupação de favorecer as classes pobres”. Por essa razão, atacou aqueles que eram contra o “princípio de proteção” à classe trabalhadora – “enxergando perigosa investida do socialismo...” – e lembrou a insuficiente ação da municipalidade no campo da habitação popular – as construções da Avenida Salvador de Sá e do Beco do Rio seriam “*raramente alugadas a verdadeiros operários*”.¹²⁰ O comentário de que os trabalhadores ficavam de fora das casas a eles destinadas era uma constante na imprensa operária.

Segundo Evaristo de Moraes, os motivos para a tentativa de permanência dos trabalhadores no centro da cidade não seriam somente materiais: “necessidades da existência, pela vida profissional, pela educação, por ligações familiares, por toda uma corrente de interesses e fatos”.¹²¹ Essa percepção das razões culturais dos populares é condizente com um pensamento que vem sendo desenvolvido na historiografia brasileira nas últimas duas décadas. Diversos estudiosos têm defendido a idéia de que, para entender a experiência da classe trabalhadora, não é suficiente tratar apenas das relações construídas no processo produtivo – seja no trabalho ou nos sindicatos. Isso porque os espaços de lazer comuns a esses homens tiveram um importante papel nas trocas culturais entre negros e brancos, brasileiros e estrangeiros – não obstante a existência de conflitos vários, é claro.¹²²

Além de explicar os motivos culturais da insistência dos trabalhadores em morar na área central, Evaristo mostrava como eles se viravam em plena “era das demolições”:

[...] os proletários, postos fora das *estalagens* ou *cortiços*, encheram as chamadas ‘casas de cômodos’, que se multiplicaram nestes últimos tempos: e, como não bastasse esse recurso, subiram os aludidos morros, engrossando extraordinariamente o número dos seus moradores.¹²³

Mais uma vez, as favelas eram colocadas como uma espécie de última opção das classes pobres. Recordemos que, em 1905, Backheuser escrevera que no Morro da Favela

¹¹⁹ *idem.*

¹²⁰ *idem.*

¹²¹ *idem.*

¹²² Ver: ARANTES, Erika Bastos. *op. cit.*

¹²³ *Correio da Manhã*. “Pelos pobres!”...

moravam “os mais pobres, os mais necessitados”.¹²⁴ Seja como for, a preocupação do advogado com o crescimento do número de moradores nos morros tinha também um lado prático: “anos atrás, a população da Favela poder-se-ia desalojar com máxima facilidade, mediante simples intervenção da policia e das autoridades militares”.¹²⁵ O mesmo se aplicaria ao Morro de Santo Antonio: “Igualmente, não seria tarefa difícil *limpar* o morro de Santo Antonio há uns dez anos atrás, agindo, apenas, o comandante da então Brigada Policial”. Fica evidente nesses trechos o lamento pela dificuldade de remover a população pobre das colinas cariocas. A retórica sanitarista estava presente no termo *limpar*.

Conforme foi visto neste trabalho, a percepção de que os morros abrigariam não apenas contraventores, mas também trabalhadores, fortalecera-se durante as reformas urbanas, devido ao agravamento da crise de habitações populares. Em um movimento curioso da memória social, o intelectual considerava mesmo que antes do “bota-abaixo” haveria poucas pessoas honestas na Favela. A sua população de outrora seria “na sua maioria constituída por criminosos e viciosos conhecidos e por soldados mais ou menos companheiros dos outros”.¹²⁶ Temos, assim, a certeza de que a Reforma Passos foi um marco temporal fundamental para os homens da Primeira República.

Evaristo não se desvencilhava dos preconceitos ilustrados de sua época. As favelas estariam tomadas por “malsinados casebres”, que instituiriam “redutos anti-higiênicos e imoralíssimos”, ou, simplesmente, “focos de infecção”. Mesmo seus golpes contra o senso comum acerca das habitações populares eram espreitados por pequenos estereótipos:

Em verdade, mora-se relativamente melhor naquelas pitorescas casinhas, feitas de um dia para o outro (...), do que se mora em um cubículo de casa de cômodos, mal dividido do vizinho, em promiscuidade revoltante, na constante fermentação de todas as misérias, entre quatro grossas paredes dos tempos coloniais...¹²⁷

O advogado combatia o mito de que as favelas seriam um “bicho de sete cabeças” no tocante à higiene e, ao mesmo tempo, reproduzia imagens preconceituosas contra os moradores das casas de cômodos. As paredes dos tempos coloniais seriam motivo de chiste não somente pela questão do envelhecimento de tais habitações, mas também por serem

¹²⁴ BACKHEUSER, Everardo. Onde moram os... (março de 1905). p. 94.

¹²⁵ *Correio da Manhã*. “Pelos pobres!”....

¹²⁶ *idem*.

¹²⁷ *idem*.

resquícios da estética colonial na paisagem do centro da cidade – que deveria ser o espelho da modernização por que passava o espaço público carioca.

Apesar de tudo, foi a favor da classe trabalhadora que Evaristo de Moraes escreveu. Nesse contexto, defender os moradores das favelas na grande imprensa era atitude difícil de encontrar, tal qual agulha em palheiro. Assim, pediu coerência ao desejo de remoção manifestado pelos governantes e chegou ao ponto de validar o direito de resistência dos habitantes do morros de Santo Antonio e da Favela:

[...] se o indiferentismo dos legisladores e administradores tem deixado até hoje insolúvel o problema das casas para operários, não é justo, não é humano, não é razoável usar de violências, nem de descabidas energias para compelir os moradores da Favela e do morro de Santo Antonio à pronta mudança. A crueldade orçaria, neste caso, por uma provocação à resistência, sob todos os pontos justificável.¹²⁸

Evaristo legitimava uma possível (ou presumível) resistência – palavra essa que pode ser vista como um eufemismo. Na parte final de seu texto, dava uma sugestão às classes dominantes, que certamente andavam assustadas com o novo surto de greves e a recentíssima Revolta da Chibata: “Cuidado, calma, prudência – são de bom conselho, nessas conjunturas apertadas, em que o pobre tem direito de exigir que se lhe respeite a própria miséria, principalmente causada pela incúria dos poderosos”.¹²⁹

Escrever em prol dos direitos dos trabalhadores, sem perder de vista os interesses dos proprietários, eis a fina arte de Evaristo de Moraes, que citou os espaços onde a “labuta proletária” estaria presente:

[...] a Saúde; com certos aspectos da pobreza sofredora, amontoada nas ruelas transversais da Cidade Nova; com os antros do baixo vício – que mal se dissimulam na *zona estragada* de entre a Conceição e Núncio; nem com os tristes redutos da miséria – que atualmente dominam a cidade do cimo da Favela e do Morro de Santo Antonio.¹³⁰

Refletamos sobre essa pequena geografia operária realizada por Evaristo. A Saúde e a Cidade Nova integravam a zona a que hoje certos pesquisadores chamam de Pequena África¹³¹, uma área marcada pela forte presença da música e das festas populares na

¹²⁸ *idem.*

¹²⁹ *idem.*

¹³⁰ *Correio da Manhã*. “Um reduto da pobreza. Ainda o Morro de Santo Antonio”. 16 de fevereiro de 1911.

¹³¹ Ver: MOURA, Roberto. *op. cit.*; VELLOSO, Monica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. Vale ressaltar que Maria Cecília Velasco e Cruz criticou a reificação da denotação do conceito de “território

Primeira República. O primeiro bairro pertencia à região portuária, um importante local de sociabilidade dos trabalhadores, que reunia diversas associações recreativas¹³² e grande parte dos candomblés da cidade, freqüentados por negros e brancos.¹³³ Entretanto, naquele trecho, a Saúde acabou sendo reduzida ao sofrimento maior que a penúria causaria a seus habitantes. A referência às “ruelas transversais” revelava o contraste de uma área tida como decadente com o Rio de Janeiro moderno, cortado por largas avenidas. A rua estreita indicava o planejamento de acordo com a lógica do pedestre, enquanto o *boulevard* apontava para a estruturação segundo o privilégio do automóvel – que era um dos símbolos mais conhecidos da modernidade.¹³⁴ Já a expressão *zona estragada* dá uma noção da imagem negativa dos territórios do meretrício nessa sociedade.¹³⁵ Colocadas como “tristes redutos da miséria”, as favelas, mais uma vez, eram vistas como espaços da pobreza no Distrito Federal.

Seja como for, Evaristo de Moraes não tratou a região portuária e as favelas como territórios das “classes perigosas”, o que era comum entre os repórteres da época. A associação mecânica entre pobreza e crime está ausente dos seus escritos. No que diz respeito à visão social, é notável a diferença entre o advogado e os anônimos jornalistas da Primeira República. Em 1911, enquanto o primeiro procurava defender os interesses dos moradores das favelas, os profissionais do *Correio da Manhã* escreviam:

negro”, como uma territorialidade geográfica, o que “pode levar à mitificação da existência de uma pequena África na Saúde e adjacências habitada por maioria negra, o que não é verdadeiro”. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000. p. 277.

¹³² Ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PEREIRA, Leonardo Afonso Pereira de Miranda. “E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. Em 1926, um jornalista chegou a afirmar, possivelmente com exagero, que o Morro da Favela comportava mais de 50 Sociedades Carnavalescas. *Correio da Manhã*. “Uma caravana do...”.

¹³³ Essa idéia pode ser encontrada nos textos de João do Rio, publicados na *Gazeta de Notícias* e reunidos em: RIO, João do. (Paulo Barreto). *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro/ Paris: H. Garnier [s.d].

¹³⁴ Não por acaso, João do Rio o eternizou em uma crônica: “o automóvel é o criador da época vertiginosa em que tudo se faz depressa. [...] O automóvel fez-nos ter [...] pena do passado”. RIO, João do. (Paulo Barreto). “A era do automóvel”. In: RIO, João (Paulo Barreto). *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro/ Paris: H. Garnier, 1911. pp. 4, 9. *apud*: NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *op. cit.* p. 17.

¹³⁵ Sobre a prostituição no Rio de Janeiro da Primeira República, ver: MENEZES, Lená Medeiros. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

O celeberrimo morro da Favela, o terrível reduto de criminosos de envolta com os deserdados da sorte, ali criminosamente consentidos pela polícia, o fatídico emaranhado de rudimentares casinhas feitas de taipa, cobertas de zinco, ontem, mais uma vez, foi horrivelmente ensangüentado.¹³⁶

O procedimento em relação ao bairro da Saúde não era muito diferente:

A Saúde, a nossa White Chapel, abriga verdadeiros antros da miséria e do crime. É preciso andar armado para atravessar à noite, certos pontos do perigoso bairro. Os armazéns 12,13 e 14 do Cais do Porto.¹³⁷

A opção de Evaristo por discutir as favelas sem perder de vista os demais bairros populares mostrava-se acertada, porque dessa forma evitava a tendência de tratar as primeiras como “bodes expiatórios” da questão habitacional. Mesmo reproduzindo o estereótipo da “outra cidade” incrustada no Rio de Janeiro, a lucidez crítica do jurista evidencia-se no comentário sobre a prioridade dada às obras de embelezamento, em detrimento das de infra-estrutura, no que aludiu novamente à Reforma Passos:

[...] se o valoroso e enérgico dr. Francisco Passos tivesse visto o que já era, no seu tempo, as verdadeiras ‘cidades’ da Favela e do morro de Santo Antonio, se ele pudesse analisar de perto a extrema penúria que ia ocasionando a formação dessas aglomerações lamentáveis; não permitiria que se gastassem 12 ou 14 MIL CONTOS na elevação quase inútil do pomposo ornamento da Avenida que se chama TEATRO MUNICIPAL.¹³⁸

Evaristo de Moraes polemizava a retirada dos moradores do Morro de Santo Antonio e apontava para o equivocado comportamento dos poderes públicos, no tocante às favelas:

[...] tudo aquilo se construiu deploravelmente, na Favela e em Santo Antonio, porque houve manifesto desleixo das autoridades públicas ou forçada condescendência delas, diante da falta de habitações para a pobreza. Não há como fugir a esta ponderação, quando se sabe que vigoram leis federais e municipais referentes às construções e, não obstante, se ergueram, só no morro de Santo Antonio, nada menos de 800 ou 900 casebres, onde moram perto de 5.000 pessoas!¹³⁹

¹³⁶ *Correio da Manhã*. “Mais sangue na Favela”. 06 de agosto de 1911.

¹³⁷ *Correio da Manhã*. “A escorralha do Rio de Janeiro”. 25 de novembro de 1911. Sendo o lugar de moradia da classe operária londrina e de observação do espetáculo da miséria pela classe intelectual, White Chapel integrava a parte da cidade apelidada no final do século XIX de East End. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *op. cit.*

¹³⁸ *Correio da Manhã*. “Um reduto da...”.

¹³⁹ *idem*.

Pois bem, desleixo ou condescendência das autoridades em face do código que regulava a construção na capital. Certos autores¹⁴⁰ concordaram em que o Estado teria possibilitado o surgimento de favelas nos morros cariocas ao promulgar o intrigante decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903: “Os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto que se lance mão para a obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações mediante licença”. Mauricio Abreu acreditou que a permanência das favelas não esbarraria nos interesses do capital, uma vez que elas forneceriam uma reserva de mão-de-obra para a indústria, as atividades de construção civil e a prestação de serviços, entre eles os domésticos. Além disso, após as reformas urbanas, quando o Estado transferiu à classe trabalhadora grande parte dos custos de sua reprodução, talvez ele tenha sido obrigado aceitar a presença das favelas no tecido urbano do Distrito Federal.¹⁴¹

Pelo que se depreende, as favelas que preocupavam Evaristo de Moraes seriam aquelas existentes nos morros da Favela e de Santo Antonio, localizadas no perímetro central. Defendendo a população pobre da cidade, o jurista contestou a ordem de despejo recebida pelos moradores daquela segunda colina. Em fevereiro de 1911, surgiu uma grande discussão: o Morro de Santo Antonio seria ou não propriedade da União? O advogado havia recebido uma carta de Orozimbo Lincoln do Nascimento, responsável pelo Observatório Astronômico da Escola Politécnica, que se localizava na referida colina. O *Correio da Manhã* publicou na íntegra essa mensagem originalmente destinada ao intelectual, a qual citava a cessão pelo Governo da certidão de compra e venda do Morro de Santo Antonio, em 1891, à Companhia de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, também empresária da demolição do outeiro. Assim, na década de 1910, os proprietários seriam os herdeiros do comendador José Marcelino Pereira de Moraes, que adquirira a colina, bem como a concessão de seu desmonte, em praça do Juízo Comercial da liquidação forçada de tal firma.¹⁴²

Apesar de o Governo ter alegado a caducidade da aludida concessão, Evaristo ratificou a validade dos documentos que comprovavam o pertencimento do Morro de Santo Antonio aos herdeiros de José Marcelino de Moraes e advertiu: “A Diretoria de Saúde

¹⁴⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 265; ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional no...* p. 107; VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo...* p. 267; MARINS, Paulo César Garcez. *op. cit.* p. 154.

¹⁴¹ ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 41.

¹⁴² *Correio da Manhã*. “O Morro de Santo Antonio será propriedade da União?”. 21 de Fevereiro de 1911.

Pública tem razão para intervir no morro, *usando da imprescindível benignidade e da consideração devida à pobreza*: ao Patrimônio Nacional, porém, não assiste o direito de vexar os moradores, nem de lhes fazer qualquer intimação, visto como o morro de Santo Antonio não pertence ao Estado”.¹⁴³

Evaristo comentou o editorial do *Jornal do Brasil*, de 16 de fevereiro de 1911, segundo o qual estivera presente em uma reunião com os habitantes daquela colina, tendo manifestado “alguma oposição às medidas administrativas”.¹⁴⁴ Explicou que fora procurado por uma comissão de moradores do Morro de Santo Antonio, à qual informara que nada poderia fazer como advogado em relação à maioria da população ameaçada de despejo – somente poucos teriam chances de obter sucesso na esfera judicial. Dessa forma, recomendara calma a tais pessoas, uma vez que do ponto de vista legal as autoridades tinham razão nas intimações.

Vemos no parágrafo anterior a preocupação de Evaristo de Moraes quanto à possibilidade de ser visto como um indivíduo que desprezasse as leis do Estado – afinal, ele sempre condicionara sua solidariedade aos trabalhadores à manutenção dos limites da legalidade. Por isso, tratou de esclarecer sua postura nesse episódio: *dura lex, sed lex*. Outro fato interessante foi a comissão organizada pelos moradores do Morro de Santo Antonio; essa passagem nos mostra que tais pessoas identificavam possíveis interlocutores e companheiros de luta no interior da *esfera pública* burguesa. Portanto, esse é mais um indício da luta dos moradores das favelas pelo direito à cidade na Primeira República, um tema sobre o qual a grande imprensa costumava silenciar.

Citemos como exemplo nesse sentido a resistência dos moradores da Favela à tentativa de demolição de suas casas, por determinação da Saúde Pública, dirigida por Oswaldo Cruz, em 1907. Esse assunto só foi tratado mais abertamente dois anos mais tarde, quando um jornalista lembrou, em tom de crítica, que os habitantes da colina haviam protestado em frente às redações dos jornais cariocas. Em decorrência dessa atitude, “a imprensa, ou uma parte dela, clamou que se queria destruir o asilo dos pobres deixando-os sem teto”.¹⁴⁵ O interessante é que esses habitantes também procuraram lutar na Justiça

¹⁴³ *Correio da Manhã*. “O Morro de Santo Antonio não é propriedade da União”. 22 de fevereiro de 1911.

¹⁴⁴ *Correio da Manhã*. “Ainda o morro de Santo Antonio. Desfazendo intrigas”. 18 de fevereiro de 1911.

¹⁴⁵ *Careta*. *op. cit.* A descrição completa do episódio é encontrada em: MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do...”*. pp. 58-72.

Sanitária contra a intimação da Saúde Pública. A historiadora Eneida Queiroz citou em seu trabalho uma autuação de manutenção de posse dessa época realizada por Antonio Izidoro Gonçalves, residente à Rua Dr. Rego Barros, número 101, no Morro da Favela.¹⁴⁶

O recurso à Justiça era mais uma forma de resistência empregada pela classe trabalhadora no processo mais amplo das reformas urbanas da Primeira República, o que justificava o fato de o “advogado dos operários” ter sido procurado pelos moradores do Morro de Santo Antonio.¹⁴⁷ Evaristo de Moraes preocupou-se também em livrar os moradores da colina das violentas ações policiais da Primeira República.¹⁴⁸ Por essa razão, tratava-os como “criaturas ordeiras e, na sua maioria, já prontas a abandonar seus casebres, se o governo cruelmente insistir na ordem de mudança imediata”.¹⁴⁹

3.7. JOÃO DO RIO E O MORRO DE SANTO ANTONIO

A ordem de despejo dos moradores do Morro de Santo Antonio relacionava-se ao projeto de melhoramentos e embelezamento do Rio de Janeiro. Em novembro de 1911, a grande imprensa julgava que a remodelação empreendida pela administração Pereira Passos atingira apenas a parte plana da cidade, principalmente aquela próxima ao mar. Teria faltado o cuidado com a parte acidentada da capital, ou seja, “os morros que tanta graça e realce poderiam imprimir à cidade, caso não permanecessem no lastimável abandono em que se encontram”.¹⁵⁰

A Reforma Passos era considerada pelos contemporâneos como uma obra inacabada, o que consubstanciava a vigência do ideal reformista nos anos 1910. As melhorias propostas pelo prefeito General Bento Ribeiro visavam à demolição da “série de pardieiros atulhados de gente que vive em luta aberta com a polícia e com todas as

¹⁴⁶ QUEIROZ, Eneida Quadros. *Ciência e capital...* pp. 46-52.

¹⁴⁷ Ameaçados de despejo em abril de 1916, os habitantes do Morro de Santo Antonio conseguiram no mês de maio um adiamento da execução da ordem judicial. Mas, no mês seguinte, foram surpreendidos com um incêndio, provavelmente criminoso, que destruiu grande parte de suas casas. ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 41.

¹⁴⁸ No período em que se envolveu mais diretamente com as associações de trabalhadores, Evaristo costumava enfrentar as arbitrariedades da polícia contra os trabalhadores, que, considerados foras da lei, tornavam-se vítimas da ação policial e ficavam excluídos da proteção judicial. MENDONÇA, Juseli Maria Nunes. *op. cit.* p. 67.

¹⁴⁹ *Correio da Manhã*. “Ainda o morro de Santo Antonio...”.

¹⁵⁰ *Correio da Manhã*. “O prefeito vai cuidar do embelezamento do Morro de Santo Antonio”. 02 de novembro de 1911.

exigências da nossa repartição sanitária”.¹⁵¹ Aqui o Morro de Santo Antonio era colocado como um duplo problema de higiene e de segurança.

A idéia do prefeito era aproveitar a bela vista que se descortinava do morro e transformá-lo em um aprazível logradouro público, como o Cerro de Santa Lucia, no Chile, e o morro Pincio, em Roma. Além de presentear a colina com um sofisticado trabalho de arquitetura paisagista, o General Bento Ribeiro pretendia construir em seu cume o palácio do Congresso.¹⁵²

Apesar dos poucos recursos de que dispunha a municipalidade, eram muitos os planos para o Morro de Santo Antonio, como, por exemplo, transformá-lo em uma vila operária modelo. De concreto, apenas que a colina estava em evidência na *esfera pública* desde o ano anterior, quando parte de suas casas foi demolida. O interessante é que, em seguida, os seus moradores receberam autorização do governo para construir no Morro da Mangueira¹⁵³ – em outro indício da luta pela cidade dos moradores das favelas na Primeira República. Com o tempo passou a existir nesse último uma área chamada de Morro de Santo Antonio, para onde foi também a população desabrigada com o desmonte do Morro do Castelo, no início da década de 1920.¹⁵⁴

Em 1911, João do Rio aproveitou o destaque que o Morro de Santo Antonio vinha recebendo nos jornais cariocas e incluiu no livro *Vida Vertiginosa* uma crônica de 1908 sobre a mesma colina. Originalmente publicado na *Gazeta de Notícias* como “A cidade do morro de Santo Antonio – Impressão noturna”, o texto agora ganhava um novo título, mais dramático e condizente com a delicada situação em que se encontravam os moradores do outeiro: “Os livres acampamentos da miséria”.¹⁵⁵

Ambos os títulos referiam-se aos temas dominantes na crônica. Por um lado, o Morro de Santo Antonio seria uma “outra cidade” incrustada no Distrito Federal e, por outro, o espaço da pobreza na capital. Na primeira perspectiva, João do Rio até encontrou evidências para evitar tal discurso e apontar para as possibilidades de manifestação do

¹⁵¹ *idem.*

¹⁵² *idem.*

¹⁵³ ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 41.

¹⁵⁴ SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 134.

¹⁵⁵ *Gazeta de Notícias*. “A cidade do Morro de Santo Antonio – Impressão noturna”. 03 de novembro de 1908; RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos da Miséria”. In: RODRIGUES, João Carlos Rodrigues (org.). *Histórias da gente alegre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

*encontro*¹⁵⁶ entre os habitantes de diferentes raças e classes da cidade do Rio de Janeiro. Segundo os moradores da colina, muitas pessoas costumavam visitar os seresteiros da localidade: “Seu tenente Juca – confidenciou o soldado – ainda ontem passou a noite inteira com a gente”.¹⁵⁷

Mas os “óculos” através dos quais o *flâneur* enxergava a cultura da *Belle Époque* carioca eram pesados demais: “Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade”; “percebi [...] que estava numa cidade dentro da grande cidade”.¹⁵⁸ Note-se que o discurso da “outra cidade” se unia ao estigma do sertão, que na obra de Euclides da Cunha se opunha à “civilização” por duas vias distintas: por ser o território da barbárie – tal como haviam concebido a elite imperial e o olhar estrangeiro ilustrado – e por denotar a pureza e a essencialidade de um lugar afastado das cidades litorâneas, tidas como sombrias e promíscuas. É claro que a interpretação do sertão e de sua população como o outro indesejado, símbolo daquilo que não se podia conceber como nacional, alinhava-se com a noção que se tinha ao nível do senso comum.¹⁵⁹

Na segunda perspectiva, o Morro de Santo Antonio seria uma “curiosa vila de miséria indolente” ou mesmo o “arraial da sordidez alegre”, onde haveria o “horror inconsciente da miséria cantadeira”.¹⁶⁰ Percebamos aqui o estereótipo da apatia e da preguiça das classes pobres – que justificariam sua posição inferior na hierarquia social –, além do começo da associação pública dos morros à alegria e à musicalidade, elementos que na década de 1920 definiriam a chamada cultura popular brasileira.¹⁶¹

Em uma comparação com as idéias de Evaristo de Moraes, vimos que esse, embora tenha evitado a representação da “outra cidade” em diferentes oportunidades, certa vez consentiu em que os morros da Favela e de Santo Antonio seriam “verdadeiras

¹⁵⁶ Exemplos de trabalhos que abordam o *encontro* na Primeira República podem ser vistos em VIANNA, Hermano. *op. cit.*; GARDEL, André. *O encontro entre Bandeira e Sinhô*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

¹⁵⁷ RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos...”. p. 79.

¹⁵⁸ *ibid.* Respetivamente, pp. 80 e 81.

¹⁵⁹ Essa leitura de *Os Sertões* foi desenvolvida em: OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 22, n. 44, 2002.

¹⁶⁰ RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos...”. pp. 81 (primeira citação) e 84 (segunda e terceira citações).

¹⁶¹ Os intelectuais da revista *D. Quixote* polemizavam a idéia de que a tristeza seria o elemento identificador da nacionalidade, ao passo que Oswald de Andrade repetia frases como “É preciso extirpar as glândulas lacrimais” e “A alegria é a prova dos nove”. VELLOSO, Monica Pimenta. *Que cara tem o Brasil?: culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p. 53.

‘cidades’”.¹⁶² O advogado também escreveu que as favelas seriam o espaço por excelência da pobreza na capital federal, embora o tenha feito em tom de denúncia, sem culpabilizar os seus habitantes através de adjetivos como “indolente” ou ironias da estirpe de “sordidez alegre”. O seu pensamento sobre a pobreza às vezes adentrava os limites da patologia social, no que ia novamente ao encontro de João do Rio, que expressou em sua crônica a lamentação pela suposta existência de um “horror inconsciente”.

Assim como Evaristo de Moraes, João do Rio reproduzia o artifício segundo o qual a simples descrição dos “casebres” significava a acusação das péssimas condições de moradia nos morros: “De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão com cercados, indicando quintais”; “Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras”.¹⁶³

Os dois autores concordavam em que as habitações populares seriam focos de epidemias, tanto que João do Rio vira “tossindo e escarrado, inteiramente indiferente à nossa entrada, um mulato esquelético, que parecia tísico”. E completou: “lembrei-me que a varíola cairia ali ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca dos variolosos. Então, apertei o passo de todo”.¹⁶⁴

O retratista das ruas do Rio de Janeiro discordava de Evaristo de Moraes ao acreditar que as favelas não seriam propriamente lugares habitados pelos trabalhadores: “Aquele gente era operária? Não”.¹⁶⁵ Assim, acentuava a presença de “mulheres perdidas, inteiramente da gandaia [...] de casais com união livre, mulheres tomadas”. Essa rotulação negativa relacionava-se ao fato de que a atitude das mulheres do Morro de Santo Antonio se contrapunha aos estereótipos previstos para o sexo feminino, o qual se pretendia também impingir às camadas pobres.¹⁶⁶ Além disso, a moral popular podia funcionar de modo diferente aos valores das classes dominantes.¹⁶⁷

Mais adiante, João do Rio relativizou essa visão pejorativa dos moradores do Morro de Santo Antonio: “Mas também há casas de famílias, com meninas decentes”. Depois de perguntar a profissão dos habitantes mais respeitáveis dessas moradias, afirmou com certo

¹⁶² *Correio da Manhã*. “Um reduto da pobreza. Ainda o Morro de Santo Antonio”...

¹⁶³ RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos...”. Respectivamente, pp. 80 e 81.

¹⁶⁴ *ibid.* Respectivamente, pp. 82 e 84.

¹⁶⁵ *ibid.* Respectivamente, pp. 81 e 82.

¹⁶⁶ Ver: SOIHET, Rachel. *Condição feminina e...*

¹⁶⁷ Ver: ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

sarcasmo: “Quase todos são operários, ‘mas estão parados’”.¹⁶⁸ Portanto, temos aqui apenas o esboço ou o arremedo do discurso segundo o qual haveria nas favelas não apenas *desviantes*, mas também trabalhadores.

João do Rio distanciava-se de Evaristo de Moraes ao dar indícios de que o Morro de Santo Antonio seria um território das “classes perigosas”. Ao passear pela localidade com um grupo de seresteiros que parava de porta em porta, o primeiro contou que, “de vez em quando, os amantes surgem rugindo, com o revólver na mão”. Ou que o cantador de nome Benedito mostrou-lhe “quatro ou cinco sinais de facadas e de balaços no corpo seco e musculoso”. Tudo porque “Nesta empolgante sociedade [...] cada homem é apenas um animal de instintos impulsivos”.¹⁶⁹ Vemos aqui que, assim como Everardo Backheuser, o dândi carioca repetia teses do naturalismo ao descrever os locais de moradia da classe trabalhadora.

Pequenas observações de caráter demeritório contribuía para estigmatizar ainda mais os moradores do Morro de Santo Antonio: “Só na grande rua que descemos encontramos mais dois botequins e uma casa de pasto, que dá ceias. [...] Está tudo acordado e o Parati corre como não corre a água”.¹⁷⁰ Nessa passagem, a referência aos bares tinha um sentido pejorativo, pois na época a grande imprensa fazia uma campanha contra essa que era a principal opção de lazer dos trabalhadores do sexo masculino. Esse esforço se inseria em um quadro maior de tentativa de imposição de hábitos de trabalho burgueses no Rio de Janeiro, uma vez que, freqüentando esses espaços, a classe trabalhadora quebrava a rotina de produção idealizada pelos patrões.¹⁷¹

Naquele trecho, a menção ao consumo exagerado de cachaça (Parati) também tinha conseqüências negativas; os artigos contra o álcool eram constantes nos órgãos de comunicação da Primeira República. O líquido etílico podia ser visto como “o maior inimigo do homem, exercendo a mais funesta influência no organismo”, além de constituir “talvez o maior fato para a criminalidade, na formação de delinqüentes”.¹⁷² Não obstante,

¹⁶⁸ RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos...”. p. 82.

¹⁶⁹ *ibid.* Respectivamente, pp. 82 e 81.

¹⁷⁰ *ibid.* p. 81.

¹⁷¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* pp. 257, 258.

¹⁷² *Correio da Manhã*. “Excitado pelo álcool, um mau homem espanca a companheira a pau e mata uma filhinha”. 09 de janeiro de 1914.

devido às vendas legais de “bebidas ordinárias [...] a ordem pública é, com especial e notória freqüência, perturbada por indivíduos alcoolizados”.¹⁷³

A campanha contra o álcool uniu preocupações higienistas e policiais.¹⁷⁴ Não poderia ser outra a conclusão sobre esse lugar onde as mulheres apresentavam um comportamento vulgar, os homens tinham marcas de facadas e tiros no corpo, as pessoas em idade produtiva estavam sem ocupação, típicos tossiam e escarravam na frente dos visitantes, a cantoria atravessava a madrugada, as casas eram construídas com materiais estranhos à arquitetura formal, os botequins existiam aos montes e a cachaça era mais consumida do que a água: “um acampamento de indolência, livre de todas as leis”.¹⁷⁵

Está certo que Evaristo de Moraes legou registros parecidos com os de João do Rio ao ver nas favelas uma “outra cidade” dentro do Rio de Janeiro, o espaço por excelência da pobreza na capital e um perigoso “foco de epidemias”. Mas o seu entendimento mais amplo sobre o que eram e de que processos sociais resultavam esses espaços passava longe do painel exótico e estigmatizante que vimos no parágrafo anterior.

Evaristo aproveitava a oportunidade de escrever na grande imprensa para reivindicar melhorias a uma parcela da classe trabalhadora, que não havia alcançado ainda um de seus direitos mais elementares: o da habitação. Certamente, não lhe interessava revelar aos leitores cariocas os aspectos tidos como pitorescos dos morros situados no centro da capital, tendo sido essa a opção de João do Rio – embora seja possível identificar na obra desse último o enfoque da modernização urbana como fator de desaparecimento das tradições populares e da memória cultural da cidade.¹⁷⁶ O advogado tinha outros objetivos, como, por exemplo, discutir a transformação do projeto de casas populares em lei.

3.8. LEI PROTETORA?

¹⁷³ *Correio da Manhã*. “Um mal que precisa de correção. A venda licenciosa de bebidas”. 07 de janeiro de 1916.

¹⁷⁴ Ver: MENEZES, Ary Fialho de. *Aspectos Médicos e legais da luta anti-alcoólica no Rio de Janeiro, entre 1915-1940. A construção de demandas e de objetos de saber*. Monografia (Especialização em Assistência a Dependentes de Álcool e outras Drogas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁷⁵ RIO, João do (Paulo Barreto). “Os livres acampamentos...”. p. 84.

¹⁷⁶ Ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988. Uma análise histórica especificamente dedicada às crônicas de João do Rio é encontrada em: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio – A cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

A lei 2.407, de 18 de janeiro de 1911, foi a coroação de uma obra iniciada com o projeto n. 337, de 1905, que, originário na câmara dos deputados, adentrara o Senado em 1906, sob a denominação 54-A. Evaristo de Moraes apontou as lacunas mais flagrantes da referida lei, as quais seriam resultantes do medo do socialismo “que tanto apavora a nossa plutocrática e oligárquica República”. Ao mesmo tempo, denunciou as grandes vantagens concedidas aos empresários que se propusessem a construir habitações populares.¹⁷⁷ Ou seja, entre as reivindicações de Gil Vidal e de Evaristo, as do primeiro intelectual tinham maior aceitação na “sociedade política”.

Da combinação da lei federal com a municipal, resultava a isenção das obrigações aduaneiras e de vários impostos, o que tornava a construção pouco dispendiosa e os juros do capital empregado mais compensadores. O grande negócio que se armara não passou despercebido pelo senso crítico do advogado: “que falta para animar nossos capitalistas a esse bom emprego de fundos, que vale, ao mesmo tempo, por um serviço humanitário e por uma obra patriótica?”.¹⁷⁸

Com o intuito de abrandar o possível radicalismo de suas idéias, Evaristo de Moraes citou a doutrina evangélica (depois aceita pela Igreja Cristã) segundo a qual “*os ricos devem compensação aos pobres* – princípio que teria “a mais justa das aplicações” no caso da habitação popular.¹⁷⁹ Lembremos que, na segunda metade da década de 1910, o autor utilizou o mesmo artifício na defesa do anarquista Edgard Leuenroth, ao mesclar a relativização do direito de propriedade presente nessa vertente política com elementos de história das religiões.¹⁸⁰ O intelectual também podia recorrer à religião cristã para comprovar hipóteses sociológicas, conforme o fizera em 1893, ao discorrer sobre os líderes que influenciavam as massas: “A petulância, a firmeza na voz, a confiança na própria pessoa, uma palavra feliz magnetizam a multidão. Assim agiu Jesus anunciando o Messias redentor, assim agiu Pedro, o Eremita, gritando, com o dedo misticamente voltado para o Oriente: Deus o quer, Deus o quer!”¹⁸¹

¹⁷⁷ *Correio da Manhã*. “Casas para pobres. Aos capitalistas”. 01 de Fevereiro de 1911.

¹⁷⁸ *idem*.

¹⁷⁹ *idem*.

¹⁸⁰ MENDONÇA, Juseli Maria Nunes. *op. cit.* p. 168.

¹⁸¹ MORAES, Evaristo de. *A criminalidade das multidões (ensaio de psicologia coletiva)*. Rio de Janeiro: Typ. d' A Verdade, 1898. p. 06.

Evaristo mais uma vez se valeu da “emoção” ao mencionar “a pobreza trabalhadora e honrada que nem possui habitação decente e higiênica, e mal consegue ganhar o pão mesquinho e suado de cada dia”. Isso em contraposição aos capitalistas, que teriam o hábito de se apoiar em relações e amizades para obter vantagens do Estado, sem se preocupar com a coletividade.¹⁸² Embora o advogado tenha, em um primeiro momento, beirado o sensacional – que foi uma fórmula desenvolvida pela grande imprensa para se aproximar de um público ampliado –, a oposição binária capitalistas x proletários era recorrente nos panfletos operários. Portanto, vemos aqui a dinâmica de aproximação e distanciamento do “campo” jornalístico do período.

A idéia de Evaristo de Moraes era a de que a classe proprietária devia uma compensação aos trabalhadores; para convencê-la, lembrou, nas entrelinhas, a ameaça de um contexto marcado pelos protestos operários: indenizando os pobres, “cumprirão o mais elementar dos seus deveres, aliás, *sem correr o menor risco*” (grifo nosso). O jurista acreditava na possibilidade de os capitalistas ajudarem o Governo a proteger os proletários, uma vez que os primeiros tirariam vantagens imediatas dessa atitude.¹⁸³

O atendimento das reivindicações da classe trabalhadora também seria conveniente aos estratos dominantes. Essa astúcia argumentativa estava presente em outros textos do autor, conforme podemos ver em *Apontamentos de Direito Operário*: seria interesse do Estado a modificação do sistema “que deprime a energia humana e provoca a degeneração da classe trabalhadora”.¹⁸⁴ Aqui devemos descontar os possíveis resquícios da teoria da degeneração urbana. Seja como for, a proposição de Evaristo de Moraes era o avesso da de Gil Vidal, que via na satisfação dos interesses dos proprietários o caminho mais apropriado para a resolução dos problemas dos proletários.

O pedido de compensação às classes pobres era uma versão abrandada do “princípio de proteção”, que despertava nas elites o medo do socialismo. A luta de Evaristo pela construção de habitações higiênicas se inseria na questão maior dos direitos operários, que incluíam as cooperativas, os sindicatos e os bancos populares. Por essa razão, não desanimava na propaganda dessas “novidades irrealizáveis”, nos dizeres de um amigo seu que, embora “muito dedicado”, via o Brasil como uma “terra de calor e de preguiça, talvez

¹⁸² *Correio da Manhã*. “Casas para pobres. Aos capitalistas”...

¹⁸³ *idem*.

¹⁸⁴ MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*... p. 88.

ainda saudosa do trabalho escravo”.¹⁸⁵ Notemos aqui a influência do determinismo geográfico e o discurso relativo à natural subserviência do negro, que seria decorrente de sua suposta inferioridade racial. Na verdade, havia o descrédito em relação a uma classe trabalhadora que contava com um grande número de afro-descendentes em sua constituição. Nesse sentido, a noção de que os negros e os mulatos estariam em um estado de anomia ou patologia social no período do pós-abolição se explicava diretamente pela herança do escravismo.¹⁸⁶

Atentar para a presença da população de ascendência africana na formação da classe trabalhadora é fundamental para compreendermos as suas demandas, assim como as suas representações. A historiografia brasileira por muito tempo trabalhou com a idéia de que, após a abolição, os brancos (principalmente os imigrantes) teriam simplesmente substituído os libertos e os seus descendentes.¹⁸⁷ A partir de questionamentos providos dos estudos sobre a escravidão e a classe trabalhadora, os negros vão sendo incluídos na História do trabalho no Brasil; hoje não é mais possível negar o contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravos e livres no processo de formação da classe trabalhadora.¹⁸⁸

Os discursos pejorativos sobre o povo brasileiro estavam na ordem do dia. O que mais desanimava o advogado era o desrespeito à legislação social, que, por si só, já seria bastante limitada. Não obstante, haveria a própria inação dos proletários, que teriam

¹⁸⁵ *Correio da Manhã*. “Casas populares e isenção de direitos”. 03 de fevereiro de 1911.

¹⁸⁶ Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco...*

¹⁸⁷ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História*, São Paulo, n.16, fev., 1998.

¹⁸⁸ Essa perspectiva foi adotada nos trabalhos, listados a seguir, em ordem cronológica: REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, 1993; CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1998; REIS, João José. De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel: Rede Unitrabalho, 2001; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; LOPES, José Sérgio. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. In: BATALHA, C., SILVA, F.T., FORTES, A. (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, EdUnicamp, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró (2004). “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *op. cit.*; MATTOS, Marcelo Badaró (2005). *Experiências comuns. Escravizados...*; ARANTES, Erika Bastos (2005). *op. cit.*; COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *Trabalhadores do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: Algumas experiências organizativas*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006; TERRA, Paulo Cruz. *op. cit.* Outros estudos, no entanto, haviam focado o negro no pós-abolição: ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

esquecido a lei referente aos sindicatos e às cooperativas, deixando de formar associações “dignas daqueles títulos, e permitindo que [...] se estejam enfeitando com eles agremiações e estabelecimentos de índole diferentíssima”.¹⁸⁹ Vale ressaltar que o pessimismo de Evaristo de Moraes em relação ao operariado nacional fortalecera-se após sua ruptura com antigos companheiros de militância, como Mariano Garcia, em 1909.¹⁹⁰

Diante de tantos dissabores, o advogado perguntava qual rumo tomaria a lei 2.407, de 1911. Afinal, no imbróglio da questão da habitação popular, vencera no Governo a idéia de que a supressão das dificuldades dos proprietários tinha prioridade. Evaristo não se inquietou com essa história e passou a enfatizar aquilo que seria a farra da isenção de impostos na referida lei. Vale ressaltar que a política de concessão de privilégios aos construtores fora experimentada nas últimas décadas do século XIX. O intelectual devia saber que diversas companhias haviam aproveitado a isenção dos direitos de importação para comprar material de construção destinado a moradias não populares. Para driblar a fiscalização, os empresários apresentavam projetos de casas operárias e depois os modificavam ou, então, importavam os materiais espaçadamente.¹⁹¹

Ao abordar esse assunto em outro artigo, Evaristo de Moraes livrou-se do tom negativo e lançou mão de uma de suas maiores virtudes: a de tornar o vocabulário jurídico mais acessível à classe trabalhadora.¹⁹² Explicou que, na lei 2.407, de 1911, os incentivos fiscais partiam dos executivos federal e municipal e só podiam ser dispensados a associações construtoras – que deveriam realizar um contrato com a Prefeitura, sem caráter de monopólio, para a construção de certo número de habitações. Assim, as associações construtoras obteriam isenção de todos os impostos dependentes da jurisdição municipal, pelo prazo mínimo de 15 anos – muito mais do que os cinco anos reivindicados por Antonio Jannuzzi, em 1909 –, além de poderem requerer os seguintes favores federais: dispensa das taxas de transmissão relativas à importação de materiais (exceto madeira), foros, laudêmios, entre outros; isenção de selo federal; e cessão gratuita de terrenos de propriedade da União, que não lhe fossem necessários.¹⁹³ Lembremos que o mencionado

¹⁸⁹ *Correio da Manhã*. “Casas populares e isenção de direitos”...

¹⁹⁰ MENDONÇA, Juseli Nunes. *op. cit.* p. 89.

¹⁹¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um...* p. 314.

¹⁹² *Correio da Manhã*. “Ainda e sempre as casas populares. Resume-se a lei e reclama-se o regulamento”. 15 de março de 1911.

¹⁹³ *idem*.

construtor italiano pedira a isenção de direitos de importação – conforme concedido pelo recente ato legislativo – e a cessão de todos os terrenos de propriedade da União nas adjacências da estrada de ferro, entre a capital e Belém (nesse ponto, a lei deixava a questão em aberto ao se referir às terras que não fossem úteis ao Governo).

Evaristo continuou a explicação. Os contratos com a municipalidade referiam-se a edificações em zonas salubres, com ruas que tinham pelo menos 15 metros de largura, ou que estivessem destinadas a esse alargamento – aqui vemos a atenção dedicada ao *espaço* da habitação. Cada prédio deveria ter uma entrada independente para uso exclusivo dos ocupantes – o que revela também o não abandono da preocupação com a *forma* da casa. O Governo expediria um regulamento, no qual seriam estabelecidos os variados tipos de construções, bem como taxados os correspondentes aluguéis. Haveria a cassação dos favores cedidos às associações construtoras caso ficasse provado o desrespeito a essas normas e a aplicação indevida dos materiais importados com isenção de direitos – recordando que os fiscais teriam um papel fundamental ao zelar pelo cumprimento da lei.¹⁹⁴

Outra questão essencial dizia respeito à proteção do proletariado na aquisição dos imóveis, uma vez que a lei obrigava as associações construtoras a vendê-los e a expedir título provisório de domínio em favor dos locatários. Para tanto, esses últimos teriam de se comprometer a pagar as prestações estipuladas – com o acréscimo de uma bonificação de 10% –, além de efetuar seguro de vida em garantia das associações construtoras.¹⁹⁵ Parecia que a transformação dos operários em proprietários, reivindicada desde o final do Oitocentos, encontrava agora respaldo jurídico.

Evaristo de Moraes se disse feliz porque duas idéias suas haviam sido incluídas na versão final da lei: a já comentada faculdade de aquisição do imóvel pelo ocupante e a possibilidade de as caixas econômicas empregarem seus saldos anuais em empréstimos hipotecários às empresas construtoras de casas populares.¹⁹⁶ Vale mencionar que Antonio Jannuzzi também defendera a idéia de que em “qualquer outro Estado do mundo civilizado, a *Caixa Econômica* [...] dispõe dos seus capitais para vantagem exclusiva do povo,

¹⁹⁴ *idem.*

¹⁹⁵ *idem.*

¹⁹⁶ *idem.*

favorecendo-lhe especialmente a construção das casas [...]”.¹⁹⁷ A diferença era que o construtor italiano reivindicara o financiamento pela caixa econômica no valor de dois terços das habitações a serem construídas, e o ato legislativo em questão concedia 50%. O advogado contou ainda que a inclusão dessas prerrogativas fora fruto da atuação de Alcindo Guanabara na “sociedade política”¹⁹⁸ – o mesmo jornalista que detonara, em 1905, n’*O Paiz*, a campanha pela construção de moradias, analisada no capítulo anterior. Vemos aqui a presença dos representantes da grande imprensa no Governo e o seu poder de influência.

Feito o resumo da lei 2.407, de 1911, Evaristo comentou que ela não teria o menor préstimo se o seu regulamento não fosse escrito. No segundo semestre, o advogado iniciava uma nova luta, pois os políticos pareciam não estar empenhados em combater a chamada questão habitacional: “Segundo se depreende de sua inércia, o governo não está disposto a executar a lei”.¹⁹⁹

O estudioso do Direito percebera que a lei referente à construção de casas populares podia cair no esquecimento devido à falta de um regulamento. Descobriu que os governantes temiam que o dinheiro depositado na Caixa Econômica estivesse em risco, ao que retrucou dizendo que os empréstimos daquela instituição não eram obrigatórios – a lei somente concedia autorização ao poder executivo, que podia ou não se utilizar dela, indefinidamente. Conviria ainda, segundo Evaristo, averiguar a extensão do favor ou a importância possível dos empréstimos, que poderiam exceder, anualmente, o valor da metade do saldo verificado entre os depósitos e as retiradas havidas no ano anterior.²⁰⁰ Portanto, Evaristo achava que a lei seria até tímida na dispensa dos favores pecuniários – ainda mais se comparada ao que se praticava nos países europeus.

O jurista soube que o outro receio dos políticos se relacionava à dificuldade de proteger a alfândega contra os abusos na importação dos materiais de construção. Quanto a isso, Evaristo afirmou que o perigo não seria incontornável se houvesse organização e fiscalização por parte do Estado; assim, além de a nomeação dos fiscais ser escrupulosa, o regulamento deveria consignar normas para os pedidos de isenção.²⁰¹

¹⁹⁷ JANNUZZI, Antonio. *Pelo Povo: monographia...* p. XXIV.

¹⁹⁸ *Correio da Manhã*. “Ainda e sempre...”.

¹⁹⁹ *Correio da Manhã*. “Ainda e... sempre as casas populares”. 21 de agosto de 1911.

²⁰⁰ *idem*.

²⁰¹ *idem*.

O otimismo de Evaristo de Moraes não era exatamente inocente: “os piores animadores das fraudes são certos fiscais que o governo coloca junto às empresas”. Mesmo assim, haveria o derradeiro recurso de “buscar homens sérios e competentes, desprezando as injunções da politicagem e do compadresco”.²⁰² O advogado encerrava seu texto contradizendo os discursos de que não seria possível manter sequer a ilusão da defesa aduaneira no Brasil. Certamente, essa atitude era um misto de esperança e consciência das artimanhas governamentais característica entre aqueles que militavam por uma sociedade mais justa – na qual, acima de tudo, os direitos fundamentais da classe trabalhadora deveriam ser respeitados, como, por exemplo, o direito à habitação.

Na análise da campanha de Evaristo de Moraes pela construção de habitações higiênicas, podemos ressaltar, primeiramente, a crítica aos capitalistas, o olhar condescendente com a classe trabalhadora e o apoio às suas reivindicações. Nesse sentido, os seus escritos no *Correio da Manhã* foram um importante contraponto às práticas de “fabricação do consentimento”²⁰³ da grande imprensa no período. O seu esforço em tornar o vocabulário jurídico mais acessível aos trabalhadores, certamente, propiciou-lhes um maior entendimento acerca dos seus direitos. De certa forma, a sua atuação naquele jornal foi um complemento às defesas que empreendia nos tribunais, em virtude das quais se tornou conhecido como o “advogado dos operários”.

Não há dúvida de que parte dos trabalhadores reconhecia Evaristo como um possível interlocutor ou aliado no espaço público, conforme vimos na ocasião em que os moradores do Morro de Santo Antonio, ameaçados de despejo pela Saúde Pública, procuraram-no em busca de orientação. Esse episódio mostra que o recurso à Justiça era mais uma forma de resistência empregada pela classe trabalhadora no processo mais amplo das reformas urbanas da Primeira República.²⁰⁴

Ao mesmo tempo que os artigos do advogado sobre a habitação popular podiam fortalecer a luta dos trabalhadores contra a classe proprietária, notamos nesses escritos a presença do preconceito ilustrado, do sensacional e do não dito em relação ao direito à cidade dos populares. Assim, a sua experiência no *Correio da Manhã* o aproximava dos

²⁰² *idem*.

²⁰³ CHOMSKY, Noam. *op. cit.* p. 43.

²⁰⁴ QUEIROZ, Eneida Quadros. A guerra do... p. 24.

numerosos repórteres anônimos, que reproduziam a estratégia de “ocultar mostrando” e transformavam a crise de moradias em um drama.

É necessário enfatizar que não existia contradição entre a militância política de Evaristo e as concepções científicas por ele manifestadas – sendo essas duas dimensões coerentes entre si para um socialista da Primeira República. Havia, de fato, uma forte comunicação entre o socialismo e o positivismo, que também decorria da identificação entre o segundo e o republicanismo. Mais amplamente, as idéias de Auguste Comte sobre o progresso e o aperfeiçoamento da sociedade, por meio do reconhecimento e da aplicação racional dos princípios científicos, colocavam em contato as diferentes vertentes políticas que se opunham à orientação liberal do período. Em resumo, a aproximação entre o socialismo e o positivismo era efetuada através do cientificismo.²⁰⁵

Conforme argumentamos, não havia incoerência quando Evaristo de Moraes concordava com os jornalistas anônimos e a classe proprietária quanto aos motivos de ordem moral e higiênica que condenavam as habitações coletivas e as favelas. A discordância fundamental e incontornável entre o advogado e aqueles interlocutores estava na forma como o regime republicano deveria encaminhar a crise de moradias na capital.

Por que, então, destacar no pensamento de Evaristo a dinâmica de aproximação e distanciamento do “campo” jornalístico de sua época? Nesse caso, a resposta é clara: ainda que o objetivo do advogado fosse a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, ao reafirmar aquilo que distinguia os moradores dos morros e os estigmatizava como incivilizados, o intelectual contribuía para o estabelecimento de uma tradição de pensamento sobre as favelas, que as colocava como um problema de ordem moral e higiênica. Essa questão talvez seja capaz de mostrar ainda o quão tortuosos eram os caminhos pelos quais os discursos a favor de uma sociedade mais democrática, nos quais a noção de cidadania fosse ampliada, podiam se manifestar na Primeira República.

Sabemos que nem todos os reformadores agiam por maquiavelismo ou por interesses escusos, tendo vários deles conseguido, através de muita insistência, vitórias significativas contra flagelos que realmente precisavam ser controlados.²⁰⁶ Ao que

²⁰⁵ MENDONÇA, Juseli Nunes. *op. cit.* p. 321.

²⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril...* p. 56.

podemos acrescentar que os jornalistas geralmente manipulam melhor quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo.²⁰⁷

ANEXO 2

DECRETO N.º. 2.407 DE 18 DE JANEIRO DE 1911

CONCEDE DIVERSOS FAVORES ÀS ASSOCIAÇÕES QUE SE PROPUZEREM A CONSTRUIR CASAS PARA HABITAÇÕES DE PROLETARIOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução.

Art. 1. - O Poder Executivo concederá ás associações que se propuzerem a construir casas para habitações de proletarios dentro ou fóra do perimetro urbano desta Capital, de accôrdo com os typos e os preços de alugueis que forem estabelecidos no regulamento desta lei e nos termos do art. 4. os favores seguintes:

a) - isenção dos impostos de importação e taxa de expediente sobre os materiaes que se destinarem ás referidas construcções, excepto madeiras, assim como de qualquer outros impostos, fóros e laudemios, relativos aos terrenos e aos predios, sua aquisição e transmissão;

b) - isenção de sello federal em qualquer contracto referente ás construcções que forem autorizadas;

c) - concessão gratuita de terrenos, de propriedade federal, que não forem necessários a outros serviços da União, a juizo do Governo.

Art. 2. - Só terão direito a favores expressos no artigo antecedente as associações que, sem o character de monopolio, houverem celebrado com o Governo do município contractos para essas construcções e delle obtido isenção pelo prazo de 15 annos, pelo menos, de todos os impostos e taxas dependentes da jurisdicção municipal, relativos á aquisição de terrenos, construcção, posse e transferencia dos immoveis:

1. - A essa autoridade ficarão ellas igualmente subordinadas em tudo quanto for concernente á escolha das zonas para as construcções aos ruamentos e aos serviços de hygiene, ficando entendido:

a) - que as construcções serão feitas em terrenos e zonas perfeitamente salubres, e ruas que tenham pelo menos 15 metros de largura ou estejam obrigadas a esse alargamento;

b) - que ás construcções em terrenos baldios precederá o arruamento para a installação posterior dos serviços de agua, luz e esgotos;

c) - que cada predio terá entrada independente para o uso exclusivo de seus occupantes.

2. - Tambem terão direito aos favores do art. 1. as associações, já existentes, com character de mutualidade, entre empregados em serviços federaes, ficando sujeitas ás

²⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão...* p. 21.

prescrições desta lei, excepto a condição do prévio contracto com a Municipalidade, á qual, entretanto, se poderão dirigir por intermédio do Ministerio de que forem dependentes os mesmos empregados, para o fim de obterem as concessões de que trata o art. 2.

Art. 3. - Serão cassados por actos do Poder Executivo, no todo ou em parte, os favores acima concedidos, desde que se prove em qualquer tempo:

a) - que foram desviados da sua applicação os materiaes importados com isenção de direitos;

b) - que o numero e fórma das divisões internas de qualquer das casas tenham sido alterados, de maneira a modificar o typo escolhido;

c) - que o preço do aluguel que effectivamente esteja pagando o inquilino seja, de facto superior ao typo escolhido, qualquer que possa ser, directo ou indirecto, á razão dessa differença.

Parapho unico - Uma vez verificada qualquer das hypotheses acima figuradas, o Poder Executivo procederá judicialmente contra o responsavel, pela acção competente (decreto numero 848, de 11 de Outubro de 1890), para haver as importancias dos impostos até então dispensados, assim como a dos emprestimos de que trata o art. 7..

Art. 4. - O Governo estabelecerá, no regulamento que expedir, os varios typos de casas, cuja construcção gosará dos favores concedidos, especificando para cada typo o material necessario, o valor do seu custo total e o preço maximo pelo qual poderá ser alugado ou vendido.

Todos os annos, esta parte do regulamento será revista, para a inclusão dos novos typos, planejados pelo Governo ou por elle acceitos, sobre propostas dos interessados, e para suppressão dos anteriores, quando convier; devendo-se attender, nessa revisão a todas as variações de preços dos materiaes e da mão de obra.

1. - Os typos de construcção, em hypothese alguma, serão de valor inferior a 5:000\$000 nas ruas, praças, e avenidas centraes da cidade, ou de seus arrabaldes mais importantes, e o aluguel mensal não poderá exceder á somma correspondente ao juro bruto de 15 % sobre o seu custo, comprehendido do respectivo terreno.

2. - A associação constructora é obrigada a vender pelo preço correspondente ao respectivo custo, bonificando de 10 %, no maximo, a casa effectivamente occupada pelo locatario que pretender adquiril-a, quer esse preço seja offerecido á vista, quer haja sido pago em prestações com ella convencionados, só podendo, porém, ser objecto de venda ás casas que constituirem habitação isolada.

3. - A Associação expedirá titulo provisorio de propriedade ao locatario que se propuzer a adquirir o predio que occupar, tomando em beneficio della um seguro de vida, liquidavel ao fim do prazo estipulado ou, por sua morte, em qualquer tempo, de valor equivalente ao preço official do immovel, segundo o respectivo typo, contando que a companhia seguradora esteja á plena fiscalização do Governo e tenha por este approvadas as tabellas de premios de seus seguros.

Este titulo ficará só annullado no caso de abandono ou caducidade do seguro, por falta de pagamento dos respectivos premios, e conferirá o dominio pleno desde o momento da liquidação do seguro.

4. - Os predios construidos com favores desta lei não poderão ser sublocados a preços superiores aos nella estabelecidos, nem gravados pelos seus adquirentes de hypotheca ou outro onus real que possa acarretar a perda da sua propriedade, á má transmissão só terá lugar por titulo de successão legitima ou testamentaria.

Art. 5. - Sempre que a Associação constructora desejar obter quaesquer das isenções referidas no art. 1. deverá provar que o terreno em que pretender construir está não gravado por hypotheca ou outro qualquer onus real. Uma vez deferido o pedido, a associação registralo-á no Thesouro Nacional, devendo o registro mencionar o typo, o lugar e o valor da construcção projectada, de accôrdo com as especificações do regulamento a que se refere o art. 4..

Art. 6. - O requerimento para a isenção de impostos deverá sempre referir - a todo o material necessario para cada casa ou cada grupo de casas, especificando a qualidade e a quantidade dos objectos a importar, bem como relação numerica entre essa quantidade e as construcções autorizadas; devendo o despacho que conceder a isenção abranger a totalidade do referido material. Para tal fim, os requerentes se servirão de formulas impressas de accôrdo com o modelo que o regulamento determinar, o qual deverá facilitar o confronto immediato entre o material necessario para as construcções projectadas, nos termos do art. 4. e aquelle que fôr objecto de isenção requerida.

Art. 7. - O Poder Executivo fica autorizado a auxiliar as associações accissionarias a construcção de casas populares com emprestimos da Caixa Economica, sendo que o valor total desses emprestimos não deverá exceder, annualmente, ao da metade do saldo verificado entre os depositos e as retiradas havidas no anno anterior.

1. - Os emprestimos deverão ser garantidos por titulos da divida publica, ou por hypothecas dos predios construidos, na razão de 50 % (cincoenta por cento) do valor destes, e vencerão o juro de 5 % ao anno, além da taxa de amortização cumulativa, para ficarem resgatados, no prazo maximo de 20 annos.

2. - Quando forem objectos de hypothecas os predios gravados com a condição de se transferirem para o dominio dos locatarios, o emprestimo relativo será integralmente liquidado no acto da transferencia.

Art. 8. - As associações concessionarias serão obrigadas a pagar as despezas de fiscalização dos seus contractos, recolhendo, por semestre adiantado, as sommas que forem arbitradas pelo Governo.

Art. 9. - Os favores concedidos por essa lei para o Districto Federal, serão estendidos, com os mesmos onus e obrigações, ás associações das capitaes estaduaes que tiverem obtido dos respectivos Governos Municipaes e dos Estados na parte que a cada um delles pertencer, todas as isenções a que se referem os artigos 1. e 2..

Paragrapho unico - Ao Governo da União competirá tambem, neste caso, estabelecer os typos de construcção, de accôrdo com as informações de seus fiscaes relativos dos preços locaes da mão de obra e dos materiaes, assim como do clima e demais condições peculiares à Capital em que a construcção se tiver de fazer.

Art. 10 - O fallecimento do proprietario das pequenas casas, de que trata essa lei, não obriga a partilha do immovel emquanto existirem herdeiros menores; attingindo maioridade de todos elles, a partilha se fará, livre de quaesquer impostos de transmissão de herança.

Art. 11 - Si o individuo que tiver começado a comprar um immovel fallecer antes de haver terminado a compra, seus herdeiros poderão continuar a fazel-o, nas mesmas condições, completando as prestações devidas.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrario.

4 – LIMA BARRETO X *CORREIO DA MANHÃ*: A POLARIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE AS FAVELAS E AS HABITAÇÕES COLETIVAS

4.1. A *QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA GRANDE IMPRENSA*

Ao longo de 1920, o *Correio da Manhã* empreendeu uma forte campanha pela construção de casas populares, tendo atuado a partir de duas vertentes: o aumento do preço dos aluguéis e a crise habitacional que atingia as camadas pobres. O jornalista e deputado federal Costa Rego censurou o prefeito Sá Freire por ter elogiado a proposta de construção de habitações de madeira, realizada por empresários norte-americanos. O preconceito ilustrado informava sua crítica ao fato de que as ruas próximas à imponente Avenida Central comportavam casas baixas, “de um único andar e algumas até sem nenhum andar, servindo à instalação de pequenos armazéns de secos e molhados, fedendo à cebola e à carne seca”.¹

Em meio à reprodução da premissa higienista segundo a qual as habitações populares seriam focos de doenças contagiosas, Costa Rego defendia a verticalização dos prédios do centro da cidade, tendência urbana que era tida como um indicativo de modernidade:

[...] o espaço onde há uma casa, habitada por uma única família, poderia destinar-se a um prédio imenso, com acomodações para cinco, seis, sete, oito famílias, prédio dividido em andares, não os andares acanhados e infectos que por aí vemos, mas amplos, arejados, com instalações modernas.²

Note-se que o jornalista estava de olho nas transformações que estavam ocorrendo no mundo, mas também em seu próprio país. No período 1920/1933, o Rio de Janeiro se verticalizou, tendo surgido um grande número de prédios de apartamentos.³ A predileção do deputado federal pelas habitações com mais de um pavimento o levou a depreciar a legislação

¹ *Correio da Manhã*. “A necessidade de morar”. 20 de março de 1920.

² *idem*.

³ Em 1920, a cidade do Rio de Janeiro comportava 111.732 prédios de um pavimento, 14.919 de 2 pavimentos, 2.756 de 3 pavimentos, 192 de quatro pavimentos e 33 de 5-6 pavimentos. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 184, 185. Foi no novo centro, no bairro Serrador (atual Cinelândia), e no mais novo e salubre arrabalde, Copacabana, que despontaram as construções emblemáticas da chegada de uma nova era na paisagem urbana carioca: os arranha-céus. O edifício do cinema Capitólio, com dez pavimentos, construído em 1925, é considerado o primeiro arranha-céu da cidade. VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia...* pp. 63, 64.

municipal – que deveria ter definido na época da Reforma Passos uma regra pela qual construções em certas zonas tivessem obrigatoriamente um determinado número de andares.⁴

Nos anos 1920, o surgimento de novas demandas urbanas expunha as lacunas ou o possível envelhecimento das reformas promovidas por Pereira Passos. O principal objetivo de Costa Rego era criticar o projeto de construção de casas de madeira, contra o qual o diretor de obras Otávio Pena já havia se pronunciado.⁵ O interessante é que a execução desse plano no Brasil, ou mais especificamente na capital, tornava-se polêmica devido à existência das favelas, em cujos espaços as moradias constituídas com aquele tipo de material apresentavam um aspecto desolador para as elites. Se Costa Rego fora impiedoso com os prédios de apenas um pavimento, o que esperar de seus comentários sobre a proposta do sindicato norte-americano? “O alvitre das casas de madeira chega a ser ridículo” .⁶

O articulista mostrou-se irritado com a possibilidade de aprovação do projeto de construção de casas de madeira. Por essa razão, a análise do fragmento a seguir deve levar em consideração que, no tocante às favelas, a palavra “sanear” não significava apenas “tornar são, habitável”, mas, principalmente, remover as construções de uma determinada localidade:

A moradia nesses morros, desde que os saneássemos e lhes déssemos construções novas, grandes e sólidas, não será só agradável à vista; seria ainda saudável com o são poucas zonas da cidade. O acesso lhes seria fácil, por meio de planos inclinados, elevadores e estradas para automóvel.⁷

Não tenhamos dúvida de que a vontade do jornalista era demolir as casas construídas nas favelas: “À exceção de Santa Thereza e da Tijuca, os morros do Rio estão cheios de choupanas, são focos de malandragem, centros preferidos do vício e do crime, sítios onde a polícia tem que desenvolver uma vigilância extenuante”.⁸ A escolha do termo “choupanas” era tanto uma censura à estética de tais moradias como uma referência ao sertão, que também era tido como um símbolo da barbárie e da não civilização. Seja como for, as favelas eram tratadas como o território das “classes perigosas”, sendo essa a sua imagem mais comum durante a Primeira República.

⁴ *Correio da Manhã*. “A necessidade de morar”...

⁵ O técnico da Prefeitura justificou esse posicionamento por dois motivos: primeiro, porque as casas tinham 32 metros quadrados, o que impossibilitava o cumprimento das prescrições municipais; segundo, porque as moradias seriam colocadas à venda (através de prestações) e não alugadas. *Correio da Manhã*. “Procurando resolver o problema da habitação”. 20 de março de 1920.

⁶ *Correio da Manhã*. “A necessidade de morar”...

⁷ *idem*.

⁸ *idem*.

No segundo semestre de 1920, o debate tornou-se mais urgente com a atuação da Associação dos Construtores Cíveis do Rio de Janeiro, que foi astuta ao perceber a grande oportunidade que se abria com a pressão da classe trabalhadora por melhores condições de vida, no que o tema da habitação ganhava destaque. Representante do referido grupo, o italiano Antonio Jannuzzi chegou a conferenciar com o presidente da República, a quem apresentou um projeto em nome de sua firma, a Antonio Jannuzzi & Filhos. O engenheiro estrangeiro pretendia formar uma grande empresa construtora de habitações para funcionários públicos e operários – que veio a ser a Sociedade Construtora de Casas Proletárias –, negócio que, é claro, interessava a muitos construtores da capital. O pedido de privilégios aparecia logo na primeira linha de sua carta de intenções: do volumoso capital inicial necessário à concretização da proposta, a empresa entraria somente com 10% do valor. O restante poderia ser emprestado pelo Estado a um juro módico (5%), adquirido nos bancos ou conseguido por meio de qualquer outra operação de crédito que o Governo achasse conveniente.⁹

Em contrapartida aos favorecimentos, a empresa proposta por Antonio Jannuzzi daria como penhor os 10% do capital empregado, a idoneidade das firmas que a compunham, a primeira hipoteca de todos os prédios e o seguro de vida no valor de cada construção, que seria feito na pessoa do inquilino.¹⁰ Um direito da classe trabalhadora – em favor do qual Evaristo de Moraes tanto lutara – parecia solidificado a essa altura: a possibilidade de aquisição do imóvel pelo proletário ou funcionário público. Desde o primeiro aluguel, o inquilino ganharia o título provisório de propriedade, que se tornaria definitivo após 15 anos – ou mesmo antes, caso aquele o quisesse. Ao mesmo tempo, o locatário seria segurado em vida (no valor do prédio) pela empresa; assim, se viesse a morrer, o Governo e a família não teriam prejuízos.¹¹

Os favores pecuniários reivindicados pelos construtores civis eram menos acanhados do que aqueles estabelecidos na lei 2.407, de 18 de janeiro de 1911. Essa acenava com a possibilidade de a União emprestar 50% do valor estimativo das casas (e não 90%, conforme Antonio Jannuzzi pleiteava em 1920), através de uma série de textos publicados no poderoso

⁹ *Correio da Manhã*. “O problema da habitação”. 14 de junho de 1920.

¹⁰ *idem*.

¹¹ Em uma exposição no salão nobre do Club de Engenharia, foram exibidas pranchas com uma vista panorâmica das vilas a serem construídas, assim como as plantas e as fachadas das unidades coletivas e particulares, com seus respectivos preços. Esse material foi reunido em: JANNUZZI, Antonio. *Escorço histórico do...* A análise arquitetônica do projeto de casas populares do construtor italiano é vista em: GRIECO, Bettina Zellner. *op. cit.* pp. 80-88.

Jornal do Commercio. O concorrente *Correio da Manhã* não abriu espaço para artigos assinados pelo engenheiro italiano, mas, em compensação, reproduziu em tom de concordância os temas vinculados à campanha de tais empresários, em reportagens cotidianas.

Esse último jornal soube se aproveitar da ocasião ao prestar uma espécie de satisfação aos trabalhadores – por meio da abordagem da chamada questão social – e, ao mesmo tempo, apoiar a campanha dos construtores civis. Esse parecia ser o momento mais adequado para pressionar o Governo a acatar os interesses da iniciativa privada. Não por acaso, a matéria sobre a proposta encaminhada por Antonio Jannuzzi ganhou um título que transcendia seu caráter corporativista, como se tratasse somente de assunto de interesse público: “O problema da habitação”.¹²

A Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro havia sido fundada em 1919. O seu presidente Antonio Jannuzzi vinha empreendendo uma grande campanha junto à imprensa, ao Executivo e ao Conselho Municipal, na qual pregava a união de esforços entre os poderes públicos e as firmas particulares¹³ – ou seja, um discurso idêntico ao que os jornais da grande imprensa adotaram na época. O *Correio da Manhã* anunciava que havia “um indício de reação viva contra a crise das casas”, tendo em vista a profusão de planos apresentados pela “iniciativa particular com o intuito de erguer novas construções”.¹⁴ Vemos aqui certo louvor à atitude dos empresários do setor da construção civil, que os destituía de qualquer tipo de interesse econômico. Outro detalhe: a movimentação pela resolução da questão da habitação parecia vir única e exclusivamente do grupo dos construtores civis, e não da classe trabalhadora – que nesse contexto invadira o espaço público com suas reivindicações por melhores condições de vida.

O *Correio da Manhã* relacionava a atual situação ao “fenômeno da aglomeração cosmopolita que aqui se concentrou, depois de restabelecidas as comunicações com a Europa e de criada nas cidades do interior do Brasil uma corrente de deslocação de habitantes que vieram instalar-se no Rio”¹⁵. Assistimos nessa citação a um tipo de análise social reducionista e consagrado pelo tempo, que incorre na responsabilização da migração interna pelo adensamento populacional nas metrópoles – nos dias de hoje, a associação das favelas aos nordestinos é amplamente divulgada nos meios de comunicação brasileiros. O jornalista também lembrou a Primeira Guerra Mundial como um possível desencadeador do deslocamento populacional para o

¹² *Correio da Manhã*. “O problema da habitação”...

¹³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 109.

¹⁴ *Correio da Manhã*. “A questão da casa”. 15 de junho de 1920.

¹⁵ *idem*.

Brasil. Mas deixou de dizer que o conflito contribuíra para o aumento do déficit habitacional ao elevar os preços dos materiais importados – o que diminuiu a uma oitava parte o número de construções e reconstruções na capital.¹⁶

Não foi apenas a Grande Guerra que criou uma conjuntura desfavorável ao setor habitacional. Podemos apontar para “o capital imobiliário, retendo grandes áreas de terra nos subúrbios, o monopólio detido pela *Light* e pela *Leopoldina Railway* de grande parte dos serviços de transporte oferecidos às áreas suburbanas, aliado às exigências crescentes no tocante à construção de prédios”.¹⁷ O crescimento populacional e a necessidade de um juro compensador para o capital empregado também haviam contribuído para o aumento do preço dos aluguéis.¹⁸

O *Correio da Manhã* destacou o tema dos aluguéis, cujo aumento teria ocorrido “em proporções assustadoras”¹⁹ – ou seja, de 30% a 50% nas casas destinadas à moradia, enquanto nos imóveis alugados para fins comerciais não haveria limites para o reajuste. Na opinião do jornalista, a razão para tamanho descontrole seria a “ganância dos proprietários”, motivo pelo qual apoiava a criação de um regime legal que estabelecesse igualmente as garantias dos inquilinos e dos proprietários em tal relação. O repórter argumentava que o contrato de aluguel, da forma como existia, seria antes uma garantia para o proprietário – principalmente, no contexto de crise habitacional, quando esse último podia ditar as cláusulas que quisesse.²⁰

Toda essa preocupação com os direitos da classe trabalhadora se explicava pela pressão que eles vinham realizando no espaço público. Na conjuntura da virada da década de 1910 para a de 1920, que realçou a chamada questão social, as classes sociais se agitaram e a política tomou conhecimento de sua realidade.²¹ Por isso, o conflito havia de ser ocultado nas páginas do jornal: “pode-se dizer que o interesse do inquilino e do proprietário constituem [sic] um único interesse. Por que não se unem ambos para provocar a criação dum regime que só lhes pode dar sossego e garantia mútuas?”.²² Percebamos que, na premência de os proprietários cederem às reivindicações dos trabalhadores, o *Correio da Manhã* apontava para a necessidade de uma

¹⁶ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* p. 120.

¹⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 107.

¹⁸ ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *op. cit.* p. 120.

¹⁹ *Correio da Manhã*. “A questão da casa”...

²⁰ *idem*.

²¹ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo. 1922-1938*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 55.

²² *Correio da Manhã*. “A questão da casa”...

negociação mais igualitária, já que as aspirações de um não se rivalizariam com as do outro. Nesse sentido, é rica de significados a frase: “O momento é o mais propício”.

A mesma matéria deixava claro que havia nessa conjuntura a percepção de que a cidade mudara de feição e que a questão da habitação girava em torno de um problema maior, novo, de ordem urbana – não por acaso, a década de 1920 seria a do urbanismo no Brasil: “O Rio de Janeiro não pode mais viver como há vinte ou trinta anos; [...] é uma grande capital onde os problemas urbanos, de ordem municipal como de ordem social, aparecem e se multiplicam todos os dias”.²³ Tema constante nas literaturas francesa e inglesa do século XIX, o medo das multidões estava presente: “a vida toma cada vez mais o aspecto das imensas aglomerações humanas da Europa e requer já outras soluções”.²⁴

A campanha do *Correio da Manhã* em prol dos interesses dos construtores civis fica evidenciada pela idéia de que eles poderiam promover uma ação possivelmente civilizadora na capital federal: “[...] a iniciativa popular, bem orientada, pode dentro de pouco tempo senão resolver o problema, pelo menos atenuar-lhe em grande parte os efeitos”. Por fim, vemos a bandeira de luta da Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro, que era a união de esforços entre os poderes públicos e empresas particulares: “as soluções, aí, tem que ser administrativas, com o aproveitamento sistemático das iniciativas particulares de que possa resultar um incremento das construções”. Isso, “sem a exigência de favores fiscais intempestivos e exagerados”, relativizava o jornal.²⁵

O problema era que, sem esses alentados privilégios concedidos pelo Estado, os construtores não viam nas casas populares um investimento seguro. A discussão sobre a crise habitacional tomava um vulto cada vez maior, pois a Liga dos Inquilinos e Consumidores, fundada por servidores municipais do Rio de Janeiro, estava disposta a lutar contra o aumento desenfreado dos aluguéis. A luta pela moradia constituiu um movimento duradouro e efetivo das classes médias nos anos 1920, quando mudaram de tática e radicalizaram sua ação. Assim, a questão da habitação foi um dos pontos de atrito entre a chamada pequena burguesia e as oligarquias no poder. No primeiro ano daquela década, a referida liga pressionou o Governo para que ele construísse casas, tendo pedido o apoio dos jornais, enviado memoriais aos poderes

²³ *idem.*

²⁴ *idem.*

²⁵ *idem.*

públicos ou mesmo sugerido o não pagamento dos aluguéis. Em 1921, novas formas de luta foram empregadas, como a realização de comícios esporádicos, nos quais eram defendidos o desrespeito à ordem constituída e a greve geral dos inquilinos – além da idéia de levar móveis para a praça pública em sinal de protesto.²⁶

A preocupação do *Correio da Manhã* com o tema do aluguel também era resultado da pressão da Liga dos Inquilinos e Consumidores. Uma campanha pela construção de habitações populares que se prezasse não podia abrir mão dos “argumentos de autoridade”, que, às vezes, misturavam-se a propostas de cunho corporativista, realizadas por funcionários estatais. Azor Brasileiro de Almeida, professor catedrático de Direito e Administração Militar na Escola Militar, recomendou elevar “o funcionalismo civil, e militar da União, aí incluídos os diaristas, a várias dezenas de milhares (pois só o exército tem mais de 5.000 oficiais)”. Como o autor calculara a necessidade de um capital de 120.000 contos – que a economia particular não poderia obter –, o Governo teria de emitir o valor correspondente em papel moeda, para ser emprestado aos servidores públicos interessados em adquirir a casa própria.²⁷ Embora diferísse daquilo que a Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro reivindicava, o projeto não chegava a afrontar os interesses dessa última por inteiro, uma vez que as moradias pretendidas pelos funcionários públicos seriam vendidas pelas empresas comerciais. Ou seja, o Estado não interviria diretamente no assunto, construindo habitações, mas, indiretamente, emprestando dinheiro ao seu quadro de funcionários.

O *Correio da Manhã* procurou ouvir também o engenheiro Agostinho dos Reis, ex-diretor da Escola Politécnica, da qual era lente catedrático. Esse afirmou com certo desdém que não havia nada de novo na iniciativa da família Jannuzzi, e que o projeto de seu patriarca só deveria ser considerado se o Governo não regulamentasse a lei 2.407, de 1911 – as idéias expostas pelo construtor italiano estariam enfeixadas nas leis municipal e federal. Quanto a essa última,

²⁶ CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978. pp. 182-183. Vale ressaltar que a idéia de uma greve de inquilinos havia sido tema de uma peça do anarquista português Neno Vasco, encenada no Rio de Janeiro em 1907. VASCO, Neno. *Greve de Inquilinos: farsa em 1 acto*. Lisboa: Editorial A Batalha, 1923. Citado em: SAMIS, Alexandre Ribeiro. “*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*”: Neno Vasco, o Anarquismo e as Estratégias Sindicais nos anos 10. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

²⁷ *Correio da Manhã*. “O montepio da União e o problema das habitações”. 09 de janeiro de 1920.

explicou que bastava ser redigido e executado o seu regulamento para que suas atividades pudessem ser exercidas dentro do vasto campo que ela comportava.²⁸

Preocupado em apontar para as semelhanças entre o plano de Jannuzzi e a lei 2.407, de 1911, Agostinho dos Reis esquivou-se de acusar a diferença no tocante ao pedido de favores pecuniários, que era bem menos tímido no projeto do construtor italiano. De fato, esse elogiava bastante a referida lei e pedia sua regulamentação, desde que o Governo aumentasse o empréstimo de 50% para 90% do valor estimativo das casas. Jannuzzi apontava para o exemplo da “civilização” para corroborar sua proposta: a Bélgica chegara a empregar 100% de suas caixas econômicas na construção de habitações populares.²⁹

Qualquer que fosse o modelo adotado, Agostinho dos Reis só fazia uma exigência: que não se permitisse a construção de prédios destinados à habitação de duas ou mais famílias.³⁰ Mais uma vez, seguia-se o modelo de família nuclear burguesa, recomendado pelos higienistas desde o século XIX. O debate estava aberto na grande imprensa e contava com a participação de jornalistas famosos, empresários do setor da construção civil e professores catedráticos. Os políticos não podiam ficar de fora dessa discussão e resolveram entrar em ação.

O novo prefeito Carlos Sampaio louvou a atuação dos construtores civis, mas disse que faltava dinheiro aos cofres públicos para resolver a crise da habitação³¹. Já o Ministro da Fazenda Homero Baptista presenciou o estado de abandono em que se encontrava a vila proletária Marechal Hermes, que começara a ser construída em 1912.³² A reportagem que noticiou a passagem do político pelo subúrbio tentava arrefecer os ânimos da classe trabalhadora: “Cada vez mais esse assunto [o da habitação popular] se impõe à cogitação dos administradores, não só nos países onde a questão social apresenta aspectos perigosos, como também na nossa terra, de operariado pacífico, obediente à ordem e à lei”.³³

Reafirmava-se o mito da índole pacífica do povo brasileiro, em cujo país a chamada questão social não apresentaria “aspectos perigosos” como na Europa. Esse pensamento ia de encontro à preocupação demonstrada pelos próprios periódicos da capital, que cediam amplo espaço ao tema e reproduziam depoimentos alarmantes dos especialistas: “Nada podem os

²⁸ *Correio da Manhã*. “Para resolver a crise das habitações”. 15 de junho de 1920.

²⁹ *Jornal do Commercio*. “Gazetilha”. 29 de julho de 1920.

³⁰ *Correio da Manhã*. “Para resolver a crise das habitações”...

³¹ *Correio da Manhã*. “Procurando resolver o sério problema das casas”. 03 de julho de 1920.

³² *Correio da Manhã*. “Habitações operárias”. 07 de julho de 1920.

³³ *idem*.

poderes públicos em face da crise que ameaça tomar um caráter agudo, expondo aos perigos de uma agitação das classes pobres”.³⁴ As revistas ilustradas também não puderam ignorar o assunto e registraram a força do protesto dos trabalhadores contra a falta de moradias, que seria ouvido até pelos habitantes dos planetas vizinhos: “Chegar-lhes-á aos ouvidos este clamor rugido por vozes dos mais diversos timbres e sons de maior contraste: ‘Casas!... Nós queremos casas!’”.³⁵

A forte repressão policial ao operariado contradizia com maior nitidez os argumentos empregados naquela tentativa de ocultação do conflito. O ano de 1920 foi o último da fase de maior mobilização da Primeira República, na qual o movimento operário atingiu um alto grau de organização e de consciência de classe. Isso pode ser medido pelo nível de politização das greves, como também pelo número de greves em si. Entre 1917 e 1920 houve nada menos que 90 greves na capital, sendo 25 de pauta política, 14 de pauta econômica, 22 de pauta política e econômica, e 20 de pauta não identificada. Em uma conjuntura sobre a qual pairava o espectro da Revolução Russa, o avanço das reivindicações do proletariado inaugurou uma era de métodos de prevenção e repressão à mobilização política nos sindicatos. Assim, os aparatos policiais passaram por uma reestruturação, principalmente em torno da chamada polícia política, que se especializou ou definiu mais claramente suas funções e poderes de intervenção. Não há dúvida de que a forte repressão desencadeada aos trabalhadores nesse período tenha conseguido frear o impulso combativo e organizativo de suas lutas: se em 1920 haviam ocorrido 26 greves, em 1926 ocorreram apenas quatro.³⁶

Outra dimensão a ser analisada com mais vagar é a da economia. Em 1919, o grande problema era o da carestia de vida, tendo o *Correio da Manhã* alarmado as classes dominantes com o prognóstico de uma “revolução”, levando-se em consideração o inconformismo da população que não deixava as ruas e atacava os comerciantes.³⁷ No dia 1º de maio, 60 mil manifestantes haviam se reunido no Distrito Federal para criticar a exploração ao proletariado no sistema capitalista. Na década seguinte, o país conheceu a depressão do pós-guerra e arcou com o ônus do desaceleramento industrial. No segundo semestre de 1920, o Rio de Janeiro enfrentou uma nova crise de crédito, em virtude da convergência da recessão mundial e da escassez do

³⁴ *Correio da Manhã*. “O montepio da União e o problema das habitações”...

³⁵ *Careta*. “Looping the loop”. 07 de agosto de 1920.

³⁶ COSTA, Branno Hocherman, Freitas, Francisco Josué Medeiros de. *op. cit.* pp. 141, 144 e 145.

³⁷ *Correio da Manhã*. “Os operários e a extinção do Comissariado”. 03 de dezembro de 1919.

meio circulante, essa última decorrente da mobilização sazonal de recursos para atender às necessidades da colheita do café e da borracha.³⁸

Nesse conturbado contexto, a sensação de que providências imediatas deveriam ser tomadas dominava as classes dominantes. Aquela possibilidade de construção de casas de madeira aventada por Sá Freire não era tão descabida quanto Costa Rego fizera parecer ser. Carlos Sampaio, por exemplo, visitou os morros da Providência e da Favela, para conhecer suas necessidades e introduzir melhoramentos nos mesmos.³⁹ Chegou, inclusive, a percorrer a Ladeira do Barroso – uma micro-área da última localidade, onde nascera o conhecido salteador Sete Coroas –, para vistoriar o calçamento que seria inaugurado em poucos dias. Ou seja, apesar de todo o palavrório contra a sua permanência, as favelas mais tradicionais estavam se firmando no tecido urbano da cidade, a ponto de receberem infra-estrutura financiada pela própria Prefeitura.⁴⁰ Em um momento crítico e de exceções, esse tipo de assentamento habitacional podia estar sendo considerado pelos poderes públicos como uma alternativa de moradia da classe trabalhadora. O mesmo parece ter ocorrido quando da promulgação do já citado decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903, em meio à Reforma Passos, o qual autorizava a construção de “barracões” em morros que ainda não tinham habitações mediante licença.⁴¹

Mais um indício da consolidação das favelas no Distrito Federal pode ser encontrado nos classificados do popular *Jornal do Brasil*: “Aluga-se a casal decente e sem filhos, um barracão com 2 quartos, sala, cozinha e quintal, independente, nos fundos do prédio da r. 8 de Dezembro 95, estação da Mangueira”.⁴² Notemos no anúncio dessa casa situada no Morro da Mangueira, em primeiro lugar, a dimensão do mercado imobiliário a essa altura desenvolvido nas favelas; em segundo, a preocupação com a índole dos interessados em ocupar o imóvel numa localidade que havia sido considerada um novo Morro da Favela⁴³ – que, na ótica dos jornalistas, seria o

³⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio...* pp. 527 e 533.

³⁹ *Correio da Manhã*. “As visitas do prefeito”. 05 de setembro de 1920.

⁴⁰ No entanto, em 1927, o arquiteto francês Alfred Agache, contratado pela Prefeitura para elaborar um plano de remodelação e embelezamento do Rio de Janeiro, conheceria de perto o Morro da Favela e condenaria sua presença no tecido urbano carioca. MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do...”*. pp. 180-190. Sobre o mencionado salteador Sete Coroas, pp. 127-132.

⁴¹ Vale lembrar que houve a construção de “barracões” na Praça da Bandeira para abrigar a população retirada do Morro do Castelo. A total falta de infra-estrutura nesses abrigos apenas piorou as condições de vida dos moradores pobres expulsos da colina. BARROS, Paulo Cezar de. *op. cit.* p. 195.

⁴² *Jornal do Brasil*. 12 de agosto de 1920.

⁴³ *Correio da Manhã*. “Bárbara agressão a Ansinho e a tiros, a um guarda-civil”. 03 de junho de 1914. Data citada em: ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 40.

território por excelência das “classes perigosas”; e, em terceiro, a forma de identificação das residências, que, muitas vezes, não tinham número e se localizavam em ruas sem nome.

Em outra reportagem do *Jornal do Brasil*, vemos certa indignação com a atitude da administração Carlos Sampaio, que, ao mandar destruir “barracões” erguidos a poucos metros da Avenida Niemeyer, nas fraldas do morro da Gávea, deixou seus moradores ao relento. O periódico chegou a denunciar o espancamento de Graciana Maria da Conceição por funcionários municipais, a golpes de cabo de enxada, diante da resistência da popular, que não queria deixar sua casa ser demolida. Percebamos que o diário não discordava do arrasamento das habitações situadas em uma área que estava sendo preparada pela Municipalidade para a ocupação das classes dominantes, mas entendia que a favelização deveria ser permitida em locais mais retirados ou mesmo afastados dessas últimas:

Nunca vi tamanha desumanidade, mormente em país como o nosso, que se gaba de ser o mais liberal do mundo. Estou de pleno acordo com a retirada para outro local dos barracões que ficam próximos da Avenida Niemeyer, e que lhe tiram a estética. Mas, a Prefeitura não permite que eles sejam construídos em outro lugar, por exemplo, no meio das matas, que ficam longe das vistas dos que passam por aquela avenida.⁴⁴

Em 1920, enquanto o prefeito realizava melhoramentos urbanos em favelas tradicionais, como o Morro da Favela, a grande imprensa acolhia anúncios de “barracões” e consentia com a construção dessa forma arquitetônica em áreas inóspitas da capital – ou seja, não obstante todo o estigma social, a abordagem sobre as favelas apresentava importantes variações nesse contexto.⁴⁵ O maior sinal de urgência em relação ao déficit de casas populares foi a mensagem enviada pelo presidente Epitácio Pessoa aos membros do Congresso Nacional, na qual dizia que os poderes federais deveriam atuar mais energicamente em tal questão. Claramente baseado no memorial escrito por Antonio Jannuzzi, o chefe da nação considerava o sistema adotado pela lei 2.407, de

⁴⁴ *Jornal do Brasil*. “Obra de desumanos”. 12 de agosto de 1920.

⁴⁵ Por essa razão, acreditamos no caráter heterogêneo e dinâmico, tanto quanto fluído, da *opinião pública*. Nesse sentido, apontamos para a coexistência de diversas *opiniões públicas* no interior de uma mesma sociedade, de acordo com os grupos de pressão existentes e com as tendências do momento. Isso porque os anseios da sociedade não podem ser expressos por uma única opinião, sólida o bastante para se sustentar por um longo tempo, quase sem variações. FERNANDEZ, Celso Almuiña. “Prensa y Opinión Pública: La Prensa como Fuente Histórica para el Estudio de la Masonería. In: FERNANDEZ, Celso Almuiña. *Masonería, Política y Sociedad, t.I*. Zaragoza:1989. p.277; OZOUF, Jacques. “A opinião pública: apologia das sondagens”. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). *Historia: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.186; BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp.189-191; MATTEUCCI, Nicola. “Opinião pública”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. V.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 842.

1911, como o mais indicado e acrescentava: “Não é de se recear [...] a elevação do limite de 50% [...] até 90% do valor das construções, como pedem os construtores do Distrito Federal”.⁴⁶

Na mesma edição em que a mensagem de Epiácio Pessoa foi publicada, havia uma matéria que louvava o despertar dos poderes públicos para a questão da habitação.⁴⁷ Acreditando prestar um serviço de utilidade pública, o *Correio da Manhã* resumiu as propostas que transitavam na esfera política. No Conselho havia um projeto de moradias que reivindicava a isenção de vários impostos municipais. Na Câmara, outro plano aventava a exploração pelo Estado de casas operárias. O presidente da República, por sua vez, pretendia conceder facilidades à iniciativa particular, na forma de companhias organizadas para construir habitações populares. O mais interessante é que, dessas três sugestões, o diário considerava como “a de mais difícil execução [...] a relativa à exploração direta do Estado, dada a deficiência de meios com que lutar o Tesouro Nacional”.⁴⁸

Defendida nos jornais socialistas do começo século XX, a proposta de atuação direta do Estado na construção de moradias populares – sem a intermediação de empresas construtoras particulares – era descartada como praticamente irrealizável, porque os cofres públicos não dispunham de tanto dinheiro. Nesse ponto, é conveniente acusar um tipo de abordagem reducionista realizada pela grande imprensa, que se satisfazia com as explicações dos motivos pelos quais o Estado não poderia investir em áreas fundamentais para o bem-estar da maioria da população, sem esforçar-se em argumentar sobre como esses entraves poderiam ser superados.

O mais interessante é que aquele discurso encaixava-se com o que a Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro defendia na época. No memorial apresentado ao presidente Epiácio Pessoa, Antonio Jannuzzi declarou que dois pontos não sofreriam mais contestação nos congressos internacionais: “1º. Deve-se dar preferência à iniciativa privada [...]; 2º. É necessário procurar capitais a juros módicos e em medida tal que façam frente não somente à metade ou aos dois terços do custo da construção, mas também às frações sucessivas do custo total”.⁴⁹ Ao discorrer sobre a lei 2.407, de 1911, o engenheiro italiano chegou a incluir a intervenção direta do Governo na construção de casas populares entre as razões que explicariam a não resolução da crise habitacional:

⁴⁶ *Correio da Manhã*. “Habitações populares”. 29 de julho de 1920.

⁴⁷ *Correio da Manhã*. “O problema das habitações”. 29 de julho de 1920.

⁴⁸ *idem*.

⁴⁹ JANNUZZI, Antonio. *Escorço histórico do...* pp. 18, 19.

[...] o limite de 50%, equiparando o favor ao comumente oferecido pelos bancos de crédito real, e mesmo inferior a este [...] e mais a circunstância da intervenção direta do Governo da União na construção de casas populares, [...] em vez de regulamentar a lei e estimular a iniciativa privada, tudo isso deu em resultado nada se ter conseguido até hoje do magno *desideratum*!⁵⁰

As palavras de um especialista europeu citado por Antonio Jannuzzi eram ainda mais contundentes e beiravam as raias do alarmismo: “Seria perigosa, inadequada e mesmo substancialmente danosa, a linha de conduta que quisesse conferir aos Municípios a construção direta de casas municipais para a generalidade das classes necessitadas”. Em resumo, a experiência do Estado na edificação das vilas operárias Marechal Hermes e Orsina da Fonseca, na década de 1910, teria sido na opinião do referido construtor civil “a mais flagrante negação dos objetivos daquele ato legislativo [a lei 2.407, de 1911]”.⁵¹

É preciso esclarecer que, entre 1911 e 1914, haviam ocorrido várias iniciativas do Governo Federal e da municipalidade visando à superação da chamada questão habitacional. No entanto, as diferentes autoridades entraram em conflito e acabou não se definindo uma política em nível municipal. Em um contexto de aproximação com o operariado, o fracasso do esforço da União pode ser creditado em grande parte à depressão econômica iniciada em 1913 e agravada no ano seguinte. Na primeira metade da década de 1910, o conflito entre o capital privado e a ação intervencionista do Estado estava exposto nos diversos projetos que chegavam à Câmara.⁵²

Condenação à intervenção direta dos poderes públicos e reivindicação de grandes incentivos fiscais, eis os pontos básicos da campanha empreendida pela Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro. Tamanho empenho resultou na aprovação pelo Conselho Municipal do projeto 371, de 1920 – apresentado pelo intendente Pio Dutra, a pedido da referida associação –, que concedia favores de sua competência, de acordo com a lei 2.407, de 1911. Mas a felicidade dos empresários da construção civil durou pouco. Carlos Sampaio vetou a aludida proposta – que pedia a isenção de impostos municipais pelo período de 15 anos – por temer a especulação imobiliária, numa época em que a preocupação com o valor de troca do solo urbano passava a figurar explicitamente nos planos municipais.⁵³ Antonio Jannuzzi respondeu

⁵⁰ *ibid.* p. 21.

⁵¹ *ibid.* Respectivamente, pp. 19, 08.

⁵² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* pp. 100, 101.

⁵³ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* p. 78.

imediatamente com a publicação de um manifesto n’*O Jornal*.⁵⁴ Dois dias depois, vislumbrou uma saída desesperada: a concessão de todos os favores autorizados pela lei 2.407, sem a dependência dos contratos que as firmas deviam celebrar com a municipalidade – nesse caso, o valor do aluguel aumentaria. A legislação habitacional foi finalmente regulamentada em 20 de maio de 1921, pelo decreto 14.813, que manteve a isenção de impostos durante 15 anos – exceto no caso da importação de madeira – e corroborou vantagens como o empréstimo de 80% do valor dos imóveis a serem construídos e o juro módico a cinco e meio por cento; benefícios esses que haviam sido concedidos pelo decreto 4.209, de 11 de dezembro de 1920, que alterava a lei 2.407, de 1911, de acordo com as reivindicações dos construtores civis.⁵⁵

Forçada a se dedicar à discussão de questões caras a uma *esfera pública* popular, o *Correio da Manhã* viu nessa ocasião a oportunidade de defender os interesses de uma fração das classes dominantes ao apoiar a campanha promovida pela Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro. Não obstante, contra-atacou ao potencializar o estigma imposto às “classes perigosas”, que na prática eram confundidas com as classes pobres. O jornal fazia repetidos apelos contra a suposta insegurança das áreas centrais da capital e o perigo de contágio de doenças que seriam produzidas nas habitações coletivas e nas favelas.

O medo pânico foi promovido no seio da “boa sociedade” através de afirmações como a de que “os ladrões palmilham os pontos mais movimentados da cidade, afrontando a gente honesta”.⁵⁶ Os bairros portuários, como a Gamboa, sofreram ataques avassaladores, provavelmente, por acolherem um grande número de trabalhadores, dentre os quais os estivadores e os marítimos:

[...] vivem ali à solta, os desocupados que matam o tempo em que nada têm que fazer, perturbando a paz dos inofensivos e levando-os a excessos que se explicam e que não se dariam, se as autoridades policiais olhassem bem para esses lugares escusos que a malandragem procura, porque sabe que até lá a polícia não chega, ora porque lhe falem elementos para um serviço completo de repressão e vadiagem, ora por um desleixo inqualificável, que muita vez tem permitido que certas zonas um tanto afastadas da zona central se tornem intransitáveis e perigosas. A Gamboa é, pois, um desses bairros para os quais nunca será justificável um descuido no policiamento.⁵⁷

⁵⁴ *O Jornal*. “O problema da habitação no Rio de Janeiro”. 14 de janeiro de 1921.

⁵⁵ O contrato entre a Prefeitura e a Antonio Jannuzzi & C. foi assinado em 16 de outubro de 1922. Mas a falta de entendimento entre o Estado e a iniciativa privada não seria resolvida nesse episódio, conforme veremos nas Considerações Finais deste trabalho.

⁵⁶ *Correio da Manhã*. “Ladrão sanguinário”. 08 de julho de 1920.

⁵⁷ *Correio da Manhã*. “Um crime na Chacarinha da Gamboa. Um malandro conhecido mata com três tiros um velho africano”. 18 de março de 1920.

Primeiramente, vemos que seus moradores mereceriam ser enquadrados como vadios, além de serem prejudiciais à ordem pública e o oposto dos “inofensivos”. Em seguida, percebemos a idéia de que a Gamboa seria um espaço em poder dos malandros – logo, um território das “classes perigosas” –, motivo pelo qual deveria ser monitorada pela polícia. A campanha da grande imprensa por um maior policiamento nesse bairro de moradia das classes pobres estava então arregimentada e não poderia ser criticada: afinal, tratar-se-ia de uma das zonas “intransitáveis e perigosas”.

O pedido de repressão dos moradores das favelas cariocas não foi menos apaixonado e se estendeu à zona norte, tendo chegado ao Morro da Mangueira:

[...] ocorreu mais uma cena de sangue na perigosa “Favela” que a desídia criminosa da desleixada polícia está deixando a formar-se à rua Visconde de Niterói, na estação de Mangueiras, não procurando reprimir os desordeiros perigosos, que corridos de outros recantos, ali encontram asilo seguro com inércia da polícia central.⁵⁸

Vemos que o *Correio da Manhã* considerou não ter sido suficiente a batida realizada três meses antes no Morro do Pendurasaia, também na Mangueira, na qual foram presos 23 “desocupados” – dentre os quais 12 mulheres –, que seriam “processados devidamente”.⁵⁹ Mas nada se comparava à perseguição sofrida pelos moradores do Morro da Favela. Mais ou menos na mesma época em que Carlos Sampaio percorria a localidade para vistoriar a urbanização de certos trechos, consentia que ela fosse mais constantemente visitada pela polícia, conforme indicava a reportagem intitulada “Limpendo a zona da Favela”. O jornal parecia concordar com o possível plano de segurança pública voltado para a repressão dos habitantes do morro:

A Favela ainda não saiu do programa. Os barulhentos habitantes desse morro que serve de abrigo a toda espécie de malandros não deixam de dar muito que fazer às nossas autoridades, que, também por sua vez, não lhes dão um momento de descanso.⁶⁰

Enquanto a polícia reprimia os moradores do Morro da Favela, o *Correio da Manhã* estigmatizava as suas moradias ao dizer que os poderes públicos não estariam tratando

⁵⁸ *Correio da Manhã*. “Mais sangue na rua Visconde de Niterói”. 21 de novembro de 1920.

⁵⁹ *Jornal do Brasil*. “Uma batida no morro do Pendurasaia”. 12 de agosto de 1920.

⁶⁰ *Correio da Manhã*. “Limpendo a zona da Favela. O famoso ‘Ressaca’ foi preso ontem pela polícia”. 13 de junho de 1920.

convenientemente “os morros da cidade, como o da Favela e quejandas, dando a quem nos visita a impressão de aquilo sejam aldeamentos de botocudos, encravados no coração da capital!”.⁶¹ Após o jornal ter comparado o morro a uma aldeia indígena – uma forma de tratá-la como o espaço da não “civilização” na cidade-capital –, pedia finalmente o arrasamento dos seus “barracões” e “casebres”, tidos simplesmente como abjetos:

Nada daquilo existiria desde há muito, se tivéssemos tido prefeitos com vontade decidida de acabar com o espetáculo deprimente que apresentam aqueles amontoados de casebres imundos. A nenhum deles ainda ocorrem que tudo aquilo deveria ser expropriado, sendo demolidas as casas, lançados novos arruamentos [...] pelos quais a Light pudesse estender seus trilhos, valorizando por esta forma zonas que hoje estão inteiramente desprezadas, de sorte a tornar belezas atraentes o que hoje é apenas sujo, torto e repelente, fazendo emergir para ali habitantes que ora se aninham em pontos longínquos ou vivem em aglomerados inumanos, tão grande é a escassez de habitações.⁶²

Note-se nesse trecho que o *Correio da Manhã* pedia a demolição das casas erguidas no Morro da Favela, mas não perdia de vista a chamada questão habitacional. Por essa razão, afirmava que Sá Freire deveria conceder incentivos fiscais – irrestritos, pelo que se depreende – para os empresários brasileiros, em perfeita harmonia com aquilo que era defendido pela Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro: “Tudo isso, aparentemente difícil, é, aliás, de fácil obtenção, e se a Prefeitura tem escassez de capitais recorra às iniciativas particulares, concedendo quaisquer favores que valham e seduzam quem tem dinheiro”.⁶³

Parece que o recurso às favelas era um argumento poderoso em prol da concessão de isenção de impostos aos construtores civis. Em outras palavras, o discurso discriminatório contra os moradores desses espaços interessava sobremaneira à referida associação. Não foi por acaso que o *Correio da Manhã* insistiu no assunto: “aquela vergonheira do morro da Favela carece de desaparecer por uma vez, [sendo necessário] demolir a infecta e anti-higiênica casaria, convertendo tudo em oásis verdejantes esparsos pela cidade”. Por fim, o prefeito deveria “embelezar a cidade, acabando com as infectas e várias Favelas que são verdadeira vergonha de nossa cidade e da nossa civilização”.⁶⁴

⁶¹ *Correio da Manhã*. “A caminho do centenário”. 03 de maio de 1920.

⁶² *idem*.

⁶³ *idem*.

⁶⁴ *idem*. O estigma imposto às habitações populares era um artifício muito utilizado nos projetos enviados ao Conselho Municipal. Na proposta encaminhada por Luis Andrade, podemos ler que “as casas denominadas de cômodos [são] hoje focos de perdição social, pela grande promiscuidade e excessivo número de moradores, no uso e desenvolvimento de maus costumes e com indiscutível prejuízo da higiene”. ANDRADE, Luiz de. *O problema da habitação no Rio. Meios de resolvê-lo*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1920. p. 6.

O interessante é que, em 1920, a coluna policial do *Correio da Manhã* foi reformulada e ganhou mais destaque, conforme ocorrera após a Revolta da Vacina. A matéria intitulada “O mal é epidêmico” dizia: “Raro é o dia, agora, em que, nesta capital, não ocorre um assassinato”.⁶⁵ Os efeitos disciplinares da cultura do terror ficavam ainda mais garantidos com a lembrança de que as “classes perigosas” também ofereciam risco de contágio de doenças mortais. Assim, o matutino cedia espaço à reforma dos serviços prestados pela Saúde Pública, que passava para o recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública antigas atribuições da Diretoria Geral de Higiene Municipal, dentre as quais se encontravam: a profilaxia geral e específica das moléstias transmissíveis; a execução de providências de natureza agressiva ou defensiva; as ações que tinham por fim a higiene domiciliária; e a polícia sanitária das habitações privadas e coletivas.⁶⁶

Em resumo, a série de reportagens sobre a crise de moradias na capital vinha acompanhada por outra campanha: a de coerção às “classes perigosas”, cujos territórios seriam as favelas – do centro, da zona norte e agora também da zona sul – e as habitações coletivas, especialmente as da região pericentral. O estigma imposto aos locais de moradia dos trabalhadores também era uma forma de pressionar o Estado a conceder os já conhecidos incentivos fiscais aos construtores civis, o que em outras épocas mostrara-se ineficaz como política habitacional e propiciara a burla sistemática do fisco.

As cenas do conflito na *esfera pública* ficam evidentes na cobertura da luta promovida pelo operariado. O *Correio da Manhã* mostrou certo ressentimento de classe na reportagem sobre a greve geral, sugestivamente intitulada “Greve ou masorca?”⁶⁷. Negando a capacidade de organização autônoma – e logo a legitimidade política – do movimento operário, o diário afirmava que os protestos haviam sido estimulados “pelos pescadores de águas turvas e pelos elementos dissolventes da atual sociedade”. Resumindo a greve geral a uma grande bagunça, motivada por falsos grevistas, avisava: “O Brasil não é nação apropriada a esses pretendidos surtos de qualquer modalidade do anarquismo. Por índole e por conveniência própria, é uma nação conservadora”. Aqui o polêmico periódico – que em sua primeira edição se definira como

⁶⁵ *Correio da Manhã*. “O mal é epidêmico”. 06 de julho de 1920.

⁶⁶ *Correio da Manhã*. “Reforma dos serviços de Saúde Pública”. 09 de janeiro de 1920. Essa medida contribuiu para conturbar ainda mais o panorama político do Rio de Janeiro, uma vez que se relacionava à questão da autonomia do Distrito Federal e se revestia de particularidades que a tornavam um ponto potencial de discórdia entre as instâncias governamentais municipal e federal. KESSEL, Carlos. *op. cit.* p. 20.

⁶⁷ *Correio da Manhã*. “Greve ou Masorca?”. 27 de março de 1920.

um órgão de oposição – igualava-se ao rival *Jornal do Commercio*, que se intitulava “O jornal das classes conservadoras”.

Em outras ocasiões, a rixa do *Correio da Manhã* com a classe trabalhadora gerava textos pontuados pelo revanchismo. Ao escrever sobre a greve dos taxistas, Gil Vidal garantiu que essa categoria teria recebido uma “Boa lição”, pois os cariocas haviam percebido a irrelevância de seus serviços: “a todo o momento, e por qualquer motivo, tomamos um táxi. É, entretanto, um hábito a que podemos renunciar, como o mostrou a greve”.⁶⁸ Percebamos que o contexto era delicado e, por isso mesmo, a situação operária, “pervertida aqui pelas incursões do anarquismo estrangeiro”, era vista como uma questão de “ordem interna”.⁶⁹

Apesar de ter desde o seu número de estréia anunciado a sua suposta independência no jogo do poder republicano, em 1920, o *Correio da Manhã* apoiava Epitácio Pessoa e louvava “a existência de um governo nacional identificado com o regime, cuja prática estamos vendo efetivar-se entre nós”.⁷⁰ O desempenho do presidente também seria louvável no campo da economia: “Nunca o Brasil teve tão larga situação de papel-moeda, e também nunca teve, desde bastantes anos, tão favoráveis taxas de câmbio, nem deixou de ter preços bem remunerados pelos seus produtos exportados”.⁷¹ Mas como o país vivia uma inegável crise econômica em 1920, fazia-se necessário a realização de uma pequena relativização: “crê o sr. Epitácio Pessoa que, embora não seja de todo ponto auspiciosa a nossa situação financeira, todavia se apresenta em condições lisonjeiras. Assim é, e oxalá que assim se mantenha”.⁷²

Na verdade, o *Correio da Manhã* era um veículo de oposição do Rio de Janeiro ao predomínio político das oligarquias; sendo uma divergência saída das próprias oligarquias, ela nunca significou um rompimento em relação à consciência de classe. O apoio prestado inicialmente a Epitácio Pessoa se explicava pelo fato de o seu nome ter sido escolhido fora do esquema São Paulo-Minas, o que trazia esperanças de um Governo independente e pacífico. O seu Ministério, inclusive, era majoritariamente composto por nomes desligados do sistema dominante dos grandes estados, fator que reforçava o otimismo até dos que foram contra a sua

⁶⁸ *Correio da Manhã*. “Boa lição”. 09 de janeiro de 1920.

⁶⁹ *Correio da Manhã*. “A mensagem”. 05 de maio de 1920. A campanha contra o bolchevismo também foi intensa nessa época. Ver: *Correio da Manhã*. “O general Ludendorff escreve ‘Sobre os perigos do bolchevismo’”. 29 de julho de 1920.

⁷⁰ *idem*.

⁷¹ *Correio da Manhã*. “A mensagem e as finanças nacionais”. 06 de maio de 1920.

⁷² *idem*.

candidatura. Com o tempo, a crença na sua independência política foi sumindo e a crítica a sua plataforma econômico-financeira foi se generalizando. A partir de julho de 1921, o periódico passou a combater Pessoa e a exaltar os militares, insatisfeitos com o presidente em virtude do veto ao aumento de seus salários e da escolha de ministros civis para as Forças Armadas.⁷³

O posicionamento do *Correio da Manhã* diante da intensificação do movimento operário mostra que a dissidência política que representava agia somente como oposição e tentativa de obter oportunidades no sistema vigente. Quando a ação operária substituía a crítica, a atitude do jornal de Edmundo Bittencourt era de reprovação e hostilidade, o que o levava a apoiar, muitas vezes, os governos federal e estadual.⁷⁴ Tomando como base o referido diário, podemos concluir que a *esfera pública* burguesa não aceitou passivamente a invasão de assuntos caros a uma *esfera pública* popular e concorrente. O *Correio da Manhã*, por exemplo, procurou contornar a intromissão da classe trabalhadora carioca ao seu noticiário político através da tentativa de despolitizá-la e do pedido de repressão às “classes perigosas” – que, conforme afirmamos, na prática eram confundidas com as classes pobres.

Conhecedor da lógica que articulava os mais variados aspectos da sociedade brasileira da Primeira República, Lima Barreto possivelmente via o nexo em tudo isso e achou por bem escrever textos em defesa dos moradores das favelas. Em 1920, esse tipo de assentamento habitacional passava a ser em sua obra a representação por excelência da pobreza na capital, substituindo as casas de cômodos – mudança que nos jornais cariocas havia sido operada no período imediatamente posterior às reformas urbanas, como vimos.

4.2. LIMA BARRETO E O CONTO “O MOLEQUE”

Enquanto o *Correio da Manhã* estigmatizava as habitações populares e os seus moradores, Lima Barreto publicava o conto “O moleque”⁷⁵, que era exemplar no sentido da valorização positiva das favelas. Não teria sido coincidência o intelectual ter abordado os “casebres” e “barracões” em 1920, quando o tema da habitação explodiu no espaço público carioca. Levando em conta a forte rivalidade existente entre a aludida empresa de comunicação e

⁷³ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil...* pp. 17, 18, 21, 25; CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*... pp. 322, 332.

⁷⁴ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil...* p. 18.

⁷⁵ BARRETO, Lima. “O moleque”...

o escritor⁷⁶ – além da “função crítica, combatente e ativista”⁷⁷ de seus escritos –, é tentadora a hipótese segundo a qual esse último tenha entrado em franca concorrência com aquele jornal, com o objetivo de mostrar uma imagem mais digna dos moradores das favelas.

Certos aspectos relacionados à evolução urbana do Rio de Janeiro também devem ter contribuído para despertar a atenção de Lima Barreto para o tema das favelas. Em primeiro lugar, no censo publicado em 1920, foram observados “muitos habitantes em alojamento assaz impróprios e nas mais precárias condições de habitabilidade, tais como [...] casas cobertas de sapé, palhoças, barracões de madeira e até mesmo verdadeiras tocas”.⁷⁸ Assim, o número de “barracos” na então capital federal era estimado em 2.500 pelos observadores.⁷⁹ Entre 1910 e o ano em que tal recenseamento foi divulgado, haviam surgido diversas favelas no tecido urbano carioca, que apresentavam em comum a localização nas encostas dos morros e a proximidade de importantes fontes de emprego. Na década de 1920, o processo de favelização na cidade tornou-se “multidirecional e incontrolável”⁸⁰, tendo sido esse fenômeno incrementado pela compra de lotes pelo trabalhador suburbano para a realização da chamada autoconstrução.⁸¹

Em “O Moleque”, Lima Barreto enfocou as favelas do subúrbio de Inhaúma, que preservara o seu nome tupi numa época em que a febre modernizadora levava os mais diversos logradouros da cidade a serem rebatizados com “nomes banais de figurões ainda mais banais”.⁸² Se em sua obra os subúrbios guardariam valores éticos universais⁸³ pouco praticados no centro e na zona sul por conta da busca pela “civilização”, o que dizer de um lugar que, além de suburbano, resguardara a sua denominação indígena? No mínimo, que ele portaria uma dimensão

⁷⁶ No livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, lançado em 1909, Lima Barreto realizou duras críticas ao *Correio da Manhã* e ao seu diretor, tendo, por isso, tornado-se um nome interdito nas páginas desse periódico – onde trabalhara e publicara o folhetim *O subterrâneo do Morro do Castelo*, em 1905 (editado no Rio de Janeiro em 1999 pela Dantes). Sobre o processo de inserção do literato no meio intelectual da capital e na imprensa do início do século XX, ver: BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

⁷⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* p. 162.

⁷⁸ *apud*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 195, 196.

⁷⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 106.

⁸⁰ ABREU, Mauricio de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 38.

⁸¹ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 197, 198.

⁸² BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 38.

⁸³ Nas palavras de Nei Lopes, Lima Barreto “fez do subúrbio seu posto de observação privilegiado e a matéria prima de seu humanismo absolutamente universal”. LOPES, Nei. “Apresentação”. In: BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito. O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

cultural altamente resistente, em oposição ao artificialismo reinante naquelas áreas privilegiadas pelos poderes públicos.⁸⁴

Nessa perspectiva, Inhaúma seria um alentado refúgio cultural. Não obstante, esse subúrbio teria outros esconderijos ainda mais protegidos, que guardariam crenças e valores condenados pelo Rio de Janeiro que se civilizava:

Fogem para lá [Inhaúma], *sobretudo para os seus morros* e escuros arredores, aqueles que ainda querem cultivar a Divindade como seus avós. Nas suas redondezas, é o lugar das macumbas, das práticas de feitiçaria com que a teologia da policia implica, pois não pode admitir nas nossas almas depósitos de crenças ancestrais.⁸⁵ (grifo nosso)

Argutamente identificada por Lima Barreto, essa intolerância policial com os resquícios de uma ordem social tida como ultrapassada – dentre os quais figuravam os candomblés e as religiões afro-brasileiras⁸⁶ – remetia à conjuntura da Regeneração, que se expressava nos seguintes fatores: a condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, a negação da cultura popular, a expulsão das classes pobres do centro da cidade e a promoção do cosmopolitismo.⁸⁷

Vimos que o cronista constatou a abundância das práticas associadas à cultura proveniente dos povos africanos em Inhaúma e em seus morros. O que Sidney Chalhoub definiu como sendo a “cidade negra”⁸⁸ no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, na verdade, sobreviveu ao pós-abolição. Se antes ela se espalhava por toda a capital, a gestão reformista de Pereira Passos

⁸⁴ É bom frisar que o romancista não idealizava o subúrbio como um paraíso perdido e por muito pouco não demonstrou irritação com os seus vizinhos suburbanos. De acordo com Denílson Botelho, “Embora compartilhe com eles as modestas condições de vida, [Lima Barreto] não suporta o assédio das crianças a lhe pedirem livros, dos marmanjos que querem cartas para as namoradas, das moçoilas ansiosas por alguns versos e dos poetas incipientes”. BOTELHO, Denílson. *A pátria que...* p. 56.

⁸⁵ BARRETO, Lima. “O moleque”... pp. 38, 39.

⁸⁶ Sobre os candomblés no Rio de Janeiro, ver: FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio dos Santos Gomes, SOARES, Carlos Eugênio Líbano, ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades Negras*. Rio de Janeiro: Alameda Editorial, 2006. Especialmente, o tópico “Recriando Áfricas”.

⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão... op. cit.* p. 30.

⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...* p. 186. Embora sejamos tributários do simbolismo dessa “cidade negra”, Gladys Ribeiro propôs uma cidade em “branco e preto” – mais especificamente, luso-brasileira –, uma vez que os homens brancos (na maioria, portugueses) trabalhavam ao lado dos escravos e dos libertos, sendo forte a concorrência no mercado de trabalho. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002. p. 168. Já Marcos Bretas problematizou a criação pela historiografia de “cidades” (como a “negra”) ou “mundos” (como o da “desordem”). BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas...* p. 73.

acabou criando redutos de negros e pobres em geral, que passaram a se concentrar em lugares como a região portuária, a Cidade Nova, os subúrbios e as favelas.⁸⁹

Outra observação certeira de Lima Barreto foi a de que o “barracão é uma espécie arquitetônica muito curiosa e muito especial àquelas paragens da cidade”⁹⁰. De fato, no período de 1920 a 1933, as circunscrições que reuniam a maior quantidade de casas de madeira e “casebres” eram: Engenho Novo, Méier, Piedade, Madureira, Realengo e... Inhaúma. Recuando para o momento de 1906 a 1920, vemos que o maior índice de crescimento de construções também ocorrera na zona suburbana ou, mais particularmente, nas freguesias de Irajá e, novamente, Inhaúma.⁹¹

Lima Barreto estava atento às transformações espaciais ocorridas no Distrito Federal. O que existe de mais marcante em seu texto é a recusa aos estereótipos relacionados às favelas e aos seus moradores. Assim, esclareceu que o “barracão” não era “a nossa conhecida choupana de sapê e de paredes ‘a sopapos’. É menos e é mais. É menos, porque em geral, é menor, com muito menos acomodações; é mais, porque a cobertura é mais civilizada; é de zinco ou de telhas”.⁹² Aqui cabe dizer que, diferenciando o “barracão” da choupana de sapê, o autor aliviava os habitantes da primeira forma habitacional da recorrente associação à população interiorana, cuja imagem podia ser bastante pejorativa nesse período.

Essa comparação ao interior do Brasil através da arquitetura “vernácula”⁹³ assumia um caráter demeritório porque, de acordo com os discursos da classe intelectual, o seu morador típico seria o Jeca Tatu. Lembre-se que, pouco antes de 1920, Monteiro Lobato passara a apresentar essa personagem não mais como o resultado de uma formação mestiça, mas como o fruto de doenças epidêmicas – o que apontava para a importância de uma educação sanitarista.⁹⁴

Para termos uma idéia de como era realizada a comparação entre os moradores das favelas e os habitantes do interior, o ilustre médico Castro Peixoto, referindo-se ao aspecto dos morros,

⁸⁹ ALVITO, Marcos. *As cores de Acari. Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 271.

⁹⁰ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 40.

⁹¹ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *op. cit.* pp. 183, 196.

⁹² BARRETO, Lima. “O moleque”... *op. cit.* p. 40.

⁹³ A arquitetura “vernácula” se distingue da arquitetura “erudita” por não conter um lado artístico, que vai além da construção comum. Assim, a arquitetura como arte começa onde acaba a arquitetura “vernácula”, uma vez que os construtores dos “barracos” geralmente têm o único objetivo de abrigar seus familiares. BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Estética da ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. p.11.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das...* p. 249.

declarou: “Para maior irrisão, vêm juntar-se àquele as choças do nosso interior – de sapê e paredes de ‘sopapo’, ou seja, as mesmas em que por lá vivem os nossos Jecas, como se prolongassem até aqui o seu *habitat*”.⁹⁵ Se o conhecido clínico viu nessa analogia um motivo de escárnio (“maior irrisão”), um jornalista da *Vida Policial* preocupou-se com o suposto mau exemplo dado pelos jecas-tatus: “Esses indivíduos são criaturas sem a menor instrução, sempre sujos e andrajosos, que moram em choupanas miseráveis, à beira dos caminhos [...]. Nada, nada absolutamente que ateste a existência, ali, de uma criatura racional, inteligente e laboriosa!”⁹⁶

Negar a unidade de formas entre as casinhas de sapê e os “barracões” podia trazer benefícios simbólicos aos habitantes desses últimos, que, dessa maneira, eram poupados dos estereótipos segundos os quais viveriam sem cuidados sanitários e não integrariam o mundo civilizado. Essa conclusão, logicamente, não autoriza o pensamento de que Lima Barreto partilhava das visões negativas a respeito dos moradores do interior do Brasil. Tanto que criticara firmemente o arrazoado de Monteiro Lobato sobre a falta de hábitos higiênicos das gentes da roça, ao argumentar que esse problema seria antes de natureza econômica e social do que de ordem médica.⁹⁷ Vale a pena ressaltar que o escritor carioca mantinha uma relação cordial com o criador do Jeca Tatu...⁹⁸

Na continuação da passagem em que diferenciava o “barracão” da choupana de sapê, o intelectual boêmio se dedicou a um expediente comum entre os repórteres, que era a detalhada descrição do primeiro tipo de construção aqui mencionado. Por um lado, essa atitude expressava certo estranhamento: “o ‘barracão’ é uma espécie arquitetônica muito curiosa”. Por outro, significava uma denúncia, o que combinava perfeitamente com a natureza ativista de seus escritos: “Há alguns com dois aposentos; mas quase sempre, [...] só possui um. A cozinha é feita fora, sob um telheiro tosco, um puxado no telhado da edificação, para aproveitar o abrigo de uma das paredes da barraca; e tudo cercado do mais desolador abandono”.⁹⁹

⁹⁵ *Correio da Manhã*. “Os progressos da favela e a derrubada das nossas matas”. 14 de novembro de 1922.

⁹⁶ *Vida Policial*. “Miséria”. 24 de abril de 1926.

⁹⁷ BARRETO, Lima. “Problema vital”. In: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. pp. 130-133. (*Revista Contemporânea*, 22 de fevereiro de 1919).

⁹⁸ Uma parte da correspondência entre Lima Barreto e Monteiro Lobato foi analisada em: FREITAS, Celi Silva Gomes de. *Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

⁹⁹ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 41.

Mas Lima Barreto afastava-se dos intelectuais da Regeneração por não descrever os “barracões” e os seus moradores de forma homogênea – e na época a generalização em torno das favelas era bem difundida¹⁰⁰. Quanto ao referido estilo arquitetônico, esclarecia: “Há duas espécies. Em uma, as paredes são feitas de tábuas; às vezes, verdadeiramente tábuas; em outras, de pedaços de caixões”. E seguia evitando a uniformização: “O barracão de Dona Felismina era de um só aposento, mas o da vizinha, Dona Emerenciana, tinha dous”. A moradia de Antonia, por sua vez, “era a mais modesta: as paredes do seu barraco eram de taipa”. Já a Baiana, que era “rica”, habitava “uma das poucas casas de tijolo da Rua dos Espinhos”.¹⁰¹

Acima de tudo, o literato evitava estigmatizar as casas de arquitetura “vernácula”. Não havia no conto condenações à suposta promiscuidade, à precária condição sanitária e à presença de contraventores nas favelas – o que é fácil de localizar na grande imprensa.¹⁰² Ao contrário, as personagens subalternas são donas de “uma dignidade superior e universal”¹⁰³, sendo essa característica sublinhada em sua obra. Assim, “Dona Emerenciana era casada com o Senhor Romualdo, servente ou coisa que o valha em uma dependência da grande oficina do Trajano. Era preta como Dona Felismina e honesta como ela”.¹⁰⁴

Ao dizer que Dona Felismina e Dona Emerenciana eram negras e honestas, o escritor contradizia o reiterado discurso de que os negros e os moradores das favelas, além de desprovidos de moral, pertenceriam às “classes perigosas”. Outro ponto interessante foi a inclusão da profissão do Senhor Romualdo em sua apresentação ao leitor. De certo modo, o autor negava que tais pessoas seriam dignas de um processo por vadiagem. Aliás, é notável que a maioria dos habitantes dessa área tomada por “barracões” tivesse uma ocupação profissional.¹⁰⁵

¹⁰⁰ Um exemplo de análise generalizante das moradias existentes nas favelas é encontrado em outro comentário do médico Castro Peixoto: “os casebres e barracões que invadem os morros por todos os lados da cidade [...] são horríveis como aspecto, imundos e infectos como habitações humanas e detestáveis como gosto artístico”. *Correio da Manhã*. “Os progressos da...”.

¹⁰¹ BARRETO, Lima. “O moleque”... pp. (primeira citação) 40, (segunda e terceira citações) 41 e (quarta citação) 42.

¹⁰² Esses aspectos foram abordados por Evaristo de Moraes, segundo o qual, no Morro de Santo Antonio “se amontoam centenas de desgraçados, esquecidos de todos os preceitos da higiene, vitimados por toda sorte de degradações físicas e morais”. Quanto ao Morro da Favela, parte de sua população seria de “vadios, ratoneiros, turbulentos e facínoras”. *Correio da Manhã*. “A habitação”...

¹⁰³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* op. cit. pp. 168-169.

¹⁰⁴ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 41.

¹⁰⁵ O pensamento expresso nos jornais cariocas acerca das favelas era o de que “Moram ali operários, mas muito poucos, sendo a parte maior composta de gente que só trabalha acidentalmente, quando a isso é compelida pela fome”. *Correio da Manhã*. “Atirado ao abismo”. 09 de novembro de 1908.

Dona Felismina, “respeitada por sua honra e virtude”¹⁰⁶, lavava para fora e era dona de uma pequena pensão que seu marido deixara de herança. Esse, por sua vez, trabalhara como guarda-freios da Estrada de Ferro da Central do Brasil, tendo morrido em um desastre – logo, um acidente de trabalho. Colaborador de jornais operários – e simpatizante de idéias socialistas e anarquistas¹⁰⁷ –, Lima Barreto devia saber que uma das principais reclamações contidas naqueles veículos de comunicação referia-se aos acidentes no trabalho – sendo esses um item relevante na experiência da exploração cotidiana vivida pela classe trabalhadora.¹⁰⁸ Não obstante, a maior parte da população ocupada em transportes concentrava-se nos distritos centrais e também em Inhaúma, onde estavam situadas as oficinas da Central.¹⁰⁹

Até a venda local era freqüentada por “carroceiros, verdureiros, carvoeiros, de passagens; *habitués* do parati, como os há na cidade de *chopps*, gente sem ter que fazer que não se sabe como vive, mas que vive honestamente; um ou outro degradado da sua condição anterior ou nascimento”.¹¹⁰ Aqui Lima Barreto falava sobre trabalhadores com profissões formais e outros que se entregavam à viração diária, sem utilizar meios ilícitos para se sustentarem. Possivelmente, abordava o que João do Rio chamara de “pequenas profissões exóticas”, ao inventariar as diversas ocupações subterrâneas de um Rio de Janeiro desconhecido das elites.¹¹¹ Isso porque o trabalho informal em Inhaúma devia ser bastante praticado, levando-se em conta que esse era o distrito da cidade com o maior número de desempregados.¹¹²

Os indivíduos inativos também foram citados – “um ou outro degradado da sua condição anterior ou nascimento”. Nesse trecho, o autor aludia aos ex-escravos e aos negros em geral que não conseguiram vencer as dificuldades advindas do forte preconceito racial existente na capital

¹⁰⁶ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 42.

¹⁰⁷ Denílson Botelho considerou que, comportando-se quase como um militante do movimento operário, o escritor sempre apoiou a causa dos trabalhadores, sendo mais um crítico mordaz do sistema capitalista do que um ideólogo de uma ou outra vertente política. BOTELHO, Denílson. *A pátria que...* pp. 119, 149-159. Já Benjamin Montenegro preferiu enfatizar a afinidade do literato com o anarquismo, ao citar a presença de obras de pensadores anarquistas em sua biblioteca particular e a utilização marcante das chamadas linguagens negadoras, como a paródia, a ironia e a sátira. MONTENEGRO, Benjamin. “Lima Barreto: escritor, negro e anarquista”. In: DOMINICIS, Rafael Borges, AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do anarquismo no Brasil* (Volume 1). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 147.

¹⁰⁸ A respeito das críticas contra os acidentes de trabalho na imprensa operária, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados...* pp. 47, 48.

¹⁰⁹ LOBO, Eulália, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 112.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 44.

¹¹¹ RIO, João do (Paulo Barreto). “Pequenas Profissões”. In: RIO, João do (Paulo Barreto). *A alma encantadora...* p. 90. (*Gazeta de Notícias*, 6/08/ 1904).

¹¹² LOBO, Eulália, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 111.

federal, e que os tornava vítimas preferenciais da teoria da “suspeição generalizada” – sendo essa a essência da expressão “classes perigosas”.¹¹³ Lembremos que, diferentemente do que Lima Barreto pregava nesse conto, a imagem da incapacidade inata do trabalhador negro – que teria sido agravada pelo período do cativo – era muito difundida entre as classes dominantes. Assim, a noção de os negros e os mulatos se encontravam em um estado de anomia no pós-abolição se explicava pela herança do escravismo.¹¹⁴

A discriminação com base na raça foi uma barreira que o protagonista do primeiro romance publicado por Lima Barreto, o escrivo Isaiás Caminha, conseguiu ultrapassar após inúmeros desgostos e privações.¹¹⁵ Talvez a legitimidade do seu discurso residisse na recusa à idealização de que todos os moradores das favelas viveriam o mais de acordo possível com a ideologia do trabalho, nos moldes desejados pelas classes dominantes. Por isso, incluiu em sua história a prostituta Antonia, aquela que morava na casa mais modesta da Rua dos Maricás – nome que alude à presença de habitações construídas com a madeira dessa árvore de pequeno porte. Apesar de sua estigmatizada profissão, essa mulher contava com a ajuda de seus vizinhos: “Todos da Rua dos Maricás [...] conheciam-lhe a vida, mas com a piedade e compaixão próprias à ternura do coração do povo humilde pela desgraça, tratavam-na como se outra fosse ela e a socorriam nas suas horas de maiores aflições”.¹¹⁶

No trecho acima vemos mais uma característica da obra do literato: as fortes relações de solidariedade existentes entre as camadas pobres. O interessante é que somente um homem nas redondezas não perdoava o comportamento da rapariga Antonia, sendo ele o Antunes, o dono daquela venda freqüentada por trabalhadores das mais diversas profissões. Considerava-a simplesmente como “Uma vagabunda”. Mas havia uma explicação para o comportamento dissidente do comerciante. Batia em seu peito um “empedernido coração de futuro grande burguês”.¹¹⁷ Para entendermos melhor o sentido dessas palavras, devemos lembrar que a moral popular podia funcionar de modo diferente da moral burguesa.¹¹⁸ Portanto, nada mais sugestivo: enquanto os vizinhos humildes da prostituta encontravam-se imersos em uma inegável rede de

¹¹³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços...* pp. 20, 29.

¹¹⁴ Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco...*

¹¹⁵ BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivo...*

¹¹⁶ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 42.

¹¹⁷ *idem.*

¹¹⁸ Ver: ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas: os...*

solidariedade e socorriam essa mulher nos seus momentos de maior dificuldade, o homem que nutria elevadas pretensões burguesas a condenava peremptoriamente.

Não deixa de ser curioso o detalhe de que esse senhor intolerante fosse conhecido como *o* Antunes, e não *Seu* Antunes ou *Senhor* Antunes, como no caso das pessoas pobres. Talvez Lima Barreto tenha achado que esse comerciante com “coração de futuro grande burguês” não merecesse compartilhar a dignidade superior das pessoas simples e altruístas. Esses pronomes de tratamento, que colocavam as personagens nos lugares sociais que lhes eram reservados, pareciam ser o título de nobreza das personagens subalternas, como no caso de *Dona* Felismina e *Dona* Emerenciana. Isso não quer dizer que no subúrbio de Inhaúma as relações de solidariedade não superassem as diferenças sociais, principalmente se um indivíduo mais privilegiado tivesse enfrentado desgraças domésticas – como era o caso da história do Coronel Castro, mais conhecido pelo pessoal do bairro como Seu Castro.

Esse empregado aposentado da Alfândega simpatizava bastante com o moleque Zeca, a quem admirava pela ajuda que prestava à mãe, Dona Felismina. Certo dia, Seu Castro resolveu segui-lo “até aquele barracão, naquela modesta rua, bordada de um lado e outro de sebes de maricás e de ‘pinhão’ [...]”.¹¹⁹ Lá chegando, propôs à mulher que colocasse o menino em um asilo, a fim de que esse pudesse aprender a ler e a escrever. Se não bastasse, a mãe poderia trabalhar na casa do próprio benfeitor, sem precisar se matar de tanto labutar:

Titubeou a rapariga e o velho funcionário compreendeu, pois desde há muito já tinha compreendido, na gente de cor, especialmente nas negras, esse amor, esse apego à casa própria, à sua choupana, ao seu rancho, ao seu barracão – uma espécie de protesto de posse contra a dependência da escravidão que sofreram durante séculos.¹²⁰

Aqui Lima Barreto contradizia a tradição de pensamento que apontava para o servilismo e a dependência dos negros, que seriam naturais devido a sua suposta inferioridade racial. Em relação às mulheres negras que residiam em favelas, a sua visão destoava fortemente daquilo que era defendido por escritores como Orestes Barbosa:

Negras de longas mamas balançando entre quatro trapos de corpinho, com a saia *sungada* nas nádegas, mostrando toda a perna, passam o dia na tagarelice das vendas sórdidas – que são os *bars chics* dali – ou nas pocilgas, deitadas em esteiras descosidas, praticando o vício. [...] As amantes dos moradores da Favela

¹¹⁹ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 47.

¹²⁰ *idem*.

vivem, de dia, quase em ociosidade. De quando em quando, uma delas surge, de uma biboca, com uma lata d'água `a cabeça.¹²¹

A despeito desse tipo de discurso que colocava as moradoras negras das favelas como indolentes – em outra continuidade da época da escravidão – ou mesmo amásias de malandro, a possibilidade de as mulheres pobres arrumarem serviço com mais facilidade as colocava em posição de relativa independência diante de seus companheiros.¹²² Além disso, a utilização do trabalho feminino constituía um elemento fundamental na organização social e na acumulação de riqueza, considerando aqui o trabalho doméstico e a participação no processo produtivo.¹²³

Mencionada pelo cronista de Todos os Santos, a necessidade de independência demonstrada pelos negros era uma característica marcante desde a vigência da escravidão. Sidney Chalhoub decifrou os dois componentes centrais do “viver sobre si” dos cativos: a possibilidade de morar fora da casa dos senhores e o desejo de certa autonomia nas atividades produtivas às quais se dedicavam. Sendo que senhores, escravizados e magistrados achavam que o “viver sobre si” se ligava à condição de pessoa livre. E o mais importante disso tudo é que, atuando dessa forma, os negros contribuíram para desconstruir os significados sociais que propiciavam a continuidade da escravidão.¹²⁴

De volta à Primeira República, é possível identificar essa lógica na organização dos trabalhadores negros do porto do Rio de Janeiro. A herança de práticas advindas da escravidão contribuiu para a concretização do ambicioso projeto daquele grupo: a autonomia e o fechamento do mercado de trabalho, através de sindicatos *closed shop* consolidados. Isso se ligava diretamente ao que os carregadores reivindicavam nos manifestos da greve de 1906: “o direito” e “a nossa liberdade”. Nesse caso, o que eles não queriam mesmo era ser vistos como “negrada” – ou seja, “libertos” –, e sim como homens livres no sentido pleno do termo.¹²⁵

Sem dúvida, a recusa de Dona Felismina era informada por uma longa tradição de valorização da autonomia pelos negros. Apesar da luta cotidiana, ela parecia orgulhosa com o que conquistara, conforme seu nome sugeria. Seja como for, a atitude de Seu Castro, no sentido de visitá-la em seu “barracão”, era uma evidente rejeição ao discurso de que as favelas seriam uma

¹²¹ BARBOSA, Orestes. “A Favela”... p. 112.

¹²² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...* p. 204.

¹²³ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e...* p. 178.

¹²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...* pp. 235, 236, 238.

¹²⁵ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na...* p. 288.

“outra cidade” incrustada no Rio de Janeiro. Assim, Lima Barreto driblava um forte estereótipo que se encontrava no mito de origem das favelas cariocas.

Uma outra passagem, mais poética, negava a idéia de que os moradores dos “barracões” viveriam alheios às transformações culturais da Primeira República. Vejamos que o sonho do garoto Zeca era o “Engenho de Dentro e o seu cinema”: queria “Ter dinheiro, para ir sempre a ele, ver-lhe instantaneamente as ‘fitas’ que os grandes cartazes anunciavam e o tímpano a soar continuamente insistia no convite de vê-las”.¹²⁶ Esse desejo alimentado pelo menino é significativo: ao privilegiar a velocidade, a ação, a arte cinematográfica representava as mudanças no ritmo da vida cotidiana, sendo uma das expressões mais fortes da modernidade.¹²⁷

A abordagem de Lima Barreto dos moradores das habitações populares era bem diferente daquela propagandeada pelos entusiastas da “civilização”. O protagonista de seu conto se encantava com o cinema, que era um dos principais símbolos dos tempos modernos. Porém, um cronista como Olavo Bilac preferia falar que “há nesses morros muita gente que nada sabe do que se passa cá em baixo, e cujo espírito só tem como horizonte vital o espaço limitado por duas ou três ladeiras tortuosas ou sujas”.¹²⁸

Não era à toa que esse texto intitulava-se “Fora da vida”. Enquanto o “príncipe dos poetas” versava sobre pessoas que viveriam à margem da “civilização” desenvolvida na mais esplendorosa urbe brasileira, Lima Barreto parecia louvar o esforço, a solidariedade e a resistência das classes pobres. No conto analisado, as mulheres negras que viviam naquela parte favelizada de Inhaúma trabalhavam incansavelmente e superavam as dificuldades do dia-a-dia. Aliás, na resistência das personagens afligidas, apareciam “as aspirações através das quais [elas] buscam rumos alternativos para a remodelação da prática social”.¹²⁹

A mãe do sonhador menino Zeca, Dona Felismina, era um exemplo de resistência e solidariedade naquelas redondezas. A competir em termos de respeito e admiração com ela, somente a Baiana¹³⁰, tida como “rica” por ser dona de uma casa feita de tijolo. Isso era raro na

¹²⁶ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 46.

¹²⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na...* pp. 92, 93.

¹²⁸ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: BILAC, Olavo. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1926. p. 204.

¹²⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* p. 181.

¹³⁰ Mesmo não sendo chamada de *Dona*, Baiana era muito estimada no micro-grupo sócio-cultural a que pertencia. Nesse caso, a ausência do pronome de tratamento pode ser explicada pelo fato de que ela era “rica”, motivo pelo qual ficava mais distante da vida da gente da rua. Notemos que Baiana era conhecida através de um codinome, o que pode significar que os vizinhos a tratavam com intimidade ou afeição. Ao tentar definir o caráter nacional brasileiro na

Rua dos Espinhos, nome que fazia alusão às condições de vida de seus moradores. Vale assinalar que sua residência fora comprada com o dinheiro proveniente do suor de seu trabalho: “Vendedora de angu, em outros tempos, conseguira juntar alguma cousa e adquirira aquela casita, a mais bem tratada da rua”.¹³¹ Aqui devemos mencionar a capacidade de economia dos africanos, em especial os minas¹³², que trouxeram da África Ocidental uma forte tradição mercantil. Certa vez, o *alufá* Julio Ganan afirmou a João do Rio:

– [...] Africano tem resistência, menino, africano pagou seu corpo. Eu juntei, vintém a vintém, um conto e oitocentos para me comprar e houve escravas, como a mãe de Henriqueta, que juntaram dinheiro para comprar o próprio corpo e mais o das filhas. [...] Trabalhando, nos alugueis, no café, vendendo santos ou doces na rua e com auxílio do feitiço. [...] Hoje os africanos daquele tempo estão ricos.¹³³

Vemos que o comércio de comida no espaço público era uma forma de arrecadação de dinheiro pelos africanos, que tinham como horizonte a compra da alforria. Portanto, Lima Barreto pode ter dado a entender que a sua personagem Baiana estava imersa nessa tradição, uma vez que “em outros tempos” fora vendedora de angu¹³⁴; e não custa lembrar que figurava entre os projetos não realizados do intelectual a elaboração de uma história da escravidão.

Na biografia dessa migrante negra da Bahia percebemos a valorização dos laços solidariedade, que ultrapassavam as barreiras raciais. Afinal, ela criava uma menina branca que achara embrulhada na rua. Essa característica dos moradores daquela área favelizada de Inhaúma e de seus arredores foi abordada pelo literato em outros momentos do conto. Vemos que a prostituta Antonia era branca e contava com o apoio dos vizinhos, cuja maioria era negra. Assim como Seu Castro era branco e nem por isso deixou de tentar ajudar Dona Felismina e seu filho

década de 1930, Sergio Buarque de Holanda escreveu: “A manifestação normal de respeito em outros povos tem aqui sua réplica [...] no desejo de estabelecer intimidade”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Homem Cordial”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 148.

¹³¹ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 43.

¹³² Os membros dessa nação chegaram ao Rio principalmente de Salvador, depois da Revolta dos Malês, em 1835. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras instituições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. pp. 355-391. No Rio de Janeiro dos anos 1840, a expressão minas adquirira um significado especial ligado àqueles que, entre outros fatores, trabalhavam arduamente para obterem sua liberdade. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 64.

¹³³ RIO, João do (Paulo Barreto). “Negros Ricos”. In: *Gazeta de Notícias*. 13 de maio de 1905.

¹³⁴ As negras minas quitandeiras, com os seus tabuleiros, “seriam o elo decisivo que manteve acesa a chama da cultura mina entre crioulos, cariocas e baianos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX”. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1895-1900”. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MATTOS, Hebe Maria, FRAGOSO, João (orgs.) *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/ FAPERJ, 2001. p. 415.

Zeca, ambos negros. Dona Felismina era ainda simpatizante do espiritismo¹³⁵ e freqüentava as sessões organizadas pelo Seu Frederico, “um antigo colega de seu marido, mas branco, que morava adiante, um pouco acima”.¹³⁶

Ressaltemos que o autor evitou maiores idealizações no tocante à questão racial, tendo lembrado o preconceito de que os afro-brasileiros eram vítimas. Quando a filha postiça de Baiana passava em frente à venda, o caixeiro costumava lhe falar, em tom de brincadeira: “– Baianinha, tua mãe é negra”. Ao que respondia irritada: “– Negra é tu, ‘seu’ burro!”. O menino Zeca, por sua vez, ouvia dos meninos: “ó moleque! – ó moleque! – ó negro – ó gibi!”¹³⁷ Não por acaso, esse conto intitulava-se “O moleque”, que era a forma como os escravos eram conhecidos quando crianças.¹³⁸

Aqui não podemos deixar de citar uma matéria do *Correio da Manhã*, na qual o moleque era definido pejorativamente como “a flor em botão do bam-bam-bam”, que, por sua vez, era o (mais) “valente”.¹³⁹ A diferença entre o moleque do conto do intelectual suburbano e o das reportagens da grande imprensa era que o primeiro não tinha o perfil de um futuro malandro, pelo contrário. O garoto Zeca representava bem o que Lima Barreto queria ressaltar nas crianças das favelas: “Doce, resignado, e obediente”, por causa do zelo da mãe, vivia “com a carapinha sempre aparada [...] e com as roupas sempre limpas”.¹⁴⁰ Se, de acordo com os jornais, os moradores desses espaços seriam perversos devido à influência do meio em que viviam, nada melhor do que a figura de uma criança e de sua sugerida pureza para neutralizar esse discurso pejorativo.¹⁴¹ Note-se que, nesse caso, o cronista apontava exatamente para os valores transmitidos pela mãe e o contato com os vizinhos.¹⁴²

¹³⁵ Ao mencionar o espiritismo, o escritor pode ter insinuado que os moradores das favelas não seguiam apenas as religiões imediatamente associadas à África e, logo, estigmatizadas como bárbaras. Emerson Giumbelli defende a idéia de que o espiritismo teria se subordinado ao monopólio de cura conquistado pela medicina e se aliado ao poder policial para garantir, no campo religioso, o seu papel privilegiado em relação ao “baixo” espiritismo, à macumba e ao candomblé – ou seja, aos cultos de origem africana em geral. Ver: GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

¹³⁶ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 43.

¹³⁷ *ibid.* p. 50.

¹³⁸ Notemos que nesse texto de Lima Barreto há muitas crianças e mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato de que Inhaúma era o distrito com o maior número de pessoas do sexo feminino e na fase da infância. LOBO, Eulália, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 111.

¹³⁹ *Correio da Manhã*. “Na cidade da multidão turbulenta e sofredora”. 22 de julho de 1923. Data citada em: ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 42.

¹⁴⁰ BARRETO, Lima. “O moleque”... p. 44.

¹⁴¹ Era comum o juízo de que tais pessoas cometeriam o mal sem um motivo maior que o justificasse. Assim, o Morro da Favela seria um “ninho de valentões e vadios, que não atacam para roubar, mas matam-se uns aos outros

O escritor sugeria o inverso do que as classes dominantes ditavam acerca da população que residia em “barracões”. A maior certeza de que o conto “O Moleque” não foge à marca combativa de sua obra reside na escolha do distrito onde a história se desenvolve: nos anos 1920, Inhaúma reunia o maior número de operários da cidade do Rio de Janeiro. Logo, o fato de que as favelas eram locais de residência da classe trabalhadora ganhava cores ainda mais vivas. Em suma, seriam justamente os trabalhadores pobres os primeiros beneficiários daqueles discursos positivos que o autor colocava em vigor no espaço público carioca.

4.3. LIMA BARRETO E A REVISTA CARETA

No conto “O moleque”, vimos um tipo de abordagem em que as virtudes dos moradores das favelas foram ressaltadas. Já nas crônicas publicadas na revista *Careta*, o que havia de mais forte era a crítica aos poderes públicos pelas precárias condições de moradia enfrentadas por tais pessoas. Portanto, essas duas perspectivas eram complementares. Aqui devemos discorrer, mesmo que rapidamente, sobre as relações entre a História e a Literatura e também sobre a validade das crônicas como fontes históricas. De acordo com Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, as obras literárias são “testemunhos históricos”, motivo pelo qual o pesquisador deve inserir “autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados” e destrinchar suas “redes de interlocução social”.¹⁴³ Antonio Candido¹⁴⁴ e Nicolau Sevcenko¹⁴⁵ também concordaram quanto a relacionar autor, obra e meio e mencionaram a relação dialética estabelecida entre o meio social e a obra de arte. Davi Arrigucci Junior¹⁴⁶, Candido¹⁴⁷, Margarida

por qualquer da cá palha, dando assim muito más provas da nossa civilização”. *Correio da Manhã*. “Atirado ao abismo”...

¹⁴² A esse respeito, Sevcenko concluiu que, sem exceção, “as personagens trazem a marca do seu meio e constituem o objeto privilegiado da crítica social do autor”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* pp. 163,164.

¹⁴³ CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 07-09.

¹⁴⁴ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. Especialmente, “A literatura e a vida social”.

¹⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* Principalmente, “Conclusão: História e Literatura”.

¹⁴⁶ ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. *Enigma e comentário. Ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁴⁷ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

Neves¹⁴⁸ e Beatriz Resende¹⁴⁹ relacionaram as crônicas à vida moderna, entre outras razões, porque elas eram detentoras de uma leveza de linguagem que facilitava o seu consumo imediato – embora o primeiro autor tenha lembrado que elas eram fruto de um trabalho que caminhava em direção oposta. Em trabalho coletivo recente, Chalhoub, Neves e Pereira negaram a suposta ausência de elaboração narrativa do gênero, bem como relativizaram a sua despreensão e a sua leveza, ao considerarem que ele era uma construção autoral, que intervinha na realidade que tentava representar.¹⁵⁰ Concluindo, as crônicas são fontes ricas para a história da cidade em suas mais diversas dimensões e podem ser vistas como narrativas subjetivas do “real vivido”¹⁵¹ e esboços de identidades. Isso porque através de sua atuação na grande imprensa, os cronistas estiveram envolvidos em projetos sociais e políticos.¹⁵²

Nas páginas da *Careta*, em 1920, Lima Barreto censurou a febre reformista que se instalara na capital na virada da década. Comentou que era impossível abrir um periódico sem se deparar com propostas “de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras”.¹⁵³ De fato, naquele ano, a grande imprensa encampou a campanha promovida pelos empreendedores particulares. Devido à visita do rei belga em setembro e, principalmente, às comemorações do centenário da Independência, em 1922, as propostas de intervenção no espaço da cidade pululavam.¹⁵⁴ Segundo Marly Motta, “Iniciativas são cobradas e atividades sugeridas, eventos considerados indispensáveis e empreendimentos inadiáveis, tudo (ou quase tudo) tendo por cenário a capital da República”.¹⁵⁵

Nesse contexto, o *Correio da Manhã* escreveu que a preocupação do administrador do Distrito Federal devia ser, antes de tudo, com os embelezamentos naturais e a limpeza da

¹⁴⁸ NEVES, Margarida de Souza. “Historia da crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.

¹⁴⁹ RESENDE, Beatriz. “Rio de Janeiro, cidade da crônica”. In: RESENDE, Beatriz (org.). *op. cit.*

¹⁵⁰ CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Apresentação”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

¹⁵¹ NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica”... p. 26.

¹⁵² Para Pierre Bourdieu, o “campo” artístico é homólogo ao “campo” do poder e as obras de arte internalizam as disputas e conflitos que o permeiam: “Em razão do jogo das homologias entre o campo literário e o campo do poder ou o campo social em seu conjunto, a maior parte das estratégias literárias é sobredeterminada e muitas das ‘escolhas’ têm dois alvos, são a um só tempo estéticas e políticas, internas e externas”. BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 235.

¹⁵³ BARRETO, Lima. “Megalomania”. In: BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambon* (1956). São Paulo: Brasiliense. p. 123. (*Careta*, 28 de agosto de 1920).

¹⁵⁴ KESSEL, Carlos. *op. cit.* p. 19.

¹⁵⁵ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz...* p. 49.

cidade.¹⁵⁶ Citando o exemplo dos ex-prefeitos Pereira Passos e Paulo de Frontin, um repórter do jornal achava que Sá Freire deveria “tomar iniciativas e ter a ação que é indispensável na atual conjuntura, nas vésperas da comemoração da Independência”.¹⁵⁷

A comparação do advogado Sá Freire com os dois engenheiros/políticos – que haviam comandado grandes obras públicas – refletia a pressão da grande imprensa sobre o primeiro, que prezou o restabelecimento do equilíbrio financeiro e paralisou as obras iniciadas por Frontin. A sua experiência como prefeito do Rio de Janeiro encerrou-se com uma inesperada renúncia, antes de completar um ano de mandato. O seu substituto, Carlos Sampaio, deu continuidade às grandes intervenções no espaço, dentre as quais se incluía o arrasamento do Morro do Castelo.¹⁵⁸

De todas as idéias defendidas na grande imprensa, Lima Barreto destacava a futilidade de se construir um prado de corridas no Leblon: “se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem abrigos onde se abrigar”.¹⁵⁹ Vemos que as suas palavras ficavam mais agressivas ao defender os direitos das classes pobres.

O tema das habitações populares veio à tona com a condenação do cronista à intenção de se arrasar o Morro do Castelo, num período em que a cidade vivia uma grave crise de moradias: “Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas”.¹⁶⁰ Realmente, ao longo da década de 1920, houve a diminuição do número de prédios no centro da cidade, em decorrência de obras de renovação do espaço construído e da sua especialização como zona comercial.¹⁶¹

Lima Barreto mostrava-se abismado com a lógica administrativa do Distrito Federal, tendo em mente o contexto do pós-guerra, que tingia de incertezas o cenário internacional: “O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral”.¹⁶² Esse comentário coincide com a análise do panorama econômico realizada por Carlos Kessel:

¹⁵⁶ *Correio da Manhã* “Melhoramentos necessários”. 24 de abril de 1920.

¹⁵⁷ *Correio da Manhã*. “A caminho do centenário”. 06 de maio de 1920.

¹⁵⁸ KESSEL, Carlos. *op. cit.* pp. 18-22.

¹⁵⁹ BARRETO, Lima. “Megalomania”... p. 124.

¹⁶⁰ *idem.*

¹⁶¹ RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. *op. cit.* p. 186.

¹⁶² BARRETO, Lima. “Megalomania”... p. 124.

O câmbio, desde fevereiro, caíra de 18 para 16 *pence* por mil-réis; o preço da saca de café continuava em declínio, por conta da superprodução nativa e da recessão americana que começava a se fazer sentida no início de 1920. A situação dos Estados Unidos, que haviam saído da conflagração como credores do mundo, detentores de metade das reservas mundiais de ouro e grandes saldos na balança comercial, era duplamente preocupante: afetava as exportações brasileiras e, diante da prostração dos países europeus, ameaçava prejudicar o acesso do nosso país àquela que se constituía, temporariamente, na única fonte de capitais disponíveis. Em janeiro de 1920, o governo americano havia suspenso os empréstimos governamentais, numa atitude imitada pela banca privada.¹⁶³

Ou seja, no Brasil, os anos de 1920 e 1921 foram de crise, tendo sido fundada nesse último a Carteira de Redescontos, para estimular a economia.¹⁶⁴ Por fim, Lima Barreto censurou a forma como a remodelação urbana estava sendo planejada e deu a entender que os morros seriam depositários de certa tradição, sem a qual o Rio seria uma outra cidade: “Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será outra qualquer cidade que não ele”.¹⁶⁵ Lembremos que, nos anos imediatamente anteriores ao centenário da Independência, a discussão sobre a chamada questão nacional começava a tomar vulto e a influenciar os mais diversos intelectuais.

Nessa perspectiva, o Morro do Castelo – tido como um quisto colonial na moderna área central – seria uma parte essencial da cidade. Ao contrário da opinião de Lima Barreto, um editorial da *Careta* pregava que o arrasamento da colina seria uma ação “Em prol da raça brasileira”: “A última visita do sr. Prefeito ao Morro do Castelo inspirou-lhe sensata expansão no sentido do arrasamento daquele montão de terra que emporcalha com a sua sombra a estética da cidade”.¹⁶⁶ A revista ainda zombava daqueles que viam no morro um símbolo nacional: “É a tradição, o seu monumento, que os contemporâneos não querem deixar demolir, porque hoje representa um símbolo, o caráter dos políticos do Brasil!...”.¹⁶⁷ Assim, evidenciava-se a independência do intelectual em relação à grande imprensa.¹⁶⁸

¹⁶³ KESSEL, Carlos. *op. cit.* p. 22.

¹⁶⁴ LOBO, Eulália, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *op. cit.* p. 104.

¹⁶⁵ BARRETO, Lima. “Megalomania”... p. 124.

¹⁶⁶ *Careta*. “Looping the loop”. 14 de agosto de 1920.

¹⁶⁷ *Careta*. “Looping the loop”. 20 de novembro de 1920.

¹⁶⁸ Os editoriais da *Careta* que eram críticos ao governo federal conseguiam harmonizar as ambições políticas de seus proprietários com a sempre enérgica atuação do escritor contra os governantes. Quando a revista condenou o aumento da emissão de papel moeda – medida reivindicada pela bancada paulista para garantir os preços do café –, foi respaldada por um irônico artigo de Lima Barreto. *Careta*. “Looping the loop”. 18 de setembro de 1920; BARRETO, Lima. “Papel-moeda”. In: BARRETO, Lima. *Vida Urbana* (1956). São Paulo: Brasiliense. pp. 237-238. (*Careta*, 18 de setembro de 1920). Outro ponto de concordância entre o cronista e o magazine estava no humor como uma vertente crítica da sociedade. Ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio...*

No ano de 1921, o alvo predileto de Lima Barreto foi o prefeito Carlos Sampaio, que, além de promover um pensamento dual de cidade, teria optado pelas obras supérfluas em detrimento da construção de habitações populares para os moradores das favelas:

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas partes: uma será européia e a outra, a indígena. Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares: a nossa, construindo hotéis chics, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser...¹⁶⁹

A constatação do cronista encontra o seu equivalente acadêmico na observação de Lago, de acordo com a qual, em 1920:

[...] começou a se conformar a área metropolitana do Rio de Janeiro, num padrão de estruturação interna dicotômico, no que se refere às condições urbanas de vida: um núcleo criado para abrigar as camadas de alto poder aquisitivo que pudessem garantir a rentabilidade do capital público e privado investido em equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia onde a omissão do Estado definiu seu conteúdo social.¹⁷⁰

Menos de um mês depois da publicação daquela crônica, Lima Barreto chamou Carlos Sampaio de “O poderoso doutor Matamorros”¹⁷¹, em uma alusão ao seu objetivo de arrasar o Morro do Castelo. O prefeito costumava aparecer nos devaneios do fictício doutor Encerrabodes, que, apesar de ser engenheiro – uma categoria bastante influente nesse contexto de *consciência urbanizadora*¹⁷² –, não tinha vocação para o poder, nem era muito dinâmico, conforme o seu nome dava a entender.¹⁷³ Certo dia, essa personagem literária fitou as habitações da região pericentral:

Olhei com tristeza as casas do Mangue, as da “Cidade Nova” nas ruas transversais; as do morro da Favela eu apenas entrevia. Pensei de mim para mim: por que não se acabava com “aquilo”? Seria necessário aquele *repoussoir* para afirmar a beleza dos bairros chamados *chics*?¹⁷⁴

¹⁶⁹ BARRETO, Lima. “O Prefeito e o povo”. In: BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 117. (*Careta*, 15 de janeiro de 1921).

¹⁷⁰ LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000. p. 62.

¹⁷¹ BARRETO, Lima. “O poderoso doutor Matamorros”. In: BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. (*Careta*, 5 de fevereiro de 1921).

¹⁷² Com esse termo, Denise Stuckenbruck referiu-se à incorporação do ideal de reforma urbana “pelo poder estatal e sua conseqüente objetivação em obras públicas”. STUCKENBRUCK, Denise. *op. cit.* p. 20;

¹⁷³ O Doutor Encerrabodes exemplificava aquilo que o literato chamava de “superstição do doutor”, uma vez que, mesmo sem talentos, desfrutava da distinção social proveniente dos lacunosos cursos de nível superior. BOTELHO, Denilson. *A pátria que...* p. 177.

¹⁷⁴ BARRETO, Lima. *O poderoso doutor...* p. 161.

Nesse trecho, vemos novamente a crítica do escritor às condições de moradia nas áreas ocupadas pela classe trabalhadora: a Cidade Nova, o Mangue e a Favela. Com o advento da “era das demolições”, as periferias próximas ao centro tornaram-se a primeira opção de muitos desabrigados, dada a sua proximidade ao centro da cidade, uma vez que nem todos podiam morar nos subúrbios devido aos custos do transporte. O intelectual também falou a respeito da desigualdade social refletida nas diferentes paisagens da capital (“Seria necessário aquele *repoussoir* para afirmar a beleza dos bairros chamados *chics*?”).

Pela mesma citação, ainda podemos notar uma sutileza da narrativa: palavras pejorativas como “olhei com tristeza” e “aquilo” – essa última resumindo as diversas casas populares existentes na região pericentral – ganhavam sentido porque eram pronunciadas por um membro das classes dominantes. Entretanto, o doutor Encerrabodes não era um representante típico das camadas altas da população. Tratava-se de um homem sem pretensões ao poder, cujo sonho era criar galinhas. Por isso, ele pôde formular um sentimento de pena ao avistar as moradias dos trabalhadores – ainda que dentro dos limites impostos pelos valores e as percepções das elites.

Utilizando a figura do doutor Encerrabodes, Lima Barreto censurou a exploração realizada pelo pequeno capital imobiliário nas favelas e nos bairros populares: “pus-me a pensar na sorte daqueles que residiam naquelas casas pobres. Certamente, imaginei, pagam aluguéis exorbitantes!”.¹⁷⁵ Na continuação dessas linhas, tocou no tema da injustiça social, que contrariaria os princípios da República: “Aquilo era uma injustiça e o fundamento da sociedade (tinha lido não sei onde) é a justiça. Se eu estivesse no lugar do Matamorros, já tinha dado um remédio a um tal estado de cousas!”¹⁷⁶

Esse comentário sobre Carlos Sampaio certamente se relacionava ao recente veto à lei 371, de 1920, sem a qual o decreto 2.407, de 1911, ficava realmente sem utilidade. Lima Barreto permaneceu atento ao tema das favelas ao longo do ano de 1921.¹⁷⁷ Em “Leitura de jornais”,

¹⁷⁵ *ibid.* p. 162.

¹⁷⁶ *ibid.* pp. 162, 163.

¹⁷⁷ Em setembro de 1921, a Directoria Geral de Obras e Viação do Districto Federal abriu concorrência para a construção de pequenos prédios para abrigar os moradores do Morro Castelo. As construtoras deveriam ter o terreno e construir no mínimo 20 prédios; as casas poderiam ser isoladas ou em grupo de duas com 1 ou 2 quartos, sala, cozinha, tanque para lavar e quintal; as casas construídas deveriam ser alugadas com preferência aos moradores do Castelo pelos preços que pagavam na colina pelo prazo de 2 anos; após o término desse prazo, os proprietários poderiam agir como entendessem. Além disso, o proponente aceito deveria trabalhar também no desmonte do Morro, podendo utilizar os materiais aproveitáveis para o emprego na construção dos prédios. Todas essas exigências parecem ter tirado o interesse dos construtores da capital. BARROS, Paulo Cezar de. *op. cit.* pp. 192, 193.

tarefa à qual se dedicava com afinco, mencionou novamente os magníficos “repoussoirs da Favela, do Salgueiro, do Nheco e outros em muitos morros e colinas” da cidade.¹⁷⁸

Dessa vez, o escritor citou uma reportagem publicada no jornal *O Dia*, sobre os “extensos aldeamentos de casas construídas com folhas de latas de gasolina, ripas de caixas de batata e caixões de automóveis”. Além dessa descrição da arquitetura informal praticada nas favelas, a matéria continha trechos exaltados: “Por essas barracas, que seria impossível de qualificar de casebres, porque nelas nenhum homem rico abrigaria o seu cão de estima, cobra-se de 30\$ a 50\$000 por mês e até mais”.¹⁷⁹

Concordando com o periódico *O Dia*, Lima Barreto louvou a política adotada em Buenos Aires, que, em vez de construir “pistas ou arenas de jogos atléticos”, ergueu casas confortáveis com armações de madeira e ferro. Aqui vemos mais um comentário sobre a frivolidade das obras realizadas pelos governantes brasileiros, que ignorariam as ações de interesse geral.

No final da crônica, o intelectual estabeleceu um ponto de contato entre as obras de embelezamento na zona sul e o esquecimento dos morros pelos poderes públicos. O abandono das favelas seria o reverso da moeda que refletia o privilégio concedido aos bairros chiques do Distrito Federal:

ela [a administração] não presta atenção nos meios de enfeiar e emporcalhar ainda mais a Favela, embora os seus propósitos de embelezamento de Copacabana e arredores peçam logicamente, de acordo com a sua doutrina calatuense, a transformação daquele e outros morros que circundam a cidade, na coisa mais repugnante deste mundo...¹⁸⁰

Notemos que, no afã de denunciar uma situação que considerava calamitosa, Lima Barreto reproduziu discursos de ordem estética e higiênica contra os moradores das favelas (“enfeiar e emporcalhar ainda mais”). Cabe o adendo de que o literato sempre se colocou contra as obras de embelezamento da capital e os pressupostos do higienismo. Lima Barreto estava revoltado com a prioridade que os bairros da zona sul vinham recebendo da prefeitura (“os seus propósitos de embelezamento de Copacabana e arredores”). De fato, no curto tempo de janeiro a julho de 1919, a administração Paulo de Frontin alargara e pavimentara a Avenida Atlântica, construía no desabitado Leblon a atual Avenida Delfim Moreira, fizera o cais da Urca – bairro

¹⁷⁸ BARRETO, Lima. “Leitura de jornais”. In: BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás...* p. 94. (*Careta*, 19 de março de 1921).

¹⁷⁹ *idem*.

¹⁸⁰ *ibid.* p. 96.

que estava sendo criado por uma companhia imobiliária – e aumentara a Avenida Niemeyer. O surto de obras públicas nessa área da cidade foi intensificado no período em que Carlos Sampaio esteve no poder (1920-1922). Nesses anos, houve a construção da Avenida Portugal, na Urca – onde o prefeito concedeu terrenos para serem loteados pela iniciativa privada –, a reconstrução da Avenida Atlântica (castigada por uma forte ressaca), a concessão por permuta do terreno onde hoje se localiza o Jockey Club Brasileiro, na Gávea, e a abertura da Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. Essa última realização, que resultou na conclusão da verdadeira Avenida Beira Mar da Reforma Passos, exigiu a retirada da população pobre que vivia em “barracões” e “casebres”.¹⁸¹

O escritor tinha razão ao apontar para a desproporcional preocupação dos poderes públicos com os bairros da zona sul carioca. Mas deixou de dizer que Frontin e Sampaio beneficiaram também o centro da cidade. Seja como for, o recado havia sido dado: os moradores dos subúrbios da zona norte e das favelas estavam sendo esquecidos nesse processo de renovação urbana do Distrito Federal.

Na crônica intitulada “15 de Novembro”, Lima Barreto reiterou a idéia de que as favelas seriam espaços por excelência da pobreza. No aniversário da proclamação da República, o cronista foi levado a refletir sobre a delicada situação dos moradores dos morros cariocas:

Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do Senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco. Eu me comovi com essa exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.¹⁸²

O antigo Império Austríaco vivia as graves conseqüências da Primeira Guerra Mundial; logo, lembrar as favelas durante uma palestra sobre esse desmantelado território europeu tinha o seu simbolismo. Lima Barreto continuou condenando o privilégio concedido pela prefeitura à faixa litorânea da capital: “lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar”.¹⁸³ O escritor estava no encalço de Carlos Sampaio, talvez por ter notado aquilo que as pesquisas acadêmicas revelaram a respeito da administração do engenheiro: “o período [...] nada mais é do que uma

¹⁸¹ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* p. 75-77.

¹⁸² BARRETO, Lima. “15 de Novembro”. In: BARRETO, Lima. *Marginália...* p. 35. (*Careta*, 26 de novembro de 1921).

¹⁸³ *idem*.

outra etapa do processo de depuração da área nobre da cidade de usos e populações não desejadas”.¹⁸⁴

Pesando na balança a concentração de obras nas áreas visadas pelo capital imobiliário e o descaso com as favelas, o escritor se perguntava: “Não será [...] que a República é o *regímen* da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de parvenu, tendo como *repousoir* a miséria geral?”¹⁸⁵ Aqui, o intelectual deixava transparecer sua frustração com tal sistema político, a qual, aliás, era compartilhada com muitos autores da época.¹⁸⁶ Na obra de Lima Barreto, o criticado presente republicano era geralmente contraposto a um idealizado passado monarquista. Isso se explicava, principalmente, pela sua crença de que as classes dirigentes da República não portariam um atributo humano fundamental: a solidariedade.¹⁸⁷

Lima Barreto fechou o ano de 1921 abordando a carestia de aluguéis, a qual estaria provocando as mais surpreendentes situações. Contou sobre um amigo amanuense que, diante do segundo aumento no aluguel de sua casa no subúrbio em um espaço curto de tempo, concluiu ser mais barato morar em Petrópolis, mesmo considerando-se o custo das passagens diárias ao Rio de Janeiro. O escritor encerrou a história ironicamente: “foi veranear em Petrópolis, como se fosse um capitalista, isso devido à carestia de casas aqui”.¹⁸⁸

Poucos dias depois, o humor com que tratou a história do seu amigo foi substituído por um tom mais grave, em virtude da suposta ausência de solidariedade naquela cidade serrana. Nas palavras do seu conhecido, que voltou a morar no subúrbio da capital da República: “É preferível uma grande aldeia com generosidade, caridade e simplicidade de gostos e modos do que uma aldeola com pretensões e altas elegâncias européias”.¹⁸⁹ Lima Barreto explicou que o amanuense

¹⁸⁴ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do...* p. 78.

¹⁸⁵ BARRETO, Lima. “15 de Novembro”... p. 35.

¹⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* pp. 86-93; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o...* p. 37.

¹⁸⁷ BOTELHO, Denilson. *A pátria que...* pp. 79-86. Quanto à idéia de que o Estado imperial teria sido mais benevolente com as camadas populares, Sidney Chalhoub escreveu: “é preciso muita ginástica intelectual e retórica barroca para descrever como ‘tolerante’ uma classe dominante que escravizava, intimidava e torturava tanto quanto a classe dos escravocratas brasileiros”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços...* p. 184.

¹⁸⁸ BARRETO, Lima. “Em Petrópolis”. In: BARRETO, Lima. *Coisas do Reino...* pp. 181, (citação) 182. Publicado originalmente na revista *Careta*, em 17 de dezembro de 1921.

¹⁸⁹ BARRETO, Lima. “Egresso de Petrópolis”. In: BARRETO, Lima. *Coisas do Reino...* pp. 182, (citação) 183 e 184.

tinha consciência de que havia muito esnobismo no Rio de Janeiro; porém, “longe de nós, nas altas esferas políticas, mundanas e tabelioas”.¹⁹⁰

Conforme vimos ao longo deste capítulo, a fatuidade, a frivolidade e o desdém pela pobreza não tinham muito lugar nas favelas e nos subúrbios literários de Lima Barreto. Em 1920, aproveitando o contexto marcado pelos protestos operários, o intelectual chamou a atenção para a situação dos moradores das favelas. Leitor voraz dos jornais cariocas, acompanhava atentamente as resoluções acerca da habitação popular na capital federal. Assim, a sua estratégia de argumentação dependia dos rumos que o debate tomava, ao mesmo tempo que exercia influência sobre ele.

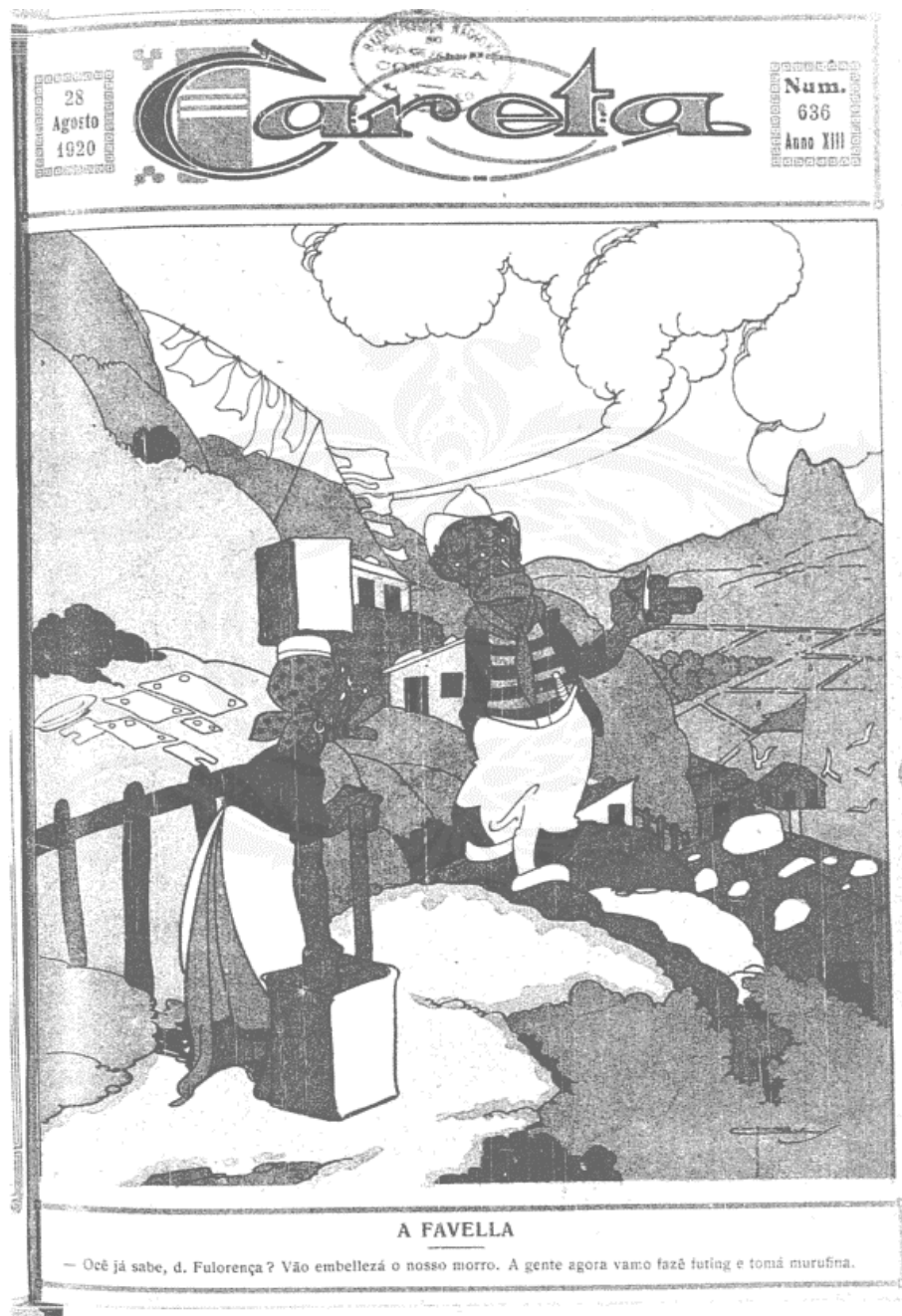
Em 1920, quando o *Correio da Manhã* empreendia uma campanha pela construção de habitações higiênicas – na qual o artifício mais utilizado foi a depreciação das favelas –, Lima Barreto mostrava uma outra realidade a respeito de seus moradores. Conforme vimos, esses seriam, acima de tudo, trabalhadores, honestos e solidários. Já em 1921, enquanto a preocupação com as moradias populares perdia força na grande imprensa e o movimento operário era desmantelado pela repressão estatal, as crônicas do intelectual tornavam-se mais ácidas. Lutando para o tema da habitação não cair no esquecimento, criticou o excesso de obras públicas na zona sul, em detrimento de ações que beneficiassem os habitantes das favelas e dos subúrbios.¹⁹¹

No conto “O Moleque”, o corajoso projeto intelectual de Lima Barreto – em prol de uma sociedade mais democrática, onde a cidadania fosse mais abrangente – resultou em um trabalho pioneiro no tocante às favelas. Publicado em 1920, esse texto antecipou o fortalecimento dos discursos positivos sobre esses espaços no correr da década em que o nacionalismo arrebatou os intelectuais brasileiros.¹⁹² Havia um outro caminho para se pensar as favelas que precisava ser mostrado; parafraseando Nicolau Sevcenko, essa talvez tenha sido uma das missões mais extenuantes desse “mosqueteiro intelectual”.

¹⁹⁰ *ibid.* p. 183.

¹⁹¹ Entre 1920 e 1922, Lima Barreto ainda citou rapidamente as favelas em: BARRETO, Lima. “Augaricus audita”. In: BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos...* p. 109; BARRETO, Lima. “O feminismo invasor”. In: BARRETO, Lima. *Coisas do reino...* p. 71. (A.B.C., 21 de janeiro de 1922); BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos* (1956). São Paulo: Brasiliense. pp. 92, 115.

¹⁹² Ao longo dos anos 1920, o Morro da Favela passou a ser considerado um símbolo nacional, conforme ficou registrado no célebre “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, escrito em 1924, por Oswald de Andrade: “Os casebres de açafão e ocre nos verdes da Favela, sob o azul cristalino, são fatos estéticos”. ANDRADE, Oswald de. In: *Correio da Manhã*. “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”. 18 de março de 1924. p. 5.



Careta. “A FAVELLA”. 28 de agosto de 1920. Texto: “-Ocê sabe, d. Fulorença? Vão embelezá o nosso morro. A gente agora vamo fazê futing e tomá murufina”. Comentário: esta charge brincava com a notícia de que o Morro da Favela seria alvo de um plano de embelezamento na administração Carlos Sampaio. No diálogo entre um homem e uma mulher de ascendência africana – sendo que o primeiro portava uma faca na cintura, em uma menção às “classes perigosas” –, insinuava-se, jocosamente, que a cultura dos populares no morro passaria a se misturar com os hábitos das elites.



A vida angustiosa

JOSÉ — Tá vendo, Fulorença? O governo, para *arresorvê* a crise, vai taxar os artigo de luxo.
FULORENÇA — Virge do Céu! Mais imposto!

NUMERO AVULSO 50 REIS

Careta. “A VIDA ANGUSTIOSA”. 09 de julho de 1921. Texto: “JOSÉ – Tá vendo, Fulorença? O governo, para *arresorvê* a crise, vai taxar os artigo de luxo. FULORENÇA: Virge do Céu! Mais imposto!”. Comentário: a revista ao mesmo tempo criticava o excesso de impostos no país e ironizava os favelados, que, em uma paisagem típica da roça, comentavam com preocupação o aumento no preço dos produtos de luxo, como se fossem consumidores de tais mercadorias.

ISENTA DO PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS MUNICIPAES DURANTE O
PRAZO DE QUINZE ANNOS AS EMPREZAS QUE SE ORGANIZAREM PARA A
CONSTRUCÇÃO DE CASAS HYGIENICAS PARA AS CLASSES POPULARES E
FUNCIONARIOS MUNICIPAES E FEDERAES, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Considerando que o problema do barateamento da habitação hygienica para as classes populares é daquelles que hoje se apresentam de solução mais urgente neste Districto, competindo aos poderes municipaes, em harmonia com os poderes federaes, adoptar as medidas mais efficientes e rapidas para a sua solução, e nenhuma se recommenda mais, depois dos estudos feitos em diversos paizes, e da experiencia, que já temos propria, do que a dos favores indirectos, por meio da iniciativa privada, segundo prescreve o decreto federal n. 2.407, de 18 de Janeiro de 1911, que ora o Congresso Nacional procura completar e tornar mais eficiente:

Considerando que o legislativo federal muito racionalmente, faz depender a concessão desses favores, da celebração de contractos prévios entre as empresas concessionarias e os governos municipaes para as construcções almeçadas, com isenção pelo prazo de 15 annos, pelo menos, de todos os impostos e taxas dependentes da jurisdicção municipal, relativamente á aquisição de terrenos, construcções, posse e transferencia dos immoveis (art. 2. do respectivo decreto); concessões que devem ser feitas sem caracter de monopolio;

O Conselho Municipal resolve:

Art. 1. Fica concedida ás empresas que se organizarem especialmente para a construcção, no Districto Federal, de casas hygienicas para as classes populares, e funcionarios publicos municipaes e federaes, isenção durante o prazo de quinze annos, a contar da data da assignatura dos respectivos contractos com a Prefeitura, de todos os impostos municipaes relativos à aquisição, posse e transferencias dos, predios que construirem com o objectivo e sob as prescrições do decreto n. 1.407, de 18 de Janeiro de 1911 e demais legislações federaes.

Art. 2: Nos contractos que as concessionarias assignarão com a Prefeitura, serão especificados os favores concedidos, sem caracter de monopolio, e as obrigações a que se sujeitarem as mesmas concessionarias, de accôrdo com o art. 2. do citado decreto e as leis municipaes.

Art. 3: Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 1920. - Pio Dutra.

DECRETO n.º 4.209 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1920.

Autoriza o Poder Executivo a construir casas para operarios e proletarios e dá outras providencias.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as seguinte providencias, sem prejuizo dos dispositivos do decreto n. 2.407, de 18 de janeiro de 1911, que deverá ser sem demora regulamentado, com as alterações constantes do presente:

a) concluir por administração ou contracto a construcção das casas que, nas Villas “Marechal Hermes” e “Orsina da Fonseca” estejam por concluir e concertar as que precisem de reparos, aproveitando os materiais ali existentes e applicando a esse serviço as rendas das mesmas casas;

b) antes ou depois de realizadas essas obras, alienar ou arrendar as mesmas villas, mediante avaliação e concorrência publica, dando preferencia a empresas fundadas especialmente para o objectivo do referido decreto n. 2.407, de 1911, e que se proponham a fim collimado pelo Governo com aquellas construcções;

c) desapropriar terrenos no Distrito Federal para o fim do mesmo decreto ou para dividil-os em lotes de 300 a 750 metros quadrados, e cedel-os a funcionarios, operarios e diaristas federais ou municipais que quizerem construir, por si, ou por intermedio das empresas constructoras das casas populares, podendo o pagamento dos terrenos e das construcções ser feito por meio de desconto em folha até 30% dos vencimentos e remunerações que perceberem;

d) entrar em accôrdo com a Prefeitura e as empresas de transporte do Districto Federal, para estabelecimento de passagens nominaes com abatimento de preço, destinadas aos moradores de casas populares, e conceder o mesmo favor nas estradas de ferro da União;

e) applicar uma terça parte dos saldos das caixas economicas até a somma de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) para a execução do presente projecto, sem prejuizo da autorização contida no art. 7.º do supracitado decreto 2.407, de 1911, no uso da qual poderá ordenar ao limite que entender conveniente os emprestimos da Caixa Economica, directamente ou por intermedio do Banco do Brasil, a um juro de meio por cento acima do que vençam dos depositos na mesma caixa, não excedendo as quantias emprestadas a 80% do valor dos predios dados em garantia hypothecaria.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário. – Epitacio Pessoa. – Homero Baptista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A longa história da tentativa de elaboração de uma legislação habitacional parecia ter chegado ao fim em 20 de maio de 1921, data da aprovação do regulamento número 14.813. Antes, o decreto 4.209, de 11 de dezembro de 1920, alterava a antiga lei 2.407, de 1911, para garantir a conclusão das Vilas Marechal Hermes e Orsina da Fonseca, por contrato ou administração. Além disso, previa o abatimento nas passagens de trens para os moradores das casas populares – a fim de garantir a redistribuição da mão-de-obra – e elevava o empréstimo às associações construtoras de 50% para 80% do valor dos prédios a serem construídos.¹

Os construtores civis agrupados em torno de Antonio Jannuzzi acreditaram que esse seria o momento perfeito para entrarem no negócio. O próprio líder do grupo, envolvido na construção de casas higiênicas para as classes pobres desde o fim do século XIX, quando era diretor técnico e sócio da Companhia Evoneas Fluminense, voltou a elogiar Carlos Sampaio, em 1922. Depois de ter vetado em dezembro de 1920 o projeto 371 – que complementava a lei do Governo Federal ao conceder os favores de competência da Municipalidade –, o prefeito que mandara demolir o Morro do Castelo queria terminar a sua administração como tendo sido também o promotor da construção de casas populares na cidade do Rio de Janeiro. Assim, a Sociedade Construtora de Casas Proletárias assinou no dia 16 de outubro de 1922 um contrato com a Prefeitura, que ainda prometia àquela a cessão gratuita de um terreno nas fraldas do Morro de São Carlos, no Estácio.²

Sobre esse terreno, Antonio Jannuzzi afirmou que era “vastíssimo e situado em um ponto ameno e belíssimo, bem arejado e enxuto”.³ Vale ressaltar que esse ponto “ameno e belíssimo” se localizava ao lado da Casa de Correção. Como se não bastasse, na década de 1920, o Morro de São Carlos começava a desbancar o Morro da Favela na crônica policial da capital, sendo às vezes chamado de “Nova Favela”.⁴ Ou seja, o local parecia ter sido escolhido a dedo por um prefeito que, em 1920, enxergara na lei

¹ *Jornal do Commercio*. “O Rio de Janeiro e as habitações populares”. 18 de setembro de 1927.

² *O Jornal*. “O problema das casas populares”. 20 de outubro de 1922.

³ *idem*.

⁴ *Vida Policial*. “N’um buraco”. 28 de novembro de 1925. Outra reportagem, intitulada “O Morro de São Carlos agora reduto da malandragem e do crime”, repetia a comparação com o Morro da Favela: “Ali no Morro de São Carlos, como na Favela, não se sabe como começam os conflitos. [...] Seguem-se aos tiros, gritos terríveis, confusão dos criminosos, gente que corre, gente que cai e quando a polícia chega estão todos no solo, estirados, oito ou nove valentões, uns mortos e outros agonizando. É assim...”. *Vida Policial*. 27 de março de 1926.

habitacional o perigoso componente da especulação imobiliária. Mas o construtor italiano teve de abrir mão desse terreno – que, de privilegiado, tinha, de fato, a proximidade ao centro da cidade – em prol de um outro, situado na Rua Indiana, no Cosme Velho. Isso porque o terreno do Estácio pertencia ao Ministério do Interior, o que exigia da firma uma solicitação ao Ministério da Fazenda; portanto, um processo demorado demais para as pretensões de Carlos Sampaio, “que desejava ser o iniciador dos trabalhos das casas operárias”.⁵ Mas nada que tirasse o entusiasmo de Jannuzzi, que aceitou a nova oferta do prefeito de bom grado – afinal, nesse momento, os dois falavam a mesma língua, já que o interesse de um harmonizava-se com o do outro.

A Sociedade Construtora de Casas Proletárias apresentou todos os documentos ao Ministro da Fazenda, que os despachou para o Patrimônio Nacional, o qual, por sua vez, os aprovou com uma nota de louvor. Agora faltava apenas o Governo acertar o contrato com a firma, especialmente organizada para o negócio das casas populares. No entanto, com tudo pronto para a pedra fundamental da construção no Cosme Velho ser lançada no dia 12 de novembro de 1922, surgiu um novo entrave aos planos do construtor italiano: Epitácio Pessoa – o presidente que, em 1920, publicara uma mensagem em que citava longos trechos do memorial organizado pela Associação dos Construtores Cíveis do Rio de Janeiro – resolvera assinar uma nova lei autorizando o Governo a construir 5 mil casas para os funcionários e os operários federais; além disso, deixava para o próximo Governo a incumbência de lavrar o decreto concedendo à Sociedade os favores que os seus sócios tanto cobiçavam.⁶

Mais uma vez era adiado o projeto dos construtores civis liderados por Antonio Jannuzzi, que reclamou dos prejuízos, mas não desistiu da empreitada. A luta do referido grupo pelo direito de construir casas higiênicas a módico preço, conforme proporcionava a lei, é vista até o fim da Primeira República. No entanto, os constantes apelos de Jannuzzi para que o Governo concedesse os favores regulamentados pela lei 14.813 – que visava fomentar sociedades anônimas, cooperativas ou associações em caráter de mutualidade entre empregados em serviços federais, com o propósito de construir casas populares – não foram atendidos. As suas palavras parecem ter sido sufocadas pelo argumento daqueles que consideravam exagerados os incentivos contidos na legislação habitacional. Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais claro que o Estado pretendia limitar e controlar a atuação das empresas particulares na

⁵ *O Jornal*. “O magno problema das casas operárias”. 25 de janeiro de 1923.

⁶ *idem*.

construção das casas populares – e assim a ação dos especuladores imobiliários. O resultado disso tudo pode ser visto no Primeiro Congresso das Caixas Econômicas, realizado já em 1935. Sobre as leis habitacionais então existentes, Pinto de Aguiar afirmou que faltaria “uma lei que faça cumprir as outras, e que, obedecendo à força imperiosa das circunstâncias, dinamizará, sob a pressão de uma realidade tangente, a letra morta da lei”.⁷

Aqui voltamos ao ponto de partida desta tese. Vimos que, em 1905, a partir da denúncia das condições de moradia das classes pobres feita por um jovem engenheiro da Prefeitura, Everardo Backheuser, a discussão sobre a questão da habitacional ganhou o caráter de uma campanha sistemática na grande imprensa. Se, por um lado, Backheuser pretendia chamar a atenção dos poderes públicos para a crise habitacional na cidade, por outro, tentava unir esforços para reedição da política de cessão de favores pelo Estado, agora, através de uma lei habitacional renovada, que ampliasse os benefícios aos construtores civis – consideravelmente afastados da construção popular desde a década de 1890, quando as maiores empresas do ramo encerraram suas atividades. Uma delas, a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, de Arthur Sauer, foi positivamente citada pelo engenheiro niteroiense como o símbolo daquilo que a habitação popular poderia ter sido no Rio de Janeiro, se o Governo tivesse apoiado os propósitos da firma.

A resposta dos governantes foi rápida e, ainda em 1905, o Ministério do Interior nomeou uma comissão de inquérito para estudar a crise de moradias e elaborar um projeto de lei. Foi significativo perceber a presença, em tal comissão, de personalidades que haviam se destacado na discussão travada nos jornais cariocas, dentre os quais o próprio Backheuser. Na proposta apresentada pelo grupo de notáveis, os interesses do grande capital imobiliário foram amplamente contemplados – lembrando que, na imprensa, o engenheiro representara esses mesmos interesses através da *Renascença* e *d’O Paiz*, órgão da situação que apoiava abertamente as reformas urbanas.

Também em 1905, Pereira Passos anunciava a sua intervenção direta na questão da habitação, tendo iniciado os procedimentos que levariam à construção de casas populares com os recursos da própria Prefeitura. Embora esse tipo de ação fosse pleiteado pelos trabalhadores em seus jornais, o poder de alcance de tal medida não foi muito grande e, portanto, a experiência do prefeito nesse campo não pode ser

⁷ AGUIAR, Pinto de. *As caixas econômicas e o problema das habitações proletárias. These apresentada ao Primeiro Congresso das Caixas Econômicas*. Rio de Janeiro, 1935. pp. 20, 21.

superestimada. A quantidade de habitações construídas não foi nem um pouco significativa perto do número de demolições ocorridas durante as obras de reformulação urbana. Além disso, o início da construção de tais moradias foi retardado para o fim do seu mandato; e, para coroar todo esse processo terminado em 1908, as classes pobres acabaram ficando de fora dessas habitações, tendo sido ocupadas preferencialmente pelos funcionários da própria Municipalidade – conforme denunciaram os jornais operários e os órgãos da grande imprensa que faziam oposição à União e à Municipalidade. Vale observar que, mesmo sendo a intervenção direta do Estado um tipo de abordagem que ia de encontro aos interesses do grupo dos construtores civis, tal medida foi aplaudida pela maioria dos periódicos da capital, por ser vista como um indício de reação dos poderes públicos contra a crise de moradias.

Durante as reformas urbanas, chama a atenção ainda o fato de as favelas terem sido abordadas não na discussão sobre as campanhas pela construção de habitações populares, mas sim na crônica policial. Essa forma de tratamento das favelas na grande imprensa contribuiu para a formação de uma memória social de acordo com a qual as favelas seriam, por excelência, territórios das “classes perigosas” na cidade do Rio de Janeiro. A exceção a essa regra foi o artigo “Onde moram os pobres”, escrito por Everardo Backheuser para a revista *Renascença*, em que o autor – mesmo sem negar a associação do Morro da Favela à criminalidade pública – analisou essa colina como um item apenas da discussão mais ampla sobre a questão da habitação, além de ter considerado que a sua população também seria constituída por trabalhadores honestos. Deve-se ressaltar que essa nova percepção sobre os moradores das favelas fora possibilitada pelo próprio recrudescimento da crise de moradias, decorrente das demolições em massa ocorridas no período.

Coube a Evaristo de Moraes lutar pela transformação em lei do projeto elaborado pela comissão de inquérito nomeada pelo Ministério do Interior. Entre 1909 e 1911, o clamor pela construção de casas populares fortalecia-se novamente na sociedade e o *Correio da Manhã* assumiu um papel destacado na campanha pela resolução da questão da habitação. Nesse contexto, vimos que Antonio Jannuzzi voltou à cena com uma campanha junto aos poderes públicos em prol da aprovação de uma lei habitacional que proporcionasse a construção de moradias para as classes pobres, através de favores concedidos à iniciativa privada. O discurso de Jannuzzi muitas vezes se harmonizava com o do advogado, como na idéia de que a caixa econômica deveria emprestar dinheiro às empresas construtoras de habitações populares. Mas, embora ambos fossem

entusiastas da política de concessão de benefícios às empresas particulares, deve-se frisar que Evaristo criticava os exagerados incentivos estatais – uma vez que a intenção da legislação habitacional seria favorecer antes os trabalhadores do que os capitalistas, seguindo a lógica do “princípio de proteção”. Ao contrário, a criação da lei 2.407 consagrava mais uma vez os interesses do grupo dos construtores civis, tendo o advogado percebido que poucas reivindicações dos trabalhadores haviam sido incluídas – como a possibilidade de o operário se tornar proprietário do imóvel que ocupava.

Outro ponto relevante verificado nos escritos de Evaristo de Moraes foi que, na virada da década de 1900 para a de 1910, as favelas haviam assumido um lugar central nas discussões sobre a questão da habitação, tendo se tornado os espaços por excelência da pobreza. O advogado também promoveu uma visão mais condescendente com os moradores das favelas e, inclusive, chegou a defender os habitantes do Morro de Santo Antonio, ameaçados de despejo em 1911. Aliás, o fato de Evaristo ter sido procurado por esses últimos, em busca de orientação jurídica, reforça a tese de Eneida Queiroz no sentido de que o recurso à justiça era mais uma forma de resistência da classe trabalhadora no período. A atitude tolerante de Evaristo em relação aos moradores das favelas contrastava com a intensa estigmatização de tais pessoas promovida na crônica policial do mesmo jornal em que o intelectual escrevia. Nessa conjuntura, a “violência simbólica” contra esse tipo de assentamento habitacional se encontrava no auge. Assim, ao promoverem uma visão segundo a qual existiriam muitos trabalhadores honestos nas favelas e, principalmente, ao tornarem mais acessível o vocabulário jurídico às classes pobres, os artigos de Evaristo funcionavam como um contraponto às práticas de “fabricação do consentimento” na grande imprensa de sua época. Porém, ao reproduzir os postulados da Higiene e promover uma narrativa dramática acerca das habitações populares, o advogado também se alinhava aos diversos jornalistas anônimos da Primeira República, que abordando o sensacional e se desviando da discussão fundamental a ser travada – a do direito das classes pobres à cidade –, contribuíam com suas reportagens para a reprodução da lógica do “ocultar mostrando”.

Ainda que a recorrência às teses científicas não fosse uma contradição para um socialista da Primeira República – havia uma forte comunicação entre o socialismo e o positivismo, decorrente ainda da associação desse último com o republicanismo –, ao reafirmar aquilo que distinguia os moradores dos morros e os estigmatizava como incivilizados, o intelectual contribuía para o estabelecimento de uma tradição de pensamento sobre as favelas que as colocava como um problema de ordem moral e

higiênica. Daí decorre a necessidade de destacarmos em seus escritos a dinâmica de aproximação e distanciamento das práticas vigentes no “campo” jornalístico do início do século XX.

Seja como for, transformado o projeto de casas populares na lei 2.407, de 1911, Evaristo iniciava um nova luta, agora para a sua regulamentação, sem a qual a legislação habitacional permaneceria como letra morta. Um longo tempo se passou e em 1920 o tema da crise habitacional recobrou sua força em um contexto marcado pelo auge do movimento operário, o reinício das grandes obras públicas e a queda no número de construções e reconstruções ocasionada pelo encarecimento dos materiais importados. Novamente, a movimentação dos trabalhadores foi acompanhada pela dos representantes do grande capital imobiliário, que enxergavam em tais ocasiões a oportunidade de pressionar o Governo a fim de que esse arregimentasse uma legislação habitacional favorável aos seus interesses. A Associação dos Construtores Civis do Rio de Janeiro, liderada por Antonio Jannuzzi, exerceu um papel importante junto à grande imprensa e aos poderes públicos, tendo o *Correio da Manhã* representado amplamente os seus interesses. Após dois fracassos consecutivos da intervenção direta do Estado na questão da habitação – uma realizada por Pereira Passos e outra por Hermes da Fonseca –, o engenheiro italiano já tinha respaldo para afirmar que tal prática era nociva à sociedade. Note-se que na virada da década de 1900 para a de 1910 o construtor italiano não pudera argumentar nesses termos; assim como durante as reformas urbanas a ação direta do referido prefeito não fora criticada (à exceção do então opositor *Jornal do Commercio*, que nesse contexto representava os proprietários de imóveis da cidade).

O poder de influência da referida Associação foi visto na mensagem do presidente da República, em 1920, na qual eram reproduzidos trechos do memorial enviado pelos construtores civis, com sugestões para o encaminhamento da crise de moradias. Em seu texto, Epitácio Pessoa consagrava o modelo adotado na lei 2.407, de 1911, como o mais adequado a ser seguido pelo Governo e, poucos meses depois, elevou o empréstimo da caixa econômica de 50% para 80%, através do decreto 4.209, de 1920, regulamentado no ano seguinte. Mas, conforme vimos, no fim de seu mandato, o presidente autorizou uma lei que previa a construção de 5 mil casas para funcionários públicos, tendo deixado para a próxima administração tanto o seu regulamento quanto a execução daquele decreto que interessava ao grupo de Antonio Jannuzzi.

Parecia melhor ser lembrado como um presidente que aprovou uma lei de construção de casas populares pela via da ação direta do Estado, embora o encargo da

obra tivesse sido repassado para os governos seguintes. Não seria outro o comportamento de Hermes da Fonseca, que aprovou a lei 2.407, de 1911, e, em um contexto de aproximação com o operariado, mandou construir também vilas operárias nos subúrbios da cidade. Apesar de as Vilas Marechal Hermes e Orsina da Fonseca terem sido batizadas, respectivamente, com o seu nome e o de sua esposa, quem abrisse uma revista em 1927 podia ler que essas construções ainda estavam inacabadas e que o Governo Federal havia entrado em negociação com a Prefeitura para colocá-las à venda em hasta pública.⁸ Recuando mais no tempo, não podemos deixar de lembrar que Pereira Passos deixara para o fim de sua administração as decisões necessárias para a construção de casas populares, que foram, de fato, erguidas na gestão Francisco Marcelino de Souza Aguiar. De qualquer maneira, a Vila Operária do Estácio até hoje é vista como uma obra *de* Pereira Passos, tendo sido seu o projeto, bem como a iniciativa. Por fim, não seria exagero lembrar que, no mesmo contexto, o projeto de lei encomendado pelo Ministério do Interior ficara pronto em 1905, embora só tenha sido publicado no ano seguinte, que correspondeu à despedida de Rodrigues Alves da presidência; não obstante, a aprovação da lei ficaria para os governos posteriores.⁹

Portanto, estamos autorizados a afirmar que as diversas leis habitacionais elaboradas na Primeira República obedeciam mais ao objetivo de aliviar a pressão da classe trabalhadora em um determinado contexto histórico do que efetivamente combater a questão da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, cabe observar a estreita sintonia da aprovação de tais leis com as conjunturas em que a manifestação dos trabalhadores no espaço público atingia níveis mais elevados. Foi assim em 1905, quando pairava sobre a cidade o espectro do levante de “toda a população dos bairros miseráveis da cidade”¹⁰; ou em 1911, quando chamava a atenção das elites o “clamor geral das classes desfavorecidas da fortuna”¹¹; ou ainda em 1920, quando não era menos ameaçador à ordem instituída o “clamor rugido por vozes dos mais diversos timbres e sons de maior contraste: ‘Casas!... Nós queremos casas!’”.¹²

Vimos neste trabalho que a criação de uma lei deixava sempre pendente a aprovação de outro decreto para a administração seguinte, como se não bastassem os

⁸ *O Malho*. “A crise das habitações”. 23 de julho de 1927.

⁹ Quanto a esse ponto, vimos que, na Câmara dos Deputados, Sá Freire chegou a acusar a falta de interesse no projeto elaborado pela comissão de inquérito nomeada pelo Ministério do Interior. Sessão de 28 de novembro de 1905...

¹⁰ *Habitações Populares. Relatórios...* p.116.

¹¹ JANNUZZI, Antonio. *Escorço histórico do...* p. 8.

¹² *Careta*. “Looping the loop”. 07 de agosto de 1920.

conflitos, por um lado, entre as autoridades federais e municipais e, por outro, entre o Estado e a iniciativa privada – que tanto prejudicaram a criação e a execução de uma legislação habitacional realmente eficaz. Sem os benefícios contidos nesse tipo de lei, os construtores civis não se interessavam pela construção popular, em tese, menos lucrativa do que os empreendimentos imobiliários voltados para outras classes sociais. Conforme observou Alcindo Guanabara, considerado o “verdadeiro apóstolo das habitações baratas”¹³, “O capital não tende para aí, porque mais vale construir casas, que custam seis ou oito contos, e dão de aluguel 150\$ e 180\$”.¹⁴ Ao mesmo tempo, o Estado se recusava a atender as propostas operárias de simplificar as normas municipais e as exigências das autoridades da Saúde Pública para a construção nos subúrbios. Uma das conseqüências dessa inação dos poderes públicos foi o crescimento cada vez mais acelerado das favelas ao longo da Primeira República.

Uma das vozes mais fortes no debate sobre esses espaços onde os trabalhadores praticavam a construção livre foi a de Lima Barreto. Em 1920, com a publicação de seu conto “O moleque”, o escritor sistematizava e, ao mesmo tempo, radicalizava os discursos de valoração positiva sobre as favelas, até então dispersos e carentes de ênfase na *esfera pública* do Distrito Federal. De forma quase didática, o intelectual contradisse ponto a ponto as visões pejorativas mais comuns sobre os moradores das favelas, tendo ressaltado que os mesmos seriam pessoas honestas, solidárias e trabalhadoras. Quanto a esse último aspecto, é significativo que a favela abordada no referido conto se localizasse em Inhaúma, o distrito que concentrava o maior número de operários da capital nos anos 1920 – isso, vale ressaltar, numa conjuntura em que o *Correio da Manhã* realizava uma grande campanha pela construção de habitações populares, na qual o recurso mais utilizado foi a estigmatização das favelas. Já em 1921, quando tais campanhas perdiam força na grande imprensa, Lima Barreto mudou sua estratégia e, na revista *Careta*, publicou uma série de artigos nos quais defendia o direito à moradia segura e confortável da população dos morros e criticava os poderes públicos – e, em especial, a figura de Carlos Sampaio, chamado de “Dr. Matamorros” – por se preocuparem somente com os espaços ocupados pelas classes dominantes na cidade, como a zona sul. Não se pode esquecer que, mais amplamente, o contexto em que o literato defendeu os habitantes das favelas foi marcado pelas discussões sobre a nacionalidade brasileira e a validade da demolição do Morro do Castelo – tendo sido

¹³ *Habitações populares. Relatórios...* p. 111.

¹⁴ *O Paiz*. “O dia”. 15 de abril de 1905.

essas duas celeumas embaladas pela expectativa em torno da comemoração do centenário da Independência.

Enquanto Lima Barreto defendia os moradores dos morros no debate sobre a habitação popular, a grande imprensa também dava indícios da consolidação das favelas no tecido urbano carioca. O primeiro desses indícios foi a visita de Carlos Sampaio ao Morro da Favela e o calçamento de certas áreas dessa localidade pela Prefeitura; o segundo foi o anúncio, nos classificados dos jornais cariocas, de um “barraco” a ser alugado no morro da Mangueira; o último foi a denúncia da violência sofrida pela moradora de um “barraco” próximo à Avenida Niemeyer, despejada juntamente com seus vizinhos por funcionários municipais. Considerando-se que o Morro da Favela se localiza próximo ao centro da cidade, que o Morro da Mangueira fica na Zona Norte e que a Avenida Niemeyer é uma construção da zona sul, pode-se constatar aqui, de certa forma, a expansão multidirecional das favelas na década de 1920.¹⁵

Diferentemente da história mostrada nesta tese, nos últimos tempos, certos estudiosos da Primeira República vêm criticando a tendência de estudar as reformas urbanas e a habitação popular dentro da perspectiva da luta de classes. Esses autores são contrários à idéia de que seria possível observar no período o “[...] intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos”.¹⁶ Assim, a historiografia dos anos 1980 teria proposto a existência de “Um vencedor poderoso, inflexível e consciente contra os destinados à derrota enobrecidos por lutar e pela justiça de suas causas”.¹⁷

No entanto, acreditamos ser exemplar um artigo de Olavo Bilac, publicado em 1908, pela *Gazeta de Notícias* (um jornal da situação). Nele, o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, reconhecido entusiasta das reformas urbanas, descreveu suas impressões a respeito do cotidiano nos morros da região portuária, que concentrava o maior percentual de negros da cidade. Para simbolizar uma população que caracterizava como anômica, o intelectual se referiu a uma moradora do Morro da Conceição que, supostamente, não descia ao centro havia 33 anos:

¹⁵ A ordem de despejo de “barracos” construídos em torno da Avenida Niemeyer mostra uma tendência que se fortaleceria ao longo desse decênio: a preocupação quase obsessiva com as favelas da zona sul, o que ficaria evidente na campanha de Mattos Pimenta, entre 1926 e 1927. Ver: *Correio da Manhã*. “Acabemos com as ‘Favelas’”. 18 de novembro de 1926. Data citada em: ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história...* p. 43.

¹⁶ AZEVEDO, André Nunes. *A reforma Pereira...* p. 36.

¹⁷ BRETAS, Marcos Luis. *A guerra das...* p. 31.

Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruímos Governos, [...] rasgamos em avenidas o velho seio urbano, [...] vivemos. [...] E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá trinta e três anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China ou da Austrália.¹⁸

Vemos nesse trecho que Bilac falou na primeira pessoa do plural: “nós”. Considerando-se que, conforme afirmou Angel Rama, no centro de toda cidade há uma “cidade letrada”, que compõe o anel protetor do poder e o executor de suas obras¹⁹, não deve ser difícil imaginar que classe social consubstanciava o pronome “nós”, que, entre outras conquistas históricas, havia “rasgado em avenidas o velho seio histórico”... Outro ponto a ser observado nessa crônica é o fato de ela ser a expressão de um conflito de identidades, uma vez que se verifica nela um choque de representações identitárias e classificatórias. Pierre Bourdieu afirmou que:

[...] os indivíduos e os grupos sociais investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade.²⁰

Outra crítica à historiografia dos anos 1980 merece ser mencionada neste trabalho: “[...] é discutível a identificação do Estado como um prolongamento simplificado das classes dominantes e, em especial, deve-se contestar a validade desta interpretação no estudo de diversos episódios relacionados à urbanização do Rio de Janeiro”.²¹ Porém, cabe ressaltar que esse comentário não se refere a um Estado enquanto relação social, que engloba tanto a “sociedade civil” quanto a “sociedade política”, em permanente iteração; mas somente a essa última dimensão. Nesse sentido, o autor caracterizou:

[...] a luta nas esferas política e ideológica – cuja dinâmica está estruturada, e não determinada pela esfera econômica – como o verdadeiro embate, aquele que vai definir os limites de intervenção de cada um dos personagens na arena urbana. Este embate político, no Rio de Janeiro de 1920-1922, deu-se basicamente através do relacionamento entre o prefeito e o Conselho Municipal.²²

Note-se que, ao assinalar “a luta nas esferas política e ideológica [...] como o verdadeiro embate [...]”, o autor substituiu um suposto determinismo econômico por

¹⁸ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”... pp. 204, 205.

¹⁹ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 43.

²⁰ BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1989. p. 124.

²¹ KESSEL, Carlos. *op. cit.* p. 65.

²² *idem*.

outro político; nessa perspectiva, se alguma instância não apareceu em sua formulação, foi justamente a “sociedade civil”. Conseqüentemente, as classes pobres ficaram ausentes da definição “dos limites de intervenção [...] na arena urbana”. Portanto, não podemos concordar com a sugestão de que o Estado em sentido restrito – aquele correspondente apenas à “sociedade política” – possa abrigar a complexidade do processo histórico do período; ainda que seja realmente importante atentar para as diferentes frações de classes dominantes na Primeira República.²³ Aliás, foi isso o que procuramos realçar no primeiro capítulo, quando analisamos a atuação do *Jornal do Commercio* e d’*O Paiz*, que representavam interesses antagônicos no contexto das reformas urbanas da década de 1900.

Quanto à crítica de que a historiografia dos anos 1980 teria insistido na análise de “[...] uma nova dominação construída pela burguesia, *apesar dos movimentos de resistência da brava gente trabalhadora*”²⁴ (grifo nosso), pensamos ser realmente relevante afirmar com Thompson que, dentro e fora do âmbito da hegemonia da classe dominante, é possível detectar “inumeráveis contextos e situações nos quais os homens e as mulheres, ao enfrentarem as necessidades de sua existência, elaboram seus próprios valores e criam uma cultura própria, intrínseca a seu próprio modo de vida”.²⁵ Afinal, na análise da grande imprensa empreendida neste trabalho, vimos que “a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidos a todas as esferas da vida” revelava também a “não conformidade, a luta”.²⁶

Concluindo, as supostas inconsistências teóricas daquela chave de leitura formulada pelos pesquisadores da década de 1980 costumam ser creditadas à influência de um contexto em que uma rara experiência coletiva manifestava-se em movimentos históricos como a abertura política, a luta pelas “diretas já”, a renovação do movimento operário e o fortalecimento das associações de moradores. Se, de fato, o “campo” científico sofre a interferência de elementos externos²⁷, vale mencionar que as críticas

²³ Embora tenha citado a relação de intermediação entre a população e o Poder Executivo exercida pela casa legislativa, não foi exatamente o papel de representante da sociedade que Carlos Kessel destacou no Conselho Municipal: “Com a [...] redução de sua autonomia, restou-lhe, como a mais importante, a de aprovar o orçamento. É desta maneira que devemos vê-lo ao se iniciar a administração Carlos Sampaio: fraco, sujeito a uma conjuntura que lhe reserva um papel de coadjuvante nas grandes questões municipais, agarrando-se ciosamente às migalhas de poder e pressão que lhe restaram, condenado a ocupar-se de pequenas causas”. *ibid.* p. 68.

²⁴ BRETAS, Marcos Luis. *A guerra das...* p. 31.

²⁵ THOMPSON, E.P. Folklore, antropologia y historia social. *Entrepasados*, Buenos Aires, n.2, 1992. p. 82.

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e...* p. 53.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”... p. 146.

às análises assentadas sobre a luta de classes vêm sendo realizadas numa conjuntura em que a força dos postulados do neoliberalismo é vista na tentativa de “destruição da esperança e [das] organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil”.²⁸

A despeito do impacto da ideologia neoliberal e da crescente dessolidarização dos intelectuais para com as causas populares no tempo presente, o recrudescimento da luta pela moradia no Estado do Rio de Janeiro pode ser constatado na multiplicação do número de ocupações de prédios abandonados – preferencialmente públicos – e na atenção cada vez maior que a grande mídia vem prestando ao assunto. Sugestivamente, dentre as várias ocupações realizadas nos últimos anos, uma se chamava Centro Social de Cultura Lima Barreto e se localizava no centro da cidade.²⁹ Homenagem essa que sugere o alcance da obra do escritor até os lugares informais onde se desenrolam os movimentos sociais no país e, mais especificamente, na ex-capital da República. Embora o direito à moradia seja um dos direitos sociais elencados no artigo 6 da Constituição Federal, esse, como os demais direitos sociais, constitui mais uma declaração de princípios a orientar a política pública do que propriamente um direito positivado, como é o caso dos direitos civis e políticos.³⁰ Considerando-se então que o atendimento dos direitos sociais depende da luta política – o que nesse caso se refere às limitações do direito de propriedade –, torna-se pleno de significado um lema pichado nos muros de toda a cidade: “Se morar é um direito, ocupar é um dever”.

Nos últimos 60 anos, foram construídos cerca de 35 milhões de domicílios nas cidades. Nesse período, os recursos de financiamentos públicos responderam por apenas 20% dos investimentos. A omissão do Estado fica mais evidente diante do fato de que os investimentos públicos caíram para 10% na última década.³¹ A lei 11.124, de 16 de junho de 2005, criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Esse ato legislativo permite, entre outros benefícios, a utilização de terrenos públicos ociosos na construção de moradias populares, em áreas com infra-estrutura urbana. A sua regulamentação se deu pelo

²⁸ OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 28.

²⁹ O Centro Social de Cultura Lima Barreto ficava na Rua das Marrecas, n. 43, e foi despejado em 6 de setembro de 2007, pela Guarda Municipal, com o auxílio da Polícia Militar e de funcionários da Prefeitura.

³⁰ SANTOS, Angelina Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva da. *op. cit.* p. 29.

³¹ *O Globo*. “Os desafios comuns à favela e ao asfalto”. 07 de novembro de 2005.

decreto 5.796, de 6 de junho de 2006 – ou seja, em pouco menos de um ano. No entanto, a lei 11.124, de 2005, levou 13 anos para ser votada pelo Congresso Nacional.

ANEXO 4



Jornal do Brasil. “Invasores vão cobrar entrada no Boticário”. 21 de Janeiro de 2007. Foto da Ocupação Poeta Xynayba, localizada na Praça Hilda, n. 11, Tijuca – uma vila operária construída na Primeira República –, despejada em 3 de abril de 2007, em ação movida pelo proprietário Luiz Henrique de Carvalho Pareto. Note-se a presença de crianças negras e descalças à entrada do imóvel, de forma parecida com as fotografias de habitações coletivas publicadas nas revistas do início do século XX.



Fachada do Centro Social de Cultura Lima Barreto, com detalhe da caricatura do escritor na porta da ocupação. Fonte: <http://www.midiaindependente.org/>

FONTES

1. MANUSCRITAS

AGCRJ. Casas para operários e classes pobres 1887-1890.

AGCRJ. Códice 46-3-45.

2. IMPRESSAS

2.1. JORNAIS (Biblioteca Nacional)

A Notícia. 1904, 1905.

Correio da Manhã. 1901 – 1930.

Gazeta de Notícias. 1905, 1906, 1908.

Jornal do Brasil. 1905, 1906, 1920, 1926, 2007.

Jornal do Commercio. 1901, 1905, 1906, 1920, 1926, 1927.

O Globo. 2004, 2005, 2008.

O Jornal. 1921, 1922, 1923, 1925.

O Paiz. 1904, 1905, 1906.

2.2. REVISTAS

Careta. 1909, 1920. (Biblioteca Nacional).

D. Quixote. 1918 (Fundação Casa de Rui Barbosa).

O Malho. 1927. (Biblioteca Nacional).

Renascença. 1905. (AGCRJ).

Vida Policial. 1925, 1926. (Biblioteca Nacional).

2.3. OBRAS LITERÁRIAS

AZEVEDO, Aluisio. *O Cortiço*. Rio de Janeiro: O Globo/ Klick Editora. S/D.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

BARBOSA, Orestes. *Bambambã*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993.

BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

- BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.
- BARRETO, Lima. *O subterrâneo do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. *Vida Urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BILAC, Olavo *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1926.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991.
- COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.
- EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- RIO, João do. (Paulo Barreto). *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro/ Paris: H. Garnier, 1911.
- RIO, João do (org. João Carlos Rodrigues). *Histórias da gente alegre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- VASCO, Neno. *Greve de Inquilinos: farsa em 1 acto*. Lisboa: Editorial A Batalha, 1923.

2.4. PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES E RELATÓRIOS DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS

AGUIAR, Pinto de. *As caixas econômicas e o problema das habitações proletárias. These apresentada ao Primeiro Congresso das Caixas Econômicas*. Rio de Janeiro, 1935.

ANDRADE, Luiz de. *O problema da habitação no Rio. Meios de resolvê-lo*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1920.

Habitações Populares. Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

HOWARD, Ebenezer (1898). *Garden Cities of To-morrow*. Londres: Faber and Faber Ltd., 1946.

JANNUZZI, Antônio. *Pelo Povo: monographia sobre as Casas Operárias*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1909.

JANNUZZI, Antonio. *Escorço histórico do problema do problema de construção de casas populares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1927.

2.5. TRABALHOS SOCIOLÓGICOS

MORAES, Evaristo de. *A criminalidade das multidões (ensaio de psicologia coletiva)*. Rio de Janeiro: Typ. d' A Verdade, 1898.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito operário*. São Paulo: LTR, 1971.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)”. Seminário: “Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República”. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984 (mimeo.).

ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n. 2, 1986.

ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. *Espaços & Debates*, Ano 7, n. 21, 1987.

ABREU, Mauricio de Almeida. “A Favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade)”. *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana* – Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1993.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.14, n.37, 1994.

ABREU, Mauricio de Almeida, VAZ, Lilian Fessler. “Sobre as origens da favela”. *IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, 1991.

ABREU, Mauricio de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

ÁGUEDA, Abílio Afonso. “Morro da Providência: estigma social e ações transformadoras”. In: THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcanti,

ALBERNAZ, Maria Paula. As vilas: uma contribuição à história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari. Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALVITO, Marcos. A favela venceu. *A memória das favelas, Comunicações do Iser*, n. 59, Ano 23, 2004.

- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. *Enigma e comentário. Ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, 2003.
- AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARROS, Paulo Cezar de. *Do Berço Histórico à Zona Periférica do Centro: velhas formas, novos Castelos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- BATALHA, Claudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, v. II.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Considerações acerca da bibliografia recente sobre a história das habitações populares e reformas urbanas no Rio de Janeiro no período 1850-1930. *História em Cadernos*, Rio de Janeiro, 4/5 (2/1), jan.-jun.1987.

BERENSTEIN JACQUES, Paula. As favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. *Revista Interfaces*. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1995.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. *Estética da ginga. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito. O Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. Seguido de: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRETAS, Marcos Luís. “A polícia das culturas”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. *O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano 2. Sociedades e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1977.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et alii. *Tijuca. Rio de Janeiro*. João Fortes Engenharia / Index Editora, 1984. (História dos Bairros).

CARONE, Edgard. *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difel, 1971.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo. 1922-1938*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. “História Intelectual: Alguns problemas metodológicos”. Trabalho apresentado ao Primer Encuentro del Centro de História y Analisis Cultural, em Buenos Aires, nos dias 9 e 10 de outubro de 1997. (texto preliminar-mimeo).

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- CHALHOUN, Craig (org.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1996.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHOMSKY, Noam. “Entrevista”. In: BEIRÃO, Nirlando. *América: depoimentos*. São Paulo: Companhia das Letras/ Rio de Janeiro: Videofilmes, 1989.
- CLAVREUL, Jean. *A Ordem Médica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- COSTA, Branno Hocherman; Freitas, Francisco Josué Medeiros de. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *Trabalhadores do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: Algumas experiências organizativas*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

- CRUZ, Henrique Dias da. *Os morros cariocas no novo regime*. Rio de Janeiro: S/E, 1941.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- DUARTE, Luis Fernando. “A representação do Nervoso na cultura literária e sociológica do século XIX e começo do século XX”. *Anuário Antropológico/ 87*. Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990.
- DUARTE, Rodrigo Aldeia. *Memória, humor e brasilidade. Modernidade e tradição na visão de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo durante a década de 1920*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. “Habitações populares, a reforma urbana e o início do processo de favelização do Rio de Janeiro”. *VII Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro, 1983.
- ELIA, Francisco Carlos da Fonseca. *A questão habitacional no Rio de Janeiro da Primeira República: 1889-1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.
- ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ESTEVES, Martha. “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FARIAS, J. B., GOMES, F. S., SOARES, C. E. L, ARAÚJO, C.E.M. *Cidades Negras*. Rio de Janeiro: Alameda Editorial, 2006.

FALCON, Francisco. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995.

FERREIRA, Marieta Moraes, MONTALVÃO, Sérgio. “Jornal do Brasil”. In: ABREU, Alzira Alvez de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

FILHO, Cláudio Bertolli. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FILHO, Gisálio Cerqueira. *A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro (1890-1922)*. São Paulo: Edições Loyola, 1978.

FREIRE, Américo. “República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro, uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

FREITAS, Celi Silva Gomes de. *Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FRÓES, Vânia Leite (coord). *Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História. Catálogo de Teses e Dissertações, 1974-1995*. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

GARDEL, André. *O encontro entre Bandeira e Sinhô*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coordenador). *Trabalhadores em greve*,

polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro: 1880. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRIECO, Bettina Zellner. *A arquitetura residencial de Antonio Jannuzzi. Idéias e realizações*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GUILLAUME, Pierre. *Le rôle social du médecin depuis deux siècles 1800-1945*. Paris: Assoc. pour l'Étude de l'Histoire de la Sécurité Sociale, 1996.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/ 1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 -1850*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História*, São Paulo, n.16, fev., 1998.

LATOUR, Bruno. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

LEAL, Carlos Eduardo. “Correio da Manhã”. In: ABREU, Alzira Alvez de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer.

- Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LEAL, Carlos Eduardo. “Gazeta de notícias”. In: ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- LECLANT, Jean (dir). *Le second siècle de l'Institut de France: 1895-1995*. Ed. Institut de France, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LENZI, Isabel Ribeiro. Francisco Pereira Passos. Possibilidade de um outro olhar. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro* (Vol. 2). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. La revolución industrial y la vivienda popular em Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de Índias*, Madrid, enero-diciembre, 1980, ns. 159-162.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro na década de 1880 a 1920. In: *Nova Americana*, Torino, Giullio Ernandi ed., 1981. Sep. da Nova Americana, 4, 1981.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino, STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário. Natureza do Estado e conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970*. Rio de Janeiro: 1992.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995.
- LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. Entrevista. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel: Rede Unitrabalho, 2001.
- LOPES, Milton. *Crônica dos Primeiros Anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

- LOPES, José Sérgio. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. In: BATALHA, C., SILVA, F.T., FORTES, A. (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, EdUnicamp, 2004.
- LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto. et al. *Danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A encenação da questão da higiene: o Conselho Municipal como teatro (Rio de Janeiro, 1892-1902)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Formulando projetos para a cidade: o Conselho Municipal e a questão da habitação popular (1892-1902). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2000.
- MAMEDE, Alessandra Costa. *Conjunto Habitacional Antares e Favela de Dona Marta: Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Do que o ‘Preto Mina’ é capaz: etnia e resistência entre africanos livres. *Afro-Ásia*, n. 24, Salvador, 2000.
- MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARZOCHI, Keyla Belizia F. et al. Evolução histórica das epidemias da doença meningocócica. *Ciencia e Cultura*, 7 (31): 723-31, jul.1979.
- MATTEUCCI, Nicola. “Opinião pública”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. V.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Contravenções no Rio de Janeiro do início do século. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 01, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados no Rio de Janeiro da virada do século*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (anos 1850-1910)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Tese de Titularidade – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do mal”. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MATTOS, Romulo Costa. “Aldeias do Mal”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

MAUAD, Ana Maria. “Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na *belle époque*”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina. “Estado e sociedade”. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENEZES, Ary Fialho de. *Aspectos Médicos e legais da luta antialcoólica no Rio de Janeiro, entre 1915-1940. A construção de demandas e de objetos de saber*. Monografia (Especialização em Assistência a Dependentes de Álcool e outras Drogas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MONTENEGRO, Benjamin. “Lima Barreto: escritor, negro e anarquista”. In: DOMINICIS, Rafael Borges, AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do anarquismo no Brasil* (Volume 1). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES FILHO, Evaristo de. “Introdução”. In: MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito operário*. São Paulo: LTR, 1971.

- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- MOTTA, Marly Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997.
- NEVES, Margarida de Souza. O bordado de um tempo. (A História na estória de **Esau e Jacó**). *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 81, 1985.
- NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.
- NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de astronomia, 1991.
- NEVES, Margarida de Souza. “Historia da crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NONATO, José A., SANTOS, Núbia M. (orgs.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. IPHAN/ Ministério da Cultura, 2000.
- OLIVEIRA, Elizabeth Lira de. *Política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro: 1926-1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira”. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 22, n. 44, 2002.

OZOUF, Jacques. “A opinião pública: apologia das sondagens”. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). *Historia: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PAIXÃO, Cláudia Mirian Quelhas. “A reforma urbana e os moradores do Morro do Castelo: estratégias e disputas de populares no Rio de Janeiro (1904-1922)”. *Usos do Passado*. XII Encontro Regional de História (ANPUH), UFF, Niterói, 2006. <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Claudia%20Miriam%20Quelhas%20Paixao.pdf>

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução, sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

PECHMAN, Sérgio, FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH; Marco Zero, vol. 5, n. 8/9, set. 1984/ abr. 1985.

PECHMAN, Robert Moses. *A gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

PECHMAN, Robert Moses, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – contribuição à história da formação do capital imobiliário. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 1, 1985.

PECHMAN, Robert Moses. “O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, PECHMAN, Robert Moses (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Leonardo Afonso Pereira de Miranda. “E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: CUNHA, Maria Clementina

Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

PEREIRA, Margareth da Silva. “Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert Moses (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PERDIGÃO, Sergio Bruno Alves. *Do cortiço à favela. História da construção da identidade da habitação popular na cidade do Rio de Janeiro (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

PINTO, Milton José. “Contextualizações”. In: FAUSTO NETO, Antonio, PINTO, Milton José (orgs.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Ciência e capital em guerra aos pobres. Capitalismo, higienismo e Justiça Sanitária na Primeira República*. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

QUEIROZ, Eneida Quadros. A guerra do “bota-abaixo”. *Nossa História*, ano 3, n. 34, 2006.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, Elisa Pereira. “Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1830”. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando H., FONT, Mauricio A. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, 1993.

REIS, João José. De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.

RESENDE, Beatriz. “Rio de Janeiro, cidade da crônica”. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina, ESTEVES, Martha. Cenas de Amor – Histórias de nacionais e imigrantes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 09, n. 18, 1989.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio – A cidade e o poeta: o olhar de flâneur na Belle Époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins, AZEVEDO, André Nunes. Pereira Passos por ele mesmo. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

RODRIGUES, Edgard. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais). “Aspectos humanos da favela carioca”. *Suplemento especial do Estado de São Paulo*. 13 e 15 de abril de 1960.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Imaginário; Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. “*Minha Pátria é o Mundo Inteiro*”: Neno Vasco, o Anarquismo e as Estratégias Sindicais nos anos 10. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva. O “bota-abixo” revisitado. O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Caldeirão do inferno. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

- SANTOS, Sidney M. G. dos. *A cultura opulenta de Everardo Backheuser. Os conceitos e as leis básicas da geopolítica*. Ed. Carioca de Engenharia, 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 41, 1967.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “A continuidade do problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. “Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964)”. In: ABREU, Mauricio de Almeida (org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.
- SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A capoeira escrava e outras instituições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1895-1900*. In: SILVA, Francisco Carlos. Teixeira da, et alli (orgs.) *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD/ FAPERJ, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890 -1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOIHET, Raquel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

- STUCKENBRUCK, Denise. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.
- TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. (vol. III). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E.P. Folklore, antropologia y historia social. *Entrepasados*, Buenos Aires, n.2, 1992.
- TRINDADE, Claudia Peçanha da. *Entre a favela e o conjunto habitacional: o centro de habitação provisória de Nova Holanda (1961-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- VALLADARES, Licia do Prado. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil”. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade. A construção do espaço público no Brasil*. IUPERJ/ Rio Fundo Editora, 1991.
- VALLADARES, Licia do Prado. Que favelas são essas?. *Insight inteligência*, n. 8, 1999.
- VALLADARES, Licia do Prado. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 15, n. 44, out., 2000.
- VALLADARES, Licia do Prado, MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. Dissertação (Mestrado em

Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, jan./ abr. 1986.

VAZ, Lilian Fessler. “Do cortiço à favela – um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro”. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU/USP, FAPESP, 1998.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia. Habitação Coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2002.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

VELLOSO, Monica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os cafés como espaço da moderna sociabilidade”. In: LOPES, Antonio Herculano (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Que cara tem o Brasil?: culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. UFRJ, 1995.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. “Introdução”. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, Alba. Cidade de Deus e condomínio do diabo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

ZYLBERBERG, Sonia. *Morro da Providência: memórias da “favella”*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. (Coleção Memória das Favelas, vol.1).